



UMA
HISTÓRIA
REAL

FILHAS EXEMPLARES

A VIDA SECRETA DAS MULHERES
QUE ESTÃO A TRANSFORMAR O MUNDO ÁRABE.

“Assustador. Este livro é como um guia de viagem ao lado negro das sociedades muçulmanas. Uma denúncia das trágicas dinâmicas de poder que controlam os corpos, mentes e almas das mulheres e meninas no Médio Oriente.”

THE WALL STREET JOURNAL

KATHERINE ZOEPPF

ASA



Ficha Técnica

Título original: EXCELLENT DAUGHTERS
Autor: Katherine Zoepf
Traduzido do Inglês por Luís Rodrigues dos Santos
Imagens do miolo:
Andrew Lee Butters
Katherine Zoepf
Kate Brooks/Redux Pictures
ISBN: 9789892338774

Edições ASA II, S.A.
uma editora do Grupo LeYa
R. Cidade de Córdova, n.º 2
2160-038 Alfragide – Portugal
Tel.: (+351) 214 272 200
Fax: (+351) 214 272 201

The Secret Lives of Young Women Who Are Changing the Arab World

©2016, Katherine Zoepf

Todos os direitos reservados de acordo com a legislação em vigor

edicoes@asa.pt
www.asa.leya.com
www.leya.pt

Para a Alice, o William e o Ian

Estes europeus com as suas guerras, as suas cidades, os seus czares, *kaisers* e reis? As suas mágoas, a sua felicidade, o seu asseio e a sua sujidade... nós temos uma forma diferente de ser limpos ou sujos, bons ou maus, temos um ritmo diferente e rostos diferentes. O comboio que corra para o Ocidente. O meu coração e a minha alma pertencem ao Oriente.

Kurban Said, *Ali e Nino*

NOTA DA AUTORA

Esta é uma obra de não-ficção. Porque resultou das minhas experiências a escrever no mundo árabe para outras publicações, algumas das histórias e dos detalhes que contém já foram publicados, sob outras formas.

Centenas de meninas e jovens no Egito, em Israel, no Líbano, na Síria, no Iraque, na Jordânia, no Catar, na Arábia Saudita e nos Emirados Árabes Unidos tiveram a generosidade de partilhar as suas histórias comigo. Todas elas compreenderam que eu estava a trabalhar como jornalista. Ainda assim, mudei alguns nomes no texto e nem sempre revelei os apelidos. Fiz isto sempre que as próprias pessoas me pediram e, em alguns casos, sem que o fizessem, porque temia que identificá-las pudesse causar embaraços ou comprometer a sua segurança. Também mudei alguns pormenores identificadores.

Enquanto forasteira – e uma forasteira pouco fluente em árabe, além do mais –, sinto, naturalmente, alguma apreensão a respeito de tirar conclusões sobre uma população tão vasta, diversa e em rápida mutação como as jovens do mundo árabe, e de escrever aprofundadamente sobre uma religião, o islão, que não é a minha. Tentei não errar e discuti as minhas ideias e descobertas com especialistas do mundo árabe e especialistas do islão – e sempre que pude com as próprias jovens, também –, mas quaisquer falhas de interpretação ou análise são exclusivamente minhas.



*Clientes examinam prendas do Dia dos Namorados
num souk de Damasco.*

PRÓLOGO

DEZEMBRO DE 2007 – RIADE

As 20 raparigas que estavam na festa no jardim da Reem tinham todas sido colegas de turma numa escola particular de Riade. Tinham agora 17 e 18 anos e eram estudantes universitárias, mas pareciam-me muito mais novas. Perguntei-me, no início, se me teria esquecido de como as raparigas de 18 anos se comportam; eu estava prestes a fazer 30. Mas quanto mais tempo passava entre elas naquela noite, de pernas cruzadas num tapete estendido sobre um chão duro, debaixo de uma lâmpada tubular fluorescente que nos banhava numa luz esverdeada e fazia o céu parecer especialmente escuro e sem estrelas, mais amenizados me pareciam os seus maneirismos e tagarelice. Abraçavam-se e davam as mãos muitas vezes, e havia demonstrações efusivas de ternura. Quem chegasse era saudado com guinchos arrebatados. Embora eu estivesse a anotar e a prestar especial atenção aos nomes, havia tantas alcunhas – por vezes várias para a mesma rapariga –, que eu tinha dificuldade em manter-me a par de todas as Dôdôs, Sussus e Lulus.

O encontro era uma espécie de festa de despedida. A nossa anfitriã, a Reem, ia partir de manhã para a *hajj* – a peregrinação a Meca que todos os muçulmanos são obrigados a cumprir pelo menos uma vez na vida, se forem capazes – e tinha convidado algumas velhas amigas da escola para comemorar a ocasião. Foi felicitada uma e outra vez pela sua iniciativa. Tinha-me interrogado sobre se a peregrinação sagrada pareceria menos importante a uma jovem saudita como a Reem do que parecia a tantas das jovens muçulmanas que eu conhecera noutros países. O Ministério da Hajj, do governo saudita, estabelece quotas anuais tanto para peregrinos nacionais como para estrangeiros, mas para a Reem, a preparação da *hajj* não implicara participar numa lotaria nacional ou apresentar pedidos de visto complicados – apenas um curto voo doméstico e, dados os cinco dias de rituais a cumprir, uma mera semana longe de casa antes de regressar a Riade para o feriado do Eid al-Adha. Contudo, a seriedade com que a Reem discutia os seus preparativos para a *hajj*, tanto práticos como espirituais, bem como o orgulho tímido com que aceitava as felicitações sinceras das amigas, puseram de parte este meu pensamento.

Também houve felicitações – e alguma troça – dirigidas à Nouf, uma das amigas mais próximas da Reem, que acabara de ficar noiva. Enquanto as outras se riam, a Reem explicou a troça: Nouf quisera muito fazer a cerimónia de casamento na Disney World, em Orlando, na Florida, mas o pai recusara considerar a ideia. A Nouf era uma rapariga de 17 anos, tímida e de ar arrapazado, que ficou sentada

ao meu lado durante a maior parte da festa, e não parecia nada incomodada com a troça. Sempre adorara a Disney, disse-me com seriedade. Em honra da partida da Reem para a *hajj*, a Nouf estava a usar os seus melhores brincos de prata do rato Mickey. Tinha brincos de esmalte, coloridos, do rato Mickey para usar em dias menos importantes, e explicou que nunca saía sem um dos pares. A Nouf disse que decidira que a melhor coisa a seguir a casar na Disney World seria passar a lua de mel na Disney World. Mesmo que o casamento em si tivesse lugar em Riade, como a família dela insistia, talvez ainda fosse possível organizar uma cerimónia ao estilo de um casamento na Florida.

«Só uma coisa pequena no Castelo da Cinderela», disse Nouf. «Seria bom.»

A Nouf não tivera oportunidade de falar com o noivo: nem sobre a sua ideia da Disney World, nem, na verdade, sobre qualquer outra coisa. Tinha visto o homem uma vez, claro, no dia em que ele e a sua família tinham vindo a casa dela para a *showfa*, que significa literalmente «a observação», e é o primeiro passo de um casal saudita no caminho para o casamento. Mas, na altura, o jovem casal não tivera tempo para conversar. As amigas da Nouf queriam ouvir todos os detalhes dos poucos minutos que a Nouf e o seu noivo tinham passado juntos, juntamente com os representantes das duas famílias, no *majlis* do pai da Nouf – a palavra árabe significa «lugar para sentar» –, uma sala de receção formal em casa. Mas tinha acontecido tudo tão depressa, explicou a Nouf, que na realidade ela não tinha muito para lhes dizer. A mãe da Nouf viera buscá-la ao quarto, pedindo-lhe para ir lá baixo e levar uma bandeja de bebidas para os convidados do pai. Tal pedido só pode significar uma coisa, como todas as raparigas sauditas sabem, e a Nouf ficara demasiado nervosa para olhar bem para o seu futuro marido. Enquanto contava isto às outras raparigas da festa, a Nouf parecia feliz e um pouco sonhadora. Embora estivesse a descrever o seu nervosismo, não consegui detetar qualquer vestígio do mesmo no seu tom. E, embora as amigas estivessem a dar o seu melhor por a pôr a falar dos seus planos de casamento, a Nouf parecia ter muito pouco a dizer. Só quando uma delas voltou a trazer Orlando à baila é que ela ficou mais animada.

Fiquei surpreendida com a intensidade da obsessão da Nouf pela Disney. Seria ela, aos 17 anos, demasiado nova e protegida para perceber a seriedade da decisão que o pai tinha, com efeito, tomado por ela? Depois da *showfa*, o pai da Nouf tinha negociado o seu *mahr*, ou preço de noiva. A Reem, ao meu lado, quis garantir que eu compreendia que o *mahr* era na realidade uma oferta monetária para a própria noiva, do seu noivo. Olhou para o meu caderno, para garantir que eu estava a apanhar tudo. Os estrangeiros por vezes tinham a impressão errada de que os pais sauditas «vendiam» as filhas, explicou ela, mas, de facto, o dinheiro do *mahr* ia para a rapariga – que podia então escolher dá-lo à sua família. A Reem pareceu tão envergonhada com a minha pergunta seguinte, sobre a quantia de um *mahr* típico, que pus de parte o assunto, mas mais tarde soube que o *mahr* de uma virgem de uma boa família pode ascender às dezenas de milhares de riais, ou ainda mais (viúvas e divorciadas valem muito menos).

Depois de o *mahr* da Nouf ficar resolvido, as duas famílias tinham-se reunido outra vez para a *milka*, a assinatura formal do contrato de casamento. Mas esta «festa de noivado», como por norma os Sauditas traduzem *milka*, tinha sido segregada por géneros: as mulheres de ambas as famílias tinham-se juntado à volta da Nouf e, do lado dos homens, uma autoridade religiosa aprovada pelo governo, conhecida como *mimlik*, tinha oficiado, enquanto o *fatiha* – o primeiro capítulo do Alcorão – era recitado e o contrato de casamento era assinado pelo noivo da Nouf e, em nome da Nouf, pelo pai dela. (Nouf tinha concordado com o noivado, mas, como mais tarde me disse, teria sido quase impensavelmente difícil opor-se-lhe. A lei saudita requer que a noiva assine o seu próprio contrato

de casamento, mas, uma vez que ela não está presente na assinatura oficial do contrato perante o *mimlik*, a sua assinatura é considerada uma formalidade.) Seria possível que a Nouf se estivesse a concentrar no Castelo da Cinderela porque aquele era o único aspeto do processo que podia controlar? Ou, dada a impossibilidade de travar conhecimento com o noivo antes do casamento, seria uma narrativa de conto de fadas, em que um encontro accidental leva logo ao amor e ao «felizes para sempre», o único modelo de romance que fazia sentido para ela? Mesmo que fosse esse o caso, perguntei-me se não era assim que a maioria de nós dava sentido à sua vida, adaptando as histórias que contamos a nós mesmos – até filtrando a informação básica que estamos dispostos a absorver acerca do mundo – para que encaixem nas nossas circunstâncias. Nouf parecia serena. Explicou que a sua família provavelmente ia deixá-la falar com o noivo por telefone a certa altura antes da festa do casamento. Ela já andava a pensar na melhor forma de lhe falar na ideia da lua de mel, e tinha esperança que ele a aprovasse.

Perguntei ao grupo de raparigas se era costume uma noiva como a Nouf conhecer o noivo pelo telefone nos meses anteriores ao casamento. Houve um silêncio breve, e a Reem e a Nouf olharam uma para a outra com desconforto. «Está a tornar-se mais comum», disse a Reem. Muitas das famílias sauditas do círculo delas permitiam esses telefonemas, explicou a rapariga, para que o jovem casal pudesse conhecer-se um pouco melhor. Talvez, sugeriu a Reem, quisessem discutir planos para mobilar e decorar a sua primeira casa. A Reem pareceu esforçar-se por arranjar motivos irrepreensíveis para os noivos falarem entre si; o tom dela deixava claro que, ao passo que qualquer referência a sentimentos ou futuros partilhados estava fora de questão, os assuntos práticos poderiam ser mais aceitáveis. Vários dias após a festa da Reem, uma mãe com duas filhas adolescentes contou-me que, com a taxa de divórcio no reino a aproximar-se agora de níveis ocidentais, sobretudo entre recém-casados, algumas famílias acreditavam que uns telefonemas durante o período de noivado poderiam ajudar um jovem casal a começar a vida a dois com expectativas mais realistas. Porém, em termos morais, explicou a Reem, falar com o noivo depois do noivado mas antes do casamento era uma zona cinzenta, uma questão a respeito da qual uma rapariga teria de se haver com a sua própria consciência. Socialmente, por outro lado, era muito simples: era algo que só admitiríamos a amigos muito próximos. «Não sei se se pode realmente dizer que é aceitável», concluiu a Reem, cautelosamente.

Uma rapariga alta chamada Manal interveio. «De que estás a falar? Acho que é muito normal hoje em dia. Este país está a mudar. Em Jeddah, até já fazem casamentos mistos, com homens e mulheres a celebrar juntos.»

«Não!» Reem já estava quase a gritar, e Nouf e as outras raparigas pareciam chocadas. A Reem, no seu papel de anfitriã, parecia falar por todas elas. «Isso simplesmente não é possível», disse ela. «Não na Arábia Saudita.»

Por um momento, Manal não cedeu. «Mas fazem! Em Jeddah, fazem! Eu tenho família lá, e eles dizem...» Manal caiu num silêncio constrangido, vendo as reações das amigas. Jeddah, uma cidade portuária junto ao mar Vermelho, é conhecida como a cidade mais liberal da Arábia Saudita; os milhões de peregrinos que durante séculos passaram por Jeddah a caminho de Meca, cerca de 80 quilómetros para o interior, deixaram-na com uma população mais diversa e uma perspetiva mais internacional do que outras cidades sauditas. Riade, por seu lado, fica na região alta e central, bem mais conservadora, conhecida como Najd. A referência da Manal a familiares em Jeddah não tinha caído muito bem com aquele grupo de raparigas bem-educadas do Najd. Manal pareceu olhar para

nim em busca de sinais de apoio, e eu senti-me dividida. Perguntei-me se devia dizer alguma coisa aprovadora em resposta à tentativa dela de introduzir práticas sociais sauditas mais liberais na conversa. Manal estava claramente à espera de despertar o interesse da visitante americana, ou seja eu, quando na verdade eu estava bem mais interessada no efeito das palavras dela sobre as outras. Isto devia-se em parte a instinto profissional: a secção internacional do *New York Times* tinha-me enviado para Riade para ajudar a escrever uma série de artigos sobre a crescente religiosidade entre os jovens em países de maioria muçulmana, por isso foi útil ouvir as raparigas descrever o que consideravam convencional, ou socialmente aceitável. Mas, para minha surpresa, também percebi que, por reflexo, não podia deixar de partilhar da irritação geral com a Manal. Ela parecia querer exibir-se, parecer sofisticada. Talvez até tivesse pretendido ser um pouco chocante. Mas era evidente que se tinha enganado e, com a sugestão de que os seus familiares pertenciam a um círculo de Jeddah que organizava eventos sociais mistos, tinha ido demasiado longe. As ex-colegas da Manal pareciam escandalizadas e incrédulas. Ao observá-las, fiquei espantada por a Reem e as amigas reforçarem e policiarem instintivamente as opiniões umas das outras. Vendo-se encurralada, a Manal recuou. «Claro que é errado, e eu própria nunca iria a um casamento misto, mas ouvi dizer que em Jeddah algumas famílias os fazem», concluiu, docilmente.

O convite por SMS da Reem mencionara um churrasco, mas a ementa era totalmente composta por sobremesas. Enquanto falávamos, um par de empregadas filipinas serviu bolos de chocolate quentes com o recheio derretido em formas de vidro temperado, e encheu um grelhador portátil com carvão, para as raparigas assarem gomas. (Em sociedades em que o álcool é anátema, a doçaria por vezes cumpre uma função social semelhante. Nos países do Golfo, é comum ver grupos de jovens, com os seus tradicionais lenços brancos ou axadrezados engomados, passados a ferro e dobrados aos estilos mais modernos – há um estilo popular, que implica dobrar o lenço numa ponta rígida no meio da testa de uma forma que dizem parecer a goteira de um telhado, conhecido como «dreno cerebral» –, reunidos ombro a ombro à volta de mesinhas cuidadosamente decoradas em sucursais locais de pastelarias francesas como a Paul, a Ladurée e a Fauchon, a comer bolo com garfos minúsculos.)

Por volta das nove, a Reem levantou-se por um momento para supervisionar as empregadas. Enquanto as três se curvavam sobre o grelhador, eu olhei em meu redor. A mão de obra doméstica importada é tão barata e abundante no reino, que os Sauditas não a consideram um indicador de riqueza (mais tarde ouvi uma saudita minha conhecida mencionar, como exemplo das dificuldades por que passara na sua infância despojada, o facto de a sua família só ter uma empregada a tempo inteiro, e visitei as casas de sauditas desempregados que, todavia, empregavam vários criados para lhes fazer o trabalho doméstico). E, embora a família da Reem vivesse claramente bem, o jardim onde estávamos sentadas não era o género de paraíso luxuriante, cuidado, que eu tinha visto quando visitara as casas de sauditas ricos, mas sim o quintal muito usado de uma família grande e ativa. As casas na Arábia Saudita e nos outros países do Golfo ricos em petróleo são tradicionalmente rodeadas por muros, por norma com cerca de três metros de altura. E embora no reino, pelo menos, estes muros sejam construídos mais por privacidade do que por segurança, sempre me perguntei se as próprias barreiras não fariam o mundo exterior parecer mais perigoso às pessoas que viviam lá dentro. (Nunca tive a oportunidade de testar isto: a minha única experiência de vida num complexo murado foi os meses que passei a viver no escritório do *New York Times* em Bagdade, onde os muros cumpriam de facto uma função protetora.)

No interior dos muros cobertos de estuque do complexo da família da Reem havia montes de

brinquedos de plástico, e o presumível relvado estava gasto de tanta brincadeira. Alguns focos enfezados de relva ainda se agarravam à terra arenosa perto dos degraus das traseiras da casa, e tinham sido estendidos tapetes nessa área para nos podermos sentar com conforto. Quando a Reem se voltou a sentar, segurando uma goma atravessada num espeto, apontou para uma estrutura rudimentar, tipo barracão, junto ao portão no muro exterior do complexo, que dava para a rua. Era o *molhaq* dos irmãos dela, uma espécie de cabana que as famílias sauditas constroem na sua propriedade – fora da casa principal e junto à entrada exclusiva dos homens no muro da propriedade –, para os filhos solteiros da casa terem um sítio adequado para receber convidados. O *molhaq* fora construído para os rapazes quando, com o aparecimento dos primeiros sinais físicos da adolescência, eles foram considerados «demasiado grandes para verem as mulheres», explicou a Reem. Os rapazes podiam receber os amigos nesse *molhaq* sem o risco de os amigos avistarem as mulheres da família na casa principal. Agora, os irmãos da Reem passavam a maior parte do tempo no *molhaq*, com a sua televisão de ecrã gigante, o seu minifrigorífico e a sua *PlayStation*, disse a Reem, franzindo o nariz de uma forma que sugeria a aura de comida rançosa e de higiene adolescente questionável que rodeava o *molhaq*. Esta noite, por causa do serão da Reem, os rapazes, juntamente com o pai, tinham sido completamente banidos da propriedade.

Reparei numas balizas de futebol em ponto pequeno de ambos os lados do relvado e perguntei à Reem se também pertenciam aos irmãos dela. Reem sorriu e, com o ar de quem admite um hábito embaraçoso, contou-me que ela e as amigas também as usavam. A maioria dos jovens sauditas que conheci desde então, tanto homens como mulheres, tem uma paixão semelhante pelo futebol; num país sem cinemas e com pouca vida pública, os jogadores de futebol e os clérigos são, como um jornalista saudita uma vez me disse com uma risada amarga, as únicas celebridades. Entre as raparigas que estavam no jardim naquela noite de dezembro, a Reem e a Sara, uma rapariga muito bonita com uma camisola caveada preta e canelada, e com caracóis castanho-escuros emaranhados que pareciam não ser escovados há semanas, revelaram-se as mais obcecadas por futebol do grupo. Sara contou-me que até tinha ido ver alguns jogos de futebol com o pai e os irmãos em criança, e muitas das raparigas exclamaram de inveja por isso. As mulheres sauditas não podem assistir a eventos desportivos, disse a Reem. «Mas, quando a menina é muito pequena, ninguém repara se o pai a levar.»

Por esta altura, o cheiro forte a açúcar queimado indicou que as empregadas estavam a encontrar menos interessadas nas gomas assadas. O ar noturno punha-se mais fresco, e perguntei-me se devia entrar na casa para buscar a minha *abaya*. A conversa passara para recordações da escola secundária. As raparigas sentiam falta da companhia diária das amigas da escola, disseram-me elas. Mostraram-me fotos do álbum da Reem. Como muitas raparigas e mulheres sauditas não permitem que as fotografem, é provável que uma fotografia da vida escolar seja a imagem de uma sala vazia. As salas de aula das fotos estavam cheias de sinais de vida – lanches meio comidos, mensagens escrevinhadas em quadros pretos –, mas não tinham pessoas, como se as raparigas e as suas professoras tivessem sido interrompidas a meio de um dia de escola para uma simulação de incêndio. Era tradição da escola as amigas de uma rapariga decorarem a mesa dela no seu aniversário, e mostraram-me mais de uma dúzia de fotografias de mesas enfeitadas com balões e serpentinas, e atafalhadas de cartões. Por fim, as raparigas mostraram-me fotografias do auditório da escola, tão vazio como as salas, mas decorado e pronto para receber as suas mães e outras mulheres da família, para a cerimónia de formatura delas no verão anterior.

Agora as raparigas estavam dispersas por um punhado de universidades femininas e departamentos de universidades na área de Riade. Meia dúzia, incluindo a Reem, estava a estudar Direito, um facto que me surpreendeu um pouco. Recentemente, tinha-se tornado possível as mulheres sauditas fazerem cursos de Direito. Mas, como o Ministério da Justiça saudita não autorizava que as mulheres fossem advogadas, parecia-me um pouco fútil tirar o curso. As raparigas, por seu lado, pareciam não se incomodar com a inexistência de mercado de trabalho. A Reem achava que as firmas de advogados sauditas em breve começariam a contratar mulheres para preparar documentos jurídicos e cumprir outras tarefas que não envolvessem comparecer em tribunal. Algumas das outras alunas de Direito na festa estavam ainda mais otimistas e garantiram-me que o Ministério da Justiça em breve começaria a autorizar mulheres advogadas, «quando acabarmos o curso», se não antes. (A Arábia Saudita autorizou as suas primeiras advogadas em outubro de 2013.)

Cerca das dez da noite, uma das empregadas começou a aparecer discretamente entre nós de novo, sussurrando a uma rapariga ou outra, «Miss Nouf, o seu carro chegou» e «Miss Sara, o seu motorista». Cada rapariga que ela chamou entrou na casa para ir buscar a longa *abaya* preta e o lenço preto à fila de cabides na entrada, e depois regressou ao grupo por alguns momentos, transformada, com o cabelo e o corpo envoltos em tecido preto. Cerca de metade das raparigas usava dois lenços pretos, puxando o segundo sobre o rosto como toque final, depois de cobrir o cabelo com o primeiro. Já irreconhecíveis, aqueles fantasmas negros, translúcidos, abraçaram e fingiram beijar as amigas antes de acenarem e desaparecerem, através do portão no muro do jardim da Reem, na noite do deserto.

Como toda uma geração de jovens americanos, o meu interesse pelo mundo árabe foi substancialmente moldado pelos ataques do 11 de setembro. Por muito *cliché* e insuficiente que me soe agora, o facto de eu estar a assar gomas em Riade com a Reem e as amigas dela era um resultado direto dos acontecimentos daquele dia. Custa-me escrever isto, tendo conhecido tantos sauditas bondosos e honrados nos anos seguintes, mas o impulso de descobrir o máximo que pudesse sobre o mundo árabe começou então, no outono de 2001, com um período inicial de obsessão e choque com a Arábia Saudita. Resultou de uma determinação ansiosa de compreender o país e a cultura que tinham produzido 15 dos 19 sequestradores – os homens que mataram uma das minhas colegas mais amáveis e estudiosas na universidade, uma rapariga bondosa, com um sentido de humor discreto, chamada Cat MacRae, juntamente com quase três mil pessoas. E, porque muitas vezes tenho dificuldade em compreender grandes conceitos políticos ou económicos até descobrir histórias que me ajudem a ver como eles funcionam na vida das pessoas comuns a um nível prático, até íntimo, o que eu senti foi uma vontade de conhecer pessoas na Arábia Saudita, na esperança de conseguir descobrir qual era a sua perspetiva do mundo. A forma como os sequestradores pensavam, enquanto fundamentalistas, também me interessava bastante. Que tipo de pessoa é que se dispunha a abandonar entes queridos e ambições anteriores, e fazer coisas tão terríveis, por causa de um conjunto de ideias?

Ainda estava há pouco tempo em Nova Iorque naquele mês de setembro. Depois de um verão passado a viver em casa de uns amigos e a servir à mesa num restaurante francês, usei o fim de semana do Dia do Trabalho para me mudar para um apartamento exíguo num trecho barulhento de Fourth Avenue, em Brooklyn, com duas raparigas colombianas com quem só tinha estado uma vez. Na semana seguinte, comecei a trabalhar no *New York Times*, como assistente de pesquisa de Bill Keller.

Tinha havido uma remodelação dos principais editores do *Times* e o Bill, que tinha sido coordenador geral do jornal, ia mudar-se para o décimo andar do velho prédio do *New York Times* em West Forty-Third Street, onde os columnistas e editores do *Times* tinham os seus escritórios. O Bill ia escrever uma coluna de 15 em 15 dias para a página de opinião. Disse-me que estava habituado a fazer a sua própria pesquisa e que não sabia bem o que fazer com uma assistente, e isto não ajudou nada a diminuir a minha ansiedade. Eu tinha 23 anos, e queria muito ser útil. O Bill era, percebi, quase tão tímido como eu, e era o tipo de timidez que provoca sempre uma espécie de reação química com a minha, exacerbando-a; durante os primeiros meses, tive de me concentrar para não torcer as mãos sempre que falava com ele.

O Bill disse-me que planeava começar com algumas colunas sobre o Oeste Americano. Tinha crescido na Califórnia e trabalhado no *The Oregonian* ainda no tempo de jovem jornalista, e achava que os estados ocidentais por vezes não recebiam tanta atenção como mereciam. Tinha decidido passar alguns dias no Oregon e no Norte da Califórnia a fazer pesquisa para um artigo sobre uma seca na bacia do rio Klamath, e portanto, na manhã de terça-feira, dia 11 de setembro, eu cheguei ao *Times* muito cedo. Era o meu segundo dia a trabalhar como assistente do Bill e, querendo começar com o pé direito, esperava fazer algum progresso na organização da viagem do Bill à Costa Oeste antes de ele chegar ao escritório.

Alguns minutos antes das nove da manhã, estava ao telefone com os agentes de viagens do *Times*, a discutir os preços dos voos para o Oregon, quando a mulher que me estava a ajudar mencionou, com uma impassibilidade que mais tarde me surpreendeu, que ela e as colegas tinham acabado de ver as notícias sobre o World Trade Center. Não percebi o que ela quis dizer e portanto, enquanto tentava que o *site* do *Times* recarregasse, a agente explicou que tinha havido um acidente horrível: um avião tinha embatido numa das torres gémeas. Perguntei se podia ligar mais tarde por causa dos bilhetes de avião, e desliguei o telefone. Saí para o corredor do pequeno escritório sem janelas que partilhava com a assistente de Bob Herbert, mas o dia de trabalho num jornal normalmente começa tarde, e no décimo andar parecia que ainda ninguém chegara para trabalhar. Ocorreu-me que havia televisões na sala de redação principal, no terceiro andar, por isso fui de elevador lá para baixo.

Na sala de redação, as pessoas começavam a reunir-se em grupos semicirculares diante das várias televisões, a ver fumo brotar da torre norte do World Trade Center. Enquanto me juntava a uma crescente multidão em frente de uma televisão suspensa sobre um conjunto de cubículos de editores das notícias locais, houve arquejos e exclamações murmuradas: o voo 175 da United Airlines atingira a torre sul. Em criança, aterrorizada com as descrições bíblicas do Armagedão que ouvira da minha mãe, que se tornou testemunha de Jeová por volta da altura em que entrei para a escola, tinha-me interrogado temerosamente que forma tomaria ele e, em particular, como é que as pessoas saberiam que o fim do mundo tinha chegado; agora, parecia que tinha a resposta. Durante um período de tempo que pareceu incrivelmente longo, o nosso grupo ficou paralisado diante da televisão, mal se mexendo ou falando. Só quando um terceiro avião atingiu o Pentágono, cerca de meia hora mais tarde, é que percebi que, a toda a minha volta, havia gente a gritar instruções ao telefone e gente a enfiar coisas em sacos enquanto corria para as escadas que levavam à saída do prédio. Eu apanhei o elevador para cima, de novo.

Por essa altura, o Bill já tinha chegado. Voltou-se quando me viu parada, indecisa, junto à porta aberta do seu escritório, e perguntou se eu estava bem. Estava prestes a ir à zona norte da cidade buscar o filho à escola, disse-me. Eu também podia ir para casa, se achasse que precisava,

acrescentou, com amabilidade. Detestando a inutilidade do gesto, perguntei ao Bill se havia algum trabalho que pudesse fazer enquanto ele estivesse fora. Ele disse que achava que não. Quando voltei à minha secretária, comecei a procurar artigos sobre Osama bin Laden, e sobre a reação aos ataques no mundo árabe. Li durante horas. Comecei a desejar não ter estudado Literatura Francesa e Italiana na universidade, mas sim História, talvez, ou Relações Internacionais, qualquer coisa que me ajudasse a perceber melhor aquilo.

Nos meses posteriores aos ataques do 11 de setembro, o Bill escreveu sobre terrorismo nuclear (encomendei uma erva-da-fortuna num vaso para o escritório dele depois de ler, num artigo para o dossiê sobre «bombas sujas» que eu estava a reunir, que as plantas conseguiam detetar radiação), sobre Colin Powell e Donald Rumsfeld e Paul Wolfowitz, sobre a invasão do Iraque, e sobre a busca infrutífera de armas de destruição em massa nesse país. Bill não chegou a fazer a viagem à bacia do rio Klamath, nem a escrever muito sobre o Oeste Americano. Eu tornei-me mais rápida a transcrever as entrevistas gravadas do Bill e fiquei espantada e animada por descobrir, ao ouvir dezenas delas, que a timidez podia ser uma qualidade útil a um jornalista. Aos fins de semana, lia livros sobre o islão e tudo o que pudesse encontrar sobre sociedades árabes modernas. Comprei um livro de expressões árabes. Quis descobrir uma forma de viajar àquela região.

A oportunidade surgiu inesperadamente, quase três anos mais tarde, no verão de 2004. Por essa altura, o escândalo de plágio de Jayson Blair levava a outra mudança na liderança da sala de redação, e o Bill tornara-se diretor executivo do jornal. Eu tinha partido de Nova Iorque para um breve período na London School of Economics, onde comecei a estudar árabe a sério, continuei a ler obsessivamente sobre o mundo árabe e em breve senti falta do ritmo de trabalho num jornal. Por fim, depois de algum amável encorajamento da editora internacional do *Times*, Susan Chira, que se ofereceu para cobrir o custo da passagem para Damasco em troca de alguns meses de experiência como correspondente, apanhei um avião para a Síria. Enquanto estudante de mestrado frustrada em Londres, eu tivera vontade de fazer algo «sério», escrever sobre o terrorismo e o conflito sectário e os efeitos da guerra no Iraque sobre os países vizinhos. A caminho de Damasco, pensei, de modo igualmente vago, que ia lá ficar e tentar trabalhar como jornalista na Síria durante cerca de seis meses. Em vez disso, há já mais de uma década que o volúvel mundo árabe me absorve. Primeiro vivi, durante cerca de três anos, em Damasco, e depois disso, do outro lado das montanhas anti-Líbano, em Beirute (a distância entre as duas capitais, a direito, é apenas de uns 80 quilómetros, mas muitas vezes me pareceu que as cidades estavam separadas por décadas). Trabalhava sobretudo como correspondente para o *Times* e, quando conseguia encontrar trabalhos de *freelance* para outras publicações que me pagassem as despesas, tentava visitar o máximo da região que podia. Depois disso, passei alguns anos a viajar entre a minha casa em Nova Iorque e trabalhos no Médio Oriente. E acabei por passar uma porção cada vez maior desse tempo todo a escrever, não sobre o que um colega durante o meu breve período de três meses no escritório de Bagdade do *New York Times* costumava chamar «as coisas habituais do Destino das Nações», mas sim sobre as vidas de raparigas comuns como a Reem e as amigas dela.

Sustentaria, agora, que as lutas comuns das raparigas igualmente comuns nos podem dizer muito sobre o Destino das Nações, mas demorei algum tempo a pensar sobre as jovens árabes como tema por direito próprio. Embora seja embaraçoso admiti-lo, isto tinha muito a ver com um medo inseguro, no início, de que as questões das mulheres fossem de certo modo frívolas. Ainda mais desconcertante foi a perceção de que me identificava com muitas das raparigas árabes que conhecia.

Tinha-me mudado para a Síria com 20 e tal anos, mas a noção de semelhança que estou a descrever não era uma questão de idade; não tinha sentido nada assim por nenhuma das raparigas cheias de confiança que conhecera em Princeton. Era antes porque, tendo sido educada nos subúrbios de Cincinnati como testemunha de Jeová, eu reconhecia em muitas das jovens árabes que encontrava uma luta angustiada para conciliar os valores que tinham absorvido enquanto cresciam com um mundo em transformação e as suas próprias esperanças em transformação. Nunca poderia ter explicado às minhas colegas da universidade que, em criança, me tinham ensinado, por exemplo, a acreditar que a formação superior era um objetivo egoísta, mundano, e que as mulheres deviam permanecer «sob dependência dos maridos», submetendo-se à autoridade dos chefes das suas famílias em todas as questões – para não falar no meu sentimento de culpa persistente por ter acabado por rejeitar estes ensinamentos. Foi desconcertante conhecer, pela primeira vez, mulheres da minha idade cujas experiências destas questões se assemelhavam tanto às minhas.

O mundo árabe é, demograficamente, uma região muito jovem; cerca de dois terços da população nos países árabes têm menos de 25 anos (nos Estados Unidos, a proporção é inversa). Nos meses seguintes aos ataques do 11 de setembro, muitos comentadores começaram a descrever o aumento da juventude árabe em termos alarmistas. Frustrados pela corrupção nos seus governos e estabelecimentos de ensino, sufocados pelo desemprego, empurrados e puxados pelas forças concorrentes da modernidade e do fundamentalismo islâmico, seria surpreendente, perguntavam esses autores, que tantos jovens árabes descontentes tivessem aplaudido os ataques ao World Trade Center? Ao ler estes artigos sobre os jovens da região, fiquei impressionada com a ausência de personagens femininas fortes; as jovens árabes normalmente apareciam como vítimas silenciosas, se é que apareciam. Mas mesmo nas sociedades mais patriarcais, as mulheres raramente são completamente impotentes. E quando eu própria comecei a passar mais tempo no Médio Oriente, passei a desconfiar que estas narrativas de vitimização envolviam algum reducionismo.

Quando comecei a fazer jornalismo no mundo árabe, os líderes políticos e os académicos queixavam-se muitas vezes de que a *shebab* – a juventude – dos seus países não se interessava pelos direitos humanos nem pela política. Mas os jovens sírios, libaneses e egípcios que eu estava a conhecer eram tudo menos apáticos. No caso das jovens árabes, o fosso entre reputação e realidade parecia-me ainda maior. Quando fazia visitas aos Estados Unidos, até pessoas aparentemente sofisticadas e bem-intencionadas me diziam que acreditavam que as mulheres árabes tinham sido submetidas a uma lavagem cerebral. Mas muitas das jovens que eu ia conhecendo no decurso do meu trabalho no Médio Oriente pareciam levar vidas que desmentiam tão claramente essa ideia, que eu estremecia quando ouvia alguém tratá-las com tanta condescendência, ainda que fosse sem intenção. Comecei a prestar mais atenção às histórias dos jovens, concentrando-me especialmente nas mulheres, e este livro é o resultado disso. Como teve origem nos meus trabalhos para o *Times* e outras publicações, algum do material já foi publicado, sob outras formas. As histórias e conversas que o livro contém foram retiradas do meu trabalho jornalístico em cinco países – Síria, Líbano, Egito, Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos – que são, política e culturalmente, muito diferentes. Juntas, são uma tentativa, ainda que parcial, de retratar a geração de mulheres árabes que atingiu a maioria nos anos posteriores aos ataques do 11 de setembro e que ajudou a fazer as revoluções da Primavera Árabe, e de descrever, pelas especificidades das suas vidas, este tempo de

mudança rápida na região.

Ainda em 1975, a socióloga e pioneira do feminismo árabe Fatima Mernissi, marroquina, descrevia o conceito de adolescente solteira como «uma ideia completamente nova [...] antigamente, tínhamos apenas uma criança do sexo feminino e, depois, uma mulher menstruada que tinha de ser casada imediatamente, de modo a evitar a desonrosa prática do sexo pré-matrimonial». No entanto, hoje em dia, na maioria dos países árabes, como nos Estados Unidos, há mais raparigas do que rapazes a frequentar universidades. Enquanto eu vivia em Damasco, as raparigas sírias começaram a frequentar escolas de memorização do Alcorão em números superiores aos dos rapazes que frequentavam escolas semelhantes, aprendendo a raciocinar a partir do Alcorão e muitas vezes usando essa formação para reclamar mais direitos e liberdades de uma perspectiva islâmica. Mulheres de vários países árabes começaram a combater as leis que protegem os homens que matam parentes suas em nome da honra familiar. As militantes dos direitos das mulheres sauditas tornaram-se tão loquazes e confiantes nos últimos anos que provocaram uma reação de mulheres mais conservadoras, que se sentem desconfortáveis com os apelos para que as mulheres possam tomar decisões sem consultar um tutor masculino – e o facto de estas mulheres conservadoras poderem participar publicamente em tal reação antifeminista é, por si só, um sinal da rapidez com que as liberdades das mulheres sauditas estão a aumentar. No início da Primavera Árabe de 2011, o mundo viu raparigas, algumas de lenços na cabeça e outras de *jeans* apertados, juntarem-se aos homens em manifestações antigovernamentais que acabaram por derrubar presidentes autoritários na Tunísia, no Egito e na Líbia. Foi uma mulher de 25 anos, Asmaa Mahfouz, a autora do vídeo (produzido e carregado para o YouTube por ela) largamente tido como responsável pelo início das gigantescas manifestações na Praça Tahrir que acabaram por derrubar o governo do presidente egípcio Hosni Mubarak.

Regressando às conversas que tive no interior dos muros do jardim da Reem, e aos milhares de outras discussões comoventes, por vezes hilariantes, e por vezes enfurecedoras, que tive com outras jovens na Arábia Saudita e noutros países árabes, todas estas mulheres parecem ter atingido a maioridade numa espécie de jardim murado metafórico. Enquanto grupo, obtiveram melhor formação e maiores liberdades do que as raparigas árabes de qualquer outro momento da História. As pressões sociais para casar e defender a honra da família ainda existem, claro, mas nos últimos anos, um número crescente de mulheres árabes pôde viver a adolescência e a juventude das mesmas formas que as jovens ocidentais normalmente vivem, como um período para se definirem a si mesmas e aos seus valores, e realizar objetivos pessoais. Muitas vezes, as suas vidas ainda são restringidas de formas que as raparigas ocidentais da sua idade achariam difíceis de tolerar, mas essas restrições também podem ajudar a criar laços fortes e um sentimento inspirador de propósito comum. Sentada no jardim naquela noite, achei piada à intensidade da nostalgia das raparigas pelos seus tempos de escola secundária, que afinal tinham acabado apenas seis meses antes. Contudo, depois de conhecer melhor as raparigas – passei mais dois meses em Riade naquela viagem –, compreendi o poder e a importância das amizades femininas, e vim a perceber que esses anos de relativa independência eram um período privilegiado das suas vidas.

Mas muitos destes triunfos das mulheres assentam sobre fundamentos frágeis. Embora tenha havido um momento durante a Primavera Árabe em que as revoluções populares pareceram abrir a possibilidade de mudança a toda a região e a todos os seus habitantes, esse momento desapareceu. Enquanto escrevo isto, um grupo extremista excecionalmente brutal conhecido como ISIL ou ISIS, ou

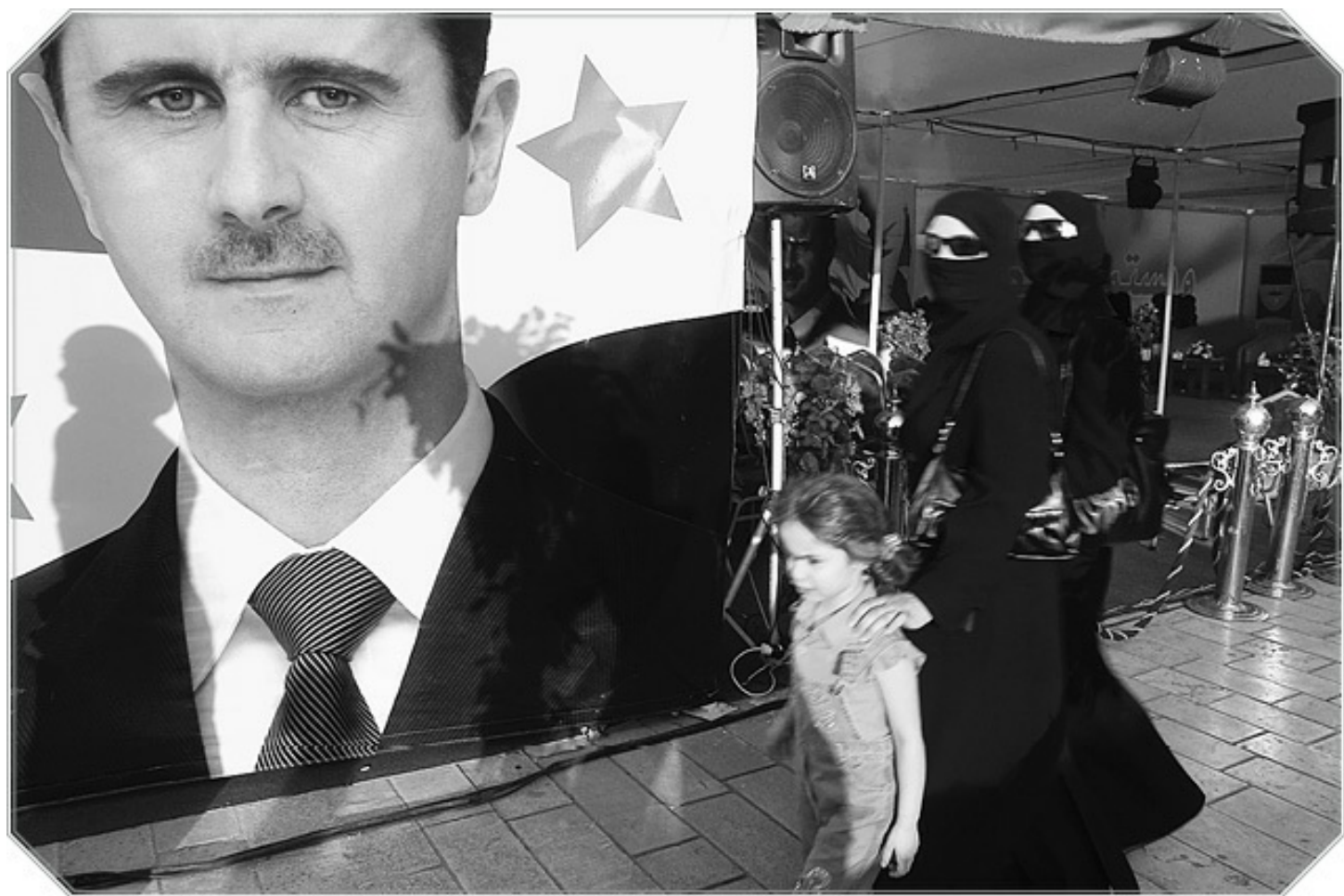
simplesmente Estado Islâmico, declarou um califado com capital em Raqqa, no Norte da Síria (a qual, quando a vi pela última vez, era uma cidade pacata na margem do rio Eufrates conhecida pela sua produção de algodão e os seus jarros e taças de cerâmica vidrada, da era aiúbida, um destino importante para arqueólogos em escavações nos *tells* circundantes, mas pouca gente mais). Nos territórios que controla, o Estado Islâmico proibiu as raparigas e as mulheres de irem à escola, de se candidatarem a empregos e de saírem de casa sem um familiar do sexo masculino a acompanhá-las. Sujeitou milhares de raparigas sírias e iraquianas não-muçulmanas à escravidão sexual, e terá pressionado algumas famílias sírias muçulmanas a entregar as filhas como «noivas» de curto prazo para os seus combatentes. (Este panorama geral de subjugação feminina é complicado pelo facto de as novas restrições sobre as mulheres nos territórios que o Estado Islâmico controla estarem a ser impostas por mulheres armadas com chicotes e, por vezes, espingardas automáticas; o Estado Islâmico emprega uma força policial inteiramente feminina conhecida como Brigada al-Khansaa e, num reconhecimento à igualdade de género que é raro em círculos salafitas, os líderes do novo Estado Islâmico declararam que, no califado, a jiade é uma obrigação de ambos os sexos.) Até no Egipto, algumas das jovens que ajudaram a fazer as revoltas da Primavera Árabe sofreram retaliações violentas e misóginas. Anos de discriminação de género não podem simplesmente autocorrigir-se, e muitos dos efeitos nefastos da perturbação provocada pela Primavera Árabe estão a cair desproporcionalmente sobre as mulheres. No entanto, é raro ouvirmos as histórias das mulheres que estão a suportar a parte pior dessas agitações.

Em sítios onde existe uma segregação social de género, há muitas vezes uma espécie de afinidade natural entre as mulheres. As jornalistas estrangeiras nos países árabes são livres de trabalhar na esfera pública, mas por norma também são acolhidas na esfera privada – o domínio das mulheres, o mundo da vida familiar árabe – de formas que apenas raramente se verificam com os seus homólogos masculinos. Nas partes mais conservadoras do mundo árabe, pode ser difícil para jornalistas do sexo masculino sequer falarem livremente com mulheres, pelo que muitas vezes as perspetivas dessas mulheres são omissas. Nos Estados Unidos, perguntaram-me muitas vezes se não é especialmente difícil, enquanto mulher, trabalhar como jornalista no mundo árabe. Por norma, acho que o caso é precisamente o contrário, que as jornalistas, nos países islâmicos, trabalham num espaço privilegiado e que lhes são permitidos relances de espaços atrás de portas fechadas que podem estar indisponíveis para os homens.

Atrás dessas portas fechadas, assisti a muito apoio e proteção mútuos. As jovens árabes estão a passar por um período de transformação, agora que as batalhas sobre o futuro da região são cada vez mais travadas no domínio dos direitos das mulheres. Sejam quais forem as suas opiniões pessoais acerca desses direitos – falei com muitas jovens, por toda a região, que olhavam o feminismo com desconfiança ou mesmo hostilidade –, as suas vidas estão a ser remodeladas em consequência disto. E conheci muitas jovens que estão a aproveitar a oportunidade de formas inesperadas, e a ajudar outras como elas a fazê-lo também. Parte das mulheres cujas histórias aparecem aqui são ativistas, mas, porque a maioria não o é, algumas destas oportunidades aproveitadas e alguns atos de coragem podem parecer pequenos. Mas se há uma coisa que espero fazer com este livro é defender o valor dos pequenos gestos: o mundo muda por causa de guerras e ataques terroristas, mas também muda porque uma filha toma decisões ligeiramente diferentes das que a mãe tomou.

Aprendi, pouco depois de começar a trabalhar no mundo árabe, que era um erro dar demasiada importância a modos amenizados e demonstrações elaboradas de modéstia; podem ser estratégias

proveitosamente empregadas para mascarar uma ambição desmedida. Infelizmente, isso não me impediu de voltar a cometer o mesmo erro, por vezes. Quando, em 2014, soube que uma mulher saudita tinha aberto uma firma de advogados pela primeira vez, reli os meus apontamentos da noite no jardim da Reem e fiquei desiludida por ter dedicado imensas páginas a luas de mel na Disney World e ter escrito tão pouco sobre o primeiro grupo de mulheres sauditas a estudar Direito. Por vezes, lembrei a mim mesma, a vanguarda mostra-se assim: de rabo de cavalo, a rir e a comer gomas.



*Mulheres passam por um retrato
do presidente sírio Bashar al-Assad.*

E QUE CUBRAM O PEITO COM VÉUS

AGOSTO DE 2004 – DAMASCO

Estava à espera que a chaleira fervesse quando bateram à porta do meu apartamento novo. «Queria uma chávena de chá, por favor», disse um homem que eu não conhecia. Tinha um *keffiyeh* axadrezado vermelho e branco, enrolado à volta da cabeça, e estava coberto de pó. Reconheci-o: era um dos trabalhadores que estavam a instalar um pavimento de lajes no apartamento de cima; desde que me mudara para ali, havia algumas semanas, as minhas tardes tinham sido preenchidas com tinidos e sons de raspagem. Atrás do desconhecido, reparei em pilhas de lajes de mármore baço, acinzentado, no meu patamar do terceiro andar. (Estava habituada a pensar no mármore como um luxo, mas, na Síria pré-guerra civil, era barato.) Talvez o homem estivesse a levá-las para cima e tivesse parado para tomar fôlego em frente à minha porta.

«Ah», disse eu, estupidamente, confusa com a interrupção, mas contente por ter sido abordada num árabe que conseguia compreender. «Chá.»

O desconhecido no patamar estava a esforçar-se por não olhar para mim; tinha os ombros voltados para o lado e os olhos fixos no caixilho da porta à minha esquerda. Eu sabia que este cuidado era um sinal de respeito e boas maneiras – o Alcorão recomenda aos crentes que «baixem o olhar» perante possíveis fontes de tentação e, por conseguinte, muitos muçulmanos devotos evitam olhar para mulheres fora da sua família mais próxima –, mas, naqueles tempos, ainda achava a falta de contacto visual enervante.

«Chá», repeti, em árabe. «Está bem.» Fechei a porta e voltei a abri-la um momento mais tarde, lembrando-me. «*Biddak sukkar?*», perguntei. «Quer açúcar?»

«Pouco açúcar», disse o homem.

A chaleira tinha acabado de ferver quando voltei à cozinha. Peguei na maior chávena que encontrei entre a louça dissonante que fora deixada pelos inquilinos anteriores, acrescentei uma colher de açúcar e tirei uma saqueta de chá preto do armário. Deixando tanto a saqueta como a colher na chávena (ele que decidisse como queria o chá), voltei a abrir a porta e dei o chá ao homem.

Ainda estava naquele estado de semiconsciência que pode ocorrer num sítio novo com regras desconhecidas; compreendia as coisas pela metade; dava por mim a agir, em geral, de forma recetiva, seguindo um instinto de ser bem-educada. Os lares sírios que tinha observado recebiam

muito mais visitas do que a maioria das famílias americanas que eu conhecia. (Muitas vezes eram os homens que faziam o convite, reparara, mas as mulheres pareciam fazer a maior parte do trabalho associado a servir os convidados.) Estavam sempre a aparecer parentes e amigos, alteravam-se rotinas familiares e improvisavam-se refeições para recebê-los. Talvez a expectativa de chá de um trabalhador fosse uma parte tácita daquelas tradições árabes de hospitalidade pelas quais os viajantes ocidentais na região mostravam, há séculos, tanto entusiasmo nas suas memórias. Eu nunca ouvira falar de tal coisa, mas nos últimos tempos dera por mim num estado de espírito estranhamente maleável.

O homem deixou a chávena vazia e a colher à minha porta; quando passei por ele nas escadas uns dias mais tarde, voltou a evitar olhar para mim, e devolveu o meu cumprimento num murmúrio. Quando mais tarde contei a uma amiga síria o episódio do chá, ela encolheu os ombros e acenou com a cabeça. Sim, claro, disse ela: é bem possível os trabalhadores das obras pedirem às mulheres das casas vizinhas qualquer coisa para beber. Era apenas um sinal de boa vizinhança, embora o costume fosse menos comum hoje em dia, sobretudo nas cidades. A minha curiosidade surpreendeu a minha amiga, mas o episódio ficou-me na memória. O trabalhador partira do princípio de que eu satisfaria o seu pedido, mesmo que me tratasse como se eu fosse invisível. Pensei muito no pedido de chá nas semanas seguintes, embora não soubesse ao certo porquê.

Vivia na Síria há cerca de três meses quando o trabalhador me bateu à porta. Tinha um mapa de Damasco colado à parede da minha cozinha, e fitava-o enquanto bebia o *Nescafé* de manhã, memorizando os nomes das ruas principais: Abou Roumaneh, Sha'alan, Shari'a Baghdad. Todos os dias tinha várias horas de aulas de árabe, num centro especial para estudantes estrangeiros na Universidade de Damasco. Antes, nas minhas primeiras semanas no país, tinha frequentado uma escola de línguas que, vim a descobrir, tinha tendências islamistas ilícitas; só me apercebi disto quando ela foi alvo de uma rusga da *mukhabharat*, a polícia secreta da Síria. Mais tarde, os meus amigos sírios gozaram comigo por não ter detetado a orientação da escola pelo nome, IQRA: o famoso imperativo «Recita!», que surge no início do Alcorão.

Uns amigos simpáticos de Londres tinham-me dado dois nomes e números de telemóvel em Damasco – o de Albert Aji, um cristão sírio que fumava compulsivamente e na altura geria a delegação local da Associated Press a partir de uma suíte convertida no quinto andar do hotel Meridien, e o do Matthew, um jovem diplomata americano casado com uma belga – e eu tinha-lhes telefonado, marcado encontro com eles, e depois telefonado às pessoas sugeridas por eles, e lentamente o meu círculo de conhecimentos na Síria foi-se expandindo. Também escrevi um par de artigos para o *New York Times* sobre os milhares de refugiados de guerra iraquianos que tinham começado a instalar-se em Jaramana, Sayyidah Zeinab e outras cidades nos arredores de Damasco. Mas, quando penso naquele primeiro verão, lembro-me sobretudo de passeios solitários no calor tórrido do deserto, e de uma sensação de estranheza incessante. Na escola e na universidade, tinha-me saído bem nas aulas de línguas estrangeiras, mas agora a minha cabeça parecia titubear perante a estranha escrita árabe; precisei de uma quantidade inacreditável de tempo para conseguir reconhecer mesmo as palavras comuns sem ter de as pronunciar cuidadosamente, uma letra de cada vez. Apesar de longas noites passadas a fazer cartões de memorização e a escrever tabelas de conjugação de verbos, ainda mal conseguia compreender qualquer coisa que me dissessem em árabe e, portanto, as memórias que tenho são quase completamente visuais, registadas em sarrabiscos em cadernos e *e-mails* a amigos.

Envergonha-me pensar nisso agora, mas, durante aqueles primeiros dias na Síria, eu também tinha algum medo do meu novo meio. O meu apartamento ficava no bairro de Rawdah, a poucos quarteirões da residência oficial da embaixadora dos Estados Unidos na Síria. (Pouco depois, ficou vazia; a embaixadora foi chamada de volta a Washington depois do assassinato, em Beirute, de Rafiq Hariri, o primeiro-ministro libanês. Segundo rumores diplomáticos de Damasco, a embaixadora levou o seu cão consigo, e isto foi entendido como um sinal de que os Estados Unidos poderiam ficar sem embaixador na Síria durante algum tempo.) À noite, deitada na cama, ouvia sussurros fantasmagóricos a vir das cortinas. As palavras eram indistintas, mas eu ouvia tanto homens como mulheres, e pareciam falar a centímetros do meu ouvido. As janelas do quarto davam para uma rua estreita, e os sussurros eram afinal as conversas abafadas dos transeuntes lá em baixo, a ecoar nas paredes de betão até chegarem lá acima. Mesmo depois de ter percebido isto, as vozes enervavam-me tanto que comecei a dormir com as janelas fechadas, apesar do calor.

Nenhum sírio que eu tivesse conhecido foi sequer antipático comigo, muito menos ameaçador. (Martha Gellhorn disse que fora «passada de mão em mão como um embrulho, com alegria e bondade», depois de chegar a Espanha enquanto jovem *freelancer* na esperança de fazer a cobertura da guerra civil, e esta também é uma boa descrição da forma como fui tratada em Damasco.) Mas o meu desconforto não era completamente infundado: a revolta iraquiana contra a presença de forças americanas assolava a província de Anbar, do outro lado da fronteira oriental da Síria, e havia rumores insistentes de que a Síria se tornara um importante ponto de passagem para jihadistas estrangeiros que viajavam para se juntar à luta. Assim que aprendi a reconhecer o traje e o porte característicos dos agentes da *mukhabharat*, a muito temida polícia secreta síria, via-os por todo o lado, e os meus amigos sírios tinham-me dito para partir do princípio de que o meu telemóvel estava sob escuta; eu sabia que não era paranoia sentir que estava a ser vigiada. Tinha visto um punhado de autocolantes anti-Bush e anti-EUA nas montras das lojas de Sha'alan, a rua comercial a que os damascenos chamam «o *souk* das donas de casa preguiçosas», e lido na Internet as recomendações do Departamento de Estado norte-americano a quem viajassem para a Síria. (Essencialmente: não viagem, se puderem evitá-lo, e, se não puderem evitá-lo, então estejam atentos, evitem grandes ajuntamentos e variem os vossos padrões de viagem e rotinas diárias de modo a frustrar alguém que queira localizar e assassinar um americano.) O resultado foi uma constante sensação de nervosismo que me atenuava o apetite e dificultava a concentração. Um dia, talvez um mês depois de chegar, vi uma figura entroncada de *jeans* a correr pela rua em frente ao restaurante Lotus, a alguns quarteirões do meu apartamento. Lembro-me de reparar que o *Alarme de Carro*, como um amigo tinha apelidado o canário residente do restaurante Lotus, parecia preparar-se para um dos seus característicos trinados ensurdecedores e então, meio segundo mais tarde, apercebi-me de que a figura em fuga levava uma pistola-metralhadora. Apavorada, estava prestes a agachar-me atrás de um carro estacionado quando de súbito o homem armado se voltou; era um adolescente com síndrome de Down cuja arma grosseira era feita de plástico cinzento. Os olhos do rapaz franziram-se num sorriso quando me viu, e ele fez um efeito sonoro de tiros – «pa-pa-pa-PA!» – em jeito de saudação. Ainda com o sangue a afluir-me aos ouvidos, respondi-lhe com um sorriso trémulo e, por algum motivo, os meus medos diminuíram um pouco depois disso. Agora, quando escrevo isto, vários anos depois de manifestações populares contra o governo do presidente sírio Bashar al-Assad lançarem o país numa guerra civil, a Síria que estou a descrever é na maioria dos aspetos irreconhecível. Muitos dos meus amigos e vizinhos dessa época estão refugiados noutros países. Mas a Síria de 2004 era de facto

assaz inocente.

Olhando para trás, vejo que só quando aquele trabalhador me bateu à porta e me fez aquele pequeno pedido é que comecei a sentir de certa forma que Damasco estava a criar um lugar para mim. Nunca me ocorrera querer que as cidades ocidentais em que vivera criassem um lugar para mim, mas começava a desconfiar que assentar na Síria – talvez assentar em qualquer parte do mundo árabe, não sabia bem – implicava habitar uma rede de relações, expectativas e obrigações bem mais complexa e mais vinculativa do que aquela a que estava habituada.

Na Universidade de Damasco, onde todas as manhãs tinha aulas naquilo a que a universidade chamava o Centro de Ensino de Árabe a Estrangeiros, os meus colegas tinham muito interesse em perguntar sobre as regras e os costumes especiais que pareciam governar tantos aspetos da vida na Síria. Porque é que as canções da estimada cantora libanesa Fairuz tocavam sempre logo de manhã, por exemplo, e nunca, aparentemente, noutra altura do dia? (Se apanhássemos um autocarro noturno para as cidades de Qamishli ou al-Hasakeh, no Norte da Síria, o motorista começava a tocar Fairuz por volta das seis da manhã, pouco antes de o empregado começar a circular entre os passageiros ensonados com copos de água, toalhetes em embalagens individuais e um frasco partilhado de colónia forte.) Quem eram aqueles homens corpulentos de casacos castanhos de couro que pareciam passar o dia sentados nas poltronas embutidas a madrepérola à volta da fonte do átrio no hotel Cham Palace, e quem ou o que exatamente estavam eles a vigiar? Acho que muitos de nós, estudantes de árabe, estávamos um pouco surpreendidos connosco mesmos por termos decidido sequer vir para a Síria, e tentávamos atribuir narrativas às coisas intrigantes que nos estavam sempre a acontecer fora da sala de aula, esforçando-nos por separar significados culturalmente específicos de meros acontecimentos aleatórios. Depois dos ataques do 11 de setembro e da invasão do Iraque, milhares de jovens americanos e europeus começaram a estudar árabe, julgo que levados pelo mesmo impulso que levava tantos jovens na geração dos seus pais a estudar russo – devido a um fascínio pelo povo e pelos governos que por vezes lhes eram apresentados como inimigos implacáveis do Ocidente ou dos valores democráticos. A Universidade de Damasco era conhecida na altura como um dos sítios mais baratos da região para se estudar a língua árabe e, até a supressão violenta pelo governo sírio das manifestações antigovernamentais de 2011 abrandar o fluxo de jovens ocidentais, atraía estudantes de todo o mundo. A minha turma incluía um punhado de iranianos (o que dava aos restantes alunos uma boa oportunidade de treinar a conversação durante os intervalos a meio da manhã, uma vez que, ao contrário do que acontecia com a maioria dos europeus, o árabe era muitas vezes a nossa única língua comum), um tímido seminarista alemão, e uma mulher do Midwest dos EUA que parecia ter 30 e poucos anos e se tinha mudado para a Síria com o marido e os oito filhos para trabalhar para uma instituição de caridade cristã; as crianças mais velhas tinham sido matriculadas na escola de Chouefat, parte de uma rede de escolas internacionais privadas com origem no Líbano, e a nossa colega contou-nos que ela e o marido estavam a estudar árabe em meses alternados para que um deles estivesse sempre disponível para os mais novos. Nunca descobri o nome da instituição deles; na Síria, os muçulmanos não se podem converter publicamente, e como a maioria de nós presumia, e comentava em voz baixa, que a nossa colega e o marido eram uma espécie de missionários clandestinos, tentávamos não fazer muitas perguntas sobre a natureza do trabalho que os trouxera a Damasco.

No Centro de Ensino de Árabe a Estrangeiros, um mês de rigorosa instrução diária de árabe numa sala de aula pardacenta na Kuliyat al Adab – a Faculdade de Literatura da Universidade de Damasco – custava na altura cerca de 200 dólares. Nós, estudantes estrangeiros, não nos misturávamos muito com os estudantes sírios no *campus*, embora de vez em quando algum nos abordasse e sugerisse trocar conversação em árabe por aulas de inglês. Tínhamos o nosso próprio edifício, um cilindro de betão com estranhas lâminas rosadas a irradiar dos dois últimos andares em intervalos regulares, e até a nossa própria loja de comida, uma sala sem janelas na cave onde, durante os intervalos a meio da manhã, um homem pequeno de bigode vendia latas de *Ugarit*, o equivalente local à *Coca-Cola*, e *croissants* esponjosos embrulhados em plástico e recheados com queijo *kashkaval* búlgaro demasiado salgado. Cada nível de árabe demorava um mês a terminar, e o facto de só haver sete níveis de árabe disponíveis no centro era estranhamente tentador: parecia tornar uma língua difícil sedutoramente acessível. Eu estava numa turma do Nível Três, entre estudantes que, por exemplo, ainda sentiam dificuldade em se lembrarem de que tinham de usar o caso acusativo depois de verbos que indicassem estados; nós considerávamos os poucos estudantes estrangeiros que planeavam fazer os sete níveis um pouco ridículos, ou mesmo presunçosos. Seria concebível que, se nos concentrássemos em fazer todos os trabalhos de casa e conseguíssemos passar nos exames de cada nível no prazo certo, todos os meses, dentro de apenas quatro meses fôssemos capazes de ler romances em árabe, por exemplo, ou falar sem hesitação com as pessoas? Como podia alguém absorver tanta coisa? («Pensa nisso como um projeto de dez anos», dissera-me a minha amiga Elizabeth quando, em Londres, eu me matriculara no meu primeiro curso de árabe. Isto parecia bem mais realista.)

Cerca de metade dos meus colegas eram muçulmanos. Visto que, segundo a crença dos muçulmanos, o árabe é a língua em que o Alcorão foi revelado ao profeta Maomé pelo anjo Gabriel, a língua em si é sagrada; o árabe é a língua da oração e dos serviços religiosos. No entanto, apenas cerca de 20 por cento dos quase dois mil milhões de muçulmanos do mundo são falantes nativos de árabe. (Mais tarde conheci eruditos islâmicos na Síria, no Egito e na Arábia Saudita que falavam com pena dos restantes 80 por cento.) Nas aulas, eu perguntava-me como teria sido começar por conhecer o árabe como língua da prática religiosa da comunidade, ter crescido a ouvi-lo sem o compreender plenamente. Parecia improvável que as complexas formas verbais do árabe tivessem sido mais fáceis de memorizar se eu tivesse crescido a acreditar que os próprios verbos eram um milagre, exemplos de lógica divina. Mas os meus colegas muçulmanos estavam constantemente a fazer associações em árabe inacessíveis para mim, comentando ditos ou orações familiares cujo significado subitamente compreendiam pela primeira vez, ou de uma forma nova.

Muitos dos meus colegas muçulmanos tinham crescido em países ocidentais, e pareciam muito comovidos pela experiência de viver numa sociedade predominantemente muçulmana pela primeira vez. As três raparigas britânicas de ascendência paquistanesa, muçulmanas, cobertas com véus negros – que eram todas de cidades diferentes no Norte de Inglaterra e tinham frequentado universidades britânicas diferentes, mas pareciam conhecer-se há anos, pelos grupos de estudantes muçulmanos em que todas estavam envolvidas – estavam constantemente a louvar o que viam como exemplos de valores comunitários islâmicos em ação: os lojistas que nos ofereciam bens a crédito; a forma como as pessoas se sentiam livres de repreender as crianças dos outros; a forma como os passageiros de sexo masculino dos miniautocarros brancos que cruzavam Damasco se afastavam automaticamente quando entrávamos, para que não enfrentássemos a indignidade de nos sentarmos ao

lado de um homem desconhecido.

Aisha era a mais jovem das três. Sentava-se na mesa à minha direita, e falei-lhe do trabalhador e do chá. Ela acenou alegremente com a cabeça: «Não é bonito que aqui as pessoas olhem umas pelas outras?» Por esta altura, eu já tinha lido relatórios suficientes sobre a Síria, de grupos internacionais de direitos humanos, e ouvido histórias suficientes sobre corrupção institucional, ou sobre pessoas que entregavam colegas aos infames serviços de segurança ou procuravam lapsos morais nos filhos de amigos e familiares, para desconfiar que este hábito de amabilidade com os vizinhos era uma faca de dois gumes. Mas gostava da minha colega e por isso guardei as minhas opiniões para mim. Também gostava de ver a Síria pelos olhos dela. Foi a Aisha quem me falou no hábito engraçado que os Sírios tinham de chamar aos filhos pequenos *mama* e *baba*, uma prática que nunca fizera muito sentido para mim, mas que, disse-me ela, ajudava os bebés a compreender pela repetição o que, por sua vez, haviam de chamar aos pais. Também foi a Aisha quem me explicou a função das misteriosas mangueiras nos quartos de banho sírios, pedaços de borracha frágil, de 60 centímetros, fixados de um lado a uma torneira e do outro à parede ao lado da cisterna, com um pequeno gancho. A doutrina islâmica inclui preceitos que regem os pormenores da vida quotidiana – higiene, dieta, traje, etiqueta – e muitos muçulmanos consideram que é suna (ou seja, recomendação religiosa), pelo que se sabe das ações e dos hábitos do profeta Maomé – boas práticas islâmicas, mais do que lei absoluta –, lavarem-se com água sempre que vão ao quarto de banho (para os leigos, a quantidade de espaço dedicada no Alcorão e nos *hadiths* às funções corporais pode ser espantosa; até o paraíso é descrito, num *hadith*, pelo que não é: um sítio onde as pessoas nunca terão necessidade de «cuspir, assoar o nariz ou aliviar os intestinos»). Aisha parecia impressionada por todos os quartos de banho na Síria – não apenas os dos lares particulares – terem essas mangueiras. Ficou chocada no dia em que houve um corte de água na Kuliyyat al Adab. «Nojento», estava sempre a murmurar, no seu ligeiro sotaque do Norte de Inglaterra. Tentei oferecer-lhe alguns toalhetes que tinha na mala, mas ela limitou-se a abanar furiosamente a cabeça. «Eles deviam ter cancelado as nossas aulas.»

Um par de mesas à minha esquerda, sentava-se o Mohammed, um americano de 19 anos desengonçado, com um escaldão permanente, da Georgia rural, que parecia tão desiludido com a Síria como a Aisha estava encantada. Usava sempre um *taqiyah* – um barrete de malha redondo, de oração, em algodão branco –, embora estes raramente se vissem em Damasco fora de mesquitas. Mas o Mohammed ia sempre à mesquita depois das aulas; para além das aulas de árabe, andava a ter aulas formais sobre o Alcorão com um conhecido erudito local. Convertera-se ao islamismo e adotara o nome Mohammed, no ano anterior, depois de ser apresentado à fé pelo seu colega de quarto na Universidade da Georgia. O Mohammed estava sempre a queixar-se: entusiasmara-se com a perspectiva de se mudar para um país de maioria muçulmana, mas depois ficou irritado com o governo secular da Síria, e com a existência de lojas em Damasco que vendiam álcool, e com as raras discotecas, ou versões de discotecas, que havia na cidade. As jovens em trajes provocantes que se viam em restaurantes e lojas nos bairros mais ricos de Damasco eram o que mais o incomodava. Isto seria de esperar de raparigas americanas, dizia-me ele, raparigas que não tinham juízo, mas a ideia de que algumas raparigas sírias se vestissem deliberadamente daquela maneira parecia ofendê-lo profundamente. O maior desprezo do Mohammed estava reservado à Bassima, a nossa professora, que era jovem e gostava de usar *jeans* desbotados combinados com blusas garridas de tecidos sedosos que se retesavam de modo alarmante sobre o invejável peito dela.

A inimizade entre o Mohammed e a Bassima fora estabelecida no primeiro dia de aulas, quando, ao

ler a lista de alunos e reparar que ele tinha um apelido inglês muito comum, a Bassima perguntara ao Mohammed qual era o seu «primeiro nome verdadeiro». Uma manhã, minutos antes da aula, o Mohammed ignorou tão ostensivamente as tentativas da Bassima de lhe entregar o seu trabalho de casa corrigido que por fim eu própria aceitei os papéis. «Ela está a fazer o seu melhor», disse eu ao Mohammed, pondo as páginas na mesa dele. Ele respondeu a isto com um aceno de cabeça, mas fez má cara às costas da Bassima, enquanto esta se afastava.

«É *fitna*», disse o Mohammed. «Elas vestem-se assim porque querem que olhem para elas. Sabes o que *fitna* significa?»

Foi a primeira vez que ouvi o termo, por isso anotei-o na margem do caderno e procurei-o no meu grande dicionário de árabe Hans Wehr, de capa verde, quando cheguei a casa. A palavra *fitna* significa tentação ou discórdia ou caos, mas conota tentação de natureza sexual; sugere que a discórdia pode ser semeada numa comunidade por uma sexualidade desenfreada, e isso pode minar a fé dos crentes. Mas, mesmo antes de a procurar, o nojo e a fúria no rosto do Mohammed tinham-me dado uma boa ideia do significado da palavra. O Mohammed parecia furioso com a Bassima e qualquer mulher que lhe pudesse desviar a cabeça para o sexo. Tal como o desconhecido à minha porta, o Mohammed tinha o cuidado de nunca olhar diretamente para nenhuma das mulheres da nossa turma. Parecia mais um gesto de agressão do que um gesto de decoro: o Mohammed queria começar uma discussão. Era imaturo para a idade, pensei; parecia tirar prazer do facto de, segundo as regras da nossa educação americana comum, estar a ser grosseiro, ao passo que, segundo as regras da sua nova fé, tinha a moral do seu lado. A forma como o Mohammed se queixava da corrupção e decadência do governo secular da Síria preocupava-me pelo mesmo motivo que me interessava: achava que podia ouvir, nas queixas do Mohammed, as ideias e opiniões dos seus novos amigos sírios, talvez até do clérigo com quem ele estudava. Pálido, magro e de cabelo escuro, o Mohammed fazia-me lembrar um amigo de liceu do meu irmão mais novo. Não duvidava da sinceridade da sua conversão, mas irritava-me que, embora ele estivesse seguramente a aprender muito sobre a sua nova religião, uma das suas principais preocupações parecesse ser o que as mulheres vestiam ou não vestiam, que aspeto tinham ou não tinham.

Um dia ou dois mais tarde, tentei adiar outra conversa sobre a *fitna* perguntando ao Mohammed se ele estava a interromper o semestre da universidade na Georgia para estudar na Síria. Mas o Mohammed não tencionava voltar aos Estados Unidos. Mencionou uma universidade em Meca onde, disse ele, havia uma famosa faculdade da xaria, as leis sagradas do islão. Tencionava ficar em Damasco até ter um domínio suficiente do árabe e, depois, continuar os seus estudos na Arábia Saudita.

«Lá o ambiente é mais islâmico», disse o Mohammed, com satisfação, embora admitisse nunca ter visitado o país. «Hoje em dia, não existe uma sociedade islâmica perfeita no mundo, claro, mas na Arábia Saudita a sociedade está mais próxima disso do que aqui.»

Perguntei ao Mohammed o que queria dizer com isto, como é que a sociedade saudita era mais próxima do ideal, e ele encolheu os ombros. «É simplesmente mais pura, tem uma atmosfera melhor», respondeu.

O Mohammed talvez não gostasse de ser «obrigado» a olhar para as encantadoras universitárias com os seus *jeans* apertados, mas as estudantes e professoras que usavam véu eram na realidade bem mais comuns – numa estimativa aproximada, talvez 70 por cento da população feminina da Universidade de Damasco usasse alguma forma de *hijab* – e era quase impossível para mim não ficar

a olhar para elas de início. Sentia um misto de vergonha e confusão com isso – sabia que o olhar de uma mulher não incomodaria ninguém do ponto de vista religioso, mas parecia mal-educado fazê-lo. De qualquer modo, fascinava-me a logística de levar a vida debaixo de um véu. Como é que elas conseguiam, com aquele calor? Como é que impediam que o véu lhes deslizasse do cabelo? E as mulheres que usavam o *niqab*, um tipo de véu que cobre o rosto: como é que viam? Como é que se reconheciam umas às outras? Como é que pediam ajuda numa loja, se trocar um olhar com os empregados estava fora de questão? Como é que conseguiam comer num sítio público?

Tive a resposta a esta última pergunta durante uma excursão à hora do jantar a Jebel Qassioun, a montanha que paira sobre a cidade de Damasco e o local onde, dizem os Sírios, Caim matou o seu irmão Abel. No cimo da montanha, há um punhado de restaurantes com esplanadas, e eu estava sentada com uma amiga numa delas, a observar as luzes verdes que iluminam as mesquitas sírias à noite acender-se por toda a cidade, quando uma família grande – um homem de meia-idade, várias crianças pequenas e três mulheres de *niqab* – entrou e se sentou na mesa ao lado. Pareciam e soavam a turistas dos países do Golfo – para os quais Damasco era um destino de verão popular – mas não consegui ter a certeza, com um olhar rápido, como os meus amigos sírios conseguiam sempre. Quando a comida chegou, as mulheres não se serviram, ficaram simplesmente sentadas em fila diante dos seus pratos vazios. Imaginei que estivessem com ar aborrecido e impassível, mas na realidade era impossível discernir qualquer tipo de expressão facial por trás do tecido preto e translúcido que lhes cobria o rosto; os seus véus simplesmente apagavam-nas. Uma das mulheres era tão esguia que supus que fosse adolescente, mas, como as outras, ela mantinha-se quase imóvel, com as mãos no colo. Lembrei-me, de súbito, da fome terrível, voraz, que temos aos 13 ou 14 anos e senti uma pontada de ansiedade por ela. A meio da refeição, a rapariga finalmente tirou um pão do cesto comum, arrancou um pedaço e, com um movimento súbito, molhou o pão num prato de iogurte coado com um pouco de azeite por cima. Rápida, quase furtiva, afastou a aba de tecido que lhe cobria o rosto, e enfiou o pão e o iogurte na boca. De onde estava sentada, não consegui apanhar mais do que um vislumbre do queixo dela – foi muito rápida, afastando o tecido apenas alguns centímetros do rosto. Continuou a comer, mas as outras mulheres não a imitaram. Em partes mais conservadoras do mundo árabe, mais tarde vi mesas de restaurantes completamente rodeadas de cortinas ou divisórias para que mulheres que usassem o *niqab* se sentissem confortáveis a removê-lo por instantes, para comer (os empregados nesses restaurantes, reparei, avisavam com bastante antecedência quando se aproximavam das divisórias, para que as mulheres que se escondiam atrás delas tivessem tempo de cobrir o rosto de novo). Mas, aqui em Damasco, nunca tinha visto tais precauções. Supus que as duas outras mulheres da família estivessem à espera e que preferissem comer mais tarde, em privado. Se estivesse no lugar delas, pensei, teria feito o mesmo.

De modo geral, começava a perceber, o meu colega Mohammed andava chocado por descobrir que muitas raparigas damascenas não se tapavam pelo mesmo motivo que um trabalhador ainda podia bater à porta de uma casa que não conhecia e ter a certeza de que receberia uma chávena de chá amigável: as linhas que separam o indivíduo da sociedade a que ele ou ela pertence eram marcadas de forma diferente aqui, e presumia-se que as pessoas fossem responsáveis perante as outras de formas que seriam difíceis de imaginar em grande parte do Ocidente. Estas responsabilidades sociais estão hoje em discussão – a vida moderna corrói os papéis e as expectativas tradicionais no mundo árabe como faz em todo o lado – mas continuam a ser uma força poderosa. Raras vezes me senti tão bem tratada, ou tão estranhamente subjugada pelo meu sentimento de dívida para com as pessoas,

como durante os meus primeiros meses na Síria.

Os muçulmanos chamam Jahiliyyah à época anterior ao islão. A palavra vem do árabe, *jahil*, que significa «ignorante» e, portanto, normalmente traduz-se como «a idade da ignorância». Quando os muçulmanos falam da Jahiliyyah histórica, normalmente referem-se à Arábia pré-islâmica, à forma como as tribos da Península Arábica viviam antes do advento do islão. Mas porque a palavra Jahiliyyah é mais especificamente usada para significar «a época da ignorância de Deus», hoje em dia por vezes é referida por fundamentalistas islâmicos quando se fala em sociedades não-muçulmanas contemporâneas ou sobre países muçulmanos que não vivem sob a xaria. A ideia da Jahiliyyah tem importância metafórica: é o que o islão não é, e vem à baila em discussões tanto sobre o que é relevante – as discussões sobre os direitos das mulheres no islão começam muitas vezes por registar o facto de, na Arábia da Jahiliyyah, segundo alguns relatos, o infanticídio feminino ser comum –, como sobre o que é mundano: uma jovem tunisina que conheci enquanto ela fazia a sua licenciatura em Nova Iorque lembrava-se, por exemplo, de ser avisada, em adolescente, para usar apenas um toque de maquilhagem, porque «as mulheres da Jahiliyyah usavam muita maquilhagem».

No entanto, apesar de toda a sua importância conceptual e metafórica, as fontes de informação histórica sobre a Jahiliyyah são limitadas, e a sua legitimidade é controversa. Os eruditos acreditam que algumas das práticas da Jahiliyyah descritas no Alcorão e nos *hadiths* podem ter sido bastante raras. O que parece indiscutível, no entanto, é que a sociedade diversa, politeísta e tribal da Arábia pré-islâmica, o solo em que o islão deitou raiz, teve um impacto profundo na nova religião e na cultura que acompanhou a sua disseminação. O islão ainda está tão mergulhado nas tradições da sociedade tribal que a antecedeu que os dois por vezes se confundem e um jornalista no mundo islâmico está constantemente a ouvir de pretensos reformistas, a propósito de uma certa prática – os crimes de honra, digamos, ou a circuncisão feminina, ou os véus de rosto inteiro –, que se trata de costumes da Jahiliyyah, e não islâmicos. Para um muçulmano, questionar publicamente uma prática islâmica é expor-se a acusações de heresia, que é um crime capital segundo a xaria e, portanto, um assunto muito perigoso. Por conseguinte, as discussões sobre um tema controverso começam muitas vezes com uma garantia geral de que «isto não é islão – isto é apenas tradição». Com o tempo, aprendi a entender uma declaração de que determinada prática «não é islão» como uma ordem implícita para prestar mais atenção e fazer perguntas mais cuidadosas. (Aprendi a ser especialmente cautelosa quando a expressão era empregue para descartar todo um conjunto de crenças. Os muçulmanos devotos evitam criticar tudo o que seja reconhecido como ensinamento islâmico – e as alegações de heresia podem ser mortíferas, e muito difíceis de refutar. Por conseguinte, qualquer ideia ou movimento de que um crente discorde – e, dependendo do seu ponto de vista, pode ser tudo desde os ensinamentos do Estado Islâmico ao islão xiita, não importa o número de muçulmanos que as considerem legítimas – deve ser definido como «não islâmico», antes de se poder expressar qualquer juízo.)

O homem que mais tarde se tornaria o profeta e fundador do islão, Maomé, nasceu cerca de 570 d.C. no Banu Hashem, um clã de coraixitas, uma das principais tribos de Meca na altura. O pai de Maomé morreu antes de ele nascer, e aos sete ou oito anos Maomé também já tinha perdido a mãe e o avô. Depois destas perdas, foi educado na casa de um tio paterno, o mercador Abu Talib. Abu Talib treinou Maomé para conduzir caravanas mercantes e, quando atingiu a idade adulta, Maomé já tinha

adquirido reputação de ser honesto e inteligente nos negócios. A certa altura, os rumores das capacidades de Maomé chegaram a Khadija bint Khuwaylid, uma mulher rica de Meca que herdara um negócio mercantil do pai. Em 595, Khadija contratou Maomé para conduzir uma das suas caravanas até à Síria.

Segundo a tradição islâmica, Maomé regressou da expedição à Síria com o dobro dos lucros esperados por Khadija. Profundamente impressionada, Khadija pediu a uma amiga para abordar Maomé com uma proposta de casamento, que ele aceitou. A cerimónia de Khadija e Maomé decorreu, segundo a maioria das fontes, quando ela tinha 40 anos e ele 25, e o casamento, que durou cerca de 25 anos, até à morte de Khadija, terá sido feliz e monógamo. Maomé geria o negócio de caravanas de Khadija, e o casal criou quatro raparigas – Zainab, Ruqayyah, Umm Kulthum e Fatima –, que foram os únicos filhos de Maomé a sobreviver à infância. Existe discórdia entre sunitas e xiitas quanto a estas filhas: os sunitas acreditam que todas elas eram filhas biológicas de Maomé, enquanto a tradição xiita defende que apenas Fatima era filha biológica de Maomé e Khadija, ao passo que as outras ou eram adotadas, ou eram filhas de Khadija de um casamento anterior. Os descendentes de Maomé através dos dois filhos de Fatima, Hasan e Hussein, são conhecidos como *sayyids* e, até hoje, são muitas vezes destacados nas suas comunidades com uma honra especial (os *sayyids* xiitas, por exemplo, têm direito a usar um turbante negro, e durante o período em que trabalhei no escritório do *New York Times* em Bagdade, um jornalista iraquiano que por acaso era *sayyid* costumava tentar, na brincadeira, que os outros homens iraquianos do escritório lhe beijassem a mão, como insistia que merecia, em virtude do seu estatuto de *sayyid*).

Diz-se que, quando Maomé tinha cerca de 40 anos, adquiriu o hábito de fazer longas caminhadas solitárias pelo deserto e pelas montanhas à volta de Meca. Foi numa dessas excursões, em 610, quando Maomé estava sozinho numa gruta no monte Hira, que o anjo Gabriel lhe terá aparecido pela primeira vez, apertando-o até ele começar espontaneamente a recitar a palavra de Deus. A ordem de Gabriel a Maomé nesse dia, «*Iqra!*» («Recita!»), é a primeira palavra do Alcorão.

Segundo a tradição islâmica, Maomé, apavorado, confidenciou a sua experiência no monte Hira a Khadija, que se tornou a sua primeira convertida. De resto, durante cerca de três anos, Maomé nada disse sobre o que lhe acontecera no monte Hira, mas, gradualmente, começou a falar em público sobre a sua experiência, e a ganhar seguidores, pessoas que acreditavam que as instruções de Deus estavam a ser reveladas através dele. Maomé era analfabeto, mas alguns seguidores seus começaram a escrever as revelações. Estas revelações transcritas acabaram por ser organizadas para formar o Alcorão, como as recitações coligidas de Maomé viriam a intitular-se.

Quando Khadija morreu, em 619, Maomé já estava rodeado por uma comunidade devota de apoiantes, conhecidos em árabe como *as-sahaba*, os companheiros do profeta. Dominado pela dor por causa da morte de Khadija, Maomé foi aconselhado por uma dos *sahaba*, a sua tia Khawla bint Hakim, a casar de novo o mais rápido possível. Khawla bint Hakim recomendou como sua nova noiva ou a viúva Sawda bint Zama, ou Aisha, de seis anos, filha do seu amigo Abu Bakr. Maomé decidiu casar-se com ambas, embora a jovem Aisha tenha ficado com os pais por mais três anos, antes de se juntar à família de Maomé.

As descrições dos primeiros tempos de Aisha com Maomé podem ser uma leitura desagradável. Segundo um relato da consumação do seu casamento com Maomé, que terá ocorrido quando ela tinha cerca de nove anos, Aisha estava lá fora a andar de baloiço com outras crianças quando a mãe a chamou, a limpou à pressa com uma esponja, e a levou rapidamente para dentro, para a sua primeira

relação sexual com o marido, que na altura tinha 50 e poucos anos. Outros relatos contam que a jovem Aisha levou as suas bonecas para casa de Maomé e, quando convidava outras crianças para virem brincar a sua casa, as amigas fugiam amedrontadas ao verem o seu marido de meia-idade chegar a casa. No entanto, diz-se que o afeto que se desenvolveu entre Maomé e Aisha terá sido profundo, para além de mútuo. A família de Maomé cresceu – ele acabaria por se casar ou viver em concubinato com mais dez mulheres –, mas, de acordo com a tradição, Aisha continuou a ser a mulher favorita de Maomé. Diz-se que Maomé era escrupulosamente justo com todas as suas mulheres, cuidando delas de igual modo e passando a noite com cada uma à vez (os homens muçulmanos, autorizados pela xaria a casar-se com um máximo de quatro mulheres ao mesmo tempo, são aconselhados a fazer o mesmo). Porém, no fim da vida de Maomé, sabendo dos seus sentimentos por Aisha, as outras mulheres do profeta começaram a dar-lhe as noites que lhes cabiam. E foi assim que, em 632, Maomé morreu nos braços de Aisha.

No seu maravilhoso livro *Women and Gender in Islam*, a professora Leila Ahmed, da Faculdade de Teologia de Harvard, analisa a forma como as vidas e os casamentos de Khadija e Aisha refletem as alterações que a ascensão do islão trouxe às vidas das mulheres árabes. Khadija, escreve ela, «ocupa um lugar de destaque na História do islão devido à sua importância para Maomé: a riqueza dela libertou-o da necessidade de trabalhar para viver e permitiu que levasse a vida de contemplação que constituiu o prelúdio da sua transformação em profeta, e o apoio e a confiança dela foram cruciais para que ele se aventurasse a pregar o islão. No entanto, ela já tinha 50 e tal anos quando Maomé recebeu a sua primeira revelação e começou a pregar, e portanto foram a sociedade e os costumes da Jahiliyyah, e não o islamismo, que moldaram a conduta de Khadija e definiram as suas possibilidades de vida. A sua independência económica; a sua proposta de casamento, aparentemente sem um tutor masculino para servir de intermediário; o seu casamento com um homem muitos anos mais novo do que ela; e o seu casamento monógamo refletem todos a prática da Jahiliyyah e não a prática islâmica.

«Em contraste», escreve Leila Ahmed, «a autonomia e a monogamia estavam manifestamente ausentes nas vidas das mulheres com quem Maomé se casou depois de se tornar o profeta e líder estabelecido do islão, e o controlo das mulheres por tutores masculinos e a prerrogativa masculina da poliginia viriam subsequentemente a tornar-se características formais do casamento islâmico. Foi a sorte de Aisha, mais propriamente, que prefigurou as limitações que daí em diante restringiriam as vidas das mulheres muçulmanas: nasceu de pais muçulmanos, casou-se com Maomé quando tinha nove ou dez anos e pouco depois, juntamente com as outras mulheres de Maomé, começou a cumprir os novos costumes do velamento e da reclusão.»

Foi só na velhice de Maomé que, como Leila Ahmed observa friamente, rodeado de mulheres que desejava proteger e controlar, o profeta do islão começou a receber revelações sobre o velamento e a reclusão das mulheres. Durante a sua vida, estas instruções reveladas a propósito do conceito de *hijab*, que se tornaram versículos do Alcorão, aplicaram-se apenas às mulheres de Maomé. A sua aplicação a outras mulheres muçulmanas – quando e como e em que medida – é debatida desde então.

Nas últimas décadas, por todo o mundo islâmico e até em alguns países ocidentais, o *hijab* tornou-se muitas coisas para muita gente: um símbolo político, um emblema da modéstia feminina ou até da

rebelião, uma forma de demonstrar adesão a uma determinada seita islâmica. Porém, na sua forma mais básica, pretende-se que o *hijab* seja uma forma de proteção – para os homens, das mulheres, pois no centro de todos os argumentos a favor do uso do *hijab* pelas mulheres encontra-se um paradoxo peculiar. Uma mulher é vista como algo a proteger – os televangelistas muçulmanos estão sempre a comparar as mulheres a joias preciosas que devem ser escondidas dos ladrões, ou a doces que devem ser mantidos bem embrulhados para não atraírem insetos –, mas também como uma ameaça à ordem instituída da comunidade. A sexualidade de uma mulher, como o adolescente americano na minha turma de árabe da Universidade de Damasco tanto gostava de realçar, torna-a uma fonte potencial de caos, de desordem social, de *fitna*.

Diversos versículos do Alcorão são usados por eruditos islâmicos para defender que as muçulmanas modernas devem usar o véu. O primeiro, o versículo 24, 31, nomeia os homens a quem uma muçulmana se pode revelar: «Dize às crentes que baixem os olhos e observem a continência, que só deixem ver os ornamentos exteriores, e que cubram o peito com véus, que só mostrem os ornamentos a seus maridos ou a seus pais, ou aos pais de seus maridos, a seus filhos ou aos filhos de seus maridos, a seus irmãos ou aos filhos de seus irmãos, aos filhos de suas irmãs, ou às suas mulheres, ou aos escravos ou servos varões sem desejos carnaís, ou às crianças que ainda não distinguem a nudez da mulher. Que elas não agitem os pés de maneira a revelarem os ornamentos que trazem ocultos. Mas voltai-vos para Deus, ó crentes, e talvez fiqueis entre os bem-aventurados.»

Tirando os maridos e os «escravos ou servos varões sem desejos carnaís» – ou seja, eunucos, ou homens idosos, assexuais, a quem se pode confiar o trabalho doméstico –, todas as categorias de homens mencionadas na passagem anterior são *mahram*, uma pessoa do sexo oposto com quem um muçulmano não se pode casar. A palavra deriva da palavra árabe *haram*, ou proibido, e alguém que é «*mahram* para» outra pessoa é-lhe proibida enquanto parceiro conjugal. Para as mulheres muçulmanas, há certas regras de traje e comportamento perante homens que são *mahram* para elas – mais restritivas, segundo a xaria, do que as regras de traje e comportamento perante outras mulheres. No entanto, de um modo geral, os seus *mahram* podem olhar para uma mulher em segurança, porque uma relação sexual entre os dois está fora de questão.

No entanto, nunca se define ao certo em que consistem exatamente os «ornamentos» de uma mulher. Em que consiste a sua «nudez» pode, inicialmente, parecer mais evidente, em especial para um não-falante de árabe, mas até isso é matéria de interpretação intelectual. A palavra árabe *awrah*, normalmente vertida – como acontece na passagem supracitada da tradução do Alcorão de George Sale¹ – por «nudez» significa literalmente «partes íntimas» (masculinas ou femininas). Num homem, o conceito de *awrah* foi bem estabelecido, segundo o costume islâmico, e é amplamente consensual entre as quatro escolas principais de jurisprudência islâmica: estende-se do umbigo aos joelhos (se até ao fundo da rótula ou até ao cimo do joelho é motivo de alguma disputa), uma área que deve estar coberta em público, em todos os momentos. Mas quanto do corpo de uma mulher é *awrah* é uma questão que ainda é muito disputada pelos clérigos contemporâneos. A maioria dos eruditos islâmicos acredita que *awrah* é o corpo inteiro de uma mulher, exceto o seu rosto, mãos e pés (alguns eruditos da jurisprudência islâmica estipulam ainda que, no caso de uma mulher que tem menos de 40 anos e é considerada bonita, o rosto faz parte da sua *awrah* e também deve ser coberto em público). Segundo muitas interpretações salafitas, ou fundamentalistas, do islão, o rosto, as mãos e os pés de uma mulher também fazem parte da sua *awrah*, e ela deve estar completamente coberta em público. Segundo as mais rígidas interpretações salafitas do islão – tais como a chamada forma vaabita do

islão praticada na Arábia Saudita –, até a voz de uma mulher faz parte da sua *awrah* e não pode ser ouvida em público. (Quando estive em Riade em 2008, três estudantes adolescentes descreveram-me o que, na escola, tinham sido ensinadas a fazer, se alguma vez se vissem acidentalmente separadas das suas famílias num centro comercial. Podem bater palmas para pedir ajuda, mas não devem de modo algum gritar: o som das suas vozes pode ser demasiado excitante para os homens que estiverem perto.)

O segundo versículo alcorânico que mais vezes é usado para defender que as mulheres muçulmanas devem usar o *hijab*, o versículo 33, 53, é tradicionalmente conhecido como «o versículo do véu»: «Ó crentes! Não entreis na casa do Profeta, sem receberdes a sua autorização para uma refeição e não espereis por esta. Mas, quando fordes convidados, entrai e, depois de comerdes, retirai-vos, sem iniciar familiarmente conversas. Na verdade, isto causaria desgosto ao Profeta e ele sentiria acanhamento se vos convidasse a retirar. Deus, porém, não se acanha com a verdade. E se tiverdes de pedir qualquer coisa às mulheres do Profeta, pedi-lho por detrás de uma cortina. Assim permanecerão puros os vossos corações e os corações delas. Evitai causar desgostos ao enviado de Deus e nunca desposeis as suas mulheres, pois isso seria grave aos olhos de Deus.»

Pouco adiante, o versículo 33, 59 ordena ainda: «Ó Profeta! Dize às tuas esposas e às tuas filhas e às mulheres dos crentes que deixem cair até baixo os véus exteriores. Será mais fácil assim não as reconhecer e não as ofender. Mas Deus é tolerante e misericordioso.»

O «versículo do véu» é há muito controverso, devido ao contexto em que foi revelado. Maomé tinha, aparentemente, sido incomodado por visitas pouco atenciosas. Segundo alguns dos *hadiths*, o versículo foi revelado na altura do sétimo casamento de Maomé, com Zainab bint Jahsh. Maomé estava, ao que parece, com pressa para estar a sós com a mulher que acabara de se tornar sua esposa, a quinta na altura. Viu-se incomodado por um grupo de convidados do casamento que tinham ficado mais tempo do que o conveniente, continuando a conversar e gracejar com a noiva na sua casa muito depois de os outros convidados partirem. Maomé teve demasiada vergonha na altura para pedir diretamente aos seus convidados que partissem, mas o versículo do véu foi-lhe revelado pouco tempo depois. Alguns juristas muçulmanos defendem, portanto, que o requisito do véu – isto é, o requisito de interagir com o mundo de trás de um *hijab*, uma cortina – se aplicava apenas às mulheres do profeta.

Esses três versículos contêm bastante ambiguidade e, no entanto, em conjunto, formam a base religiosa primária dos argumentos a favor do *hijab* e do conceito relacionado da reclusão feminina. Em muitas zonas do mundo islâmico, a injunção para lho pedir «por detrás de uma cortina» tem tradicionalmente sido interpretada no sentido de que as mulheres devem estar literalmente isoladas, separadas do mundo por uma cortina. Na imaginação ocidental, a ideia de reclusão feminina pode invocar cenas de pinturas orientalistas francesas – jovens belas e sexualmente disponíveis deitadas em divãs ou à volta de piscinas em haréns reais otomanos –, mas a realidade da reclusão feminina era normalmente bem mais prosaica. A obra autobiográfica de Fatima Mernissi, *Sonhos Proibidos: memórias de um harém de Fez*, descreve o tédio da vida quotidiana em Marrocos nos anos 40 e 50, num harém que não era mais do que um grupo de mulheres confinadas a uma parte separada, protegida, do lar (a palavra turca *harem* também vem da palavra árabe *haram*, proibido). Na Arábia Saudita, visitei casas que estavam organizadas de modo semelhante, incluindo algumas tão pequenas que não havia espaço para compartimentar completamente os espaços usados pelas mulheres, e vi as mulheres da família apressar-se a esconder os rostos atrás de portas ou móveis quando ouviam

passos pesados, e logo presumivelmente masculinos, à porta da sua sala de estar.

Numa dessas casas, em Dammam, a capital da Província Oriental da Arábia Saudita, onde se produz petróleo, eu acabara de testemunhar uma dessas cenas quando uma jovem nora da família começou a falar-me da sua vida desde o casamento: agora saía de casa uma vez por semana, dizia ela, quando o marido regressava das orações de sexta-feira na mesquita local e a levava a passear durante uma hora no centro comercial. Perguntei-lhe porque não podia visitar as mulheres das casas vizinhas. A família não era abastada, e a casa deles ficava num bairro de classe média-baixa densamente povoado; as salas de estar das outras mulheres ficavam seguramente a apenas alguns passos de distância. A nora pareceu aflita com a pergunta. «Isso não tem mal nenhum na religião», disse-me, cautelosamente. «Mas simplesmente não se faz.»

Uma manhã, na aula, a primeira professora de árabe que tive na Síria, uma jovem muito religiosa chamada Asma, explicou porque usava o *hijab*.

«E se um homem vos vê a andar na rua com o cabelo descoberto e fica tão excitado que abusa de uma criança?», perguntou Asma. Na altura, só havia outra mulher na turma, uma professora americana de Filadélfia que começara a aprender árabe por incentivo de um ex-namorado, um iraquiano que conhecera enquanto dava aulas no Kuwait anos antes, e Asma dirigia-se a nós as duas. Mas olhava para mim enquanto falava. «Não achariam que a criança tinha sido violada por vossa culpa? Eu ficaria cheia de remorsos se acontecesse uma coisa dessas. É por isso que uso o *hijab*.»

Asma era dois ou três anos mais nova do que eu – talvez tivesse 23 ou 24 anos na altura – e fez um sorriso estranho, até triunfal, quando proferiu esta última frase. Depois, as suas narinas dilataram-se um pouco, e apertou os lábios de um certo modo, e de repente era uma expressão que eu reconhecia, a expressão de uma jovem a comprazer-se com um sentimento de retidão. Interroguei-me se haveria uma necessidade humana universal de fazer os outros sentirem-se culpados. Ou estaria Asma a arreliar-nos deliberadamente? Senti-me furiosa com ela, ao mesmo tempo que comecei a tentar, atabalhoadamente, discutir o assunto. A ideia de culpar uma mulher descoberta pelas ações de um pedófilo era escandalosa, disse eu. Defender o contrário era sugerir que os homens não eram responsáveis por si próprios. E, além disso, acrescentei com algum pedantismo, com base no que lera sobre taxas de abuso sexual de crianças a nível internacional, a prevalência parecia ser notavelmente semelhante de uma cultura para outra, por muito modestos que fossem os hábitos de vestuário das pessoas dessas culturas. Outra parte de mim queria simplesmente rir. Eu ainda era muito nova no Médio Oriente, e a ideia de que o cabelo de uma mulher contivesse o poder de sedução para inspirar um homem a cometer um crime parecia-me ridícula. Asma continuou a fazer o seu sorriso estranho, sereno, e eu percebi que estávamos num impasse. «Ficaria cheia de remorsos», repetiu ela.

A socióloga marroquina Fatima Mernissi escreveu de maneira incisiva sobre a sociedade islâmica tradicional que «mal reconhecia o indivíduo, que abominava enquanto perturbador da harmonia coletiva». Nestas comunidades, considerou Mernissi, «a ideia do indivíduo num estado de natureza, no sentido filosófico da palavra, é inexistente. A sociedade tradicional produzia muçulmanos que eram literalmente ‘submissos’ à vontade do grupo». Eu entrevistei professores islâmicos que me deram uma opinião mais positiva sobre tudo isto, explicando que, numa comunidade islâmica ideal, cada membro da comunidade é o guardião de todos os outros; todos são iguais perante Deus. E,

recordando a conversa com Asma, tentei olhar de forma diferente para a ideia que achava que ela estava a tentar passar. A religião não era meramente uma questão pessoal, parecia ela dizer. Todos tínhamos efeito uns nos outros e, se alguém escorregava, então a culpa seria partilhada; quais eram os direitos do indivíduo comparados com os direitos da comunidade? Mas também passei muito tempo a pensar no tipo de misoginia que a visão do mundo de Asma legitima: parece-me indiscutível que, no mundo árabe contemporâneo, o fardo de nos comportarmos de uma forma que salvaguarda os valores da comunidade recai desproporcionadamente sobre os seus membros femininos. As jovens da região crescem com a noção de que a sua conduta está sob escrutínio contínuo, e as mulheres que aspiram a posições de liderança enfrentam um caminho especialmente difícil, visto que o mero facto de estarem à vista do público é muitas vezes suficiente para levantar suspeitas sobre a sua modéstia.

¹ Aqui recorreu-se, em parte, à de José Pedro Machado (Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1980). (*N. do T.*)



*Uma família visita a Mesquita dos Omiadas,
em Damasco, num dia chuvoso.*

A EDUCAÇÃO RELIGIOSA É UMA GRANDE PROTEÇÃO PARA UMA MULHER

NOVEMBRO DE 2006 – DAMASCO

Eu regressara a Damasco depois de dois meses fora, e andava a tentar contactar a Enas há vários dias. Precisamente quando começava a questionar-me, com inquietação, se haveria algo estranho, talvez até deliberado, na nossa falha de comunicação, consegui apanhá-la no telemóvel da mãe. Porém, como o costume árabe exige, foi a Enas quem mostrou alívio.

«*Alhamdoulilah as-salameh* – graças a Deus que chegaste bem!», exclamou ela.

«*Allah ya selmek* – que Deus te proteja», disse eu, proferindo a segunda parte da bênção que os falantes de árabe concedem a quem viajou recentemente. Gostava destas fórmulas de chamada e resposta. Preenchem silêncios constrangedores. Dão tempo às pessoas para avaliar os recém-chegados e acomodar-se umas às outras. Oferecem a uma pessoa que fala mal árabe um conjunto de expressões rituais a que recorrer se a ansiedade surgir e um vocabulário básico for insuficiente.

Isto acontecia-me demasiadas vezes quando falava com a Enas. Embora na altura ela tivesse apenas 17 anos e eu fosse quase uma dúzia de anos mais velha do que ela, muitas vezes tinha a sensação constrangedora de que era ela a mais velha. A viver como estrangeira na Síria, num constante estado atabalhado de semicompreensão, eu estava habituada a ser alegremente tratada com condescendência pelos adolescentes. Mas com a Enas era bem mais do que isso. O seu modo grave e a sua seriedade moral desmentiam os tons pastel açucarados e amenizados e os relógios de personagens de desenhos animados que ela tanto gostava de usar sob a modesta gabardina cáqui pelo tornozelo e o lenço branco de seda artificial que usava em público, na presença de homens alheios à sua família mais próxima. E talvez a Enas não tivesse outra alternativa senão crescer depressa. No meio das classes mercantes de sunitas devotos – a histórica elite urbana que durante décadas estivera envolvida numa luta de poder com os alauitas, a pequena minoria religiosa que controla o governo baathista da Síria há mais de quatro décadas –, a Enas era uma espécie de aristocrata, descendente de uma das famílias de eruditos islâmicos mais conhecidas do país.

O tio da Enas, Muhammad al-Habash, era na altura deputado no Parlamento sírio, bem como diretor do Centro de Estudos Islâmicos em Damasco, que durante anos foi uma espécie de centro de investigação nacional para um estilo de islão revivalista mas voltado para a reforma. O pai da

mulher de Muhammad al-Habash tinha ocupado o cargo de grande mufti da Síria, o clérigo nomeado pelo governo que é a mais alta autoridade religiosa sunita do país. A mãe e a tia da Enas dirigiam, cada uma, uma conhecida escola feminina de memorização do Alcorão, ou madraça – num subúrbio de Damasco e na cidade de Hama, no centro da Síria, respetivamente –, que ensinava raparigas sírias a memorizar o Alcorão depois do horário da escola normal durante as férias de verão. A própria Enas aprendeu o Alcorão de cor antes dos dez anos, e depois começou a ajudar crianças mais novas na madraça da mãe a memorizar o livro sagrado. (Em 2010, por motivos que nunca foram explicados, o governo de Assad obrigou Muhammad al-

-Habash a demitir-se de todas as atividades religiosas. Juntamente com muitos dos seus parentes, incluindo a Enas, Muhammad agora vive nos Emirados Árabes Unidos, para onde a família se mudou para escapar à violência da guerra civil síria.)

Eu acabara por gostar da Enas tanto quanto admirava a sua determinação precoce, e no entanto, naquele dia, do outro lado da linha, havia uma tensão na voz dela que me deixou preocupada. Trocámos mais das habituais cortesias padronizadas – perguntas sobre saúde e famílias, um coro de que-Deus-te-proteja –, mas as da Enas soavam distintamente perturbadas, a voz dela tinha um tom nasal e agudo pouco natural. Abruptamente, passou de árabe para inglês.

«Katherine, espero que nos possamos encontrar. Gostava de falar contigo sobre o teu artigo.»

Obriguei-me a sorrir para o telefone, esperando que o esforço me ajudasse a firmar a voz, e a fingir entusiasmo.

«Claro.»

A Enas e eu tínhamo-nos conhecido através de uma amiga comum, uma americana bolseira de Fulbright chamada Stephanie, no início do verão de 2005, e tínhamo-nos encontrado regularmente durante cerca de um ano depois disso. Mas o nosso último encontro acontecera há três meses. Entretanto, eu tivera de sair da Síria porque o agravamento das relações com os Estados Unidos tornara quase impossível aos Americanos obter ou renovar vistos de jornalista. Durante o mesmo período, o *New York Times* tinha publicado um artigo meu sobre os movimentos femininos islâmicos da Síria. O artigo incluía comentários da Enas e da sua melhor amiga, Fatima, bem como uma foto grande da Enas ajoelhada num tapete na madraça feminina onde dava aulas, a testar um grupo de meninas sobre o seu domínio de uma passagem do Alcorão. Uns amigos sírios tinham-me contado que o artigo fora traduzido para árabe e republicado num dos diários pan-arabistas, o grupo de jornais financiados (sobretudo) pela Arábia Saudita que são editados em Londres e vendidos por todo o Médio Oriente. Interroguei-me se a inesperada atenção local poderia ter levado a Enas e a Fatima a arrependerem-se da sua disponibilidade para responder às minhas perguntas sobre as suas vidas.

Tinha dificuldade em imaginar como seria, antes da globalização da Internet, escrever sobre assuntos estrangeiros para um jornal americano. Quando comecei a fazê-lo com alguma regularidade, em 2004, parecia que muitos dos artigos sobre o mundo árabe que apareciam no *site* do *New York Times* eram traduzidos para árabe no espaço de horas. E, no entanto – talvez em parte porque o acesso à Internet só fora legalizado na Síria em 2000, e mais de cinco anos mais tarde ainda era muito controlado pelo Estado, e tinha um custo inacessível às famílias normais –, nunca ninguém parecia antecipar isto, apesar dos meus melhores esforços para explicar a possibilidade. Em breve, surgiam telefonemas frenéticos: de entrevistados que não esperavam que os vizinhos, parentes e colegas de trabalho soubessem o que tinham dito; de funcionários, habituados a um tratamento suave

dos meios de comunicação controlados pelo Estado, que sentiam que eu não retratara os seus esforços de modo tão favorável como esperavam.

Mesmo quando lidava com funcionários do governo corruptos e claramente arrogantes, esta aparente falta de sofisticação por vezes provocava em mim sentimentos ansiosos, protetores. E, com a Enas, foi ainda mais complicado. Além de descrever a madraça feminina onde ela trabalhava como professora, o artigo no *Times* abordava as redes de grupos de oração femininos ilegais que andavam a crescer na Síria nos últimos anos. Estes grupos clandestinos – o mais famoso dos quais é conhecido como irmandade *qubaisi*, a Qubaisiat em árabe – eram temidos pelo governo secular baathista da Síria, porque tinham discreta mas insistentemente ajudado a motivar um renascimento islâmico entre os clãs sunitas mais poderosos da Síria. A Enas sempre recusara falar comigo sobre a irmandade *qubaisi*, e esta renitência incaracterística da parte dela fizera-me questionar se ela própria não seria uma «irmã».

A ansiedade com que os meus conhecidos sírios pareciam ver a Qubaisiat tinha-me intrigado, ao início. Segundo a maioria dos relatos, os membros da irmandade eram sobretudo mulheres de meia-idade devotas de famílias prósperas. Que perigo poderia tal grupo representar para um Estado autoritário bem armado? Porém, na sua encarnação atual de república independente, a Síria é um país relativamente jovem, e a sua curta História tem sido tumultuosa. Os líderes da Síria nunca se esqueceram disso e, apesar da sua postura forte, estão bem cientes de que as circunstâncias da fundação da Síria, juntamente com a sua composição étnica e religiosa diversa, tornam a sua posição especialmente frágil.

A região que compreende a Síria atual foi absorvida pelo Império Otomano no início do século XVI e governada pelos sultões otomanos durante cerca de quatrocentos anos. No início da Primeira Guerra Mundial, o império começara a perder territórios e estava claramente em declínio. A Grã-Bretanha e a França, antecipando a derrota do império pela Tríplice Entente, planejaram secretamente dividir o que restasse das suas terras em esferas de influência francesa e britânica. Este acordo, conhecido como Sykes-Picot, nomes dos diplomatas que o negociaram, foi concluído em maio de 1916, a meio da guerra. Por conseguinte, no final da guerra, um território trapezoide que inclui a Síria e o Líbano atuais, bem como a maior parte do Norte do Iraque atual e o Sudeste da Turquia, foi entregue aos Franceses.

Entre as duas guerras mundiais, sob o mandato francês, as minorias étnicas e religiosas da Síria – arménios, circassianos, yazidis, xiitas, drusos, ismaelitas e alauitas, entre outros – começaram a gozar de privilégios que nunca tinham experimentado sob os otomanos muçulmanos. E quando, depois da Segunda Guerra Mundial, a Síria emergiu do controlo francês para um período de convulsão política – só em 1949, o país sofreu três golpes militares –, esses grupos minoritários temeram perder estatuto se a maioria sunita da Síria regressasse ao poder. A sua melhor perspetiva era um Estado secular sírio e, durante os difíceis anos do pós-guerra, o novo partido Baath, com os seus apelos à unidade árabe e ao secularismo, apresentava uma ideologia em torno da qual os diferentes grupos minoritários da Síria se podiam organizar.

Só em novembro de 1970, quando Hafez al-Assad, então ministro da Defesa da Síria e membro da sua pequena população de alauitas (uma seita sigilosa, mística, que dissidiu da maior escola do xiismo há mais de mil anos), chegou ao poder em mais um golpe, é que o país começou a experimentar um maior grau de estabilidade. Sob a bandeira do baathismo, Assad formou alianças com muitas das famílias sunitas mais poderosas da Síria. Mas nunca esqueceu o facto de o islão

político, com o seu potencial para unir a grande e poderosa população sunita da Síria, representar a maior ameaça ao seu poder. A rejeição do fundamentalismo islâmico tornou-se parte da fundação do regime de Assad. Os agentes de Assad vigiavam sermões em mesquitas de todo o país, e as suas temíveis forças de segurança esmagavam quaisquer tentativas de organização dos líderes sunitas. Durante a mais violenta dessas ações repressivas, em 1982, as forças de Assad suprimiram uma revolta liderada pela Irmandade Muçulmana na cidade de Hama, no centro da Síria, matando dezenas de milhares de pessoas. No seu tempo de jovem jornalista recém-colocado em Beirute, Thomas Friedman foi um dos primeiros jornalistas ocidentais a visitar o local do Massacre de Hama, como o episódio se tornou conhecido. Descreveu bairros inteiros arrasados, passo a passo, cuidadosamente, com uma minúcia implacável. Primeiro, os bairros tinham sido bombardeados, escreveu Friedman. Os edifícios que ficaram de pé foram depois dinamitados, muitas vezes com os residentes ainda presos lá dentro. O entulho que restou foi demolido com buldózers e depois cilindrado. Friedman classificou os métodos do regime de Assad para lidar com ameaças ao seu poder como «regras de Hama», expressão que ficaria famosa.

Hafez al-Assad morreu em junho de 2000 e foi sucedido pelo filho Bashar. Por um breve período, conhecido como a «Primavera de Damasco», muitos sírios esperaram que o governo de Bashar al-Assad fosse mais tolerante à dissensão do que o do seu pai havia sido; estas esperanças foram rapidamente esmagadas. Quando me mudei para a Síria em 2004, jornalistas e diplomatas ocidentais maliciosos mais uma vez gozavam sobre fazer viagens a Hama, «para ver o parque de estacionamento». Os Sírios chamavam ao Massacre de Hama «o incidente», em voz baixa. Mencioná-lo a alguém que não conhecêssemos bem era uma maneira rápida de deixar as pessoas muito, muito desconfortáveis, mas o massacre nunca estava longe do pensamento de ninguém, sempre que se falava em organizações sunitas poderosas ou nos seus líderes carismáticos.

Se a Enas era uma irmã *qubaisi* ou esperava vir a vê-lo, será que os seus comentários no artigo do *Times* a tinham posto em conflito com as reservadas líderes do grupo? Pior ainda, teria a sua presença num artigo que analisava especificamente a Qubaisiat provocado uma assustadora visita à madraça da *mukhabharat*, a infame polícia secreta? Nos dois anos e meio desde que eu começara a seguir a política síria, o seu governo tinha-se tornado cada vez mais repressivo. Muitos dos ativistas sírios que tinham sido tão prestáveis e interessantes quando eu cheguei tinham sido detidos entretanto, e eu começara a temer que um pequeno descuido da minha parte pudesse de algum modo meter alguém que eu entrevistara em sarilhos. Ouvia muitas vezes turistas ocidentais na Síria exclamar que achavam o país muito bonito e amigável – nada como o sítio duro e sigiloso que a administração Bush descrevia ao mundo! Nunca os quis contradizer, claro que o país era bonito e amigável, e dava-me gozo ouvir o meu lar adotivo, ainda que temporariamente, ser descrito desta forma –, mas, quanto mais tempo passava no país, mais o achava um sítio estranho e sigiloso, mais as pessoas me pareciam nervosas e paranoicas sob a sua afabilidade fácil. Lembrava a mim mesma, severamente, que os sírios que conhecia só me pareciam paranoicos, porque eu própria estava deslocada, porque me faltava o condicionamento adequado. Tinha crescido num sítio onde as pessoas que desconfiavam dos vizinhos, que acreditavam que estavam a ser vigiadas e seguidas, normalmente eram delirantes. Os sírios que acreditavam nestas coisas estavam apenas a ser realistas.

O dia em que falei com a Enas ao telefone era uma sexta-feira, por isso ela estava na madraça, que

ficava na mesquita Zahra em Mezzeh, um subúrbio do Leste de Damasco. Porque é que eu não ia lá ter com ela dali a duas horas, sugeriu, para bebermos um chá e conversarmos?

O taxista deixou-me em frente à entrada principal da mesquita Zahra, ou seja, a entrada dos homens. As orações de sexta-feira tinham terminado há pouco e os fiéis – naquele subúrbio próspero eram sobretudo homens de meia-idade com ar paternal – estavam a sair, enfiando de novo os pés nos sapatos enquanto atravessavam os ladrilhos gastos, esfregados, da secção suplementar da mesquita – que se enche em ocasiões especiais, como o Ramadão –, mesmo à porta. Os homens estavam exuberantes, bem-dispostos, trapalhões: cordões a serem atados, mãos nos ombros uns dos outros para se equilibrarem, cambaleando ligeiramente enquanto os dedos dos pés se acomodavam ao couro macio, falando ao mesmo tempo e rindo e semicerrando os olhos no brilho da tarde de novembro, ansiando alegremente por um dos grandes jantares tradicionais de sexta-feira à tarde que muitas das suas mulheres estariam sem dúvida a preparar em casa.

Ao virar da esquina, na entrada das mulheres, uma cortina verde, rígida, de lona encerada, escondia do olhar público qualquer embaraço daquele tipo, e as mulheres veladas que apressavam as suas jovens filhas de um lado para o outro detrás dela por norma evitavam o riso e a conversa indecorosa no pátio de entrada da mesquita. Agachei-me para passar a cortina, guardei os sapatos numa das prateleiras de metal junto à porta, e perguntei à menina de oito anos com tranças que me estava a fitar das escadas se podia por favor ajudar-me a encontrar a menina Enas. Já não me dava ao trabalho de pôr um lenço sobre o cabelo nas minhas visitas (normalmente fazia-o como gesto de respeito, quando visitava mesquitas, mas a mãe da Enas, diretora daquela madraça, dissera-me que, como não era muçulmana, não precisava de o fazer na sua escola), mas era a única adulta que não usava o véu e as meninas mais pequenas por vezes ficavam a olhar para mim; mais tarde soube que um grupo delas, sem muitos pontos de referência no que tocava a cabelo destapado em público, me tinha posto a alcunha de «Barbie jornalista».

A criança subiu as escadas a correr, e eu segui-a. No patamar havia mais prateleiras para sapatos, e um grande e antiquado dispensador de água em metal, com canecas de lata partilhadas em cima. Quando cheguei ao andar de cima, onde as aulas de Alcorão para meninas decorriam, ouvi o som familiar de vozes agudas a recitar em uníssono. O ambiente na madraça era acolhedor e informal, e mesmo as meninas mais novas – as de cinco anos nas aulas de iniciação, que aprendiam com a ajuda de jogos e guloseimas, e que colecionavam orgulhosamente os autocolantes que recompensavam uma recitação impecável – pareciam gostar de estar ali.

«Katherine! *Kefeek?* Como estás? *Shoo akhbarek?* Tens novidades?»

A menina de oito anos regressara em triunfo, saltitando, de meias, à frente da própria Enas, que me deu dois beijos e me levou vigorosamente pelo braço enquanto procurava um sítio sossegado para nos sentarmos. A Enas não tivera tanto tempo para dar aulas na madraça como gostaria nos últimos meses, explicou. Na altura, estava no último ano do ensino secundário, o que, no sistema educativo sírio, de influência francesa, queria dizer que em breve faria o infame exame de *baccalauréat*. O exame determinaria se podia entrar numa das universidades públicas da Síria e que cadeiras poderia estudar quando lá estivesse. Há uma aura de singularidade em redor de quem se prepara para o *baccalauréat*. Criam-se condições de estudo, privacidade e silêncio, mesmo em lares onde três gerações estão enfiadas num pequeno apartamento. «Desculpem, mas temos um filho a preparar-se para o *baccalauréat* este verão» é um motivo perfeitamente aceitável para toda uma família rejeitar um convite para uma festa de primavera.

A família da Enas era abastada, por isso ela tinha-se inscrito em sessões especiais de estudo na escola para ajudar nos seus preparativos. Mesmo assim, o *stress* era evidente: dentro da oval branca, bem presa com alfinetes, do seu lenço, o rosto dela tinha um ar pálido e inchado por falta de sono. Como Enas esperava há muito tornar-se cientista, explicou, teria de obter uma classificação alta no exame para ter hipótese de entrar num departamento científico de uma universidade síria. Neste sistema muito regulamentado, os estudantes são colocados nos departamentos das universidades pelo Estado; só os mais bem classificados no exame podem entrar em qualquer departamento que queiram.

A maioria dos melhores alunos escolhe, inevitavelmente, estudar Medicina, tinham-me dito os meus amigos sírios, e os seguintes por norma escolhem Engenharia, áreas em que o emprego é quase garantido e as oportunidades de estudar no estrangeiro são mais abundantes. Os estudantes sírios com notas mais baixas são normalmente obrigados a ingressar numa das menos prestigiadas ciências sociais, e aqueles com as pontuações mais baixas de todas por vezes têm de se contentar com línguas ou literatura, os departamentos menos prestigiados. (No princípio da minha estadia em Damasco, fiquei desconcertada com a quantidade de sírios que conheci que anunciavam orgulhosamente que se tinham formado em Literatura Inglesa e depois tinham dificuldade em manter uma conversa simples comigo em inglês. A situação fez mais sentido quando percebi que estes departamentos eram, de maneira geral, preenchidos com alunos mais fracos que depois aprendiam por memorização e passavam nos exames reproduzindo, às vezes palavra por palavra, os apontamentos das aulas sobre determinado romance ou conto.) Os estudantes que decidam aderir ao partido do governo durante a escola secundária recebem pontos extra nos exames. Esses pontos podem ser usados para entrar num departamento de Engenharia se, por exemplo, a classificação dos seus testes normalmente só lhes permitisse estudar Direito. Todas estas coisas mantêm uma relevância social muito depois dos anos de universidade, e é possível ouvir sírios a discutir o exame muito para lá da meia-idade: «Eu tenho um cartão do partido Baath, mas só aderi porque queria ter a certeza absoluta de que entrava em Medicina»; ou, muito mais raramente, «As minhas notas eram altas o suficiente para entrar num departamento de Engenharia, mas sempre adorei História e por isso foi História que escolhi. A minha família ainda acha que sou maluco.»

Os amigos árabes que perguntavam pelos meus estudos por vezes pareciam envergonhados por descobrirem que eu tinha estudado Literatura, como se acidentalmente me tivessem obrigado a revelar uma falha pessoal. Mas a Enas adorava interrogar-me sobre as universidades americanas. Parecia fascinada pela ideia da vida num *campus* universitário (ainda é algo raro, no mundo árabe, as famílias conservadoras permitirem que as filhas solteiras vivam fora de casa, em residências de estudantes), de frequentar cadeiras numa variedade de departamentos antes de escolher uma especialidade. A certa altura, a Enas insistiu que eu classificasse as áreas de estudo, ao estilo sírio. Pareceu cética quando eu respondi que, por norma, os Americanos não atribuem um prestígio especial a determinados departamentos, e claramente incrédula quando tentei explicar que, para os estudantes americanos da idade dela, pelo menos em alguns círculos, até podia haver um certo prestígio associado a estudar algo obscuro ou pouco prático. Perante a descrença e leve, mas óbvia, desaprovação da Enas, comecei a sentir-me defensiva em relação ao sistema americano, com uma intensidade que agora me parece vergonhosamente juvenil. Mencionei que uma amiga minha até tinha estudado História, passando depois para Medicina, já perto dos 30, depois de cinco anos a trabalhar noutras áreas. A Enas parecia fascinada, mas depois disse, bruscamente: «Na Síria, não podemos

desperdiçar o nosso tempo.» (De facto, mais tarde a Enas procurou uma educação universitária ao estilo americano, frequentando a Universidade Americana de Sharjah, nos Emirados Árabes Unidos.)

Aos 17 anos, a Enas esperava um dia tirar um mestrado em Biotecnologia e Engenharia Genética, disse-me ela. Tinha-me falado nessa ambição várias vezes, e não percebia porque é que aquilo me surpreendia. contei-lhe, de modo algo confuso, que achava que os cristãos conservadores nos Estados Unidos por vezes ficam incomodados com a engenharia genética porque acreditam que ela interfere com a criação da vida, que veem como um domínio exclusivo de Deus. Não disse o que realmente pensava, que era que estava habituada a ver a ciência e a fé como atividades mutuamente exclusivas, até certo ponto. A Enas riu-se. Disse que Deus fizera com que ela gostasse de ciências e se interessasse por genética, portanto que problema poderia haver?

«Nós acreditamos que os nossos estudos também são uma forma de servir Deus. Gostava que pudesses saber como é ter uma fé assim, Katherine, que nos dá tanta energia para a nossa vida.»

Na verdade, eu achava que sabia alguma coisa sobre as propriedades estimulantes da fé profunda, embora nunca tivesse falado sobre isso com a Enas. A minha mãe tornou-se testemunha de Jeová quando eu tinha cerca de cinco anos, e embora o meu pai, engenheiro mecânico e racionalista inveterado, ainda hoje seja ateu, a partir desse momento a nossa vida familiar foi definida pela nova fé da minha mãe e as suas restrições. Eu andava no infantário nessa altura, mas lembro-me da mudança na minha mãe, e em todo o ambiente da nossa casa, com bastante clareza. A minha mãe parecia revigorada. Havia uma série de medidas a tomar. Havia pessoas que já não veríamos e datas que já não celebraríamos. As nossas vidas passaram a ser organizadas por uma nova ideia do mundo, e a minha infância dividiu-se num «antes» e num «depois». A minha mãe e eu tínhamos, à hora de deitar, começado a ler «As Crónicas de Nárnia», de C.S. Lewis, que eu adorava. Estávamos a meio d'*O Príncipe Caspian* quando, uma noite, estava eu ansiosa pelo próximo episódio, a minha mãe anunciou abruptamente que não haveria mais Nárnia; tinha deitado os livros ao lixo. Em seu lugar havia livros novos, todos publicados pela Watchtower Society, com títulos em relevo, brilhantes, nas suas capas em imitação de couro muito coloridas. Aqueles livros tinham, reparei de imediato, um odor muito especial e ligeiramente desagradável, diferente de todos os livros que eu conhecia; ainda associo o cheiro do couro barato, sintético, a um sentimento de desespero.

No caminho para a nossa escola primária nos subúrbios de Cincinatti, o meu irmão mais novo, Stephen, e eu revezávamo-nos a ler versículos da Bíblia em voz alta no carro. «Quem é que lê o texto hoje?» perguntava a minha mãe, ao entrarmos para o carro. Quando ainda era jovem o suficiente para encarar a cultura humana como quantificável e finita, nacos de conhecimento para engolir de uma vez só, se possível, eu adorava memorizar coisas, e era capaz de recitar longas passagens dos salmos e dos evangelhos com a mesma facilidade com que despachava trechos de Shel Silverstein e Edward Lear. Quando anunciei – no nosso Salão do Reino, a seguir a uma apresentação de *slides* por missionários das testemunhas de Jeová regressados do Leste de África – que também eu esperava tornar-me missionária quando crescesse, fiquei encantada com a aprovação calorosa dos irmãos e irmãs adultos da nossa congregação. Na escola, distribuía brochuras da Watchtower Society aos meus professores, e aos sete ou oito anos já era capaz de explicar fluentemente, em termos teológicos, porque é que não podia participar nas festas de aniversário ou nas festas religiosas, por exemplo, ou saudar a bandeiranacional. Enquanto entrevistava as meninas devotas da madraça de Zahra para o artigo do *Times*, senti muitas vezes que estava a falar com versões mais jovens de mim

mesma.

A minha mãe ensinou-nos, ao meu irmão e a mim, a ver o Armagedão como um acontecimento real, tão certo e provavelmente tão iminente como a próxima eleição presidencial. Estávamos nos Dias Derradeiros, explicava ela, um período de desastres naturais, violência, imoralidade, fome e doença que começara em 1914 e culminaria na Grande Tribulação que ia preceder o Armagedão. No Salão do Reino, o irmão a quem cabia a palestra de domingo muitas vezes comentava uma notícia assustadora – um terramoto, digamos, ou a morte de um adolescente com SIDA – com um tom de satisfação, como prova de que a Grande Tribulação estava perto. A ideia da Grande Tribulação, seguida do Armagedão, aterrorizara-me desde o dia, aos cinco anos, em que a minha mãe me descrevera pela primeira vez as ideias básicas das testemunhas de Jeová sobre a escatologia. Mas, à medida que fui crescendo, a perspetiva começou a assombrar-me constantemente. As testemunhas de Jeová ensinavam que as pessoas «mundanas» – ou seja, as não-testemunhas, um grupo que incluía o meu pai, os meus avós, e todos os meus colegas e professores, na verdade toda a gente que eu conhecia exceto a minha mãe, o meu irmão Stephen, e as cerca de cem pessoas que víamos regularmente nas reuniões no Salão do Reino – seriam destruídas no Armagedão. Quando, ocasionalmente, eu chegava a casa da escola chateada com alguma coisa desagradável que outra menina dissera, a minha mãe lembrava-me que os meus colegas eram crianças mundanas que em breve seriam destruídas no final deste «sistema de coisas». Eu sabia que a intenção dela era consolar-me, mas o verbo que usava sempre – «destruir» – enchia-me de pavor. Quando estava no terceiro ano, já tinha desenvolvido o hábito ansioso de examinar o céu todos os dias; para ver se havia sinais do fogo que, como sugeriam as ilustrações do Armagedão da Watchtower Society, se esperava que chovesse, e de rezar ritualmente por toda a gente que conhecia, por nome, todas as noites.

Porém, tal como algumas das jovens que conheci no mundo árabe, tive uma série de desentendimentos dolorosos com as testemunhas de Jeová, a partir dos 12 ou 13 anos, e acabei por me afastar das certezas protetoras do grupo. Talvez esta experiência ajudasse a explicar o meu ligeiro e contínuo desconforto na presença da Enas – ou o meu interesse continuado na fé dela. Ainda mais do que uma versão mais jovem de mim mesma, ela lembrava-me uma pessoa em que outrora eu estivera destinada a tornar-me, uma vida que perdera. O mundo da Enas ainda era extremamente ordenado, extremamente certo, e ela era um membro extremamente disciplinado e efetivo desse mundo. A sua impaciência com a confusão ou a dúvida era óbvia, e interrogava-me sobre o que ela pensava das vidas estranhas que eu e as outras ocidentais, de passagem e na maioria bastante jovens – um grupo pós-11 de setembro, que aparentemente não parava de crescer, de consultoras económicas, observadoras eleitorais, investigadoras e fotógrafas e jornalistas de várias espécies, a maioria a caminho do Iraque ou então simplesmente a sair novamente dele –, estávamos a construir para nós próprias no Médio Oriente. Por vezes, ainda sentia falta do género de certeza da Enas, reparei, e quanto mais tempo passava na Síria, mais falta ela me fazia. Ocorreu-me que, se tivesse crescido num sítio assim, provavelmente não teria saído das testemunhas de Jeová. Talvez a mente humana precise de um grau de segurança para lidar com a ambiguidade moral, pensei, e com a complicação. Mas este sítio não era muito seguro, e a falta de fé, de certo modo, tornava-o ainda menos seguro; sentia-o no meu âmagô.

A Enas tivera seguramente mais contacto com visitantes estrangeiros do que a maioria das raparigas sírias da idade dela. Naqueles tempos, o tio dela, Muhammad al-Habash, assistia

frequentemente a conferências internacionais de promoção do diálogo entre os líderes religiosos de todo o mundo e, num momento de crescente ansiedade internacional em relação à possibilidade de um «choque de civilizações» entre o Islão e o Ocidente, o Centro de Estudos Islâmicos dele tornara-se uma paragem frequente nos itinerários do Médio Oriente do número crescente de eruditos, políticos e jornalistas que se interessavam pelo diálogo inter-religioso. Os artigos e as palestras do Dr. Habash sobre a sua crença de que Deus não tencionava que determinada fé tivesse o «monopólio da salvação» tinham-lhe granjeado admiradores desde Telavive à Cidade do Vaticano. A sua crença confessa de que também os não-muçulmanos podiam entrar no paraíso marcava-o como um revolucionário na Síria, e era muitas vezes condenado por outros eruditos islâmicos. Mas os visitantes estrangeiros afluíam a ele em grande número, e aqueles que expressavam especial curiosidade sobre as mulheres e o islão eram por vezes apresentados à mãe da Enas, Huda, a diretora da madraça feminina na mesquita Zahra.

Eu tinha continuado a visitar a madraça por mais tempo do que qualquer uma de nós esperava. Num Estado autoritário onde muito é escondido e onde as pessoas muitas vezes temem falar com estrangeiros sobre assuntos delicados, a Enas e a mãe tinham respondido a todas as minhas perguntas. E a Enas oferecera-me uma forma de amizade ligeiramente pedante. Parecera lisonjeada pelo meu interesse na sua fé, levava-me a comer fora com as primas, e apresentara-me a algumas das amigas. A mãe, a tia e o tio andavam a refinar o seu papel de embaixadores sírios do islão reformista no Ocidente, e embora eu pressentisse que a Enas era bastante obstinada, ela raramente se permitia fugir à linha familiar no que tocava a assuntos islâmicos.

Uma vez, o tópico foi Israel. A guerra de um mês no verão de 2006 entre Israel e a milícia libanesa Hezbollah tinha terminado havia cerca de duas semanas, e eu acabara de regressar de uma viagem profissional a Beirute. Estava a descrever à Enas uma visita que fizera ao bairro de Dahiyeh – os subúrbios predominantemente xiitas de Beirute que foram gravemente atingidos por bombardeamentos israelitas – e o que ali observara dos esforços de reconstrução quando ela me interrompeu furiosamente, exclamando que nunca haveria paz no Médio Oriente enquanto a nação de Israel continuasse a existir. Fiquei horrorizada. Esta forma de pensar é comum entre os conservadores árabes, claro, e provavelmente seria apenas o que a Enas aprendia na escola secundária. Mas, por algum motivo, não o esperava da sobrinha adolescente de Muhammad al-Habash, famoso por proclamar que nenhuma fé tem o monopólio da salvação. A Enas reparou na minha consternação e mudou logo de assunto.

Outra vez, estivera a conversar com uma jovem síria que se divorciara recentemente e portanto, durante a minha conversa seguinte com a Enas, algumas horas mais tarde, fizera-lhe algumas perguntas sobre o processo de divórcio no islão. A Enas estava a responder-me fluentemente quando, de súbito, começou a ficar constrangida e se recusou a continuar.

«Sabes, sou rapariga. Se queres falar sobre casamento e divórcio, tens de falar com outra pessoa. Uma rapariga como eu não sabe nada dessas coisas.»

Eu tinha quase a certeza de que a Enas, que fora uma criança-prodígio na memorização do Alcorão e tinha um conhecimento enciclopédico deste e dos *hadiths*, poderia facilmente ter respondido a qualquer das minhas perguntas. Mas naquela altura, desconfiei mais tarde, ela lembrara-se da sua modéstia, escondendo-se atrás daquela expressão, «sou rapariga».

A própria palavra árabe para rapariga – *bint* – conota virgindade. Dois anos antes, quando estava a trabalhar num artigo para o *Times* sobre os refugiados de guerra iraquianos que tinham começado a

entrar em massa pela fronteira oriental da Síria, eu dissera alguma coisa ao intérprete com quem trabalhava na altura sobre «aquela senhora simpática de Basra que conhecemos ontem». Ele apressara-se a corrigir-me: «Katherine, devias saber que ela não é uma senhora, mas sim uma rapariga, uma *rapariga velha*.» A mulher de Basra tinha 50 e tal anos, mas nunca se casara. O tom horrorizado do intérprete sugeria que ao chamar-lhe senhora, mulher, eu tinha acidentalmente posto em causa a virtude dela.

Agora, a Enas conduzia-me para o escritório da mãe. Outra jovem, que parecia ter 20 e poucos anos, deitava *zahurat*, um chá de ervas, em dois copos minúsculos com bordas douradas, e a Enas e eu ocupámos os nossos lugares habituais no sofá, com as pernas dobradas por baixo de nós, de frente uma para a outra. A outra rapariga, que se apresentou como Hind, arrancou a tampa de cartão picotada de uma das caixas novas, pequenas e achatadas, de lenços de papel que normalmente estão pousadas nas mesas das casas e dos restaurantes sírios para servir de guardanapos, e muito devagar – de modo a não rasgá-lo – tirou o primeiro lenço e entregou-mo juntamente com o meu copo de chá. A Enas mencionou a Hind que eu escrevera o artigo recente sobre a madraça delas e, de repente, a rapariga pareceu menos amigável, mais avaliadora. Passou-me o açúcar e houve um breve silêncio enquanto todas mexíamos e bebericávamos e aquecíamos cuidadosamente as mãos nos copos fumegantes.

«Katherine, em relação ao teu artigo, tenho de ser sincera contigo», disse a Enas. «Não sei porque falaste tanto na Qubaisiat. São loucas, aquelas mulheres, sempre tão entusiasmadas com os seus segredos.»

Então, a Enas conhecia irmãs *qubaisis*? No entanto, não havia dúvida de que não pertencia ao grupo, até parecia um pouco depreciativa. Tudo isto era novidade para mim. Fascinavam-me com as histórias da irmandade, e embora a recusa da Enas em discutir o assunto comigo me deixasse ansiosa em relação a abordá-lo com ela, tudo aquilo só aumentara a minha curiosidade. Enquanto jornalista na Síria, por vezes era muito difícil determinar quem estava ligado a quem. Até obter uma informação perfeitamente prosaica de um ministério do governo podia envolver o lidar com uma teia desconcertante de logro deliberado. Não me parecera impossível que uma rapariga como a Enas pudesse estar ligada à irmandade. Mas agora, a falar sobre as irmãs *qubaisis*, ela só demonstrava desdém e frustração.

«Para quê tanto secretismo? O que têm elas de especial? Deus quer que o islão seja assim?»

A Enas fazia a Qubaisiat parecer um clube de solteironas snobes, horrorizadas por se verem debatidas em público, mas, apesar do seu horror, encantadas com a confirmação da sua própria importância.

«Não te preocupes, Katherine. Estão zangadas connosco porque acham que te contámos tudo acerca delas. Mas nós lidamos com elas. É nossa responsabilidade. Não te deves preocupar com isso.»

A Enas suspirou profundamente, de uma forma que sugeria uma história de política turbulenta entre as mulheres da mesquita Zahra e a irmandade *qubaisi*. Os dois grupos deviam valer-se da mesma comunidade de damascenas devotas de classe média-alta, percebi de repente. Eu via a Qubaisiat como uma entidade rígida, um clube secreto a que ou se pertencia, ou não se pertencia. Mas percebia agora que aderir ou pertencer ao grupo devia ser mais fluido do que eu supusera. Enas parecia desdenhosa e, também, algo competitiva. Interroguei-me se haveria mais alguma coisa a incomodá-la.

Pousou o copo de chá e olhou-me fixamente.

«Porque é que os estrangeiros têm tanto interesse no *hijab*?» A Enas parecia exasperada. «Passámos tantos meses a falar contigo sobre o que pensamos, o que acreditamos, o que nos vai na mente.»

E no entanto, achava ela, o artigo que eu escrevera dedicara demasiado espaço à cor e ao estilo dos lenços que ela e muitas outras jovens sírias usavam, e ao que significavam, ao simples facto de haver mulheres árabes a estudar e a raciocinar sobre o Alcorão por direito próprio. A Enas e eu já tínhamos falado sobre o ressentimento dela com o facto de, no Ocidente, as narrativas dominantes sobre mulheres árabes e muçulmanas serem tantas vezes histórias de abusos. Eu não escrevera um artigo sobre abuso ou vitimização, claro, mas pintara a Enas e as suas amigas como «exóticas», achava ela, e isso não as ajudava.

«Os não-muçulmanos acham que, aqui, a mulher não tem direitos, que está deprimida», disse-me. «Não compreendem que, na verdade, o islão é a única religião que deu às mulheres os seus direitos. Isto é o que acreditamos. É o que queremos explicar.»

A sugestão da Enas de que só os estrangeiros, os ocidentais, se interessavam pelo tema do *hijab* parecia-me um pouco ingénua. Do Cairo ao Qatar, muitas das jovens muçulmanas que eu conhecera pareciam falar constantemente sobre o *hijab*, e eu tinha quase a certeza de que não era apenas por minha causa. Adotá-lo ou não, quando começar a usá-lo, que estilo de *hijab* era religiosamente mais aceitável ou as favorecia mais: pareciam ser estes os pontos universais de debate e preocupação. Ouvira falar em famílias que velavam crianças excepcionalmente bonitas em idades mais jovens do que as suas irmãs menos atraentes. Lera artigos de jornal sobre atrizes egípcias famosas que organizavam conferências de imprensa para anunciar a decisão de renunciar ao seu estilo de vida mundano e adotar o *hijab*. Ouvira inúmeras histórias de jovens que adotavam o *hijab* quando ficavam noivas ou se casavam, porque os noivos ou maridos preferiam uma mulher que usasse véu. Ouvira meninas devotas a criticar colegas de turma que usavam o *hijab* para enganar as famílias e namorar rapazes. Assistira e ouvira adolescentes a discutir sobre se usar maquilhagem «estragava» o *hijab*, ou tornava o ato de se cobrirem religiosamente inválido (esta vigilância do comportamento das suas pares sempre me pareceu muito mesquinha). O *hijab* era um símbolo muito poderoso, e não apenas de um ponto de vista exterior ao mundo islâmico. E no entanto, pareceu-me, o argumento da Enas era válido, e importante.

«As raparigas árabes são mais do que isso», disse-me. O *hijab*, na opinião dela, destinava-se a apagar publicamente a sexualidade da mulher, mas não a sua individualidade. A Enas achava que usá-lo lhe dava poder e confiança, que fazia com que as pessoas a vissem, ao seu carácter e inteligência, bem melhor do que se estivessem distraídas com a sua juventude ou sexo.

«Tens de escrever mais sobre nós», disse-me Enas, com firmeza.

Ouvia falar sobre a irmandade *qubaisi* desde que chegara à Síria. Em parte, por um acaso imobiliário: o apartamento que eu alugara ficava em Rawdah, o bairro onde Munira al-Qubaisi, a eremítica fundadora do grupo, supostamente vivia, e por vezes os meus conhecidos sírios comentavam esse facto. Muitos dos rumores que me contavam sobre as irmãs *qubaisis* eram emocionantes e misteriosos. Comecei a fazer uma lista, no final de um caderno, das várias coisas que ouvira sobre o grupo e esperava um dia verificar. Eram um grupo feminino islamista, secreto, decidido a derrubar o governo de Bashar al-Assad e criar um governo islâmico na Síria, diziam

algumas pessoas. Munira al-Qubaisi era na realidade saudita, vaabita, dizia-se, e havia mulheres a vigiar durante os encontros da Qubaisiat, para prevenir a tentativa de infiltração por agentes do governo. Os sunitos devotos criticavam os gestos de reverência das irmãs *qubaisis* pela sua líder; tinham ouvido dizer que as suas ajudantes lhe beijavam as mãos e os pés ou a bainha da roupa, por exemplo, e competiam pela permissão de beber do copo dela, tudo demonstrações que seriam impensáveis para os sunitas convencionais. Ouvira relatos de exercícios de grupo que me pareciam rituais de iniciação a repúblicas universitárias femininas, com as raparigas a deitar-se em frente ao grupo reunido, de olhos fechados, e a fazer confissões emotivas dos seus segredos e pecados passados, aparentemente para reforçar os laços entre os novos membros. E toda a gente falava constantemente sobre o modo uniforme como as irmãs *qubaisis* amarravam os seus lenços, sobre o modo como se podia determinar a posição de uma mulher no grupo pela cor do seu lenço e da sua capa.

A irmandade *qubaisi* não tardou a sobrepor-se à história que mais me obcecava: a história de Alois Brunner, o chamado último nazi, um vetusto e zarolho ex-ajudante de Eichmann e diretor de campo de concentração que, tinha eu lido, alguns caçadores de nazis acreditavam que ainda vivia escondido em Damasco. Mas, apesar de muitos meses de esforço, nunca consegui confirmar muito do que ouvira sobre a irmandade *qubaisi*. Tudo o que descobri sobre elas poderia resumir-se em apenas dois parágrafos.

Munira al-Qubaisi fez cadeiras de Estudos Islâmicos na Universidade de Damasco nos anos 60 e pensa-se que terá sido influenciada pela Irmandade Muçulmana durante os seus tempos de estudante. O ramo sírio da Irmandade Muçulmana foi banido em 1963, e muitos dos seus membros, incluindo al-Qubaisi, foram expulsos do país durante os anos 60 e 70 (desde 1980, a filiação no grupo é punível com a morte). Quando o governo da Síria obrigou al-Qubaisi a partir, ela mudou-se para a Arábia Saudita, trabalhando lá até meados dos anos 80, altura em que também o governo saudita a expulsou. Por intercessão de ligações poderosas em Damasco, al-Qubaisi conseguiu de algum modo regressar à Síria, onde formou o grupo de estudo islâmico exclusivamente feminino que se tornou conhecido como Qubaisiat, ou irmandade *qubaisi*. Em 2006, a irmandade tinha cerca de 75 mil membros, segundo o jornalista sírio Ibrahim Hamidi, que escreveu sobre o grupo para o jornal pan-arabista *Al-Hayat*. Há escolas primárias particulares afiliadas à Qubaisiat na Síria, e alunas de Munira al-Qubaisi estabeleceram grupos derivados da Qubaisiat noutros países, incluindo o Líbano, a Jordânia, o Kuwait e o Egito.

Munira al-Qubaisi nunca casou, por isso normalmente as suas alunas tratam-na por *aniseh*, ou «menina», descobri. Os membros da irmandade *qubaisi* reúnem-se em casas particulares, onde estudam o Alcorão e outros textos islâmicos sob a orientação de membros de categoria superior, conhecidos pela mesma expressão honorífica, *aniseh*, e coletivamente conhecidos como «as meninas». Nunca consegui saber se as líderes do grupo também eram solteiras (e as professoras são por vezes chamadas «meninas», independentemente do seu estado civil), embora se dissesse que a maioria delas o era. Esta questão interessava-me porque também havia rumores de uma inclinação antimasculina na doutrina do grupo, e de divórcios vistos como um resultado direto do envolvimento crescente das mulheres com a irmandade *qubaisi*. Os maridos destas mulheres já não aguentavam mais, dizia-se, e eu fiquei intrigada com a ideia de que a devoção pudesse ser uma forma de resistência a nível doméstico, bem como a nível nacional. Algumas amigas sírias brincavam muitas vezes com a característica «monocelha» das irmãs *qubaisi*, que aparentemente era fruto do

ensinamento das «meninas» de que uma irmã *qubaisi* não devia usar maquilhagem nem alterar o seu aspeto de forma alguma, nem sequer para agradar ao marido.

Nunca consegui entrevistar ninguém que admitisse pertencer à irmandade *qubaisi* e, na verdade, só conheci duas mulheres dispostas a admitir, pelo menos, terem estado presentes em reuniões da irmandade. A primeira, uma damascena rica, de 50 e tal anos, chamada Suhair, que me disse que havia mulheres nos seus círculos sociais que eram irmãs *qubaisis*, deu-me descrições rudimentares da forma como o grupo recrutava novos membros e organizava as suas reuniões. Uma rapariga que fosse considerada séria em relação à sua fé podia ser convidada por uma familiar ou amiga de escola para ir a uma reunião, disse-me Suhair. Aí, uma *aniseh* sentava-se num estrado, dirigia-se às mulheres reunidas sobre assuntos religiosos e respondia a perguntas. Os membros da Qubaisiat, disse Suhair, amarravam os lenços de forma a criar um tufo de tecido debaixo do queixo, como uma barbela. À medida que as raparigas progrediam no seu estudo do islão e ganhavam estatuto dentro do grupo, a cor dos seus lenços mudava. Segundo Suhair, os membros novos usavam lenços brancos, normalmente com casacos cáqui, e sempre com meias opacas e sapatos práticos, rasos e sem enfeites. Mais tarde, os membros passavam a usar um lenço azul-marinho com um casaco da mesma cor. Finalmente, uma *aniseh* podia conceder a um membro de grande prestígio permissão para se cobrir completamente de preto. Os casacos compridos que os membros da irmandade *qubaisi* usam – os damascenos costumam usar a palavra francesa *manteau* para se referir a eles – também são vários centímetros mais curtos do que os casacos pelo tornozelo que as outras mulheres sírias devotas normalmente usam.

Suhair não quisera aderir à Qubaisiat, disse-me ela – entrara noutro grupo de oração feminino que lhe agradava mais –, mas disse que compreendia a atração da irmandade, sobretudo para jovens de famílias desfavorecidas. Havia mulheres de algumas das famílias mais poderosas da Síria que eram membros na altura, incluindo Ameera Jibril, irmã do fundador e chefe da Frente Popular para a Libertação da Palestina, Ahmed Jibril. No entanto, a filiação na irmandade podia ser oferecida a qualquer jovem devota que chamasse a atenção do grupo. Por vezes, organizavam casamentos e pagavam a cerimónia a jovens irmãs *qubaisis* de famílias pobres, disse-me Suhair, e uma jovem irmã cuja dedicação à sua fé tivesse impressionado especialmente as «meninas» podia até casar-se com um homem de um círculo mais rico e preeminente do que o seu. Podiam oferecer emprego a irmãs que dele precisassem. O ingresso na irmandade era uma forma de autopromoção social e profissional num país onde poucas vias destas estavam disponíveis para raparigas.

Além destas potenciais vantagens concretas, explicou Suhair, estudar o Alcorão com o apoio de uma organização grande e respeitada podia reforçar a posição de uma mulher no seio da sua própria família de formas mais subtis. «Só as mulheres ignorantes é que são maltratadas pelos homens em nome do islão», disse-me Suhair. «Quando têm a capacidade de ler o Alcorão e interpretá-lo, as raparigas podem encontrar os seus próprios significados. A educação religiosa é uma grande proteção para uma mulher, especialmente uma mulher pobre.»

Randa, uma amiga síria com 20 e poucos anos na altura, contou-me que a sua melhor amiga de infância se tinha tornado uma irmã *qubaisi* quando estava no ensino secundário, e que a tinha incentivado a segui-la.

«A Rasha telefonava-me e dizia ‘hoje vamos às compras’ e isto era um código secreto que queria dizer que havia uma aula às sete e meia», contou-me a Randa. Estávamos a jantar num restaurante no piso superior de um edifício que fazia parte do muro fortificado que rodeava a zona antiga de

Damasco; da nossa mesa, à janela, víamos o fosso largo e seco, agora cheio de ervas e lixo, que ajudara a proteger os damascenos do século XII durante a Segunda Cruzada. «Fui três vezes, e foi incrível. Tinham muita comida cara, apenas para adolescentes, antes da aula. E havia *Mercedes* luxuosos para levá-las a casa depois.»

Entre as adolescentes, disse a Randa, um simples convite para uma reunião com as irmãs *qubaisis* era considerado uma honra. A irmandade tinha por hábito selecionar as filhas de famílias ricas e influentes, bem como raparigas que fossem muito populares junto das suas pares e vistas como potenciais líderes. Ela acabara por não entrar na irmandade, mas tinha sido emocionante ser convidada; era um sinal de distinção social. «Elas querem angariar raparigas com nomes importantes, das famílias poderosas», explicou-me a Randa. «No meu caso, quiseram-me porque eu era boa aluna.»

No início de 2006, conversei com Stephen Seche, na altura o principal funcionário político da embaixada americana em Damasco, sobre o funcionamento da Qubaisiat e outros grupos islamistas na Síria. Graças ao Wikileaks, soube anos mais tarde que Seche estivera a trabalhar no seu próprio relatório sobre a irmandade *qubaisi*: um telegrama diplomático enviado em maio de 2006 chamado «Mulheres sírias afluem a movimento muçulmano».

«É difícil conhecer a extensão do poder das *qubaisis*, mas, tendo em conta as histórias sobre a organização, têm claramente alguma influência social e política», escrevia Seche no telegrama. «É digno de nota que, num país onde as atividades políticas e religiosas são estritamente vigiadas e controladas, algumas mulheres estejam a organizar-se e a fazer ligações de um modo sancionado social e religiosamente, em certa medida para lá do alcance do regime. Alguns contactos defendem que o movimento tem dentro de si as sementes de empoderamento feminino que poderão reclamar, desde o seio das tradições profundamente conservadoras do islão, maiores direitos e liberdades para as mulheres muçulmanas. No entanto, dadas as visões religiosas agressivamente tradicionais das *qubaisis*, parece improvável que o movimento assuma essa direção.»

De repente, poucos meses depois de o telegrama ser escrito, foi anunciado que o governo sírio ia começar a permitir que as irmãs *qubaisis* dessem aulas nas mesquitas. Ensinar em casas particulares, o *modus operandi* preferido das irmãs, ainda era proibido, mas a medida parecia ser um reconhecimento da existência e do poder do grupo na Síria. De um momento para o outro, a irmandade já não era ilegal e, no entanto, as meninas e as suas alunas continuaram a guardar o seu sigilo com o mesmo zelo de sempre, mesmo junto dos próprios amigos e familiares. Comecei a interrogar-me se o sigilo que a Qubaisiat tentava impor em seu redor não seria apenas um esforço para criar sensação, tal como um bar novo põe uma corda de veludo cá fora no passeio para parecer mais exclusivo. Em todo o caso, tendo em conta o número de mulheres que assistem às suas sessões, a irmandade *qubaisi* continua a ser incrivelmente impenetrável para pessoas de fora.

Em janeiro de 2012, depois de eu ter moderado um painel da New America Foundation sobre o feminismo islâmico na baixa de Manhattan, uma jovem síria veio ter comigo e apresentou-se, dizendo-me que viera para os Estados Unidos recentemente para fazer um mestrado. Perguntou-me se a irmandade *qubaisi* estava a desempenhar algum papel na revolta antigoverno da Síria. Tinha ouvido alguma coisa? Conhecia alguém? Estava a considerar o tema para a sua dissertação de mestrado, disse-me ela. Uma ativista síria que eu conhecera em Washington, D.C., contara-me que algumas das irmãs *qubaisis* apoiavam a revolta contra o presidente Assad, mas pouco mais ouvira. Disse à jovem que lamentava, mas que nunca tivera muita sorte a escrever sobre a irmandade

qubaisi, mesmo em tempos mais pacíficos, e ela acenou com a cabeça. As suas tias e a maioria das suas primas eram membros da irmandade, disse ela, e também nunca lhe contavam nada.

A ascensão de Munira al-Qubaisi e as outras xeques sírias poderosas, e o nível de influência de que estas professoras islâmicas viriam a gozar, parece-me um efeito secundário surpreendente das «regras de Hama». Embora, entre os muçulmanos, sejam os homens quem normalmente interpreta a escritura e conduz as orações, a Síria, de modo quase exclusivo no mundo árabe, assistiu à ressurreição de uma tradição centenária de xeques femininas, eruditas religiosas, e a um crescimento das madraças para raparigas que ultrapassou o ritmo de crescimento de instituições semelhantes para rapazes. As «regras de Hama» eram brutais, mas enquanto homens suspeitos de atividade islamista podiam ser presos e torturados sem hesitação, sujeitar mulheres a semelhante tratamento teria provocado uma indignação pública que o governo não podia arriscar. O espaço das mulheres é mais protegido na Síria, e a irmandade *qubaisi* aproveitou bem a ínfima medida de liberdade e privacidade que uma sociedade islâmica conservadora oferece às mulheres. O telegrama diplomático da embaixada dos EUA sobre a Qubaisiat parecera descartar a ideia de que o ressurgimento islâmico entre as mulheres sírias fosse uma forma de empoderamento. Talvez não fosse empoderamento do tipo que as feministas ocidentais reconhecessem imediatamente. Mas o cuidado com que os meus amigos e vizinhos sírios sussurravam sempre sobre a irmandade *qubaisi* – como se houvesse algo especialmente ameaçador na ideia de um grupo de mulheres com tal domínio da doutrina islâmica – parecia-me confirmar que era, apesar de tudo, empoderamento.

Para minha surpresa, as xeques pareciam especialmente influentes entre as mulheres na conservadora cidade de Hama (a reputação da cidade enquanto centro de resistência islamista sobreviveu ao Massacre de Hama e, durante os primeiros tempos da Primavera Árabe síria, em 2011 e 2012, Hama assistiu de novo a confrontos entre manifestantes e forças governamentais sírias). Quando a tia da Enas, a Dra. Rufaida al-Habash, se mudou da sua casa de infância em Damasco para Hama e, nos anos 90, fundou a madraça feminina que se tornou conhecida como Instituto Al-Andalus, os seus vizinhos consideraram-na uma revolucionária. A Dra. Rufaida foi criada numa família damascena profundamente devota, mas ainda se lembra de sentir um choque de culturas ao vir para Hama, quando era jovem. Até conhecer outras mulheres se revelou difícil, a princípio.

«Nas famílias tradicionais, aqui, as mulheres não podem sair», contou-me a Dra. Rufaida. Estávamos sentadas na «secção familiar», isolada, no segundo andar de um restaurante em Hama, a comer *kebabs* e saladas com a Serene, filha dela, em idade universitária, e uma das professoras mais populares do Instituto Al-Andalus, uma mulher de 30 anos chamada Ghada. «As mulheres não podem ir comer fora com amigas, por exemplo. É melhor do que era há dez anos, mas, mesmo agora, há mulheres que não podem visitar as vizinhas.»

Neste contexto, explicou a Dra. Rufaida, o Instituto Al-Andalus tornara-se importantíssimo para muitas mulheres em Hama. Quando a Dra. Rufaida se tornou mais conhecida pelo seu ensino e aceite pela comunidade, ganhando a confiança dos parentes masculinos das mulheres, o instituto tornou-se, para muitas sírias, uma forma socialmente sancionada de ter uma vida fora de casa. Na altura em que conheci a Dra. Rufaida, ela ainda era solicitada muitas vezes para visitar possíveis alunas em casa, para as ajudar a obter autorização dos maridos e pais para estudar o Alcorão. Porém, cerca de 15 anos depois de o Instituto Al-Andalus ser fundado, a Dra. Rufaida achava que as suas conversas com esses homens se haviam tornado um pouco mais fáceis. Falou alegremente dos seus sucessos; uma vez, contou-me, até convencera o pai de uma rapariga especialmente brilhante e promissora a

permitir que a filha frequentasse a universidade.

Ghada interrompeu. As raparigas que estudavam no Instituto Al-Andalus acabavam muitas vezes por considerar as suas professoras como aliadas nas lutas com as suas famílias, e as professoras viam isto como uma parte importante do seu papel. Eram defensoras ferozes das mulheres e, por vezes, eram chamadas para resolver disputas familiares, explicou-me. Ghada acrescentou que ela e as outras professoras lembram às alunas que as raparigas que são tidas como fortes, e com princípios impecáveis, recebem muitas vezes mais liberdade.

«Quando temos conhecimento, tornamo-nos poderosas», disse Ghada. «Quando não temos conhecimento, corremos o risco de viver a nossa vida com base numa má compreensão do islão. Algumas famílias dizem: ‘És rapariga, por isso não tens de aprender.’ Há raparigas que sofrem desta forma.»

Quando se lida com o pai, «temos de pedir de uma forma honrada», explicou Ghada. «Muitas vezes uma rapariga vem ter comigo e diz: ‘Tenho um problema com o meu pai.’ Eu respondo: ‘Tudo bem. Nós falamos com o teu pai para ver qual é o problema e, *insha'allah*, vamos resolvê-lo.’ É muito importante compreender o ponto de vista do pai, para convencê-lo. Não podes simplesmente dizer a uma rapariga: ‘Não obedças ao teu pai.’ Tem de haver um diálogo.»

«Quando comecei a trabalhar aqui, era muito difícil convencer um homem a deixar as suas mulheres sair de casa», disse a Dra. Rufaida. «Mas, nos últimos dez anos, tudo tem estado a mudar aqui em Hama. Agora, uma mulher pega no véu e sai, muito simplesmente.»



*Raparigas dançam em cima de um balcão
no centro de Beirute.*

AS VIRGENS MAIS PROMÍSCUAS DO MUNDO

JANEIRO DE 2007 – BEIRUTE

Em meados dos anos 70, pouco depois de regressar ao Líbano com um doutoramento da Universidade de Princeton, Samir Khalaf fez um inquérito às prostitutas locais. Quando conheci o Dr. Khalaf, ele tinha 70 e tal anos. Era professor de Sociologia, popular e respeitado, na Universidade Americana de Beirute, e diretor do Centro de Estudos Comportamentais da instituição. Tinha uma obra extensa sobre os efeitos dos 15 anos da guerra civil do Líbano na sociedade do país.

Estava a entrevistá-lo para um artigo no *New York Times* sobre como a emigração anual de milhares de rapazes libaneses para o Ocidente ou para os países do Golfo Pérsico em busca de melhores oportunidades de emprego levava a uma escassez de homens em idade núbil no Líbano. A tradicional proibição de as mulheres viverem sozinhas significa que é raro mulheres solteiras procurarem trabalho no estrangeiro, embora se esteja a tornar mais comum. O austero mês do Ramadão estava a acabar, havia milhares de homens prestes a regressar de trabalhos no estrangeiro para as férias do Eid al-Fitr, e eu andava a falar com libanesas solteiras enquanto elas compravam roupa nova, marcavam tratamentos de beleza extra e faziam planos sobre a melhor maneira de conhecer possíveis maridos. Fiquei um pouco surpreendida quando o Dr. Khalaf começou a nossa entrevista recordando o seu inquérito de há 40 anos sobre a prostituição.

«Descobri que, com as prostitutas, há certas coisas que os homens não fazem», disse-me o Dr. Khalaf. «Não praticam sexo oral e não praticam sexo anal.»

O Dr. Khalaf, um homem loquaz com cabelo branco despenteado e um jeito avuncular, passou-me uma lata de biscoitos digestivos caseiros («muito salutare») antes de regressar ao tópico do sexo anal. Disse-me que recentemente ficara espantado por descobrir, através de conversas com alguns dos seus alunos de 18 e 19 anos na UAB, que sexo oral e sexo anal eram agora as únicas formas de atividade sexual que muitas universitárias libanesas *praticavam*. Esta mudança, achava o Dr. Khalaf, era prova de uma mudança extraordinária na sociedade libanesa, e resultava dos padrões de emigração sobre os quais eu lhe fizera perguntas: a pressão para manter a virgindade até ao casamento era tanta que poucas libanesas solteiras consentiam sexo vaginal, e no entanto a competição pelo número decrescente de homens da sua idade era tamanha que estas jovens normalmente também sentiam pressão para conceder certos favores sexuais, com receio de perder os

namorados para raparigas que os fizessem.

«Temos as virgens mais promíscuas do mundo!», exclamou o Dr. Khalaf.

Por muitas vezes que eu tenha visitado o Líbano, a sua atmosfera alegremente licenciosa surpreende-me sempre. Desde o fim da guerra civil, o Líbano conseguira recuperar o seu estatuto de recreio do mundo árabe; nos meses de verão, o país está cheio de famílias a passar férias, vindas da Arábia Saudita e de outros países ricos do Golfo Pérsico. Os estilos de vestuário nas ruas de Beirute são muitas vezes agressivamente sexualizados: acho que em parte nenhuma do mundo vi *jeans* mais justos e saltos mais altos do que aqui. Nas discotecas que enchem a Rue Monot, que se estende ao longo da infame Linha Verde que, durante os maus velhos tempos da guerra, separava os bairros cristãos de Beirute Oriental da predominantemente muçulmana Beirute Ocidental, é rara a noite em que as mulheres não dançam em cima dos balcões. (Uma vez esforcei-me por explicar a uma perplexa amiga libanesa que as mulheres americanas não fazem isto. «Dançar em cima do balcão» era, acima de tudo, uma metáfora engraçada, tentei explicar, uma forma de descrever uma noite deveras doida e inebriada. Não era de todo, como em Beirute, uma parte normal de uma saída noturna ao fim de semana com as amigas. A minha amiga ficou com um ar compadecido, e percebi que não acreditava em mim.)

Como inúmeros autores salientaram antes de mim, a reputação de beleza das libanesas é bem merecida. E, embora não me pareça que possa fundamentar isto senão com testemunhos, elas parecem dedicar em média muito mais tempo e dinheiro aos seus rostos e corpos do que a restante maioria das mulheres. A observação de pessoas no centro da cidade sugere uma obsessão nacional pela moda, bem como uma devoção a visitas regulares ao ginásio e ao salão de beleza, e cirurgia plástica discreta. Quando chegava de Damasco (as duas capitais ficam a apenas três horas de distância, de autocarro ou táxi coletivo, mas estão separadas por anos-luz, em termos culturais), eu tinha sempre de reprimir ataques do tipo de constrangimento físico agudo que não faziam grande parte da minha vida desde que andava no oitavo ano. A minha roupa não condizia e precisava de arranjar as unhas, de imediato, se possível. Ali comecei, pela primeira vez, a usar regularmente o secador de cabelo, e fiz experiências com *eyeliner* que me fizeram parecer um guaxinim exausto. Tinha 26 anos quando uma amiga libanesa me aconselhou a começar a fazer tratamentos profiláticos com *Botox* à volta dos olhos. Era melhor começar a prevenir as rugas finas vários anos antes da altura em que elas costumam aparecer, disse ela, e mulheres de pele clara como eu estavam sujeitas a ganhar rugas cedo.

E, no entanto, o Líbano está no coração do mundo árabe e os seus valores são, no fundo, valores conservadores, até tribais. Continua a ser socialmente inaceitável uma mulher viver sozinha, e antes da madrugada, a grande maioria das elegantes mulheres solteiras que dançam nos balcões das *boîtes* da Rue Monot – mesmo as que têm 30 e muitos anos – volta para o apartamento dos pais. No Líbano, as pessoas dão muita importância às aparências, mas aqui as aparências enganam, disse-me o Dr. Khalaf. Há menos sexo em Beirute do que parece haver, para começar, e muito menos dinheiro.

«Aqui são as mulheres que estão a pagar a fatura, porque as mulheres vivem num momento da sua sociedade em que têm de conciliar duas coisas inconciliáveis», disse o Dr. Khalaf. «Como é que se concilia uma cultura que celebra a aparência – ser gira, ser bonita, ser elegante, ser erótica – mas depois as condena se de facto se tornarem sexualmente ativas? No último momento, têm sempre de se conter.»

Essa gestão – bem como a bravura e o entusiasmo com que tantas jovens libanesas pareciam

abordá-la – fascinava-me. Até certo ponto, explicou-me o Dr. Khalaf, essa gestão acontecia por todo o mundo árabe, à medida que as sociedades tradicionais eram confrontadas com a globalização, a cultura de consumo ocidental, e novos modelos de relações familiares e românticas. Os primeiros anos do século XXI têm sido um período de grande mudança social nos países árabes, disse o Dr. Khalaf, e as tensões associadas a esta transição recaíram desproporcionadamente sobre as raparigas.

«Os Egípcios resolveram o problema dizendo: ‘Olhem, nós circuncisamos as nossas mulheres’», disse o Dr. Khalaf. «E 96 por cento – há quem diga 98 por cento – das mulheres egípcias são circuncisadas. Normalmente são circuncisadas por outras mulheres, e a circuncisão feminina tornou-se um procedimento medicalizado. Mas, em Beirute, é a himenoplastia. São as mulheres que reconstroem a sua própria virtude, sabe? Talvez sejam dois extremos, mas revelam-me muito: por todo o mundo árabe, nós ou estamos a viver uma mentira, ou o fardo está a recair sobre as jovens, que têm de se safar o melhor que podem. É um problema grave, e o perfil demográfico do Líbano torna-o mais nítido aqui.»

No Líbano, onde a população mais religiosamente diversa da região está concentrada numa nesga de território montanhoso com menos de metade do tamanho do Alentejo, os contrastes podem parecer especialmente evidentes, tal como o fosso entre apresentação e realidade. Certa manhã de janeiro, numa sucursal de Beirute da cadeia de supermercados Monoprix, vi várias jovens mães imaculadamente vestidas a levantar os seus bebés para tocar numa cabeça de tubarão gigante, de dentes arreganhados, que alguém pusera no congelador, de focinho para fora, entre os filetes de peixe embrulhados em celofane; a palavra francesa para tubarão fora escrita em maiúsculas, usando pequenas tiras de salmão fumado, na pele áspera da testa do tubarão: REQUIN. Apenas duas horas mais tarde, depois de viajar de carro até Nabatieh com o meu amigo Andrew para as procissões anuais da Ashoura, caminhámos ao lado de centenas de homens e rapazes xiitas – e cerca de meia dúzia de raparigas determinadas – a baterem nas próprias testas e a cortarem-se com lâminas em luto ritual pela morte do imã Hussein mais de 1300 anos antes. Voluntários do Crescente Vermelho entregavam máscaras cirúrgicas para ajudar a evitar doenças transmissíveis pelo sangue, mas as máscaras não protegiam do cheiro a matadouro das ruas. Por fim, retirámo-nos para o KFC local, onde muitos dos outros clientes ainda tinham feridas sangrentas na cabeça e toda a gente menos nós parecia ter um excelente apetite para frango frito; no minúsculo quarto de banho do restaurante, tirei a minha máscara cirúrgica e descobri que, exceto na oval pálida à volta do meu nariz e boca, eu estava completamente coberta por uma névoa fina, mosqueada, de sangue seco.

As varandas ferrugentas com flores e as portadas manchadas pela chuva de Beirute sempre me pareceram muito mais europeias do que árabes; até o cheiro bafiento a cigarro e a detergente *Persil* que saía das sarjetas me fazia lembrar Paris. Depois de um longo período de tempo passado do outro lado das montanhas, na Síria, havia uma tentação evidente para nos comprazermos: em longas tardes a vasculhar os alfarrabistas perto da UAB; em *brunches* na Boulangerie Paul; nos vastos expositores de revistas da Virgin Megastore que fora construída nas ruínas da Ópera de Beirute; nos sempre excelentes *cappuccinos* do Costa Coffee. Mas apesar do povo amigável e multilingue, e do ambiente mediterrânico, de aparência familiar, o Líbano, com as suas difíceis contradições, de certo modo sempre me pareceu mais proibitivo do que a Síria. Beirute tem uma rede de bares e discotecas *gay*

conhecida por ser animada, mas a homossexualidade ainda é ilegal, e raros são os rapazes e raparigas que revelam a sua sexualidade à família. Nunca vi tantos *Range Rovers* nem empregadas domésticas do Sri Lanka de uniforme, e no entanto o desemprego é elevado. As modas e o comportamento são muito provocadores, e no entanto os princípios continuam a ser conservadores, até puritanos. Os restaurantes e as *boîtes* caros da Rue Monot e da Rue Gouraud enchem-se todas as noites, mas os funcionários descrevem clientes que consomem uma única bebida ou uma sobremesa partilhada durante horas a fio; ser visto nos melhores sítios é o que importa, dizem eles.

Elie Issa, empregado do Pacífico, um popular bar latino-americano que abriu na Rue Monot em 1997 e ajudou a iniciar o renascimento do bairro destruído, disse-me para não me deixar enganar pelo ambiente geral de excesso e alegria. Muitas das pessoas bem vestidas na rua apenas «parecem ter dinheiro», explicou-me. «Sabem vestir-se e comportar-se. Mas a maioria das pessoas que vê aqui sai a noite toda e só compra uma cerveja. Não têm dinheiro. Este país está cheio de desastres.»

Eu sabia que o empregado do Pacífico estava a exagerar, pelo menos até certo ponto, com a sua insistência de que a «maioria» dos clientes só comprava «uma» cerveja; senão como é que estes estabelecimentos conseguiam sobreviver? Mas quando relatei a conversa ao professor Khalaf, ele acenou em concordância. Chamou a este tipo de comportamento «consumo cerimonial», gastar para ser visto a gastar. Uma vez, atravessei cautelosamente um acampamento do Hezbollah até ao Aïshti (o equivalente de Beirute ao Corte Inglês), onde um par de vendedoras me falou no «artigo mais caro» da loja naquele momento, um casaco que custava mais de 40 mil dólares; aparentemente há muitos clientes que pedem às vendedoras do Aïshti para lhes mostrarem as coisas mais caras que estão a ser vendidas naquela estação, e as pessoas que compram essas coisas devem tirar prazer do facto de saberem que o seu círculo social saberá exatamente quanto gastaram. Issa, o empregado, disse que era simplesmente assim que as coisas eram. As pessoas gastam desta forma, sugeriu ele, porque décadas de guerra lhes tinham inculcado a crença de que era preciso viver no momento. Segundo Issa, vestir a nossa melhor roupa e sair com os amigos faz simplesmente parte do que significa ser libanês.

«É uma tradição aqui, uma questão de prestígio», disse-me ele. «A economia aqui está tão má agora, que ninguém pode pensar no futuro. Por isso, aproveita-se o momento ao máximo. Beirute é assim.»

Embora a guerra civil tivesse terminado em 1990, ainda havia provas de violência passada por todo o lado; mesmo mais de 15 anos depois do fim das hostilidades, era difícil caminhar um quarteirão no centro de Beirute sem nos cruzarmos com uma parede de estuque pastel cheia de marcas de balas, ou uma escada exterior partida pelos bombardeamentos e meio engolida por buganvílias. A guerra com Israel do verão de 2006 deixou ainda mais destruição: extensões gigantes do subúrbio sul de Beirute, o Dahiyeh, reduzidas a betão esmagado e varões emaranhados pelo calor. No entanto, apesar de nos últimos anos os carros armadilhados e os assassinatos regulares terem gerado receios de uma nova guerra civil, tem havido uma espécie de nostalgia entre os jovens libaneses pela última. A B018, uma discoteca construída num *bunker* abandonado, com mesas em forma de caixão, é, desde que abriu no final dos anos 90, um dos estabelecimentos mais populares do género em Beirute. Uma vez passei uma noite com amigos no 1975, um bar *kitsch* inspirado na guerra civil, decorado com granadas de morteiro e mísseis antitanque, a observar empregados a meter brasas em narguilés feitos de velhas caixas de munições. E ouvia muitas vezes libaneses na casa dos 20 e dos 30 anos a descrever tempo passado em abrigos antiaéreos, agrupados e a contar histórias

para se entreterem. As memórias pareciam genuinamente felizes; a guerra era, afinal, o pano de fundo das suas infâncias.

Uma das principais dificuldades de se escrever sobre o Líbano é que, embora pareça muitas vezes que a mudança no perfil demográfico do país é, de uma forma ou outra, a única coisa de que todos querem falar, ninguém tem uma ideia clara do que esse perfil demográfico seja exatamente. O tema da composição religiosa do Líbano é tão sensível, politicamente, que não há um censo nacional desde 1932; os líderes das três maiores denominações religiosas, os xiitas, os sunitas e os cristãos maronitas, afirmam todos que o seu grupo é majoritário. (Quando visitei Beirute pela primeira vez, em 2004, perguntei a um libanês que conhecia recentemente porque é que a questão do censo não era votada. Certamente que, se tantas pessoas acreditavam mesmo pertencer a uma maioria clara, argumentei eu, desejariam prová-lo, não é? O homem ficou chocado. «O quê, você é estúpida ou algo do gênero?», respondeu ele bruscamente. «Porque é que alguém haveria de querer saber?») Fiquei ofendida, mas o meu conhecido tinha razão, claro. Não é do interesse de ninguém saber a verdade sobre a população do Líbano. Tendo crescido num país onde a diversidade é, pelo menos em público, causa de celebração, eu demorara algum tempo a compreender até que ponto a diversidade do país continua a ser uma fonte de ansiedade, e como a simples perspectiva de um censo pode apavorar tantos libaneses.

Também não há números fiáveis sobre a emigração. Embora as jovens libanesas que conheci se queixassem constantemente, a mim e umas às outras, de que a proporção de mulheres solteiras para homens solteiros no Líbano está na ordem de cinco para um, ou de seis para um, ninguém me sabia dizer de onde vinham estas estimativas, sempre apresentadas como sendo «do conhecimento público».

«Há muito pouca informação sólida», disse-me o Dr. Sami E. Baroudi, professor de Ciência Política na Universidade Americana Libanesa. «Estamos numa economia que depende dos serviços, que está recetiva à ideia de emigração. Sabemos que milhares de rapazes, e cada vez mais raparigas, partem todos os anos. Isto começou em grande escala nos anos 80. A nossa economia não consegue absorver tanta gente com cursos de Engenharia ou Farmácia. Os emigrantes têm tendência a voltar uma vez por ano.»

Em todo o caso, apesar do seu interesse pelo tema, toda a gente em Beirute parecia odiar o artigo que escrevi para o *Times* sobre esta proporção de géneros assimétrica. O artigo centrava-se na competição feminina pelas atenções de emigrantes retornados, e nas pressões emocionais que a falta de jovens solteiros criara para as mulheres que eles deixaram para trás. O lado sexual do artigo fora intensificado com um cabeçalho salaz, «Onde os rapazes estão, pelo menos por enquanto, as raparigas atacam», e por uma foto tirada pela minha amiga Kate Brooks de um trio de raparigas libanesas a dançar e posar – sim, em cima de um balcão – diante de uma multidão de homens de olhar ávido. Era uma imagem espantosa (um aluno de uma turma da Faculdade de Assuntos Internacionais e Públicos de Columbia com quem falei anos mais tarde disse-me que decidira mudar-se para o Líbano durante um verão só por causa da foto da Kate), mas, quando a vi pela primeira vez no *site* do *Times* na manhã em que o artigo foi publicado, estremei.

Nos dias seguintes, recebi mensagens zangadas da maioria das pessoas que entrevistara para o artigo, bem como de algumas dezenas de desconhecidos. Um grupo de oito mulheres em idade universitária que me reconheceram no meu café favorito de Hamra, o De Prague, na Rue Makdissi, disseram-me que achavam que eu «devia ser judia para escrever um artigo assim», com o tipo de

antisemitismo despreocupado, insistente, que infelizmente é comum no mundo árabe mas que sempre me deixou muito deprimida. Uma estudante de Arquitetura da Universidade Americana de Beirute, uma jovem chamada Dina, escreveu-me um *e-mail* emotivo (assunto: objeção) a demonstrar preocupação sobre a impressão que achava que o artigo dera ao mundo sobre as mulheres libanesas. Estranhamente, parecia pensar que eu tinha questionado a beleza das suas compatriotas. («Para mim, as mulheres libanesas são as mais bonitas do mundo. Perguntem ao exército da UNIFIL. [...] As libanesas têm esperança, são sociáveis, encantadoras, inteligentes, sensuais e elegantes.») Mas também me parecia uma rapariga simpática, e a sua ofensa transparecia na carta.

A minha amiga Nada, dois anos mais nova do que eu mas muito mais sábia e forte, censurou-me por ficar abalada com tudo isto. A Nada ajudara-me a escrever o artigo, e salientou que ninguém tentara afirmar que o artigo estava incorreto. Tal como a Nada adivinhara, eu tinha era medo, ali, ainda mais do que era costume, de me enganar em alguma coisa. Como não haveria de ter? Apesar de todo o seu charme, o Líbano era desconcertante.

«Dizem que não tem mal se formos nós a dizer estas coisas sobre nós próprias, mas não se for uma americana a fazê-lo», explicou-me a Nada, numa conversa no Gmail. «Devias ficar contente por as pessoas reagirem aos teus artigos.»

Animei-me um pouco com isto e comecei a escrever respostas educadas, uma a uma, às mensagens de indignação. Aceitei o convite da Dina para almoçar, na companhia da sua amiga Zeina, e até fui beber um copo com as oito raparigas zangadas do café. Aceitei um convite para jantar do professor Khalaf e da sua mulher, que talvez fosse a única libanesa de Beirute com ligações ao artigo que parecera achar-lhe piada (embora eles me tivessem dito que os filhos se tinham queixado por serem mencionados). Sempre achei isto perverso, mas por vezes parecia que as pessoas ficavam mais interessadas em falar comigo depois de eu já ter escrito sobre alguma coisa e, na sua perspetiva, me ter enganado parcialmente. Depois de ter tentado explicar alguma coisa num artigo, é que o tipo de informação que eu acabara de passar semanas ou meses a recolher meticulosamente começava a chegar de todos os lados.

A Dina e a Zeina começaram o nosso almoço no centro de Beirute, numa sucursal do Casper & Gambini's, uma popular cadeia de restaurantes libanesa com espaços em vários países árabes, a sugerir que eu escrevesse outro artigo, desta vez sobre «raparigas libanesas sérias», para corrigir a impressão que achavam que o artigo do *Times* dera ao mundo sobre as mulheres libanesas. O fundamental da queixa delas era que, embora eu tivesse descrito um certo tipo de jovem libanesa e talvez até, admitiam, um tipo comum, achavam que eu havia ignorado as jovens que também esperavam estudar afincadamente e deixar as suas famílias abnegadas orgulhosas de si, mulheres que esperavam estabelecer-se nas suas carreiras antes de considerar o casamento, mulheres como...enfim, como elas próprias e as suas amigas da universidade.

«Mesmo que 70 por cento das raparigas no Líbano sejam assim, a Katherine realmente não nos ajudou», disse a Dina. «Estamos a esforçar-nos, na nossa sociedade, por sair desta cultura árabe em que as raparigas são consideradas inferiores aos homens. Eu quero dizer que nós, raparigas libanesas, queremos ter formação, queremos trabalhar e queremos ganhar dinheiro. Estamos a esforçar-nos. Mas as pessoas veem-nos como fúteis. Os nossos lábios são grandes e os nossos seios são grandes e as pessoas veem-nos a dançar em cima do balcão e simplesmente caracterizam-nos

como fúteis.»

Até certo ponto, as mulheres libanesas lidam com esta imagem desde, quase literalmente, o princípio dos tempos: a própria Jezabel, da Bíblia, era, afinal, princesa de Tiro. E mesmo para as raparigas libanesas mais inteligentes, disse a Dina, era crucial estar sempre muito bem arranjada. Se vissem as pestanas falsas e os vestidos sem costas, os estrangeiros podiam ficar com a impressão errada, explicou-me ela, sem dureza. Aquilo não queria dizer que essas mulheres também não fossem as melhores alunas das suas turmas.

«Nós queremos ser mulheres perfeitas: muito femininas, e mulheres a levar a sério», disse a Dina. «As raparigas libanesas gostam de se arranjar. Gostamos de fazer um esforço antes de sair, mesmo para ir para a universidade. Mesmo que estejamos vestidas de modo informal, não descuidamos o cabelo, nem a maquilhagem. É muito raro encontrar uma rapariga libanesa que vista qualquer coisa ao acaso, que não se importe. Está na nossa natureza enquanto libanesas querer ter bom aspeto.»

O Dr. Ramzi S. Shehadi, cirurgião plástico do Centro Médico da Universidade Americana de Beirute, contou-me que as pressões sociais intensas para ter uma aparência perfeita se estendiam agora a todas as classes da sociedade libanesa, criando muita procura por cirurgia estética em comunidades onde antes ela fora rara. No seio de alguns libaneses ricos, disse ele, há décadas que a rinoplastia era uma espécie de ritual de passagem para as adolescentes.

«O meu pai também era cirurgião plástico», disse o Dr. Shehadi. «Ando a operar filhas de antigas doentes do meu pai. O que é bom no nariz é que é genético, por isso, aconteça o que acontecer, vai voltar sempre.

»Mas agora houve uma globalização da cultura, e ainda mais exposição a padrões de beleza ocidentais», explicou-me. «E há segmentos da população para os quais isto é novo. Antes, mantinham as mulheres fechadas em casa.

»Cada grupo social compete por certas coisas entre si, e é próprio da natureza humana competir a estes níveis diminutos», continuou o Dr. Shehadi. «As mulheres competem para ver quem tem melhor aspeto e quem não tem, e as pessoas que têm dinheiro para isso fazem tratamentos com *Botox* e *Restylane* e outros que tais. Mas há um grande segmento que não tem dinheiro para isso.» Segundo o Dr. Shehadi, não ter dinheiro para cirurgia plástica era apenas um pequeno impedimento para muitas pacientes libanesas. «Elas vêm fazer as operações na mesma e tentam arrancar-nos um desconto de 50 ou 100 dólares.»

A Zeina disse que achava que talvez houvesse uma espécie de heroísmo nestes esforços. A insistência obstinada em apresentar a melhor cara possível ao mundo, independentemente das privações que depois pudessem ser necessárias para o fazer, era, achava ela, tipicamente libanesa. Conhecia raparigas de famílias pobres que eram capazes de poupar durante meses para comprar uma peça de marca autêntica, disse ela. Interroguei-me como o professor Khalaf reagiria à ideia de heroísmo da Zeina, e se concordaria com ela. Seria o consumo cerimonial um desperdício absurdo, ou uma abordagem corajosa às injustiças da vida? Seria inerente a uma sociedade pós-conflito em recuperação? Por vezes, disse-me a Zeina, uma rapariga podia gastar dinheiro assim em reação a formas relativamente típicas e ligeiras de pressão familiar. Normalmente, as famílias mais pobres conservavam os seus recursos para os filhos do sexo masculino, explicou ela; para uma filha habituada à privação, uma mala de marca podia ser um primeiro pequeno emblema de dignidade.

«É por isso que as raparigas trabalham e lutam pelas suas coisas pessoais», disse-me a Zeina. «Nós acompanhamos a moda internacional. Penso que é muito corajoso querermos o melhor para

nós.»

Garanti o melhor que consegui à Dina e à Zeina que não tivera a intenção de retratar as mulheres como pirosas e desesperadas e que era impossível que, como a Dina defendera no início da nossa refeição, «a maioria» dos americanos agora presumisse qualquer uma dessas coisas desagradáveis sobre as mulheres libanesas. Comemos todas saladas e batatas fritas, e bebemos *limon nana* gelada – limonada congelada triturada e misturada com hortelã fresca – e o ambiente serenou um pouco.

«Já temos os homens árabes que vêm ao Líbano só para andar atrás de meninas», disse a Dina. Quando as pessoas no Líbano dizem «árabes», normalmente referem-se a «árabes do Golfo». A Dina estava a falar dos homens dos países do Golfo Pérsico que escolhem fazer férias no Líbano, em grande parte, devido à sua reputação como região com uma proporção extraordinariamente alta de mulheres disponíveis. Os chamados casamentos de verão entre estes homens e as jovens libanesas tornaram-se um problema social crescente: devido à proibição do islão de sexo extraconjugal, os homens devotos da Arábia Saudita ou do Kuwait que visitam o país muitas vezes preferem casar-se legalmente durante as suas férias de verão, divorciando-se rapidamente das suas novas mulheres antes de embarcarem em voos de regresso aos seus países. Estas divorciadas de fim de férias têm habitualmente grande dificuldade em voltar a casar e, como a lei libanesa não permite que as mulheres passem a sua nacionalidade aos filhos, a descendência dos casamentos de verão é normalmente apátrida. Qualquer discussão, que não a mais cuidadosa, dos problemas que afligiam as libanesas solteiras provavelmente pioraria o fenómeno dos casamentos de verão, receava a Dina. «Uma rapariga normal que queira viver a sua vida decentemente tem muitas dificuldades aqui», explicou-me. «Somos uma cultura árabe e há regras a que devemos obedecer.»

Uma rapariga normal que quisesse viver a sua vida decentemente desejaria ainda assim encontrar um namorado simpático e apaixonar-se, explicou a Dina, mas talvez tivesse de fazer algumas cedências para o conservar num mercado romântico impiedosamente competitivo. «Eu conheço um rapaz que nunca dorme com a namorada, porque se quer casar com uma virgem», disse a Dina. «Tem muitas amigas coloridas à parte, mas nunca toca na namorada, porque ela é uma potencial noiva. E a namorada aceita isto. Somos uma sociedade muito complicada.»

O sexo oral e o sexo anal, por exemplo, tinham-se tornado um meio-termo bem aceite para raparigas que esperavam evitar que os namorados procurassem sexo noutro sítio, mantendo ao mesmo tempo o seu estatuto de possíveis noivas. Isto, explicou-me ela, era um sinal de progresso. «Em relação à sexualidade nos anos 60, isto é um passo em frente», disse a Dina. «Não encaro isto como errado. Comparado com a maneira como as mulheres eram aqui no Líbano, é um passo em frente. Fazemos sexo, mas na porta errada, a porta das traseiras. Acho que é melhor assim do que simplesmente ficarmos sozinhas no nosso quarto e não tentarmos chegar a acordo com os homens.»

A Zeina parecia achar este tipo de acordo um pouco mais inquietante. Sugerir, hesitante, que talvez fosse porque ela e a Dina pareciam descrever raparigas que serviam os homens, sem receber muito em troca, mas a Zeina abanou a cabeça. Durante os seus anos de universidade, disse, passara muito tempo a pensar na dificuldade em desenvolver os seus próprios princípios, em manter um sentimento de integridade pessoal numa sociedade que tanto valorizava as aparências. Criticava o número crescente de jovens libanesas que se vergavam a pressões sociais ao ponto de «restaurar» cirurgicamente a virgindade através da himenoplastia.

«Todos julgamos as mulheres que fazem as operações», disse--me a Zeina. Ouvira falar em raparigas que convenciam os amantes a prometer, logo à partida, pagar as operações, como

precondição para uma relação sexual. Um namorado em falta também poderia oferecer-se para pagar as despesas de uma himenoplastia, para mitigar o seu próprio sentimento de culpa, ou numa tentativa de ser cortês. «É uma mentira, uma grande mentira, e tu vais passar o resto da vida a mentir. E para quê? As mulheres andam a fazê-lo porque têm as vozes das mães na cabeça, a dizer-lhes que ninguém se vai casar com elas. Estas mulheres têm medo e, por isso, fazem a operação em segredo.»

A Dina acenou com a cabeça. «Eu não me casaria com alguém que quisesse uma noiva virgem», disse.

O Dr. Wissam Ghandour, ginecologista com um consultório muito requisitado no centro de Beirute, disse que por vezes deparava com uma rapariga instruída e idealista que lhe dizia, com uma nobreza ingénua, que não acreditava em mentir sobre o seu passado sexual e que encontrara um noivo que a aceitaria nas suas próprias condições. Se, contrariando os conselhos do Dr. Ghandour, a jovem insistia em dizer a verdade ao noivo, a história acabava quase sempre em lágrimas.

«Noventa e cinco por cento desses homens, de uma forma ou de outra, afastaram-se, e as mulheres arrependeram-se sempre de terem sido sinceras», disse-me o Dr. Ghandour. «Digo sempre às minhas pacientes que nunca devem ser sinceras sobre um assunto como este.»

Achando que seria interessante falar com alguém que trabalhasse na linha da frente com estas mulheres que tentavam conciliar o inconciliável, como o professor Khalaf dissera, eu tinha ido entrevistar o Dr. Ghandour na sua clínica no Edifício Gardenia, na Rue Mars Elias. Descrevi a minha conversa com a Dina e a Zeina e disse-lhe que ficara impressionada com os princípios delas. O Dr. Ghandour abanou a cabeça. Claro que as raparigas tinham razão em ficar indignadas, e esta ideia de ser fiel aos nossos próprios valores morais era comovente, na opinião dele, mas tinha visto demasiadas raparigas serem castigadas por tal ingenuidade. A determinação da Dina em não aceitar um marido que insistisse numa noiva virgem era simplesmente irrealista, disse ele.

«Eu pergunto sempre à rapariga: ‘Vais casar com um americano ou um europeu e viver sempre no estrangeiro?’» A qualquer jovem que não possa responder «sim», e já tenha feito sexo com penetração, o Dr. Ghandour recomenda a himenoplastia.

«Para os homens, se querem casar com uma rapariga, é só conhecer a família dela. A família sabe que eles são sexualmente ativos, não se importa», explicou. «Não faz mal. Vão dizer ‘és altamente instruído e tens dois milhões de dólares. Tens 40 anos e ela 20. És muito bem-vindo’.»

«Mas mesmo o galã da universidade de cabelo até aqui e brincos, e roupa extravagante, e seja lá o que for, vai exigir uma virgem quando se quiser casar», disse-me o Dr. Ghandour. «E a maioria destas namoradas da universidade acaba por não se casar. Temos de aceitar os factos.»

Os ginecologistas libaneses, explicou o Dr. Ghandour, de uma maneira geral fazem o possível por proteger as mulheres. A maioria dos colegas dele faz abortos, que são ilegais, com o risco de serem presos, porque os riscos para as mulheres grávidas solteiras são muito maiores: exclusão social, no mínimo dos mínimos, e por vezes morte às mãos das famílias que «desonraram». Algumas das jovens que ele viu no seu consultório, conta-me o Dr. Ghandour, sentiram-se culpadas por fazerem a himenoplastia. Ele tenta sugerir a essas mulheres que a virgindade não é sagrada senão nas suas cabeças. A atividade sexual é amplamente aceite para os homens, lembra-lhes ele; elas devem tentar ver a himenoplastia como uma abordagem prática a uma desagradável hipocrisia social. E a operação em si pode ser tão simples como um único ponto de *nylon*.

«Há um tipo que fazemos dois ou três dias antes do casamento», explicou-me o Dr. Ghandour. «Um ponto, de um lado ao outro. Quando ocorrer a penetração, o ponto vai rasgar-se de um lado ou do

outro, sai algum sangue, e nós vamos lá, arrancamo-lo do outro lado, deitamos fora o ponto, e está feito.»

Mas, por vezes, o marido repara no ponto, vê-o ou sente-o. Por isso, as mulheres que têm dinheiro para isso optam por uma reconstrução mais cara e permanente. «Apertamos realmente o canal vaginal e restabelecemos a continuidade do hímen. Fazemo-lo com suturas absorventes, um mês ou mais antes do casamento. Mesmo que seja examinada, ela vai parecer virgem.

»O marido dela vai aceitá-la como virgem para o resto da sua vida», diz-me o Dr. Ghandour. «Porque haveria uma rapariga de perder todo o seu futuro? Seria completamente rejeitada. Eu faço estas operações a toda a gente.»



Fawaz concordou casar-se com a sua prima Zahra (com o hijab branco) na esperança de restaurar a honra dela aos olhos da sua família alargada.

LAVAR A VERGONHA

ABRIL DE 2007 – DAMASCO

Aluta, se é que existiu, terá sido breve. O marido de Zahra, Fawaz, recordou mais tarde que ela estava a dormir de lado, ligeiramente enroscada na almofada, quando ele se levantou na madrugada do dia 21 de janeiro de 2007 e se preparou para ir trabalhar na construção civil. Ainda recém-casados, Zahra e Fawaz partilhavam um apartamento minúsculo num segundo andar em Sayyidah Zeinab, cidade grande, de classe operária, nos arredores de Damasco. Era uma manhã fria e chuvosa de domingo, que é o primeiro dia da semana de trabalho síria. Depois de se lavar, vestir e fazer as orações matinais, Fawaz voltou atrás uma última vez, para aconchegar melhor com o cobertor a sua mulher de 16 anos. Zahra continuou a dormir, sem se mexer, e o marido trancou cuidadosamente a porta do apartamento depois de sair.

O mais provável é que Zahra ainda estivesse a dormir pouco tempo depois, quando o seu irmão mais velho, Faiez, entrou no apartamento, usando uma chave roubada e trazendo consigo um punhal. A irmã estava deitada no chão alcatifado, em cima do colchão fino, de espuma, que ela e o marido desenrolavam juntos todas as noites. Faiez deve ter tido de se ajoelhar ao lado de Zahra quando ergueu a arma e a apunhalou cinco vezes na cabeça e nas costas: estocadas brutais, dilacerantes, que lhe partiram a base do crânio e quase lhe cortaram a coluna vertebral. Deixando a porta aberta, Faiez desceu as escadas e caminhou até à esquadra de polícia mais próxima. Aí, entregou-se, dizendo aos agentes de serviço que matara a irmã para restaurar a honra dele, para acabar com a vergonha que ela causara à família, ao perder a virgindade fora do matrimónio quase dez meses antes.

«O Faiez disse à polícia: ‘É meu direito corrigir este erro’», contou-me Maha Ali, uma advogada síria que conhecia Zahra e mais tarde trabalhou *pro bono* para o marido dela. «Disse: ‘É verdade que a minha irmã é casada agora, mas nós nunca nos lavámos da vergonha.’»

Yumin Abu al-Hosn, uma assistente social que se tornou próxima de Zahra e da sua irmã mais nova, Manar, meses antes da morte de Zahra, contou-me que, a caminho da esquadra da polícia, Faiez usara o telemóvel para telefonar aos homens da família, dizendo-lhes que conseguira matar Zahra. Manar, na altura adolescente, só soube que a irmã tinha morrido quando ouviu familiares seus planejar uma festa nessa noite para celebrar o homicídio. Em pânico, Manar deu um toque a Abu al-Hosn – o sinal

delas para Abu al-Hosn lhe telefonar –, para perguntar se a notícia era verdade.

«A família não a deixou fazer o luto», contou-me Abu al-Hosn em relação a Manar. «É uma família grande e eles tomaram esta decisão em família e não deixaram as suas mulheres criticá-la. Não deixaram a irmã da Zahra vestir-se de preto ou chorar em público. A família fez uma festa no dia em que a rapariga foi morta. As irmãs não foram, segundo sei. Não seria de esperar que as raparigas fossem. Mas a família alargada deu uma festa, e toda a aldeia foi convidada.»

Quando conheci Maha Ali e Yumin Abu al-Hosn, cerca de três meses mais tarde, quase toda a gente com quem falava em Damasco parecia saber certos detalhes básicos sobre a vida e a morte de Zahra al-Azzo: que a rapariga, então com apenas 15 anos, foi raptada na primavera de 2006 perto de sua casa em Hassakeh, no Norte da Síria, levada para Damasco pelo seu raptor e violada; que os polícias que a descobriram temiam que a sua família, como é comum acontecer na Síria, a culpasse pela violação e a matasse; que estas autoridades puseram então Zahra numa prisão para raparigas, acreditando que era a única forma de a proteger dos seus parentes. E então, em dezembro, que um primo de Zahra, Fawaz, de 27 anos, aceitou casar-se com ela para conseguir a sua libertação e também, esperava ele, restaurar a reputação dela aos olhos da sua família e comunidade; que, apenas um mês depois do seu casamento com Fawaz, Faiez, o irmão de Zahra, de 27 anos, a apunhalou enquanto ela dormia.

Tal como a maioria dos sírios com quem falei na altura, fiquei comovida com os pormenores da história de Zahra. Mas, à medida que as semanas passavam, comecei a ficar igualmente fascinada pelo facto de tantos sírios comuns se estarem a interessar por Zahra. Desde que chegara a Damasco, quase três anos antes, ouvira histórias vagas de supostos crimes de honra – os homicídios planeados, normalmente de mulheres, que são levados a cabo como «castigo» por ofensas sexuais. Mas nunca nenhum destes crimes esteve perto de se tornar parte das conversas públicas como aconteceu com o caso de Zahra. Em grande parte do mundo árabe, as famílias tradicionais educam os filhos para acreditar numa ideia de honra pessoal que está enraizada na tradição beduína, e diz respeito a proteger a castidade das mães, irmãs e filhas como uma obrigação social básica. Em alguns sítios, os homens podem tornar-se párias se se entender que não estão a cumprir essa obrigação, e por norma os crimes de honra acontecem, dizem os ativistas, quando os homens se sentem pressionados pelas suas comunidades a demonstrar que estão a policiar a castidade das mulheres da sua família com vigilância suficiente. As raparigas e mulheres que têm casos pré-conjugais ou extraconjugais são por vezes atacadas juntamente com os amantes, mas, frequentemente, é apenas a mulher que é visada. Por vezes, as mulheres são mortas pela mera suspeita de um caso, por causa de uma falsa acusação, porque foram abusadas sexualmente, ou porque, como Zahra, foram violadas.

Ao falar com a polícia, o irmão de Zahra usara uma expressão coloquial, *ghasalat al arr* (lavar a vergonha), que significa o homicídio de uma mulher ou rapariga cuja própria vida passou a ser vista como uma mancha insuportável na honra dos seus parentes masculinos. Depois de um crime de honra ter sido cometido e a vergonha sexual da família ter sido «lavada», o crime em si é normalmente esquecido o mais depressa possível. Na Síria, como em muitos outros países árabes, os homens que são presos por matar mulheres da sua família e depois são ilibados por um juiz por o terem feito em defesa da sua honra são muitas vezes libertados imediatamente. Segundo a lei síria, um crime de honra não é considerado homicídio, e o homem que comete um crime de honra não é um assassino. Nas famílias e comunidades nas quais ocorreu um crime de honra, mencionar o crime – ou até o nome da rapariga ou da mulher em questão – torna-se muitas vezes tabu.

Mas isto não aconteceu com a história de Zahra. O seu homicídio, longe de ser esquecido, tornou-se, durante uma série de meses, uma espécie de *cause célèbre*, um tema unificador para os teóricos jurídicos, eruditos islâmicos e até parlamentaristas sírios que esperavam mudar as leis que protegem os autores de crimes de honra. De início, presumi, ingenuamente, que isto se devia aos pormenores atrozes da história de Zahra: a rapariga era muito nova e, além disso, vítima de violação, e parecia natural que estas coisas despertassem compaixão e interesse. Fiquei especialmente impressionada com o jovem marido de Zahra, Fawaz, que só falara com a sua noiva uma vez antes de o casamento deles ser combinado mas que, desafiando a sua tribo e as suas tradições, processara o cunhado, o assassino de Zahra.

Na altura da morte de Zahra, entre 300 e 400 raparigas e mulheres eram mortas na Síria todos os anos em nome da honra familiar, segundo ativistas dos direitos humanos locais (é impossível saber ao certo como é que a guerra civil na Síria pode ter alterado as coisas desde então, mas um jornalista sírio que ficou no país durante os combates disse-me que, quando muito, a cultura de honra na Síria se tornou ainda mais forte). Muitas vítimas de crimes de honra, na Síria e noutros sítios, são tão jovens, e tão obviamente inocentes, como a própria Zahra era. Por fim, percebi que o facto de o caso de Zahra se ter tornado tão conhecido, e, durante um período, ter criado na Síria uma nova esperança de mudar as leis que protegem os homens que cometem crimes de honra, se devia bem mais aos esforços de Maha Ali, de Abu al-Hosn e da incipiente organização de direitos das mulheres que elas tinham ajudado a formar do que a qualquer dos horrores particulares da história dela.

Bassam al-Kadi, uma das defensoras das mulheres com quem Maha Ali e Abu al-Hosn tinham formado a estranhamente intitulada Associação para o Desenvolvimento do Papel das Mulheres, explicou-me que o caso de Zahra era, do ponto de vista de um ativista sírio, um mal conveniente.

«Temos centenas de Zahras», disse-me al-Kadi. «Mas há algumas histórias com que podemos fazer campanha, e outras que não.»

Zahra, por outras palavras – muito jovem, vítima de violação, casada na altura em que foi morta –, era uma figura simpática para a opinião geral síria de uma forma que uma rapariga mais velha, cuja história parecesse mais ambígua, ou em que houvesse uma questão de «culpa» (digamos, uma estudante universitária que tivesse sido morta depois de ser vista com o suposto namorado num café) não seria. A história de Zahra até aos conservadores parecia triste e vergonhosa, e o caso dela suscitou declarações de líderes religiosos, incluindo o grande mufti da Síria, Ahmed Hassoun. A maioria dos crimes de honra mal era mencionada nos *media* sírios, mas o homicídio de Zahra foi discutido extensivamente em artigos de jornal e programas de televisão. Vários dos xeques mais preeminentes da Síria, incluindo o islamista moderado Muhammad al-Habash, o mais conservador Hassan al-Bouti, bem como o grande mufti, nomeado pelo Estado, Ahmed Badreddin Hassoun, que é o mais alto professor islâmico da Síria, até participaram num debate sobre os crimes de honra na Universidade de Damasco, organizado pela Associação para o Desenvolvimento do Papel das Mulheres.

Estas discussões raiavam perigosamente o discurso político proibido, explicou al-Kadi. O afeto da sociedade árabe à ideia de honra pessoal como algo inextricavelmente ligado à virtude das mulheres da família estava a tornar-se ainda mais profundo do que fora historicamente. Isto devia-se, em parte, à onda de islamização que varria o mundo árabe desde os anos 80. Mas a obsessão pelo controlo da sexualidade feminina também era, acreditavam al-Kadi e as suas colegas ativistas, um sintoma de desespero político, de uma sociedade à beira do colapso. Depois de décadas de ditadura, os homens

sírios que não podiam controlar mais nada nas suas vidas podiam pelo menos controlar as mulheres das suas famílias, explicou-me al-Kadi.

«Os nossos pais dizem-nos que houve um tempo em que honra significava sermos honrados no nosso trabalho, não aceitarmos subornos, por exemplo», disse-me al-Kadi. «Mas, agora, a situação política e económica é tão má que é necessária alguma dose de corrupção para sobreviver. As pessoas dirão que sustentas bem a tua família; não te vão censurar. Em termos históricos, todas as nossas outras ideologias ruíram. Ninguém fala em lealdade ao país, em honra profissional. Agora é apenas a família, a tribo, a mulher. É o único tipo de honra que nos resta.»

Quando comecei a compreender o papel de Maha Ali, Abu al-Hosn, al-Kadi, e outras defensoras dos direitos das mulheres na história de Zahra, senti-me vagamente desiludida. Afeiçoara-me a uma ideia romântica de que eram o marido desgostoso de Zahra e a família dele, tentando preservar a memória dela, que estavam a conduzir esta nova luta sensacional contra os crimes de honra. Ainda mais embaraçoso de admitir era que, embora eu ainda visse essencialmente o caso de Zahra como uma *história*, compreender que esta história era, pelo menos em parte, uma demonstração perfeita de ativismo eficaz fazia-a parecer menos orgânica do que quando a história me pareceria uma coisa em que eu tinha tropeçado.

Mas agora, oito anos depois do homicídio de Zahra e quatro anos depois de uma série de revoltas populares no mundo árabe começar a trazer uma mudança radical à região, recordo todas aquelas discussões acaloradas sobre a história de Zahra em Damasco naquela primavera e reconheço que foi naquele momento que me ocorreu pela primeira vez que, debaixo da superfície estagnada das coisas, a região estava a mudar, e com ela a Síria. Até há bem pouco tempo, a Síria, ainda mais do que outros países árabes, era conhecida como um lugar impermeável ao ativismo e mesmo à ambição; na altura em que Zahra foi morta, as ONG eram quase desconhecidas ali e enfrentavam vigilância e assédio constantes do governo autoritário da Síria. No entanto, Maha Ali, Abu al-Hosn e as suas colegas tinham reunido discretamente um grupo de mulheres, e alguns homens, com ideias semelhantes, tinham estabelecido uma rede de defensores dos direitos das mulheres, e estavam a trabalhar cuidadosa e discretamente, à espera do momento certo para incitar à mudança. A campanha delas parecia ter surgido do nada, num país onde não havia liberdade de expressão nem de reunião, e os Sírios pareciam tão espantados com aquilo como eu estava. Bem mais do que eu percebera de início, a história de como uma vítima de homicídio de 16 anos, Zahra al-Azzo, se tornou um símbolo da luta pelo fim da prática dos crimes de honra, e uma iniciativa para reavaliar o próprio conceito de honra, era uma história sobre a persistência de um grupo de jovens corajosas a lutar pela mudança das narrativas que moldam as vidas das mulheres – e dos homens – naquela região. Havia algo novo em marcha no mundo árabe, comecei a perceber, e quase me passara despercebido.

Nenhuma adolescente acredita verdadeiramente que o seu próprio pai ou irmão a mate. Isto era a primeira coisa que se devia perceber, disse-me Mouna. Eu tinha ido visitar o centro de detenção para raparigas onde Zahra al-Azzo, a vítima de violação de 16 anos que acabou por ser assassinada pelo irmão mais velho em nome da honra da família, fora colocada pelas autoridades sírias no ano anterior. Mouna, diretora dos serviços sociais da instituição, estivera a descrever-me alguns problemas de disciplina entre as raparigas que, como Zahra, eram alojadas ali para serem protegidas dos parentes. A instituição albergava uma variedade de adolescentes e raparigas mais novas

enredadas no sistema jurídico sírio, pedintes e ladras, para além de raparigas que se pensava correrem risco de vida por motivos de honra. Eu já presumira que houvesse algumas miúdas duras num sítio daqueles, mas tomara como certo que todas as raparigas cujas vidas corriam perigo se mostrassem amedrontadas e carentes de conforto, gratas pelo abrigo. Mouna abanou a cabeça.

O mais normal era mostrarem-se ressentidas, explicou Mouna, zangadas por se encontrarem naquelas instalações fechadas (nos Estados Unidos, a instituição onde Mouna trabalhava seria provavelmente chamada centro de detenção juvenil, mas Mouna e os outros sírios com quem falei sobre o assunto referiam-se simplesmente ao local como prisão). Embora a maioria delas tivesse crescido a ouvir rumores sobre raparigas e mulheres que tinham perdido a vida por perderem a virtude, disse ela, mesmo as raparigas mais ameaçadas pelas famílias tinham, por norma, dificuldade em compreender o perigo que corriam.

«Uma das raparigas veio ter comigo a chorar, há dias», contou-me Mouna. «Queria ir para casa, e é uma situação de crime de honra. Eu disse-lhe: ‘Tenta relaxar aqui durante algum tempo porque eles vão matar-te de qualquer maneira quando fores libertada.’ Parece cruel, mas eu precisava de a acalmar, de conseguir que ela agisse com sensatez.»

Pareceu-me de facto uma crueldade desnecessária, embora eu tentasse não o demonstrar. Estávamos sentadas no desarrumado escritório de receção da prisão, rodeadas por sacos de plástico transparente gigantes cheios de pensos higiénicos que tinham sido doados em grande quantidade. Havia dois berços portáteis encostados a uma parede, junto a pilhas de livros escolares sortidos em árabe e latas da mortadela cor-de-rosa e esponjosa que é popular na Síria por ser uma alternativa barata à carne fresca. Também eram donativos, disse Mouna. Serviu chá. Usava o cabelo branco curto, rente às orelhas, e falava um inglês americano franco e idiomático (pouco depois de ser mãe, fugira a um casamento problemático e fora para os Estados Unidos; criara o filho no Ohio antes de se mudar de novo para Damasco). O seu primeiro problema com uma rapariga em risco de ser vítima de um crime de honra era, normalmente, fazê-la entender a realidade cruel da sua nova situação, explicou-me. As raparigas adoravam as famílias, tinham saudades delas, o que era natural. Uma rapariga podia demorar algum tempo a compreender que as relações que tinham sido calorosas com os membros da família agora pouco valiam. Mesmo depois de a rapariga aceitar isto, havia muitas vezes que lidar com ilusões adolescentes de invencibilidade, também.

«Todas as raparigas pensam que são heroínas, que vão sair da prisão, que se vão esconder, que ficam bem sozinhas», contou-me Mouna. A tarefa de Mouna era explicar-lhes que estavam seguras enquanto ficassem ao seu cuidado, na instituição, e depois encorajá-las a começar a participar nas várias atividades educativas e vocacionais (aulas de literacia, aulas de Alcorão, aulas de tricô e costura) ao dispor das raparigas. Ainda havia preocupações sérias, disse Mouna, pelo que acontecia quando as raparigas faziam 18 anos e tinham de sair da instituição; as raparigas só raramente conseguiam manter-se em contacto depois da sua libertação e havia motivos para temer que algumas delas tinham de facto sido encontradas e mortas por parentes. Mas, após algum tempo na instituição e um período de reflexão para as suas famílias zangadas, as hipóteses das raparigas melhoravam, disse Mouna. «Se ficarem connosco até aos 18 anos, aprenderem algumas competências, a verdade é que terão muito mais hipóteses de sobreviver. Ganham tempo.»

Fora preciso alguma persuasão para conseguir que Mouna me deixasse conhecer as raparigas, mas, depois da conversa, Mouna conduziu-me para fora do escritório, atravessámos de novo o pequeno átrio da prisão (dominado, como as entradas de todos os edifícios públicos sírios, por um retrato

gigante do presidente Bashar al-Assad, sem queixo e a sorrir), e abriu uma porta de aço que dava para a prisão em si. Mesmo antes de vermos as raparigas, eu senti o cheiro: um odor intenso, doce e um pouco sulfuroso que era de certo modo caracteristicamente feminino. Pensei nas aulas de Educação Física no secundário e no balneário das raparigas. Era o cheiro de muitas, muitas raparigas adolescentes juntas num espaço exíguo. Passámos por umas escadas que davam para o primeiro andar, onde as raparigas dormiam. Havia toalhas puídas a secar nos corrimãos de ferro, e um gato preto de ar escanzelado levantou-se do primeiro degrau e tentou pôr-se no caminho de Mouna, como se quisesse que lhe pegassem. «Sai, *Condi!*» disse-lhe ela, dando-lhe um toque firme com o pé; as raparigas tinham chamado à gata *Condoleezza Rice*, explicou-me.

Por esta altura, eu estava a falar com Mouna sobre as raparigas há bem mais de uma hora e, de repente, dobrámos uma esquina e ali estavam todas elas. Mas porque estavam todas ali, na realidade? Fiquei surpreendida com a desorganização que encontrei. A maioria das cerca de três dezenas de raparigas que, segundo Mouna, estavam ali alojadas atualmente parecia estar sentada ou a cirandar por duas grandes salas praticamente vazias e o corredor entre elas, onde nós estávamos agora. As descrições de Mouna das aulas que a instituição oferecia tinham-me levado a contar com horários e uma atividade resoluta. Mas, ainda que o ambiente não fosse caótico ou sequer especialmente barulhento, as raparigas – quase sem exceção, descalças, vestidas com calças de fato de treino baratas, e com o cabelo preso atrás em rabos-de-cavalo – pareciam letárgicas, com os rostos pálidos e inchados. Muitas das adolescentes mais velhas eram obesas, e três ou quatro estavam visivelmente grávidas. Algumas raparigas seguravam cadernos pautados e lápis e pareciam fazer algum tipo de trabalho escolar, mas não havia livros, nem televisão, nem rádio, e as restantes pareciam não ter ocupação nenhuma.

O tédio devia ser inacreditável. Pensei, pela milionésima vez, na passividade, paciência e resignação com que as pessoas esperavam nesta parte do mundo. Tinha vindo a perceber nessa capacidade de esperar sem aparente expectativa – uma capacidade que se via em gente de todas as idades, em todo o tipo de edifícios governamentais, em todas as partes do mundo árabe que eu visitara – uma espécie de desespero profundo. Mas como acontecia muitas vezes neste tipo de situações, o ambiente de resignação mudou ligeiramente quando as raparigas expectantes registaram o facto de Mouna estar com uma estranha, comigo. As raparigas davam cotoveladas às amigas e olhavam fixamente, ou escondiam-se lá atrás, dependendo do tipo de raparigas que fossem. Enquanto grupo, pareciam olhar para Mouna com cautela, reparei.

Enquanto eu pensava nisto, duas raparigas minúsculas, muito mais novas e pequenas do que as outras, com grandes olhos castanhos e lenços a condizer, foram empurradas para a frente; era como se as raparigas expectantes tivessem decidido que elas me interessariam especialmente. Sorri às meninas, que deviam ter cerca de três e cinco anos, mas foi difícil não me sentir maldisposta ao olhar para elas. A mais velha estava a agarrar a outra com uma intensidade feroz, como se tivesse medo de que eu tentasse levar-lhe a irmã. Mouna suspirou. Normalmente, a prisão não recebia crianças tão pequenas, disse ela, mas estas meninas eram do Irão, e o pai e a mãe tinham sido presos enquanto a família estava a visitar a Síria. Não tinham parentes na Síria, e não houvera outro sítio onde pô-las.

Mas porque tinham os pais destas crianças sido presos? Mouna encolheu os ombros, como que para dizer que eu já devia saber que estas perguntas não se faziam; toda a gente sabia que os cidadãos sírios podiam ser detidos durante meses ou anos sem acusação, e para os estrangeiros, especialmente estrangeiros pobres, podia ser pior. As meninas iranianas não paravam de chorar

quando chegaram, contou-me, e não havia nada que se pudesse fazer para sossegá-las. Ninguém falava persa. Ninguém conseguia explicar. Interroguei-me precipitadamente se conhecia alguém em Damasco que falasse persa, que pudesse ser levado ali para explicar as coisas às meninas. Mas de que serviria explicar as coisas? O que poderia sossegar crianças pequenas numa situação destas? Claro que elas queriam saber que em breve estariam junto dos pais, mas seria isso verdade, sequer? Podia demorar anos, tanto quanto se sabia. Perguntei a Mouna se a embaixada iraniana não poderia ajudar. As crianças não podiam ser enviadas para familiares no Irão? Os funcionários da prisão já tinham tentado, disse ela, mas ninguém podia fazer nada até os pais serem libertados. As meninas já não choravam noite e dia, disse Mouna, embora ainda se agarrassem uma à outra. «Mesmo enquanto comem», explicou. «Mesmo enquanto dormem.»

Uma rapariga com um bebé ao colo foi empurrada para a frente do grupo para me conhecer, como tinham sido as meninas iranianas. Riu-se do meu árabe, mas disse-me, timidamente, que tinha chamado Maomé ao filho. Maomé parecia ter cerca de cinco ou seis meses, era gordo e calmo e parecia muito satisfeito por a sua mãe adolescente e as amigas dela passarem o dia a trocá-lo entre si, a acarinhá-lo e a brincar com ele. Poderia ficar ali enquanto a mãe estivesse na prisão? Mouna não respondeu, e parecia estar a ficar impaciente. Já tinha repreendido muitas das raparigas, embora eu não conseguisse perceber bem porquê. Pressenti que me deixara falar com as raparigas a contragosto, e temi que se estivesse a arrepender da decisão. Tentei, algo desajeitadamente, voltar a concentrar-me na própria Mouna, conversar outra vez acerca de Zahra al-Azzo, a vítima recente de um crime de honra que fora o tema de discussão no escritório. Sem nomeá-las, Mouna apontou duas raparigas que, segundo ela, tinham sido as melhores amigas de Zahra durante o seu tempo na instituição – uma rapariga magra com marcas de acne e um *top* cor-de-rosa, e uma rapariga maior com um elástico brilhante, azul e amarelo, no cabelo –, mas mal tive tempo de registar estas coisas, pois Mouna levou-me rapidamente para o andar de cima, afastando-me do grupo de raparigas.

Lá em cima, nos dormitórios vazios, Mouna pareceu voltar a relaxar um pouco. Indicou as bonecas e os ursinhos de peluche em cada cama estreita de ferro; cada rapariga recebia um como prenda ao chegar à prisão, disse ela. Reparei num póster de Amr Diab – o ídolo egípcio – na porta de um guarda-vestidos, e numa régua de plástico cor-de-rosa com estêncis recortados pousada numa mesa. Mas eram poucas as raparigas que tinham mais posses do que algumas peças de roupa, e os dormitórios eram tão incaracterís-ticos como as salas de convívio da prisão lá em baixo.

Mouna ficou a observar-me enquanto eu me demorava nos dormitórios. Tentei explicar que achava que ainda tinha esperança de encontrar um pequeno vestígio de Zahra. Ela acenou com a cabeça e ficou calada por mais um minuto.

«De início, não conseguimos contar às raparigas que a Zahra morrera», disse Mouna, finalmente. De facto, explicou, as raparigas só tinham sabido a notícia há uns dias. «Achámos que seria demasiado duro para elas. Talvez tenha sido um erro, mas passados dois meses ainda andávamos a pensar numa forma de lhes contar. Mas tínhamos uma rapariga, Hayat, que estava numa situação semelhante à de Zahra. Estava muito agitada. Queria muito sair e todos os dias discutia connosco.»

Mouna e os outros administradores da instituição tinham finalmente decidido falar às raparigas do homicídio de Zahra, em parte para as obrigar a levar as ameaças à sua própria vida a sério. Hayat, uma rapariga mais velha e popular que fora próxima de Zahra, casara-se com um homem sem o conhecimento nem a autorização dos pais, e tinha recusado aceitar que a sua família tencionava mesmo matá-la para repor a honra.

«Ela casou-se perante um xeque, mas não pôde registrar o casamento por ser menor de idade», disse Mouna. «Estava a dar em doida. Queria estar lá fora com o marido. Acabámos por ter de lhe contar o que acontecera à amiga. Juntámos as raparigas todas e contámos-lhes o que aconteceu à Zahra. Desataram a chorar, muito magoadas.»

Emboras as mulheres sejam vítimas mais frequentes, a expressão formal *jareemat al sharaʿ* (crimes de honra) pode referir-se a qualquer tipo de crime pessoal, contra um homem ou uma mulher, cometido em resposta a uma suposta ofensa sexual. Mas a expressão mais coloquial *ghasalat al arr* (lavar a vergonha) que Faiez, o irmão de Zahra, usou quando se entregou à polícia em Sayyidah Zeinab, significa apenas uma coisa: o homicídio de uma parente que se acredite ter desonrado um homem, a sua família, ou mesmo toda a sua tribo, uma mulher cuja própria vida tenha passado a ser considerada uma «mancha» insuportável na honra de um ou mais dos homens da sua família. Nawara, a jovem e brilhante jornalista síria que por vezes trabalhava comigo como intérprete, teve dificuldade em traduzir *arr*. «Não é como *khajal*, embaraço», explicou-me. «O que é que vocês chamam ao tipo de vergonha que pode matar um homem? Qual é a vossa palavra para o tipo de vergonha que ninguém deve ter de suportar?» Fiquei perplexa; que palavra poderia conotar um tipo de desonra que pode provocar a morte?

Esta ideia de uma vergonha tão profunda que pode matar está intimamente ligada ao conceito árabe de honra em si, um conceito que – os teóricos parecem concordar – surgiu pela primeira vez entre as tribos beduínas da Arábia pré-islâmica. O sociólogo da Universidade Hebraica Frank H. Stewart, perito em Direito Consuetudinário entre os Beduínos, resumiu alguns aspetos deste conceito ancestral de honra num ensaio intitulado, «O que é a honra?», publicado em 2000: «É um direito rescindível ao respeito (um homem que o perdeu é tratado como se não tivesse valor), é único e indivisível. [...] Todo o homem adulto tem honra a não ser que a tenha perdido; ocasionalmente, os Beduínos também se referem à honra de uma tribo como um todo, mas as mulheres não têm honra.»

As mulheres não possuem honra, mas a honra é-lhes conferida, e a forma mais fácil de um homem perder a sua honra, segundo este código, é através do comportamento de uma das suas parentes de sangue. Mesmo quando uma mulher se casa, explica Stewart, o comportamento dela (ou comportamento intuído) reflete-se na honra dos seus parentes de sangue do sexo masculino, e não na do marido: «Seduzir a filha de um homem é considerado uma ofensa à sua *ʿard*. Ora, na Europa isto seria verdade apenas enquanto a filha fosse solteira; depois de se casar, seduzi-la seria essencialmente, talvez exclusivamente, uma ofensa à honra do marido. Entre os Beduínos, contudo, os laços de uma mulher com os seus agnados (*i.e.*, aqueles de quem é parente por linha masculina) são muito mais fortes, em certos aspetos, do que os laços com o marido, e mesmo a sedução de uma mulher casada é, do ponto de vista jurídico, uma ofensa não só ao seu marido, mas também aos seus agnados mais próximos.»

No ensaio «Crimes de honra e a construção do género nas sociedades árabes», Lama Abu-Odeh, uma professora palestino-americana do Centro de Direito da Universidade de Georgetown, sustenta que a própria ideia de masculinidade nos países árabes está ligada à defesa da castidade das mulheres da família. Segundo Abu-Odeh, «O homem que mata a irmã para defender a sua honra sintetiza de forma dramática, através desse ato, o desempenho do seu género. A virgindade, em sentido lato (o vaginal/o corporal/o social), é também o *locus* do género dele, visto que ele precisa

de guardar, supervisionar e defender de incursões a virgindade das suas mulheres. Por outras palavras, ser homem é desempenhar práticas quotidianas, das quais uma parte importante é garantir a virgindade das mulheres da sua família. Na cultura árabe, um homem é uma pessoa para a qual a virgindade da irmã é uma questão social.»

Para tribos que levavam uma vida nómada no ambiente severo do deserto, tais códigos serviam, indubitavelmente, para manter a coesão social. Mas persistiram até aos dias de hoje e, embora precedam o islão, estes códigos tradicionais estão muitas vezes combinados com as leis islâmicas. Nos últimos anos, alguns clérigos islâmicos tentaram clarificar a posição do islão sobre os códigos de honra, chegando a afirmar categoricamente que os crimes de honra são anti-islâmicos. Porém, por todo o mundo árabe da atualidade, muitos homens ainda acreditam que têm o dever de policiar o comportamento das mulheres da sua família e que este dever tem raízes na religião, e não apenas na tradição. E Abu-Odeh sustenta que a função social dos crimes de honra mudou nos últimos anos, tornando-se uma resposta tanto aos esforços nacionalistas árabes de produzir uma «mulher árabe moderna» como, segundo ela, «a essa coisa assustadora: ‘a sexualidade ocidental’».

Entre os muçulmanos da Síria, como na maioria dos países árabes, o casamento entre primos direitos é comum. E, entre as chamadas famílias tribais da Síria – clãs beduínos estabelecidos como aquele a que Zahra e Fawaz pertencem –, a prática ainda é normal. No entanto, Fawaz nunca tivera intenção de se casar com uma prima, disse-me ele. A mãe de Fawaz e a mãe de Zahra eram irmãs, mas há muito que estavam de relações cortadas, e tinham criado as suas famílias em cidades sírias distantes. Os dois conjuntos de primos mal se conheciam.

Foi uma surpresa para todos, recordou Fawaz, quando, na primavera anterior, o irmão de Zahra, Faiez, chegou à casa da família dele em Sayyidah Zeinab. Faiez estava a cumprir o serviço militar – os dois anos obrigatórios que todos os homens devem passar num ramo das forças armadas – e estava colocado perto da capital. Mas aquela não era uma visita normal à família. Faiez tinha vindo falar aos primos de um assunto pessoal muito doloroso.

«Começou a contar-nos que a sua irmã Zahra tinha sido raptada», disse-me a mãe de Fawaz, Umm Fawaz. Mesmo que não tivesse havido contacto sexual, o simples facto de Zahra ter sido levada de casa durante alguns dias era um sinal de desonra para a família. Faiez disse à tia e ao primo que fora enviado pelo pai e pelos tios para pedir conselho à família. «Disse-me: ‘Ai, tia, não sei o que lhe dizer’», lembrou Umm Fawaz. Era meio-dia, e as portadas da sala principal do apartamento da família, onde estávamos sentadas, tinham sido bem fechadas para impedir que a luz intensa do exterior entrasse. Umm Fawaz levantou-se por instantes para acender uma luz fluorescente, ajustando o seu *hijab* com padrão de leopardo com uma mão e limpando os olhos com um lenço de papel com a outra. «Eu tentei sossegá-lo. Disse: ‘Não tenhas vergonha pela tua irmã. Mesmo nas melhores famílias, este tipo de coisa pode acontecer.’»

Faiez disse à sua preocupada família – dissimuladamente, afinal – que acreditava que, apesar de ter sido raptada, a irmã ainda era virgem. Disse-lhes também que Zahra fora colocada numa prisão para raparigas com menos de 18 anos, e que a família podia vê-la, mas não recuperar a custódia. Lentamente, Faiez abordou o assunto que o tio e o pai o tinham incumbido de discutir. Poderia o primo Fawaz ir à prisão conhecer Zahra? E poderia Fawaz considerar casar-se com ela para lhe devolver a honra e conseguir que fosse libertada?

De início, Fawaz, um rapaz magro e tímido, de 27 anos, recusou educadamente. Tinha pena de Faiez, disse, mas não podia deixar de ficar um tanto repugnado com a história, que na comunidade dele é um escândalo sexual feio. «É verdade que isto acontece até nas melhores famílias, mas eu não me queria envolver numa confusão daquelas», contou-me Fawaz. Além disso, já estava comprometido com outra rapariga. Mas, depois de Faiez partir, Fawaz e a mãe voltaram a falar sobre Zahra. Que Zahra provocara um escândalo era inquestionável e lamentável, concordaram, mas a rapariga provavelmente não tinha culpa nenhuma. Não obstante a vergonha envolvida, disseram, ambos ficaram tristes por uma jovem parente sua ter sido detida.

«Decidimos visitar a rapariga, só para ver», disse Umm Fawaz.

E foi assim que, vários dias depois, Fawaz e Umm Fawaz deram por si num táxi, a chegar a um grande complexo de edifícios institucionais na zona de Bab Musala, em Damasco. Atravessaram um portão de aço com uma camada espessa de tinta preta que deslizava de um lado para o outro sobre rodízios, e passaram por uma escola para crianças com deficiências graves e por um par de guaritas antes de chegarem ao edifício onde Zahra estava detida.

Fawaz sorriu ao lembrar-se do momento em que Zahra foi levada ao escritório de receção da prisão. Teria sido indelicado da parte dele comentar o aspeto de Zahra, por isso foi Umm Fawaz quem me falou da beleza de Zahra («Tão bela como a Sibel Can!», exclamou Umm Fawaz, mencionando uma cantora turca que é popular no mundo árabe), de como era alta e elegante. Nem Fawaz nem Umm Fawaz falaram com Zahra nessa primeira visita, mas viram-na por breves instantes, e ouviram de novo a história do seu rapto contada por Maha Ali, que na altura era voluntária na instituição e viria, meses mais tarde, a tornar-se advogada deles.

«O Fawaz e a mãe ficaram muito hesitantes de início, pareceu-me, quanto à ideia de uma rapariga numa instituição», contou-me Ali. «Mas percebi que gostaram da Zahra. Deus tenha misericórdia da sua alma, ela era muito delicada, com muito bom carácter. Via-se tudo isso na cara dela.»

«Que hei de dizer? Gostei da rapariga.» Fawaz parece envergonhado por ter admitido uma coisa tão pessoal em público e corrige-se rapidamente. «Quer dizer, aqui apaixonamo-nos por uma rapariga depois de nos casarmos com ela. Mas eu decidi deixar a minha noiva pela Zahra. Achei que uma rapariga normal como a minha noiva teria outras oportunidades para se casar. Com a Zahra, pensei: ‘Meu Deus, ela é tão nova para estar enfiada nesta prisão!’ Tive pena. Pensei: ‘Que hipótese tem ela? Quem é que a vai aceitar?’»

Mas quando, conforme a tradição, Fawaz pediu ao seu pai, Abu Fawaz, para falar com o pai de Zahra, em Hassakeh, sobre um noivado, Abu Fawaz desligou o telefone na cara do pai de Zahra, consternado com o que ouviu.

«O pai da Zahra disse-lhe: ‘Tira-a da prisão para esconder a vergonha e depois divorcia-te dela’», recordou Fawaz. «Disse: ‘Depois, se quiseres ficar com outra das minhas filhas, não me importo.’ O meu pai desligou-lhe o telefone na cara. Disse-me: ‘Eles vão matá-la. Estão a planear matá-la. Não podemos envolver-nos nisto.’ E, assim, durante três ou quatro meses eu tentei esquecer a Zahra. Não podíamos confiar na família dela, nos nossos primos de Hassakeh.»

A província síria de Hassakeh é a região com maior diversidade étnica da Síria e famosa por ser uma das mais turbulentas. A província, confrontada a norte com a Turquia e a leste com o Iraque, contém grandes populações de curdos e cristãos assírios. A maior parte dos árabes da província são

membros de clãs que até há poucas décadas eram nômadas: «árabes tribais», como são conhecidos na Síria.

A capital da província de Hassakeh, também chamada Hassakeh, está rodeada de subúrbios pobres que mais parecem aldeias. Foi num desses subúrbios duros, Nashweh, que Zahra al-Azzo nasceu em 1990. Nashweh é o tipo de aldeia síria que parece estar literalmente a desfazer-se: as casas baixas, de blocos de cimento, dão lugar a montes de material de construção em decomposição e depois a campos de trigo cobertos de restolho e cheios de lixo. A quantidade de roupa a secar em cordas esticadas sobre as casas sugere famílias numerosas. Um afluente estreito do Eufrates, o Khabur, corre ao longo da orla da aldeia; o seu caudal foi drasticamente diminuído nas últimas décadas por barragens perto da nascente, na Turquia.

Nashweh não é grande, e, tirando os seus últimos meses, Zahra passara toda a vida ali. Porém, quando lá fui, vários meses depois da morte de Zahra, a meia dúzia de aldeãs com que a Nawara e eu conseguimos falar negaram tê-la conhecido. As mulheres – todas trajadas com lenços na cabeça e vestidos finos de veludo, de andar por casa, e as que tinham mais de 40 anos com tatuagens beduínas azuis na testa e no queixo – eram amigáveis. Mas, assim que ouviam o nome Zahra, simplesmente abanavam a cabeça e desviavam o olhar.

As circunstâncias dos primeiros anos de Zahra foram, segundo os padrões locais, perfeitamente normais. A família dela pertencia aos Bagara, uma tribo conhecida, e Zahra era uma de nove filhos. Durante a infância dela, a família ganhara bom dinheiro a criar cavalos árabes, mas mais tarde os al-Azzo depararam com dificuldades. Segundo Umm Fawaz, o pai de Zahra começara a beber muito, e dois dos irmãos de Zahra tinham começado a sustentar a família vendendo legumes e cigarros. Ainda que, por uma questão de honra, Umm Fawaz não o mencionasse, o pai de Zahra também começara a ter um caso extraconjugal.

Segundo Maha Ali e outras três mulheres que falaram com Zahra nos meses a seguir ao seu rapto, Zahra soube do caso por um amigo do pai, um homem chamado Tayseer. Tayseer ameaçou a rapariga, dizendo-lhe que revelaria o caso – pondo tanto o pai de Zahra como a sua amante em risco de serem mortos pela tribo em nome da honra – se ela não saísse da casa com ele. Quando ela o fez, Tayseer raptou-a e levou-a para Damasco.

Yumin Abu al-Hosn, que se tornou próxima de Zahra durante os oito meses que ela passou na prisão feminina, disse que Zahra tinha muito medo de Tayseer, mas acreditara que, se saísse com ele em Hassakeh, por pouco tempo, num único dia, podia assegurar a segurança do pai. Em vez disso, Zahra foi levada para Damasco, fechada num apartamento e violada. Desnorteada, numa cidade que nunca visitara, Zahra não tentou fugir. Estava no apartamento com Tayseer há cerca de uma semana quando uma denúncia de um vizinho levou a polícia à porta. Zahra foi levada para a esquadra da polícia, onde passou pelo exame de virgindade que é prática corrente na Síria para mulheres solteiras que têm problemas com a lei. Como era menor e já não era virgem, foi levada para a prisão em Bab Musala. As autoridades acreditavam que era demasiado arriscado mandá-la para casa, para junto da família, e o Estado sírio não tem abrigos para mulheres.

Como muitas das adolescentes que são levadas para Bab Musala, recordou Ali, Zahra sentiu-se humilhada depois do exame genital forçado, e por súbita e inexplicavelmente dar por si numa prisão, e primeiro tentou mostrar-se desafiante. «Lembro-me de entrar naquele dia e me dizerem que tinha chegado uma rapariga nova», disse Ali. «Entrei e conheci a Zahra e perguntei-lhe tranquilamente porque estava ali. E ela só olhou para mim e disse: ‘Credo, tenho de contar a história toda outra

vez?’ Lembro-me de pensar: ‘Que atitude!’»

Por muito triste que a prisão lhe parecesse, Zahra chegou num momento especialmente feliz. A Associação para o Desenvolvimento do Papel das Mulheres, uma organização não-governamental centrada nos direitos das mulheres e uma das primeiras ONG na Síria, começara recentemente a fazer trabalho de beneficência na prisão, organizando aulas para as raparigas e dando-lhes assistência psiquiátrica básica. Embora as ativistas que pertenciam à associação trabalhassem com todas as raparigas da prisão de Bab Musala, interessavam-se especialmente pelas raparigas que, como Zahra, eram colocadas ali por correrem o risco de ser vítimas de crimes de honra. Em parte, porque normalmente estas raparigas eram quem ficava mais tempo, muitas vezes até aos 18 anos, mas sobretudo porque os perigos que elas enfrentavam geravam discussões intensas sobre a sua proteção.

Até as famílias mais propensas ao homicídio interpõem emotivos recursos para as filhas lhes serem devolvidas, disseram-me membros da associação, e os juízes sírios que presidiam a estes casos normalmente tentavam obter declarações sob juramento aos tutores, promessas de que, se fossem libertadas da instituição, as raparigas não seriam feridas. Mas as promessas de segurança podem ser quebradas, e portanto os membros da associação tentavam, quando era possível, mediar entre as raparigas e os seus parentes zangados, para conseguir soluções que permitissem às raparigas deixar a instituição em segurança.

Pouco depois da chegada de Zahra à instituição – quando, pelo que toda a gente dizia, ela se estava a adaptar e a ganhar popularidade junto das outras raparigas –, o irmão dela Faiez abordou Ali e Abu al-Hosn, dizendo que esperava arranjar uma maneira de ajudar a irmã a deixar a prisão em segurança. As mulheres ficaram preocupadas mas recetivas. «Ele era um rapaz atraente de cabelo escuro, aprumado e educado, com feições delicadas, como a irmã», recordou Ali. «Falei com ele durante uma hora e meia. Disse-lhe que a Zahra não tinha feito nada de mal. Ele parecia estar a ouvir, a compreender. No final da reunião, disse: ‘Tenho saudades dela. Posso vê-la?’»

E Ali disse que foi Faiez quem falou pela primeira vez na ideia de que Zahra podia deixar a instituição a salvo se casasse com o primo, Fawaz. «Senti que tinha feito uma aliança com ele e que, juntos, iríamos convencer o resto da família a não matar a Zahra», disse-me ela.

Mas vários meses passaram depois de Faiez conseguir convencer Fawaz e a mãe a conhecerem Zahra, e embora Ali não o soubesse na altura, Fawaz disse que resolvera esquecer o assunto porque o pai temia que a família de Zahra só quisesse matá-la.

«Durante três ou quatro meses não fizemos nada», disse Fawaz. «E depois o Faiez e o pai telefonaram-nos de novo e disseram: ‘Por favor resolvam este problema. Por favor escondam a vergonha.’ Eu disse: ‘Seja sincero comigo sobre os vossos planos para a Zahra, porque eu só quero saber com o que posso contar.’ Decidi ir a Hassakeh para falar com a família da Zahra. Queria casar com ela, mas também queria assegurar-me de que nada lhe aconteceria. Fiquei em Hassakeh três dias e, por fim, fui com o pai dela ao tribunal, e assinámos os papéis para tirar a Zahra da instituição.»

O pai de Zahra disse a Fawaz que, dadas as circunstâncias, não seria necessário um dote, mas Fawaz insistiu em arranjar um dote de cem mil liras sírias (cerca de dois mil dólares), a pagar ao pai de Zahra em prestações, e na série tradicional de prendas de casamento para Zahra.

«A mãe dela perguntou-me: ‘Porque é que a aceitaste para o Fawaz? Ela merece um marido deficiente e com cem anos’», explicou Umm Fawaz. «Mas nós tratámo-la como uma noiva a sério. A mãe dela dizia-me: ‘Dá-lhe só um tapetinho. Isso chega-lhe.’ Mas eu disse: ‘Não, ela vai receber um

colchão novo, um cobertor novo e uma almofada nova, como qualquer outra noiva.’»

Zahra e Fawaz casaram-se numa pequena cerimónia na prisão a 11 de dezembro de 2006, e depois, cerca de uma semana mais tarde, numa celebração maior, para o bairro, que aconteceu, conforme a tradição, na casa nova da noiva. As poucas fotografias do casamento foram tiradas com telemóveis, e por isso as impressões têm uma qualidade turva, efémera. Nelas, Zahra parece atordoada e um pouco amuada, com o cabelo cheio de volume e as suas feições suaves com uma camada espessa de base, sombra cor-de-rosa e batom; a maquilhagem tem uma forma estranha de realçar a extrema juventude dela. Numa das fotos, a mãe de Zahra está ao lado dela, com um *hijab* verde-claro.

«A mãe falou com ela durante o casamento e a Zahra pareceu perturbada», disse Fawaz. «Mais tarde, soubemos que a mãe a tinha beliscado com força e dito: ‘Estás contente agora? Esqueceste a tua vergonha? Estás com um vestido de noiva, mas isso não muda nada.’»

E no entanto, o casamento, pelo que todos dizem, foi muito feliz.

«A Zahra costumava telefonar-me, mesmo depois do casamento», recorda Ali. «Eu perguntava-lhe: ‘Como é a tua tia? Está a ser boa contigo?’ E ela respondia: ‘É maravilhosa.’ ‘E como é o Fawaz?’, perguntava-lhe. E ela dizia: ‘Oh, tia Maha, passámos a noite toda acordados, a falar e a divertir-nos.’ Uma vez, até a tia dela me telefonou: ‘Não diga à Zahra que eu liguei, mas não se importa de falar com ela? Tem influência sobre ela. O Fawaz não se consegue levantar para ir trabalhar, porque a Zahra o mantém acordado a noite toda.’»

Fawaz explicou que, segundo a sua interpretação do islão, ele estava a «honrar a Zahra de novo» – a restaurar a sua virtude perdida – ao casar-se com ela, e que fora apoiado na sua decisão pelo seu xeque, ou professor religioso. Fawaz e a sua família têm orgulho na sua abertura de espírito, mas dizem ter sido severos com Zahra, ocasionalmente, quando ela tentava descrever-lhes a sua má experiência, por exemplo.

«Está escrito que, se honrarmos uma rapariga que foi desonrada, então a nossa irmã conservará a sua honra toda a vida. Eu amava-a a sério, e ela a mim», disse-me Fawaz. «Tantas vezes, durante o nosso casamento, ela quis falar comigo sobre o que lhe tinha acontecido. Mas eu recusei. Disse-lhe: ‘O teu passado é o teu passado. Ninguém vai magoar-te agora. És minha mulher.’ Ela queria falar comigo sobre a sua experiência, mas eu respondi-lhe: ‘Não, concentra-te no teu futuro connosco.’»

Umm Fawaz descreveu o cuidado com que tratara da sua nova nora, ensinando-lhe como uma mulher casada devia limpar a sua casa, e vigiando-lhe o período, à espera de um neto. Comprava-lhe a mesma roupa que comprava para a sua própria filha, disse ela. Deixava Zahra dormir até tarde, quando queria, e falou-me complacentemente do gosto dela por comida salgada – *Pringles*, *noodles* chineses instantâneos – e música barulhenta.

«Estava sempre a ligar-nos, depois de ir embora», disse Ali sobre Zahra. «Normalmente, eram coisas pequenas, coisas de adolescente. Não gostava de usar saias, por exemplo, mas a sogra estava sempre a tentar que ela tirasse os *jeans*. Era uma parvoíce, mas a roupa é importante para raparigas da idade dela.»

«A Zahra disse-me que andava a sonhar ir ao Souq al Hamidiyeh», contou-me Ali, referindo-se ao mercado que é um dos locais históricos mais famosos de Damasco. «Eu telefonei ao Fawaz e pedi-lhe: ‘Sei que estás cansado do teu trabalho, mas por favor leva-a a ver o Souq al Hamidiyeh.’ E a Zahra telefonou-me no dia seguinte. Estava tão entusiasmada que não conseguia parar de falar. ‘O Fawaz levou-me ao Souq al Hamidiyeh! Comemos gelado juntos no Souq al Hamidiyeh!’»

A alegria de Zahra com a sua nova vida foi breve. Estava casada há cerca de cinco semanas

quando o irmão, Faiez, chegou numa sexta-feira de manhã para uma visita de surpresa, dizendo que tencionava procurar trabalho em Damasco.

«A Zahra e eu estávamos a tomar o pequeno-almoço e, de repente, ela levantou-se de um salto e começou a abraçá-lo», recordou Fawaz. «Eu disse-lhe: ‘Não fiques sozinha com ele. Se os meus irmãos não estiverem aqui, não fiques com o Faiez.’»

Fawaz tinha de regressar ao trabalho no dia seguinte, por isso ordenou ao irmão Malik, de nove anos, que ficasse sempre com Faiez.

«Eu não confiava nele», disse Fawaz. «Fui trabalhar no sábado e voltei à hora do almoço. Ouvi música quando estava a subir as escadas, e encontrei a Zahra a lavar pratos na cozinha. Havia muita comida: *fuul*, faláfel. Perguntei-lhe: ‘Quem comprou isto?’ E ela disse: ‘Foi o meu irmão.’ Estava muito feliz.»

«Acho que, inicialmente, ele queria matar a Zahra naquele dia, no sábado de manhã», disse Fawaz. «Tentou usar a comida como pretexto para tirar o Malik de casa. Disse ao miúdo: ‘Este *fuul* não é bom; não te importas de sair para o trocar por um *fuul* de melhor qualidade?’»

Fawaz disse que se sentiu dolorosamente dividido entre os seus deveres de hospitalidade, uma virtude capital na cultura beduína, e a sensação de que Faiez – que dormia no andar de cima, no apartamento dos pais de Fawaz – era um perigo para a sua mulher. Por fim, disse a Faiez que o ajudaria a procurar emprego em Damasco, mas que entretanto era melhor ele ir para casa. Faiez agradeceu a Fawaz e disse-lhe que regressaria a Hassakeh no domingo.

«No domingo de manhã, fui lá acima pouco antes de sair para o trabalho», contou-me Fawaz. «O Faiez já estava completamente vestido, a mexer no telemóvel. Ele não tinha dinheiro para ter um telemóvel. Eu já tinha pensado nisso. Veio-se a saber que o tio lhe dera o telemóvel para ele poder telefonar à família a dizer que tinha matado a irmã. Soubemos mais tarde que eles deram uma festa nessa noite para celebrar a limpeza da sua honra. Toda a aldeia foi convidada.»

Um médico que examinou Zahra pouco depois do ataque de Faiez diria mais tarde que, tivesse ela sobrevivido, teria ficado tetraplégica e, provavelmente, num estado de morte cerebral. Em vez disso, a morte dela, menos de 24 horas depois, iniciou um debate público na Síria sobre a prática dos crimes de honra, e uma campanha para mudar as leis que protegem os homens que matam as mulheres da sua família em nome da honra.

Uma noite, Nawara e eu passámos várias horas a conversar sobre o caso de Zahra al-Azzo com homens nos cafés, lojas de *shawarma*, e bancas de sumo natural perto da estação de correios principal no centro de Damasco, uma área frequentada por homens sírios da classe operária depois do trabalho. A maioria dos homens ouvira falar em Zahra, e no debate sobre os crimes de honra que a sua morte ajudara a iniciar, mas a maioria também dizia que acredita que a prática dos crimes de honra está relacionada com o islão, que está protegida pela lei islâmica, ou é mesmo exigida aos homens muçulmanos. Esta última ideia é um equívoco persistente, dizem os advogados sírios e alguns eruditos islâmicos preeminentes.

Os crimes de honra são um fenómeno complicado, explicou-me Daad Moussa, advogada síria de direitos das mulheres. Muitos árabes combinam erroneamente as suas crenças em relação à honra com exigências islâmicas, explicou-me ela, mas na verdade aquelas fazem parte de uma tradição pré-islâmica. Segundo ela também, geralmente não se percebe que as três leis no código penal sírio que

mais vezes são usadas para perdoar homens que matam mulheres em nome da honra remontam, não à lei islâmica, mas aos códigos jurídicos napoleônicos impostos no Levante durante o domínio francês.

Moussa folheou um exemplar impresso do código penal da Síria, assinalando as três leis com os dedos.

«O artigo 192.o declara que, se um homem comete um crime com um ‘motivo honroso’, será libertado», disse Moussa. «Nos países ocidentais, por norma esta lei aplica-se em casos em que os médicos matam acidentalmente os doentes, com a intenção de os salvar, mas aqui a ideia de ‘motivo honroso’ é muitas vezes alargada para incluir homens que se considere terem agido em defesa da sua honra.»

«O artigo 242.o refere-se a crimes passionais», continuou Moussa. «Mas é o artigo 548.o que nos preocupa mais. O artigo 548.o declara precisamente que, se um homem testemunha uma parente sua num ato imoral e a mata, será libertado.»

«O artigo 508.o declara que se um homem violar, raptar ou abusar sexualmente de uma rapariga, e depois se casar com ela, não será castigado», disse Moussa. «Aqui as famílias têm tanto medo do escândalo sexual que casam as filhas com os seus violadores.» Moussa acredita que mudar estas quatro leis seria um passo importante para retirar o apoio legal aos piores excessos daquilo a que chama «a cultura masculina árabe».

«Aqui, a honra significa apenas uma coisa: as mulheres, e especialmente a vida sexual das mulheres», diz ela. «Eu também sou de Hassakeh, e ouço falar de crimes de honra desde os meus quatro anos. As raparigas sabem desde cedo que a sua honra pertence às suas famílias. Mesmo que estejam apaixonadas, não questionam isto.»

Moussa tirou uma pilha de pastas de uma prateleira e começou a percorrê-las. Cada pasta representava uma rapariga que estava em perigo de ser vítima de um crime de honra, normalmente por ter perdido a virgindade. Cada pasta tinha carimbos oficiais, tanto do ministro da Justiça como do chefe da secção de interrogatório da polícia que fazia o primeiro exame à rapariga, bem como uma pequena fotografia a preto e branco da rapariga. Moussa tirou uma pasta do monte ao acaso e começou a ler a parte em que a virgindade da rapariga era examinada, traduzindo a linguagem jurídica árabe para um inglês hesitante: «Ao examinar os órgãos sexuais do indivíduo, verificou-se que tem uma abertura estreita que não permite a passagem de quaisquer objetos. Não há sinais de aborto, ou parto, nem sinais de qualquer ‘penetração interior’ nem de ‘sexo exterior’ nem ‘sexo anal’...»

«Sexo exterior?» perguntei.

«Sim, *muda’abl*; é o termo jurídico para penetração ligeira, penetração de apenas dois ou três centímetros», explicou ela. «Qual é a terminologia jurídica adequada em inglês? Não há qualquer declaração aqui da rapariga, claro, de nenhuma destas raparigas. O corpo delas fala por si.»

Embora tenham sido registados crimes de honra no Sul de Itália, na Grécia e num punhado de outros sítios nas últimas décadas, hoje em dia são quase desconhecidos fora do mundo islâmico e da sua diáspora, em comunidades islâmicas de alguns países europeus, por exemplo. E, porém, os crimes de honra não constam no Alcorão e muitos eruditos islâmicos contestam com veemência a ideia de que são um fenómeno «muçulmano». Há, concordam, alguma tradição na jurisprudência islâmica de proteger os homens que matam em nome da honra, mas a maioria dos eruditos islâmicos moderados diz agora que esta tradição jurídica não se baseia no islão em si, mas sim na cultura

nómada do período pré-islâmico.

Porém, muitos dos xeques mais preeminentes da Síria, incluindo o islamista moderado Muhammad al-Habash e o grande mufti, o mais graduado professor islâmico da Síria, juntaram-se abertamente aos ativistas no pedido de revogação do artigo 548.o.

«O artigo 548.o é contrário à nossa interpretação do islão», disse-me o Dr. al-Habash. «Segundo a nossa interpretação islâmica, não há pena de morte para o adultério. O castigo mais pesado possível para o adultério é cem açoites, e no islão o indivíduo não tem o direito de executar este tipo de castigo.»

A mulher do Dr. al-Habash, Asma Kuftaro, professora islâmica por direito próprio, acenava em concordância enquanto o marido falava.

«Há demasiadas raparigas que foram mortas e enterradas por esta lei estar nos livros», disse ela. «Nós achamos estranho que as pessoas aqui ainda culpem o islão por estas práticas quando tantos dos nossos eruditos islâmicos se insurgiram contra elas.»

Kuftaro, que fez trabalho voluntário como professora religiosa na instituição em Bab Musala, e que ficou a conhecer bem Zahra no decurso do seu trabalho ali, disse-me que agora é a favor de melhores abrigos e trabalho de reabilitação para raparigas que correm o risco de ser vítimas de crimes de honra, bem como novas abordagens à forma como a honra é discutida no seio da família.

«É porque tenho trabalhado com raparigas maltratadas, especialmente as que foram violadas», disse-me Asma Kuftaro. «Acho que agora devíamos ensinar-lhes que o que lhes aconteceu não é uma vergonha para elas. Devíamos fazê-las sentir que o islão é uma ajuda para elas, que a sua religião não as culpa.»

«Devíamos dizer-lhes: ‘Nós vamos ajudar-te. Vamos tentar casar-te’», continuou. «Mas as verdadeiras mudanças devem acontecer no lar. Tanto os irmãos como as irmãs deviam proteger e respeitar-se uns aos outros. Se dissermos a um rapaz novo que é tutor da sua irmã, ele começa a sentir que tem autoridade. E isso é um problema. A honra é aprendizagem, é trabalho, é honestidade, é lealdade, mas não é virgindade», disse Kuftaro. «Não estamos a trabalhar para tornar as raparigas dissolutas. Estamos simplesmente a dizer que, se uma rapariga é abusada – e, de facto, eu acredito que a maioria destas raparigas é abusada –, não deve ser morta. Por vezes, um homem vê a irmã ou a filha à entrada de uma casa com um homem e faz uma suposição e mata-a. E, depois, examinam o corpo e descobrem que afinal ela é virgem.»

Numa entrevista que me deu no seu gabinete, o grande mufti da Síria, o xeque Hassoun, condenou os crimes de honra, e o artigo 548.o do código penal sírio, em termos inequívocos.

«Não acredito no que outros especialistas em religião dizem sobre as mulheres e os homens», disse-me o xeque Hassoun. «Não acredito que Deus tenha diferenciado nas leis morais que estabeleceu para cada um. Por vezes, surge um especialista em religião que defende que as mulheres são a origem de todos os males. Mas o Alcorão não diz isso e Deus nunca diz isso.»

Em novembro de 2009, recebi um *e-mail* exaltado de Bassam al-Kadi, a ativista: depois de mais de dois anos a empatar no sistema judicial sírio, Faiez, o irmão de Zahra, tinha simplesmente sido libertado, em conformidade com o artigo 548.o, desfazendo as esperanças dos ativistas de que o interesse público em redor do caso de Zahra pudesse levar a uma mudança na lei.

Fawaz admitiu que não compreendia os seus próprios sentimentos em relação aos crimes de honra até à morte de Zahra, e disse que espera que a cobertura mediática que o caso dela suscitou ajude outros homens a reavaliar os seus.

«A questão é que, no caso da Zahra, ela foi basicamente raptada», disse-me Fawaz. «Se tivesse sido má rapariga, se tivesse decidido fugir com um homem, eu diria talvez. É uma solução brutal, mas talvez seja a melhor maneira.»

O pai, Abu Fawaz, interrompeu-o, discordando. «Mas mesmo assim! Quando uma rapariga erra dessa maneira, sobretudo uma rapariga tão nova, não me parece que seja verdadeiramente responsável. A família é responsável. O pai é responsável. Eu não quero dar a ninguém pretextos para o homicídio, ao falar sobre honra e crimes de honra.»

Fawaz acenou com a cabeça. «Nós somos gente tribal. Primeiro, comecei a pensar em vingança, na nossa honra, a pensar que, se a família da Zahra se atrevesse a vir aqui, haveria outro homicídio. É a primeira coisa que nos vem à cabeça, sinceramente. Mas depois começo a pensar na Zahra ali deitada, a morrer, e acho que já não consigo acreditar nesse conjunto de valores.»



Jovens sauditas experimentam maquilhagem num centro comercial de Riade enquanto um empregado as observa.

ANTES DE CASARMOS, TEMO-NOS UMAS ÀS OUTRAS

DEZEMBRO DE 2007 – RIADE

A Arábia Saudita é uma monarquia absoluta governada segundo uma forma severa e puritana do Islão a que normalmente se chama vaabismo (embora, em geral, os próprios Sauditas não gostem deste termo). Os Sauditas referem-se muitas vezes ao seu rei como o «Guardião das Duas Mesquitas Sagradas», e o facto de o país ser o berço do islão e ter duas das mesquitas mais sagradas do islão, em Meca e em Medina, é um pilar da identidade nacional e um motivo de grande orgulho. Todo o país funciona segundo os ritmos do dia islâmico – todos os negócios e repartições oficiais fecham durante os períodos de oração – e há poucos lugares no mundo onde a prática islâmica da reclusão seja observada tão completamente.

A Arábia Saudita dedica enormes recursos a manter uma separação rígida entre os sexos. Esta separação é a característica mais visível da vida saudita, tão extrema que é quase impossível exagerá-la. As mulheres sauditas não podem conduzir e devem usar *abayas* pretas e véus em público em todos os momentos. São misteriosamente levadas de um lado para o outro em carros com vidros fumados, frequentam escolas e departamentos de universidades só para raparigas e comem em secções «familiares» especiais nos cafés e restaurantes, cuidadosamente separadas das secções usadas pelos clientes do sexo masculino. Há agências bancárias, agências de viagens e secções de repartições oficiais que só atendem mulheres. Até os restaurantes das cadeias de *fast food*, como o McDonald's e o KFC, têm filas separadas nas caixas para homens e mulheres.

Por vezes, penso que os debates dos direitos das mulheres na Arábia Saudita passam por estes pormenores um pouco depressa de mais. Os jovens estão isolados do sexo oposto da adolescência em diante. Em geral, os homens e as mulheres sauditas adultos quase não têm contacto com o sexo oposto para além da sua família mais próxima, e isto tem um efeito incrivelmente abrangente nas suas simpatias, vidas emocionais e na forma como pensam o mundo. Os homens socializam com os homens e as mulheres socializam com as mulheres. Se um homem convida outro homem a visitá-lo em sua casa, normalmente socializam numa sala de estar perto da entrada da casa, e disposta de forma que as mulheres da casa estejam completamente escondidas. Tradicionalmente, os homens

sauditas nem sequer mencionam os nomes das irmãs ou filhas em público. Algumas das pessoas mais viajadas que conheci são sauditas. No entanto, fiquei muitas vezes surpreendida com o medo genuíno que as raparigas e mulheres sauditas que entrevistei parecem sentir da vida pública e dos homens desconhecidos. Este medo inveterado pode coexistir, a um nível individual, com uma sofisticação notável. Num jantar de mulheres a que fui durante uma visita a Riade em 2013, uma professora de uma universidade feminina de elite descreveu o pânico das suas alunas perante o rumor de que um dos portões da universidade fora deixado aberto acidentalmente: as meninas, muitas das quais tencionavam candidatar-se a bolsas no estrangeiro, tinham ficado histéricas, inconsoláveis com a possibilidade de terem sido vistas por alguns momentos, destapadas, por um homem.

Membros de uma força policial religiosa governada pela Comissão para a Promoção da Virtude e Prevenção do Vício patrulham as ruas e os centros comerciais para evitar o contacto fortuito entre homens e mulheres sem parentesco e para fazer cumprir o horário das orações, o traje islâmico adequado e outras regras sociais. A *hai'a*, como esta força policial religiosa é normalmente conhecida (a palavra árabe significa simplesmente «comissão»), tem menos poder do que tinha há uma década. Uma investigação ao papel da *hai'a* nas mortes de 15 adolescentes num incêndio numa escola de Meca em 2002 – segundo testemunhas, a polícia religiosa impediu as raparigas de saírem da escola em chamuscas porque não tinham o cabelo e o corpo completamente tapados por *abayas* e lenços – levou a reformas. A *hai'a* já não usa vergastas e os Sauditas dizem que não é tão temida como há uma década. Todavia, a *hai'a* é uma habitual presença severa, barbuda e por vezes intimidatória por todo o reino.

Um efeito de toda esta segregação de género imposta é que, quando as mulheres sauditas falam sobre homens, pode parecer que estão a falar sobre uma espécie diferente. As conversas sobre homens das mulheres em idade universitária que conheci em Riade muitas vezes eram formuladas num tom jocoso, «antirrapaz», que pareceria invulgarmente infantil entre mulheres americanas da mesma idade. Conheci a Reem e as amigas dela porque, enquanto navegava no Facebook cerca de uma semana antes da minha primeira viagem à Arábia Saudita, tinha deparado com um grupo que se descrevia como um ponto de encontro *online* para raparigas sauditas que não desejavam casar com homens sauditas. (Não sei se os factos corroboram a minha opinião, mas sempre me pareceu que, depois do outono de 2006, altura em que o Facebook tornou disponível a adesão a qualquer pessoa com um endereço de *e-mail* válido, os jovens no mundo árabe aderiram ao *site* bem mais depressa do que os seus congéneres americanos. Em todo o caso, todos os meus amigos no Médio Oriente tiveram contas no Facebook muito antes da maioria das pessoas que conheço em Nova Iorque – embora as mulheres mais conservadoras evitassem usar os seus nomes e fotografias verdadeiros.) Intrigada, enviei mensagens pelo Facebook às fundadoras do grupo. Uma delas era a Reem. Não sei se estava propriamente à espera de uma posição bem ponderada sobre a delonga do casamento, mas a conversa que se seguiu, permeada de risadinhas, sobre «detestar rapazes mimados» e «maus rapazes» fez com que a Reem parecesse ter menos de 17 anos.

Mais tarde, durante a minha estadia em Riade, fui convidada para uma festa organizada pela Manal, a rapariga sincera com família em Jeddah que conhecera no encontro pré-*hajj* da Reem. Perto do início da festa, uma rapariga chamada Alia surpreendeu toda a gente ao anunciar, em lágrimas, o seu noivado, fazendo com que várias das amigas ali reunidas também desatassem a chorar. Alia teria permissão para falar com o noivo, um oficial do exército chamado Badr, por telefone durante o período de noivado e portanto, ao jantar, as amigas de Alia ajudaram-na a fazer uma lista de

perguntas para a primeira conversa telefónica deles, agendada para o dia seguinte.

«Pergunta-lhe se gosta do trabalho dele», sugeriu uma das raparigas. «Ao que parece, os homens adoram falar do trabalho deles.»

«Pergunta-lhe que telemóvel e carro tem», disse outra amiga. «Assim consegues descobrir como é que ele gasta o dinheiro, se é mãos-largas ou avarento.»

Estávamos todas sentadas à mesa comprida, com tampo de vidro, da grande sala de jantar da família da Manal. As travessas com saladas e pastéis picantes, recheados com carne de borrego picada, conhecidos como *samboosak*, tinham sido dispostas, ao estilo *buffet*, ao fundo da sala, e um par de empregadas, orientadas pela mãe da Manal, iam e vinham da cozinha, do lado oposto, reabastecendo as travessas e trazendo bebidas para as raparigas. Depois de estarmos todas instaladas com as nossas bebidas, uma empregada trouxe um tacho de cobre pesado com *fuul*, o guisado de favas ao estilo egípcio que é popular por todo o mundo árabe, e pousou-o no centro da mesa.

Alia, em honra do seu noivado, partilhava a cabeceira da mesa com a Manal, a nossa anfitriã, e eu estava sentada perto do meio, a três ou quatro lugares delas. De repente, Manal virou-se para mim.

«A Katherine falou com alguns rapazes sauditas!», anunciou ela, bem alto. A Manal era um pouco dramática, como eu já sabia por aquela altura, e percebi que estava orgulhosa da comoção que aquilo ia provocar entre as amigas. Era, claro, verdade que eu tinha entrevistado jovens sauditas de ambos os sexos. Até tinha, como a Manal sabia, saído uma vez disfarçada de rapaz saudita para uma noite de «numeração», o ritual urbano saudita, noturno, em que grupos de miúdos e jovens adultos em carros perseguem os carros com as raparigas e os seus motoristas, na esperança de uma breve interação, um sorriso, ou até um número de telefone (o ritual é conhecido como «numeração» por causa dos números de telefone, escritos em pedaços de cartão, que os homens encostam aos vidros quando passam pelas raparigas nos seus carros, embora esta abordagem rudimentar esteja a desaparecer, disseram-me, em detrimento de um método de partilha de números mais discreto, com a ajuda do *Bluetooth*).

As raparigas à mesa começaram a fazer perguntas. Fiquei um pouco surpreendida, de início, e depois espantada e de algum modo comovida com a curiosidade tímida das raparigas sobre o que os homens sauditas da idade delas pensavam e qual era o tema das suas conversas. O que elas mais queriam saber era o que é que esses homens diziam das raparigas. O que é que procuravam numa rapariga? Talvez tivessem falado mais abertamente comigo, sendo estrangeira, sugeriu a Manal, do que falariam com as mulheres da sua família que os ajudariam a procurar noiva. Embora o mundo dos homens estivesse tão perto como os escritórios por que passavam todas as manhãs quando eram levadas de carro às aulas ou os *majlis* onde os pais e irmãos recebiam amigos em casa, para as raparigas na festa da Manal parecia claramente tão remoto como outro continente, e bem mais fascinante.

Enquanto comíamos, as amigas da Alia também a chatearam para ela lhes contar os pormenores da *showfa*, a «observação» que ocorre no dia em que uma rapariga saudita fica noiva. Quando vem pedir ao pai a mão dela em casamento, o pretendente de uma rapariga tem o direito de a ver sem a *abaya* e com o cabelo destapado. Em algumas famílias, pode ter uma conversa vigiada com ela. Idealmente, dizem muitos sauditas, a *showfa* será a única altura na vida de uma rapariga em que ela é vista desta forma por um homem que não pertence à sua família mais próxima.

A *showfa* da Alia fora completamente imprevista, disse ela às amigas. Por vezes, as raparigas

eram avisadas com alguma antecedência de que um rapaz e a sua família iam visitá-las, mas não desta vez. Alia estava no seu quarto quando a mãe entrou para lhe falar sobre Badr. Era de uma boa família, tinha um bom emprego no exército e, com 25 anos, era oito anos mais velho do que Alia. O pai dela decidira imediatamente que era uma boa união. A mãe de Alia disse-lhe que o pai estava a pedir para ela descer imediatamente para a *showfa*, por isso não houvera tempo para mudar de roupa. Alia estava de *jeans* e com muito pouca maquilhagem, disse ela, e estava tão nervosa que quase deixara cair o tabuleiro de copos de sumo que o pai lhe pedira para levar ao noivo (eu viria a ouvir uma versão da história do sumo a quase todas as mulheres sauditas, de todas as idades, que me descreveram a sua *showfa*; histórias de mãos trémulas, tabuleiros caídos e timidez ou medo ao ponto de serem incapazes de olhar para o futuro noivo pareciam ser parte corrente de uma narrativa feliz de noivado ao estilo saudita).

As amigas de Alia ouviam, absortas, todos os pormenores, e passavam entre si o telemóvel dela, para ver a foto de Badr que Alia tinha agora no ecrã inicial. Na foto, Badr estava numa piscina com o peito nu pouco acima da linha da água. Tinha barba e sorria, com o cabelo penteado para trás e a reluzir (interroguei-me um pouco sobre como Alia tinha adquirido aquela foto, visto que ela dissera que ainda não tinha falado nem enviado mensagens a Badr; não parecia o tipo de foto que um homem quisesse enviar através do seu futuro sogro).

«Claro que a Alia tinha de ser uma das primeiras a casar», disse a rapariga sentada à minha esquerda, enquanto eu lhe passava o telemóvel da Alia para ela também poder analisar a foto de Badr. «É tão bonita e tem tão bom carácter.» Alia era de facto muito bonita, com olhos castanhos enormes e caracóis pretos longos e brilhantes. Também parecia alegre, educada e um pouco tímida. Teria claramente sido muito popular entre as mulheres mais velhas nas receções de casamento onde a mãe, as tias e as irmãs de um jovem saudita avaliam potenciais noivas.

Na imprensa ocidental, os artigos sobre a Arábia Saudita concentram-se muitas vezes, naturalmente, nas mudanças no país, em pequenas medidas de maior abertura, tais como a inclusão de duas mulheres na equipa olímpica do reino em 2012. Mas durante as minhas passagens pelo país, fiquei bem mais impressionada com o conservadorismo profundo da maioria dos jovens sauditas e a sua essencial falta de interesse, e apoio, por esse tipo de mudança. A cobertura mediática acerca do reino concentra-se muitas vezes no domínio autoritário do idoso rei saudita e dos príncipes mais poderosos, sugerindo que não é do seu interesse introduzir mudanças democráticas, ou novas liberdades para as mulheres. Isto é perfeitamente verdade, até certo ponto. Mas a maioria dos jovens com quem falei na Arábia Saudita parece quase tão pouco interessada nessas mudanças como os seus governantes.

Jovens como a Reem, a Nouf, a Manal e as suas amigas crescem com uma consciência intensa dos limites que a sua sociedade conservadora impõe ao seu comportamento. E, na maioria dos casos, elas disseram-me que não questionam seriamente esses limites. A maioria das raparigas disse-me que a sua fé, na interpretação rigorosa do islão defendida pelo poder religioso vaabita da Arábia Saudita, era profunda. Discutiam um pouco entre si sobre os pormenores – se é aceitável ter homens na lista de amigos do Facebook, por exemplo, ou se um primo direito deve poder vê-las sem o rosto tapado. Mas pareciam considerar a ideia de ter uma conversa com um homem antes das suas *showfas* e posteriores noivados com genuíno pavor. Quando falavam de raparigas que conversavam com

homens *online* ou de algum modo encontravam os seus próprios noivos, as histórias normalmente tinham um tom lendário: os pormenores eram vagos, eram contadas sobre amigas de amigas, ou «alguém na turma da minha irmã».

Manal, que provavelmente era a mais mundana das estudantes sauditas de primeiro ano com quem falei, disse que conhecia duas mulheres que tinham conhecido os seus futuros maridos sozinhas, sem o envolvimento das famílias, mas que, em ambos os casos, as mulheres em causa estavam a fazer férias prolongadas no estrangeiro. Eu estava a almoçar com a Manal, a Reem e outra rapariga chamada Rasha na secção familiar de um conhecido restaurante em Riade chamado Tao. A Reem e a Rasha achavam a ideia de conhecer o marido sozinhas inquietante, embora a Manal nos garantisse que os casamentos dessas duas mulheres eram supostamente muito felizes.

A confiança seria sempre um problema nestes casamentos, salientou a Reem. «O problema de casarmos com alguém com quem falámos é que ele vai sempre pensar, bem, se ela falou comigo, pode falar com outro homem.»

A Rasha acenou em concordância. Na questão da conversa, achava ela, a abordagem conservadora era mais segura. Mesmo durante a *showfa*, enquanto o noivado estava a ser organizado, ela ouvira dizer que era melhor uma rapariga evitar dizer muita coisa. «Para cada rapariga é diferente, suponho, mas normalmente é o homem que fala», explicou. «Eles recuam se formos demasiado expressivas.»

Das três, apenas a Manal parecia confortável com a ideia de uma mulher poder falar com um possível noivo, talvez em férias no estrangeiro ou talvez até *online*, e ter um papel – embora não especificasse o alcance desse papel – na sua seleção. Concordou, contudo, que a confiança podia mais facilmente tornar-se um problema nos casamentos que daí resultassem. E defendeu que, mesmo que tivéssemos sorte e encontrássemos um homem que confiasse numa mulher ousada o suficiente para falar com um homem antes do seu noivado, continuava a ser crucial envolver a família desde o início. A maioria dos pais sauditas ainda prefere que as filhas se casem com alguém da sua tribo, ou mesmo que se casem com um primo direito. As três raparigas calculavam que 95 por cento das raparigas que conheciam prefeririam elas próprias casar com um homem da mesma tribo. Uma rapariga que quebrasse a tradição ao ponto de escolher o seu marido sozinha quereria, mesmo assim, envolver a família desde muito cedo, achava Manal. «Trata-se do homem que vai criar os nossos filhos connosco», disse ela. «Queremos que os nossos filhos sejam confiantes e respeitados e os nossos pais podem avaliar o homem melhor do que nós.»

A Rasha disse que não conseguia imaginar por que motivo qualquer rapariga saudita haveria de querer escolher o seu próprio marido, a menos que houvesse algo muito estranho ou disfuncional na família da rapariga. Sabia que as coisas eram diferentes noutros países, mas deixava-a muito triste imaginar o caso de uma rapariga saudita que não pudesse contar com a família para escolher um bom marido para si. Pela parte dela, disse Rasha, ela e os pais queriam as mesmas coisas no seu futuro marido. «A minha mãe olha por mim», comentou. «Ela sabe que eu não quero uma pessoa de um meio muito pobre. Quando a nossa mãe nos conhece bem, é mais fácil ela fazer uma boa escolha para nós.»

A Rasha falara muitas vezes com os pais sobre o que procurava num marido. Era normal, explicou ela, uma rapariga em idade núbil ter uma série de conversas com os pais sobre os seus desejos. «Primeiro, quero um homem que tenha uma relação forte com Deus. Quero um homem com princípios, ambições, um homem que saiba o que quer na vida. Além disso, há a questão financeira. Não posso viver numa casinha qualquer. E quero um máximo de cinco anos de diferença entre nós.»

Embora a lei saudita permita que um homem case com um máximo de quatro mulheres, desde que consiga sustentá-las de igual modo, Rasha dissera aos pais que recusava considerar homens que já fossem casados. «Nunca consentiria ser uma segunda mulher», disse ela. Deu uma risadinha e simulou um pequeno abraço. «Ia querê-lo só para mim. Não partilharia todas aquelas coisas românticas com ninguém.»

Rasha disse que ela e os pais desconfiavam especialmente de pretendentes que tivessem estudado no estrangeiro, embora os estudos no estrangeiro geralmente também elevassem o estatuto de um jovem aos olhos da sociedade, concordaram as três raparigas. «Não sabemos realmente o que ele esteve a fazer durante todo aquele tempo no estrangeiro», fez notar a Rasha. «Muitos rapazes estudam nos Estados Unidos e usam esse tempo para ter uma vida completamente nova lá.»

Embora na maioria dos aspetos fosse a mais conservadora das três raparigas, só a Rasha tinha estado apaixonada. «Amava o meu primo», contou-me ela, simplesmente. Vários dias depois da nossa conversa ao almoço, eu tinha ido a casa da Rasha para uma noite de televisão, batatas fritas e um molho especial que a Rasha, que adorava cozinhar, tinha inventado: uma mistura de iogurte, maionese e *za'atar*. Era embaraçoso para uma rapariga admitir ter estado apaixonada antes do seu noivado, e muito poucas amigas da Rasha sabiam a história. «Acho que se pode dizer que foi uma paixoneta. Quando se chega à puberdade, estas coisas acontecem.»

Rasha crescera num grande complexo fortificado num subúrbio próspero de Riade; os irmãos do pai viviam com as suas famílias em casas separadas dentro do complexo e as famílias partilhavam um jardim e uma piscina comuns. A Rasha e os seus irmãos e primos, tanto rapazes como raparigas, cresceram a brincar juntos constantemente, correndo à volta da piscina durante o verão e passando férias juntos. Normalmente, as raparigas sauditas devem confinar-se à esfera feminina desde o início da adolescência, mas a família de Rasha fora ligeiramente mais relaxada de início, disse ela.

«Até ao meu nono ou décimo ano, costumávamos pôr um tapete no relvado, levávamos leite quente e sentávamo-nos lá com os meus primos», disse Rasha. «Mas a minha mãe e a mãe deles ficaram desconfortáveis com isso, e portanto parámos. Agora, falamos às vezes no MSN, ou ao telefone, mas eles nunca podem ver a minha cara. Antes de eu nascer, a minha mãe disse-me que ela e os meus tios costumavam jogar *Uno* juntos, ocasionalmente. Mas agora é mais rigoroso. Hoje em dia, não se poderia fazer isso.

«A minha irmã e eu às vezes perguntamos à minha mãe: ‘Porque é que não deste de mamar aos nossos primos rapazes também?’», contou-me a Rasha.

Referia-se a uma prática chamada «parentesco de leite», que precede o islão e ainda é comum nos países do Golfo Pérsico. Uma mulher nunca tem de se tapar em frente a um homem que amamentou nem perante os seus próprios filhos biológicos. Os filhos biológicos da mulher e as crianças que amamentou são considerados «irmãos de leite» e estão proibidos de casar.

«Se a minha mãe tivesse amamentado os meus primos, nós podíamos conviver com eles, e seria tudo muito mais fácil», disse a Rasha. Eu salientei que isso também excluiria a possibilidade de ela se casar com um desses primos. Ela suspirou. Sentira falta da companhia dos primos, depois de a separação de género ser imposta na família. Mas também percebeu rapidamente que se afeiçoara muito a um primo em particular (embora a Rasha tenha providenciado que eu conhecesse e entrevistasse esse primo e os irmãos dele, eu prometi-lhe que nunca o identificaria perante as amigas dela nem por escrito). Durante o Ramadão daquele ano, pela primeira vez, a Rasha juntou-se às mulheres adultas da família no seu *iftar* diário, a interrupção do jejum do Ramadão.

«Cada dia durante o Ramadão, nós escolhemos a casa de um dos meus tios para todas as mulheres interromperem o jejum», contou, recordando o momento em que percebeu pela primeira vez que se tinha apaixonado. «Estava a regressar a pé da casa do meu tio e comecei a pensar: ‘Rasha, o que vai acontecer se vires o rapaz a sair?’ Eu estava a tremer. Comecei mesmo a sentir que o amava desde que abrisse os olhos neste mundo. A minha avó adivinhou. Ela sabe, e gosta mesmo de mim. Disse a toda a gente: ‘Guardem este rapaz para a Rasha.’»

A questão do que era ou não comportamento «aceitável» para raparigas e mulheres era um tópico de interesse permanente entre as sauditas em idade universitária com quem convivi em Riade. Durante estas conversas, muitas vezes fiquei confusa sobre se o comportamento em causa era inaceitável segundo uma interpretação rigorosa do islão, ou se simplesmente não era aceite pela prática social saudita. Mas tinha reparado que esta distinção parecia um pouco turva para as próprias jovens, também. Certos comportamentos eram definitivamente errados, imorais, mas parecia que também havia coisas que, embora talvez não fossem propriamente imorais, podiam lesar permanentemente a «timidez», ou modéstia, feminina.

«Se fazes algo errado com um homem, como falar com ele ao telefone, isso pode fazer com que deixes de ser tímida», explicou-me a Reem. «Os homens gostam de mulheres tímidas.»

Como era habitual, a sua amiga Rasha foi um pouco mais longe. Ver uma cena de amor num filme, mesmo acidentalmente, podia prejudicar a modéstia de uma rapariga, disse-me; ela própria tinha o cuidado de fechar os olhos se desconfiasse, a meio de um DVD novo, que podia vir aí uma cena dessas. «Ver beijos em filmes endurece-nos o coração», disse a Rasha.

Eu tinha ido com a Reem e a Rasha a um salão de beleza no Reino das Senhoras, o piso exclusivamente feminino, vigiado, do centro comercial Al Mamlaka, onde íamos fazer manicures. Surgira entre as raparigas uma discussão, essencialmente bem-disposta mas sem dúvida competitiva, sobre o assunto da timidez. A Reem, a que parecia mais sensível das duas, disse que achava que, por vezes, podia ser aceitável trocar *e-mails* com um rapaz, ou conversar *online*.

«Quem é que queres enganar?», perguntou a Rasha. «Quer ele leia as tuas palavras, quer ouça a tua voz, é a mesma coisa.»

«Eu rezo a horas!», disse a Reem, parecendo ofendida. A Rasha era de uma família mais rica do que a da Reem e, por norma, era mais confiante e dogmática na forma como se expressava. Eu tinha notado que as amigas da Rasha a tratavam com uma certa deferência, no que tocava a questões religiosas, embora não fosse evidente que fosse mais versada ou mais bem informada sobre esses temas do que as outras; as outras raparigas pareciam intimidadas pela força das opiniões morais da Rasha. A Reem corrigiu-se cautelosamente.

«O que quero dizer é que algumas raparigas dizem que é melhor falar com um rapaz *online*», explicou Reem, ainda num tom ligeiramente queixoso. «Mas, se começamos *online*, vamos acabar por falar com ele ao telefone. Se a nossa família descobrisse que estávamos a falar com um homem *online*, isso não seria tão mau como falar com ele ao telefone. Ao telefone, toda a gente concorda que é proibido, porque o islão proíbe um desconhecido de ouvir a nossa voz. *Online*, ele só vê a nossa escrita, por isso está ligeiramente mais aberto a interpretação.»

A Rasha pareceu amolecer um pouco e disse que, por vezes, conversava *online* com o primo. «Um primo nosso é mais aceitável.»

A Reem, corando, como normalmente acontecia quando ficava zangada ou envergonhada, ripostou. «Mas um homem é um homem!», disse. «Mesmo que seja teu primo. Um teste é que, se tens vergonha de contar à tua família alguma coisa, então sabes com certeza que é errado. Durante algum tempo tive amigos no Facebook que eram rapazes. Não trocava *e-mails* com eles nem nada, mas pediram-me amizade e por isso aceitei. Mas depois pensei na minha família e tirei-os da lista.»

A Rasha respondeu, em voz alta, que não havia nada, absolutamente nada, que não contasse aos pais. «Eu sou um livro aberto», disse. «Às vezes obrigo-me a dizer-lhes coisas, mesmo que seja difícil. Assim, aumento a confiança dos meus pais em mim.»

Tentei, em vão, imaginar um par de adolescentes americanas a competir para mostrar que eram filhas excelentes e respeitadoras. Perguntei à Reem e à Rasha quantas das raparigas que conheciam chegariam ao ponto de falar com um homem ao telefone. A Reem calculava que fossem uns 15 por cento. Porém, com a sua escrupulosidade habitual, disse-me que não era porque conhecesse raparigas que tivessem confessado fazê-lo, mas sim porque talvez 15 por cento das raparigas que conhecia eram «o tipo de rapariga» que poderia fazer uma coisa dessas. Simplesmente não era um comportamento normal, disse a Reem, e se uma rapariga saudita fizesse tal coisa, ela pensaria que havia algo errado na família dela. Havia umas poucas – mas provavelmente muito poucas – raparigas que poderiam fazer uma coisa dessas como forma de rebelião, comentou.

A Rasha bufou de desdém. «Se a rebelião delas é falar com rapazes, eu vou desprezá-las», disse. «Se elas acham que isso é fixe, falar com rapazes... para mim, não, obrigada!»

Já que estávamos no tema da rebelião, interroguei as raparigas sobre uma cena a que nós as três tínhamos assistido na secção feminina da Universidade Príncipe Sultão, a universidade privada onde a Reem, a Rasha e a Manal eram alunas de primeiro ano. Um par de alunas do segundo ano tinha passado um intervalo a meio da manhã a mostrar fotografias de si mesmas vestidas de rapazes. Nas fotografias, as raparigas usavam *thobes*, as vestes brancas pelo tornozelo usadas tradicionalmente pelos homens sauditas, e tinham tapado o cabelo com os lenços masculinos chamados *shmaghs*. Uma das raparigas tinha usado um *eyeliner* para simular uma barba acinzentada ao longo da linha do maxilar. Exibidas nos ecrãs dos telemóveis das duas raparigas, as fotografias tinham suscitado pequenas exclamações de congratulação enquanto eram passadas de mão em mão.

«Muitas raparigas fazem isso», disse a Reem. Uma rapariga e as amigas podiam travestir-se, explicou, tirando à socapa *thobes* do armário de um irmão, e depois desafiar-se umas às outras para entrar na esfera masculina saudita de várias formas, caminhando descontraidamente até ao balcão reservado a homens de um McDonald's, por exemplo. «Eu própria nunca o fiz, mas aquelas duas são muito boas nisso. Entraram numa loja e fingiram olhar para outra rapariga. Até conseguiram que ela virasse a cara.»

A Reem imitou o gesto, encostando o rosto ao canto do seu *hijab* com uma falsa modéstia exagerada. Os pais e as autoridades universitárias dificilmente levavam este tipo de coisa a sério, disse a Reem, mesmo que as raparigas fossem apanhadas em flagrante. O travestismo era entendido como um jogo, uma coisa a que as raparigas brincavam por vezes. Algo mais sérias eram as amizades apaixonadas, talvez até casos amorosos, a que algumas universitárias se entregavam entre si. Raparigas que tinham interesse nessas relações compravam pequenos presentes a outras raparigas que achassem bonitas; a mãe da Reem aconselhara-a, quando ela entrou na universidade, a nunca aceitar presentes de raparigas que não conhecesse bem.

Mas também estas amizades apaixonadas eram apenas um «jogo», insistiu a Reem, algo que

inevitavelmente acabaria quando as raparigas em questão ficassem noivas. Esses «jogos» e casos amorosos entre as raparigas eram bem mais comuns na Universidade Rei Saud, pública, porque as raparigas lá não eram tão vigiadas. Na Faculdade de Medicina, disse ela, havia um par famoso de raparigas abertamente lésbicas que levavam roupa idêntica para a universidade todos os dias e iam a todo o lado juntas.

«Foi o principal motivo por que eu não quis ir para a Universidade Rei Saud», disse a Rasha com desdém.

Tanto a Reem como a Rasha falavam com admiração da polícia religiosa, que viam como guardiã de valores sociais sauditas perfeitamente normais. Rasha gabou-se um pouco sobre um irmão mais velho que se tornara *multazim*, muito rigoroso na sua fê, e que andava a tentar que todos os seus familiares se tornassem mais escrupulosos nas suas práticas religiosas. «Louvado seja Deus, ele tornou-se *multazim* quando estava no nono ano», lembrou a Rasha, com ternura. «Lembro-me de que começou a deixar crescer a barba – era tão rala quando começou – e a usar um *thobe* mais curto.» Os homens sauditas usam muitas vezes a barba comprida e os *thobes* cortados acima dos tornozelos como sinais de devoção religiosa; diz-se que o profeta Maomé terá usado uma barba comprida e uma veste mais curta.

«Vou sempre ter com ele quando tenho problemas», disse a Rasha do irmão. «E não é demasiado rigoroso – ainda ouve música às vezes. Perguntei-lhe uma vez: ‘Fazes tudo corretamente e estás a ouvir música?’ Ele respondeu: ‘Eu sei que a música é *haram* e, *insha’llah*, com o tempo conseguirei parar de ouvir música, também.’ Eu disse-lhe: ‘Quero um marido como tu.’»

Eu tinha chegado à Arábia Saudita no pico do interesse internacional pela «rapariga de Qatif», a adolescente da cidade saudita de Qatif que foi violada por sete homens e depois condenada a prisão e a 90 açoites por ter sido vista num carro com um homem que não era seu familiar. Eu passava a maior parte do tempo a escrever para a *The New York Times Magazine* sobre um novo centro governamental saudita de reabilitação para antigos *jiadistas*, muitos dos quais tinham acabado de ser libertados da prisão da baía de Guantánamo. As falhas e os excessos do sistema saudita estavam muito presentes nos meus pensamentos.

E no entanto, para minha surpresa, comecei a afeiçoar-me à Arábia Saudita. Era tão diferente que era infinitamente fascinante e os Sauditas eram dos povos mais calorosos, amigáveis e hospitaleiros que eu alguma vez encontrara em qualquer sítio. Quanto mais tempo passava com a Reem, a Rasha, a Manal e as suas amigas, todas elas sauditas solteiras em idade universitária, mais agnóstica começava a sentir-me em relação ao modo de amar saudita, mesmo em relação à forma como a reclusão era praticada. A «sequência de casamento», como os jornais sauditas chamam ao período em que jovens de idades e grupos sociais semelhantes normalmente se juntam, estava a começar no grupo delas, e as raparigas pareciam cheias de otimismo. Falavam tanto sobre rapazes como outras raparigas da idade delas de qualquer outra parte do mundo e, embora por vezes se mostrassem irritadas com a forma como as mulheres mais velhas estavam sempre a avaliá-las enquanto futuras noras, na maioria dos casos esperavam apaixonar-se pelos homens que as suas famílias escolhessem para elas, e aguardavam ansiosamente pelas «coisas românticas», como a Rasha dissera. Na verdade, pareciam mais confiantes em relação aos seus futuros românticos do que as minhas amigas e eu éramos com a mesma idade. Tinham uma confiança espantosa e universal na sua desejabilidade – as

jovens sauditas aprendem explicitamente, desde a infância, que um vislumbre do seu cabelo ou o som das suas vozes é o suficiente para enlouquecer os homens – e acreditavam que as suas famílias iriam, na altura própria, seleccionar os melhores maridos possíveis para elas.

Uma rapariga chamada Alia – não a mesma Alia que anunciara o noivado na festa da Manal – disse-me que achava a ideia ocidental de escolhermos o nosso próprio marido horrorosa, muito stressante. «As raparigas árabes são educadas para acreditar basicamente que os maridos vão cair do céu, pelo que procurá-los não é um dos nossos objetivos», disse-me a Alia. «Talvez seja um dos meus primos. Talvez seja de uma família que conhecemos. Não penso nisso, de todo.»

Depois de a família dela e a família do futuro marido terem tomado a decisão, seguir-se-ia o amor, disse Alia tinha a certeza. Algumas raparigas queriam falar com possíveis noivos durante as suas *showfas*, mas a Alia não era uma delas. «Não me sentiria confortável a falar com um homem; não estou habituada a isso», explicou. «As mulheres têm sempre memórias agradáveis de conhecer os maridos e do medo que sentiram, de estarem a tremer tanto que deixaram cair o tabuleiro. E, quando o homem vê que ela é uma rapariga tímida, apaixonou-se por ela.»

As *showfas*, segundo a descrição das raparigas, estavam muitas vezes carregadas de tensão sexual: sentir os olhos de um homem em nós pela primeira vez, enquanto o nosso cabelo estava destapado e só tínhamos vestida a nossa roupa normal, de andar por casa! Enquanto ideal romântico, comecei a interrogar-me se esperar por amor em circunstâncias destas parecia mais insensato do que esperar por uma troca de olhares com um belo desconhecido do outro lado de uma sala cheia. Também começara a pensar que, por muito estranha que a tivesse achado de início, a vida neste mundo exclusivamente feminino devia ter os seus consolos. Acima de tudo, as jovens que eu conhecera pareciam ter amizades muito intensas e solidárias. E pareciam deleitar-se com o mundo comercial paralelo, exclusivamente feminino, que se estava a abrir à volta delas. Ao longo da última década, uma vasta quantidade da considerável fortuna petrolífera da Arábia Saudita tinha sido gasta na construção de ginásios, *boutiques*, agências de viagens especiais e um hotel só para mulheres, e até um piso exclusivamente feminino num grande centro comercial.

Mas foi uma conversa com uma jovem vendedora nesse centro comercial, o Reino das Senhoras, que me deixou estarrecida. Rania trabalhava na secção de perfumes da filial da Debenhams, a cadeia de lojas britânica, naquele centro comercial. Desde que eu chegara à Arábia Saudita, nunca tinha visto uma mulher que não fosse obviamente imigrante asiática a trabalhar como vendedora. Tinha-me interrogado se a Rania seria saudita e, caso fosse, sobre o tipo de família saudita que permitia a uma filha ter um emprego destes. Invulgarmente tolerante? Apenas muito pobre? Felizmente, a Rania não pareceu ofendida com a pergunta. O pai era de facto tolerante, disse-me ela, mas, acima de tudo, a família precisava do dinheiro. Rania tinha 25 anos e gostava do trabalho na Debenhams, «embora saiba que muita gente me critica por trabalhar aqui». Trabalhar numa loja não era considerado um emprego aceitável para uma saudita, contou-me, e provavelmente seria difícil para uma mulher com um emprego destes arranjar marido.

Perguntei-lhe se isso a preocupava, e a Rania abanou a cabeça. Ficaria contente se o facto de trabalhar na Debenhams implicasse que não podia casar, respondeu. Tinha o apoio da família e eles compreendiam que ela não estava a fazer nada imoral. Tomara a sua decisão de trabalhar em acordo com a família e esta dava-lhe muita liberdade; não se importaria de viver com eles o resto da vida. Achava que o casamento seria bem mais difícil e solitário; tinha visto a maioria das suas amigas sumir, muito literalmente, nos seus casamentos, explicou-me, e não era uma coisa que quisesse para

si.

«Todas as raparigas, passados seis meses, dizem às amigas: ‘Vocês não sabem como o casamento é difícil’», contou-me. Por vezes isso era uma forma de dar nas vistas, disse ela, mas, na maioria dos casos, entre as raparigas com quem tinha crescido, o dia de casamento de uma rapariga era o último dia em que as suas velhas amigas a viam.

«A minha melhor amiga e eu éramos como irmãs», disse-me a Rania. «Quando tínhamos 20 anos, ela casou-se, e o marido dela é o tipo de homem que não gosta que a mulher veja as amigas. Pouco depois de se casarem, ele decidiu que ela estava a perder demasiado tempo com as amigas. Verificava o telefone dela e ficava muito zangado com ela se houvesse mensagens das amigas. Por fim, pediu à mãe dela para telefonar a todas as amigas e dizer-lhes para não voltarem a telefonar.

«Antes de casarmos, temo-nos umas às outras», disse a Rania. «O homem pode sempre convidar os amigos para o *majlis* dele. Mas, para 90 por cento das mulheres aqui, as amigas são uma coisa que só temos na infância.»



O Burj Al Arab, que dantes se autointitulava o «único hotel de sete estrelas do mundo», situa-se numa ilha artificial ao largo da costa do Dubai.

TORNA-SE MUITO DIFÍCIL VOLTAR PARA CASA

OUTUBRO DE 2008 – ABU DHABI

No caso de Randa, a rebelião foi-lhe essencialmente imposta muito antes de se tornar assistente de bordo.

Quando Randa andava na escola secundária em Aleppo, a mãe morreu de uma *overdose* deliberada. Como a maioria das religiões, o islão proíbe o suicídio, mas, em comunidades muçulmanas mais conservadoras, o ato também pode acarretar uma mancha de vergonha para todo um clã. Portanto, depois da morte da mãe, a família alargada de Randa, profundamente sunita, cortou abruptamente o contacto com a rapariga, na altura com 17 anos, os seus irmãos e irmãs mais novos e o pai.

Durante os meses angustiantes que se seguiram, Randa considerou por um breve período juntar-se à Qubaisiat, um dos grupos de oração femininos fundamentalistas, profundamente sigilosos, que proliferaram na Síria durante os anos anteriores à revolta antigovernamental naquele país (a mãe da melhor amiga de longa data de Randa instigou-a a aderir à Qubaisiat dizendo-lhe que, se se juntasse ao grupo, poderia salvar a mãe do inferno que, ensina o islão, aguarda aqueles que se suicidam). Mas a experiência de ter sido rejeitada por parentes próximos em nome da religião começou a levantar certas perguntas na mente de Randa. Ainda se considera uma muçulmana devota, mas fugiu do rigoroso grupo de oração depois de assistir a apenas alguns encontros. Como muitos outros adolescentes árabes ambiciosos antes dela, Randa lançou-se no estudo de línguas – francês e alemão, mas especialmente inglês –, na vaga esperança de que um emprego numa empresa estrangeira pudesse um dia levá-la para fora do país e se tornasse a sua saída de uma situação doméstica que começara a parecer intolerável.

A oportunidade de fuga surgiu muito mais cedo do que Randa esperara. No outono de 2004, ainda ela era estudante de Literatura Inglesa, de 19 anos, na Universidade de Aleppo, começou a reparar em anúncios de jornal a recrutar jovens sírias para trabalhar em companhias aéreas sediadas no Golfo Pérsico. Sentindo-se corajosa, e com «a impressão de que era a primeira rapariga síria a fazer uma coisa destas», Randa decidiu assistir a uma sessão informativa, durante um fim de semana, num

hotel de Damasco. Rindo, diz-me que ficou surpreendida, quando entrou na sala de reuniões onde a sessão decorria e viu as dezenas de jovens sírias, muitas acompanhadas pelas famílias, que também estavam ali.

Randa decidiu candidatar-se, e seguiu-se uma série de entrevistas e testes que ela ainda descreve como «extremamente humilhantes». As raparigas foram pesadas em público e examinadas por todo o corpo, recorda Randa. A qualidade da pele e do cabelo delas e a forma e o tónus dos seus corpos foram avaliados tão friamente como se elas fossem gado num mercado. Os seus índices de massa corporal foram calculados, e as raparigas que eles considerassem demasiado pesadas eram dispensadas. Durante uma sessão, Randa foi bruscamente mandada para um quarto de banho para limpar toda a maquilhagem, para que um painel de recrutadores da companhia aérea pudesse examinar em detalhe as cicatrizes que ela tinha no rosto, de um longínquo acidente de bicicleta (as raparigas com imperfeições faciais, incluindo sardas, que não pudessem ser facilmente cobertas com maquilhagem eram rejeitadas). Durante outra sessão, os recrutadores fizeram-lhe perguntas agressivas, para ver como reagia quando era ofendida ou provocada.

«Diziam: ‘Porque vieste aqui?’», explicou-me Randa. «‘Então só queres ganhar muito dinheiro? Não sabes nada sobre um emprego como este, pois não?’ Eles queriam ver se alguma rapariga se ia abaixo ou ficava emocionada. Será que és uma rapariga capaz de lidar com passageiros problemáticos, que pode ser realmente incomodada ou insultada por um passageiro e ainda ser capaz de dizer» – aqui, Randa passou ao tom sedoso de uma profissional num serviço sofisticado – «‘A senhora fica espantosa com esse vestido. Está linda. Não quer chá ou um café?’»

Finalmente, Randa recebeu uma oferta de emprego como assistente de bordo na Gulf Air, a companhia aérea nacional do Reino do Barém. Em dezembro, com mais 25 jovens sírias, voou para Manama, a capital do Barém, para começar a sua formação. Invulgarmente para uma mulher síria, Randa aprendera a nadar quando era criança, e passou facilmente no teste de natação da Gulf Air. A maioria das mulheres com que viajou não tinham a mesma sorte, e por isso tinham passado as semanas anteriores ao voo para o Golfo a ter aulas de natação em piscinas públicas locais, a mando da companhia aérea; na sala de partidas, houve muita comiseração, permeada de riso, acerca daquele exercício pouco usual e da água gelada. Para a maioria das mulheres, o voo para o Barém também foi a primeira vez que entraram num avião.

«Não imaginava como seria voar», contou-me Randa, recordando a excitação de embarcar naquele primeiro voo no Aeroporto Internacional de Damasco. «Não imaginava como seria o avião por dentro. Não imaginava que houvesse comida, por exemplo. Vemos uma hospedeira na televisão e pensamos: ‘Tem um aspeto elegante, tão bonita, com o cabelo e a maquilhagem perfeitos.’ Quando eu vivia com a minha família em Aleppo, não sabia que oportunidade me surgiria, mas sabia que a ia agarrar, fosse qual fosse. E também sabia que não seria o casamento.»

Até há bem poucos anos, o casamento era a única via socialmente aceitável para a maioria das jovens árabes. E muitas das mulheres árabes solteiras que entrevistei sobre o assunto ainda depositam muita esperança na ideia de que o casamento pode providenciar não só a possibilidade de amor, maior respeito social e a oportunidade de começar uma família, mas também maior liberdade (e para as jovens sortudas cujos maridos se revelam mais tolerantes do que os seus pais, o casamento pode de facto providenciar isso). Mas as mudanças culturais e económicas na região estão a fazer

com que seja cada vez mais possível para as mulheres aproveitarem oportunidades – de trabalhar, de estudar, de viajar para o estrangeiro – que não envolvam o casamento, e adiar ou até rejeitar completamente o casamento ao seguirem essas oportunidades.

Mesmo em países como a Arábia Saudita e o Iémen, onde o casamento infantil ainda é comum e é fervorosamente defendido por alguns clérigos locais, a idade média do casamento subiu drasticamente nos últimos anos. Segundo um relatório de 2005 do Population Reference Bureau, a percentagem de mulheres no Iémen com idades entre os 15 e os 19 anos que eram casadas caiu de 27 por cento em 1997 para apenas 17 por cento em 2003. No Egito, a percentagem de mulheres que eram casadas aos 18 anos caiu de 27 por cento em 1990 para 17 por cento em 2010. A idade média das mulheres no primeiro casamento subiu para 23,3 na Jordânia e 23,9 em Marrocos (não muito abaixo dos Estados Unidos, onde é cerca de 25). Na Argélia e no Líbano, dos países árabes mais liberais do mundo, a percentagem de mulheres entre os 35 e os 39 anos que nunca casaram subiu para 17 e 21 por cento, respetivamente (e visto que o número de mulheres árabes que se casam pela primeira vez depois dos 40 anos é baixíssimo, os demógrafos consideram que os números relativos a mulheres que nunca casaram nesse grupo etário é um bom indicador do número de mulheres nesses países que permanecerão solteiras). Também as taxas de divórcio subiram por toda a região, embora em nenhum ponto do mundo árabe se aproximem das taxas atuais de divórcio em países como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha ou a Rússia.

Com o aumento da idade de casamento para as mulheres árabes, também a percentagem de mulheres árabes que entram para a força de trabalho subiu. Embora a participação das mulheres no mercado de trabalho no Médio Oriente e no Norte de África ainda seja a mais baixa do mundo, segundo um relatório de 2009 do Banco Mundial, tem crescido rapidamente, de 28 para 32 por cento entre 2000 e 2006. Subiu mais entre as mulheres mais novas: de 35 a 40 por cento entre as mulheres com idades entre os 25 e os 29 anos durante o mesmo período de seis anos. Dado que a participação dos homens no mercado de trabalho mudou pouquíssimo (e até diminuiu entre os homens mais novos, aqueles que têm entre 15 e 24 anos), o relatório do Banco Mundial notou que a maior parte do crescimento do mercado de trabalho no Médio Oriente durante o período medido se deveu ao número crescente de mulheres a trabalhar.

Os analistas têm tendência a atribuir a idade crescente em que as mulheres árabes se casam – bem como o crescimento concomitante do número de «solteironas», como são ostensivamente conhecidas – ao número crescente de mulheres que se dedicam a uma educação superior e ao trabalho, e a um conjunto de fatores económicos, incluindo a inflação, o desemprego masculino e uma expectativa social crescente de que um jovem e sua família sejam capazes de providenciar uma cerimónia de casamento cara, um dote e (especialmente em ambientes urbanos, onde a vida de família alargada tradicional se está a tornar menos comum) uma casa ou um apartamento particular para os recém-casados começarem a sua vida juntos. Os primeiros motivos, as oportunidades educativas e profissionais para as mulheres, parecem sugerir que o adiamento do casamento é uma decisão ativa, e uma decisão tomada muitas vezes pelas próprias mulheres, ao passo que as razões económicas parecem sugerir o contrário. Ao ler os dados, por vezes pode ser muito difícil separar a causa do efeito. Há mais mulheres a decidir não casar por encontrarem outro tipo de satisfação nos seus estudos e nas suas vidas profissionais? Ou estarão as mulheres, cada vez mais, a ser obrigadas a trabalhar porque simplesmente não encontram parceiros adequados, porque os seus possíveis parceiros não têm dinheiro para casar e porque a inflação e o desemprego masculino exercem novas

pressões sobre os seus lares? Que papel desempenham a classe social e a filiação tribal na forma como estas escolhas são feitas?

Sejam quais forem os motivos de todas estas mudanças, de um modo geral as expectativas sociais não têm acompanhado as realidades demográficas no terreno. O casamento é um marco importante em qualquer cultura, mas no mundo árabe, onde o sexo pré-conjugal raramente é aceite e os jovens de ambos os sexos normalmente vivem em casa dos pais até se casarem, o casamento assinala o início da idade adulta de uma forma que já não acontece no Ocidente. E uma mulher árabe solteira que segue uma vida profissional ativa fá-lo sabendo que essa via pode levar alguns membros da sua comunidade a questionarem a sua feminilidade e idoneidade como noiva. Em todos os países árabes que visitei, mulheres solteiras e ativas de todas as classes sociais me falaram nas críticas que tinham sofrido de familiares e amigos. No Egito, um grupo de ativistas autointitulado Solteironas pela Mudança formou-se em 2008 para apoiar mulheres que se sentissem estigmatizadas por serem solteiras. Na Arábia Saudita, a crise de mulheres solteiras é um tema recorrente nas páginas editoriais dos jornais («Rapazes, por favor não negligenciem as mulheres e façam o que puderem para salvá-las de se tornarem solteironas», exortava um jornalista do *Arab News* no final de um artigo a criticar as mulheres que «se esquecem da sua idade» ou «perdem tempo a esperar isto ou desejar aquilo»). Durante o verão de 2012, o Conselho Nacional Federal dos Emirados Árabes Unidos passou semanas a debater possíveis soluções para os níveis crescentes de mulheres solteiras, incluindo a imposição de um limite máximo legal para os dotes, políticas governamentais para encorajar a poligamia e incentivos financeiros do Estado para homens dispostos a casar com uma mulher com mais de 30 anos.

Quer elas tivessem escolhido ativamente o trabalho e o estudo em detrimento do casamento, quer reagissem simplesmente, conscientemente ou não, a pressões económicas, fiquei fascinada com o crescente sentido de livre-arbítrio que tantas das jovens árabes com quem falei descreviam. Fossem sírias, emiradenses, libanesas ou egípcias, estas jovens achavam claramente que tinham escolhas a fazer e reconheciam que a mera variedade dessas escolhas as distinguiu de mulheres pouco mais velhas do que elas.

Quando falei com um grupo de alunas da Universidade Zayed, na altura uma universidade feminina relativamente nova com um *campus* em Abu Dhabi e outro no Dubai (a universidade aceita rapazes desde 2010, embora os rapazes e as raparigas frequentem aulas separadas), de início fiquei um pouco desanimada ao saber que Sheikha Lubna, membro da família real emiradense e a primeira mulher no país a deter um cargo ministerial, tinha dado recentemente uma palestra na universidade na qual encorajara as raparigas a casar e constituir família antes de se concentrarem nas suas carreiras. Alyazia al-Suwaidi, uma jovem que eu conhecera numa visita anterior aos Emirados, convidara-me para ir a casa dela tomar café com algumas das suas amigas (pouco antes da minha visita anterior, uma popular professora canadiana na Universidade Zayed fora despedida por promover uma discussão na aula sobre os controversos *cartoons* do profeta Maomé que tinham aparecido num jornal dinamarquês, e a Alyazia tinha-me impressionado por ser uma das poucas estudantes que conheci a defenderem a professora), e as cinco jovens reunidas na sala de estar da Alyazia debatiam avidamente o conselho de Sheikha Lubna. As jovens, todas alunas da Universidade Zayed entre os 21 e os 24 anos, claramente idolatravam Sheikha Lubna, que obteve o seu bacharelato em Informática na Califórnia e trabalha desde então. Mas Sheikha Lubna nunca se casou e durante um discurso na universidade delas tinha dito às raparigas que o lamentava. O seu conselho às raparigas tinha sido

que procurassem noivos que apoiassem a ideia de a mulher trabalhar e que casassem e tivessem filhos o mais cedo possível. Uma mulher que seguisse este plano, dissera Sheikha Lubna às raparigas, ainda teria 20 e tal anos quando acabasse de ter filhos e estaria portanto numa situação ideal para começar carreira.

As raparigas achavam que era, de um modo geral, um bom conselho, disseram-me, embora ainda nenhuma das cinco estivesse comprometida. Andavam todas no último ano da universidade, ou então num dos programas de mestrado da Universidade Zayed. Toda a gente falava com entusiasmo sobre a tempestade recente, enquanto a Alyazia passava pratos de biscoitos; nos Emirados, onde há anos em que nem sequer chove, o tempo chuvoso é considerado excelente. Os dois centímetros de chuva que tinham acabado de cair eram um grande acontecimento local, e as raparigas disseram-me que muitas famílias que conheciam estavam a planear excursões de campismo no fim de semana para apreciar o ambiente especial do deserto depois da chuva. Interroguei as raparigas sobre a sua procura de emprego e, embora nenhuma tivesse trabalho à espera depois de terminar os estudos, todas pareciam otimistas em relação às suas perspetivas. Qualquer empresa estrangeira que abrisse uma delegação nos Emirados era obrigada a contratar uma percentagem fixa de trabalhadores emiradenses, explicou uma rapariga chamada Sara, e tornara-se óbvio que estas empresas preferiam empregar raparigas emiradenses a rapazes recém-licenciados com qualificações semelhantes.

«Percebem que nós somos trabalhadoras», explicou Sara, enquanto as amigas riam em concordância. Nos Emirados, os homens ainda tinham vantagem na candidatura a empregos governamentais, por isso era mais do que justo que as empresas estrangeiras preferissem mulheres emiradenses, equilibrando um pouco a balança. «É muito difícil encontrar homens emiradenses trabalhadores. Talvez faça parte do carácter feminino. Não se pode dizer que todos os homens são preguiçosos, mas a maioria é.»

«Talvez porque saem menos, as raparigas se concentrem mais?», perguntou a Alyazia. Já tinha ouvido versões desta pergunta muitas vezes, normalmente em relação ao facto de, por toda a região, haver agora mais mulheres licenciadas do que homens licenciados. As raparigas árabes estudavam mais simplesmente porque tinham menos liberdade do que os irmãos? Ao entrar na grande casa de estuque onde a Alyazia vivia com a família, eu tinha reparado em três rapazes, nenhum deles com mais de dez anos e todos com *dishdashas* brancas (de algum modo imaculadas, apesar dos jogos de futebol na poeira), a entrar do exterior do complexo e a ir brincar para um baloiço luxuoso ao lado da casa. Tinha-me ocorrido que aqueles meninos já tinham bem mais liberdade física do que as suas irmãs adultas. Pensei nos artigos que tinha lido sobre o facto de as adolescentes nos Estados Unidos estarem cada vez mais a superar os rapazes nos resultados escolares. Seria surpreendente que este fenómeno fosse mais acentuado numa sociedade onde as vidas das mulheres eram tão mais constrangidas e onde as raparigas achavam que tinham ainda mais a provar?

Embora as oportunidades de emprego para mulheres estivessem a aumentar nos Emirados, explicou Sara, a amiga da Alyazia, mesmo as jovens bem-sucedidas podiam ter muita dificuldade em convencer as famílias a permitir que elas aceitassem esses empregos. Depois de, nos anos 50, a Iraq Petroleum Company descobrir petróleo no território que é agora os Emirados Árabes Unidos, e Abu Dhabi começar a exportar petróleo em 1962, o país desenvolveu-se tão depressa que o eminente arabista britânico Wilfred Thesiger, que viajou pela região pouco depois da Segunda Guerra Mundial e regressou para uma visita em 1977, escreveu que «as mudanças ocorridas no espaço de uma década ou duas eram tão grandes como as que ocorreram na Grã-Bretanha entre o princípio da Idade Média

e a atualidade». Creio que não houve um dia em qualquer das minhas visitas aos Emirados – ou de facto a qualquer outro país do Golfo enriquecido pelo petróleo e pelo gás, como a Arábia Saudita e o Qatar – sem uma discussão com alguém que conhecesse recentemente sobre o drama destas mudanças, e sobre o estranho acaso histórico da tremenda riqueza natural da região. Naturalmente, o extraordinário ritmo de desenvolvimento no Golfo faz-se sentir nas vidas emocionais das pessoas, tal como na sua vida familiar, explicou-me a Sara. É bastante comum uma rapariga ter muito mais instrução do que o pai, por exemplo. Se os avós de uma rapariga ainda fossem vivos, era bastante provável que fossem analfabetos e ficassem tão perplexos quanto orgulhosos com os netos (uma investigadora árabe-americana que estava a fazer um projeto de história oral em Abu Dhabi disse-me que tinha entrevistado avós que passavam a maior parte do tempo nas divisões mais pequenas e simples das sumptuosas casas dos filhos, onde se sentiam mais confortáveis, sentadas no chão, a tecer e a lamentar mais ou menos abertamente as vidas simples, pré-modernas, que tinham perdido). Estas famílias podiam, naturalmente, ser cautelosas a permitir que as filhas arranjassem trabalho fora de casa, continuou Sara. Para uma rapariga de uma família emiradense que tivesse adotado uma abordagem mais cautelosa à mudança, casar cedo poderia aumentar as suas opções profissionais, já que um marido com uma idade próxima da sua poderia mais facilmente concordar em deixá-la seguir os estudos e a carreira que quisesse.

Era aqui que Sheikha Lubna queria chegar, perguntei às raparigas, ao aconselhar as alunas da Universidade Zayed a casar novas? Em parte, respondeu a Alyazia. Mas também havia o facto, argumentou ela, de as famílias emiradenses serem por norma bastante solidárias, pelo que uma jovem mãe que estivesse a seguir carreira poderia geralmente contar com muita ajuda com os filhos e o lar por parte da sua família alargada. Casar antes de acabar o curso universitário podia ser uma opção pragmática para as raparigas dos Emirados de uma forma que dificilmente seria para raparigas europeias ou americanas da mesma idade. E embora pudesse parecer paradoxal a um ocidental, disse a Alyazia, casar cedo podia dar às mulheres maior poder nas suas vidas pessoais e profissionais.

Na Universidade Feminina de Abu Dhabi, uma instituição local mais antiga onde as alunas me pareceram um pouco mais conservadoras – e em geral talvez um pouco menos sofisticadas – do que as estudantes da Universidade Zayed que conhecesse, as raparigas e as suas professoras falaram ainda mais abertamente sobre os efeitos que o momento do casamento tinha nos estudos de uma mulher. Helen Pearce, professora canadiana de Comunicação na universidade, disse-me que uma das suas alunas mais promissoras tinha sido proibida pelo pai de se especializar em Comunicação, mas voltara à universidade depois do casamento cheia de entusiasmo: afinal, poderia continuar no departamento, porque o marido aprovara a sua escolha de especialidade. A professora Pearce explicou-me que, por vezes, passava horas ao telefone com os pais das alunas, tentando convencê-los a permitir que as filhas participassem em oportunidades de estudo no estrangeiro, de curta duração. Mesmo as jovens solteiras eram tão «orientadas para a família», disse ela, que podia ser difícil encorajá-las a interagir com as colegas fora das aulas; era um desafio criar um espírito de comunidade no *campus*, acrescentou. As professoras de Comunicação tinham particular dificuldade em atrair alunos de especialização, explicou a professora Pearce, porque campos como os *media* e as relações públicas eram considerados carreiras impróprias para as mulheres, simplesmente demasiado públicas e visíveis para uma mulher de uma boa família. Numa aparente tentativa de contrariar esta perspetiva, uma citação emoldurada de Sua Alteza, o xeque Nahyan bin Mubarak Al Nahyan, o ministro do Ensino Superior dos Emirados, fora pendurada perto do gabinete do

departamento. «Uma carreira nos *media* é valiosa e honrada», dizia.

Fiquei curiosa por conhecer o tipo de jovens ousadas que estavam, mesmo assim, a tirar cursos de Comunicação. Asma al-Ameri, de 20 anos, disse-me que estudava *Media* e *Design* e esperava, depois de se formar, desenhar convites de casamento. Achei isto muito original até que, depois de falar com mais uma dúzia de raparigas no departamento, conheci outras duas que planeavam fazer convites de casamento, uma terceira que tencionava desenhar vestidos de casamento para o mercado local e uma quarta que queria trabalhar como organizadora de casamentos. Todas estas raparigas tiveram o cuidado de especificar que iriam trabalhar a partir de *casa*. Muitas das raparigas mostraram um empenho comovente ao descreverem as suas ideias de negócio, mas saí do *campus* naquela tarde com pouca confiança de que qualquer dos planos continuasse depois de elas próprias se casarem. Pensei numa conversa que tivera com Larry Wilson, na altura reitor da Universidade Zayed, sobre a sua preocupação esporádica de que as professoras estrangeiras estivessem a alimentar as esperanças profissionais das jovens emiradenses para lá do que a sua sociedade toleraria. Wilson tentava pensar a longo prazo, explicou-me ele, refletindo no ritmo de mudança na região e depositando esperança na ideia de que as antigas alunas da Universidade Zayed educariam os seus próprios filhos e filhas de modo diferente. «Os filhos destas raparigas serão outra coisa», disse ele.

Das mulheres que entrevistei na Universidade Feminina de Abu Dhabi, Zeinab al-Hamoudi foi a única que disse que gostava muito de estudar no Egito, como uma tia dela tinha feito. Mas a tia era casada, explicou Zeinab, e por isso ela esperava encontrar um marido que concordasse em acompanhá-la durante um ano ou dois de estudo no estrangeiro, e casar o mais cedo possível. «Se ainda formos solteiras, é mais difícil», disse Zeinab. «Se formos casadas, temos mais liberdade de ir para o estrangeiro.»

Como é óbvio, mais de 80 por cento das pessoas que vivem nos Emirados Árabes Unidos *estão* no estrangeiro. Interessavam-me particularmente as jovens de outros países árabes que tomavam a decisão, ainda bastante radical, de se mudarem para o país sozinhas. Há uma década, as mulheres árabes solteiras como a Randa que trabalhassem fora dos seus países eram bem mais raras. Mas, uma geração depois de o *boom* do petróleo no Golfo Pérsico começar a atrair milhares de homens de outras partes do mundo árabe para tentar a sua sorte nos estados ricos do Golfo, um número crescente de mulheres árabes faz o mesmo. A emigração criou oportunidades enormes para muitas jovens ambiciosas. Porém, como os Estados Unidos e os países europeus aprenderam durante o início do movimento feminista, quando um grande número de mulheres entra na população ativa de determinado país, pode-se desencadear uma nova dinâmica social inesperada e complicada.

Musa Shteivi, sociólogo da Universidade da Jordânia em Amã, disse-me que há décadas que a Arábia Saudita, os EAU, o Qatar, o Kuwait e outros países do Golfo têm atraído jovens trabalhadores dos países árabes fora do Golfo, incluindo algumas mulheres que viajam com os maridos, mas que a emigração de mulheres solteiras é um fenómeno dos últimos anos. A cultura árabe tradicional deposita um alto valor social na proteção das filhas solteiras, mesmo depois da idade adulta, explicou-me Shteivi. Nas comunidades mais conservadoras, permitir sequer que uma filha trabalhe pode pôr a virtude dela em dúvida e ameaçar as suas perspetivas de casamento. Famílias mais liberais que permitam que as filhas trabalhem e estudem livremente perto de casa

podem, ainda assim, achar impensável permitir que uma filha não acompanhada viaje para o estrangeiro.

No entanto, esta cultura está a mudar, disse-me Shteiwí, à medida que a influência dos países do Golfo, em ascensão, continua a remodelar a economia da região. Os níveis de desemprego em todo o mundo árabe são altos há anos. A instabilidade provocada pelas revoltas da Primavera Árabe tem vindo a aumentar na maioria dos sítios, enquanto o investimento privado e as receitas do turismo caem. Entretanto, uma profusão de agências de recrutamento especializadas, em Tunes, no Cairo, em Amã e noutras capitais árabes, ajudaram a tornar a procura de emprego no Golfo um rito de passagem para muitos jovens de países árabes com menos riqueza do petróleo. À medida que as redes de expatriados árabes nos países do Golfo se tornam mais fortes e os telemóveis, o acesso crescente à Internet e o desenvolvimento das redes sociais tornam a comunicação no estrangeiro mais fácil e mais acessível, algumas famílias começam a aceitar melhor a ideia de permitir que as suas filhas trabalhem lá. Muitos empregadores sediados no Golfo dizem agora que adequam o processo de recrutamento de mulheres aos valores familiares árabes – contratando grupos de mulheres de uma cidade ou região específica, por exemplo, para que as mulheres se possam apoiar umas às outras quando estiverem no Golfo, e organizando eventos sociais para que os pais preocupados possam conhecer outras famílias que estão a pensar mandar as filhas para o estrangeiro.

Randa teve tanto sucesso como assistente de bordo na Gulf Air que lhe ofereceram um emprego mais bem pago na Etihad, em Abu Dhabi, e eu fui lá visitá-la. Pessoas de mais de 200 países trabalham nos Emirados Árabes Unidos e, enquanto passeamos por um centro comercial numa sexta-feira à tarde, acalmados pelo ar condicionado e a música ligeira e a observar famílias de todos os cantos do mundo a enfiar comida de centro comercial nas suas criancinhas, parece fácil deixarmos-nos levar pela comprazedora maravilha poliglótica daquilo tudo. No hipermercado Carrefour onde a Randa e eu fomos fazer compras uma tarde, contei 27 variedades levemente diferentes de iogurte coado, incluindo os turcos *labneh*, *labneh Chtaura* e algo rotulado, em inglês, como «natas egípcias», representando os gostos extremamente particulares em iogurte coado de trabalhadores de todo o Médio Oriente, onde esse alimento é uma parte essencial do pequeno-almoço. Na extensão desolada de estrada de deserto entre Abu Dhabi e o Dubai – um deserto que não é as dunas ondulantes da nossa imaginação, mas sim duro, pedregoso, cinzento, semeado de lixo – os cartazes a anunciar o Centro Comercial Dubai («A Terra tem um novo centro») quase pareciam fazer uma declaração sobre a visão que o país tem de si mesmo.

A Randa descreveu, aparentemente sem amargura, a relação dos trabalhadores estrangeiros com os Emiradenses. A todos os níveis, as leis aplicavam-se de forma diferente aos Emiradenses, explicou ela. Os locais, por exemplo, excediam constantemente os limites de velocidade, ao passo que os trabalhadores estrangeiros por norma não se atreviam a isso; os salários eram demasiado bons e ninguém queria perder o visto. «Os Emiradenses acham que são uma espécie de nobreza natural», explicou-me Randa. Os imigrantes americanos e europeus, habituados a estar acima de toda a gente noutros contextos, no que tocava à taxonomia de trabalhadores imigrantes, eram quem ficava mais incomodado, um facto que claramente encantava Randa. Ela e as outras assistentes de bordo árabes que trabalhavam para a Etihad e as outras companhias aéreas sediadas no Golfo tinham sido contratadas por as companhias quererem manter o seu carácter árabe, e a Randa parecia estar cada vez mais orgulhosa por os feitos e ambições patentes nos Emirados serem feitos *árabes*, ambições *árabes*. Ela imitou um par de conhecidos seus alemães que, disse ela, pareciam constantemente

ofendidos com o tratamento preferencial dado aos Emiradenses. «Estão sempre a dizer que é injusto e que os Emiradenses são muito bem tratados, que conseguem os melhores empregos e benefícios fiscais e empréstimos e tudo», contou-me Randa. «Então porque é que não voltam para o vosso país, para serem tratados assim também?»

Quer sejam da Jordânia, do Egito, da Síria, ou de Marrocos, a maioria das jovens árabes que atualmente trabalham no Golfo diz que nunca imaginara trabalhar no estrangeiro ou sequer viver fora da casa dos pais antes do casamento. Muitas dizem que a experiência de viver com independência e ganhar salários que seriam quase inimagináveis nos seus países natais mudou para sempre as suas ambições e as suas crenças acerca de si mesmas, embora também possa levar a um doloroso sentimento de alienação das suas comunidades. No mundo árabe, onde a família é o centro incontestado da vida da maioria das pessoas, trabalhar longe de casa e da família pode levar a sentimentos desestabilizadores de anomia, especialmente para as raparigas. Em Abu Dhabi, onde Randa vivia num dormitório da Etihad, entre os seus voos por todo o mundo, a própria paisagem pode contribuir para esse sentimento de deslocação, explicou-me ela.

«Quero dizer, olha para este sítio», disse ela, de trás do volante do seu novo *Chevrolet*, que comprara orgulhosamente com as poupanças dos seus primeiros dois anos e meio como assistente de bordo. Longe da bela área de Corniche, com o seu passeio marítimo e grandiosas urbanizações à beira-mar, Abu Dhabi é estranhamente incaracterística.

Enquanto Randa conduzia, eu olhava pela janela para a sucessão de quarteirões estéreis de hotéis e prédios de escritórios com lojas pequenas e restaurantes de *take-away* no rés do chão. O sol de outubro era branco-vivo e abrasador, tão intenso que obliterava qualquer contraste e tinha um efeito uniformizador na paisagem. Quando caminhava ao ar livre em Abu Dhabi, a mera intensidade da luz provocava-me muitas vezes ataques de espirros tão incontrolláveis que me deixavam ligeiramente tonta (a Randa achou isto hilariante e, até uma amiga que padecia do mesmo mal me falar no fenómeno conhecido como espirro fótico, ambas culpámos erroneamente o pó que o vento soprava do deserto circundante). Até as palmeiras junto à estrada pareciam cinzentas e acossadas, apesar de serem constantemente regadas por equipas de trabalhadores sul-asiáticos fardados. «Ainda hoje não sei o caminho de um sítio para outro», disse-me Randa.

Nem toda a gente é capaz de viver num sítio assim, comentou Randa, sem rodeios. Ela conhecia um punhado de hospedeiras, incluindo uma ex-colega de quarto, que se tinham simplesmente enfiado em voos para os seus países e fugido, sem avisar a companhia aérea. Na verdade, explicou-me, as assistentes de bordo árabes mais bem-sucedidas eram muitas vezes aquelas, como a própria Randa, cujas circunstâncias já as tinham de algum modo colocado nas margens da sociedade dos seus países. O círculo de amigas da Randa na Etihad incluía várias raparigas que estavam a sustentar a sua família depois da morte do homem que o fazia, disse ela, e ainda uma egípcia que enviuvara pouco depois do casamento e cuja família acabara por encorajá-la a procurar trabalho no estrangeiro, por as suas perspetivas de voltar a casar parecerem ténues à medida que ela se aproximava dos 30 anos.

A sua vida de viajante era insustentável a longo prazo, explicou-me Randa, preocupada, e ela achava que seria difícil voltar à Síria. Sofrera episódios de depressão e dúvida, e tentava dominá-los permanecendo resolutamente concentrada nas questões práticas: para além do carro, o trabalho dela permitiu-lhe comprar uma casa em Aleppo para o pai e os irmãos. Por enquanto, explicou-me, a alienação parecia um preço pequeno a pagar pelos ganhos em poder e liberdade que a sua nova vida no Golfo lhe dera.

«É duro ser uma mulher trabalhadora numa cultura onde as mulheres devem ficar em casa a servir os filhos», explicou-me Suzanne Saoub, uma jordana de 29 anos que trabalhava para a Gerber, uma empresa de produtos para bebés, no Dubai. Antes de vir para os Emirados, disse-me Saoub, foi pressionada a deixar o seu emprego em Amã porque os homens do seu escritório se tinham queixado de terem uma mulher como supervisora, e os patrões tinham dado a entender que apoiavam os homens.

Saoub disse-me que os árabes jovens e instruídos de ambos os sexos que arranjam empregos de escritório nos países do Golfo ficam muitas vezes surpreendidos por se verem em escritórios onde há um padrão transparente de progressão profissional e relativamente pouca corrupção e nepotismo no local de trabalho. Para jovens da emergente classe média do mundo árabe – de famílias prósperas o suficiente para assegurarem aos filhos uma boa educação, mas não bem colocadas o suficiente para lhes arranjar bons empregos numa cultura onde os *wasta*, ou conhecimentos (a palavra árabe significa literalmente «proteção»), são tudo –, a descoberta pode parecer uma revelação.

Esta abertura pode ser especialmente libertadora para as mulheres, segundo Saoub.

«Na Jordânia, os teus chefes controlam o teu tempo e estão sempre a fazer-te sentir que és empregada deles», disse-me ela. «Há muito pouco espaço para subir. No Golfo, é tudo mais flexível. Mostramos as nossas competências e pronto. As pessoas não querem saber se és mulher. As pessoas não querem saber se já te casaste.

»Na Jordânia, se a empresa descobre que uma mulher tem namorado, pode ser o fim da carreira dela. É espantoso chegar aqui e descobrir que as pessoas só estão interessadas na maneira como trabalhas. O facto de haver concorrência a sério, juntamente com a liberdade, é muito entusiasmante. Faz-te querer trabalhar mais e mostrar que és capaz.»

Segundo Bernard Haykel, professor de Estudos do Próximo Oriente na Universidade de Princeton, um mergulho na cultura profissional de um sítio como o Dubai é uma experiência transformadora para muitos emigrantes árabes, faz parte de um encontro com aquilo a que ele chama um «pseudo-Occidente» ao longo do Golfo Pérsico.

«É o mais perto que se pode chegar do Ocidente sem ir mesmo ao Ocidente», disse-me o Dr. Haykel. «Para pessoas de muitas partes do mundo, e especialmente do mundo árabe, os países do Golfo são a primeira experiência de modernidade. É o primeiro sítio onde muita gente no mundo vê superautoestradas, ou aqueles edifícios altos e reluzentes, ou centros comerciais, ou hotéis internacionais. Para muitos, é a primeira experiência do que é ser moderno.»

E embora a maioria das jovens árabes me dissesse que tinha vindo trabalhar para os países do Golfo pelo dinheiro, pela liberdade e pela perspectiva de competir no mercado global, algumas sugeriram que eram igualmente atraídas pela ideia daquela modernidade distante e glamorosa.

Kawtar Berla, uma exuberante marroquina de 23 anos, era adolescente quando viu uma reportagem televisiva sobre o Hotel Burj Al Arab, que por vezes se diz ter sete estrelas, uma afirmação que o próprio hotel diz nunca ter feito.

«Não fazia ideia de como seria trabalhar nos estados do Golfo, mas estava sempre a ouvir falar daquele hotel único, de sete estrelas, e tornou-se o meu sonho», disse-me Berla. O Burj Al Arab não estava a contratar quando ela chegou finalmente à idade de se candidatar, por isso Kawtar Bela arranhou emprego como assistente de reservas no restaurante do Emirates Palace em Abu Dhabi, outro hotel tão teatralmente luxuoso que uma fritada no café do átrio é coberta com caviar *osetra* e custa 380 *dirhams* (pouco mais de cem dólares), e um *cappuccino* vem com lascas de ouro

verdadeiro a cintilar na espuma do leite.

«A minha mãe chorou tanto quando eu parti», disse-me Berla. «Quando vou a casa, todas as minhas amigas dizem: ‘Tens de casar! Tens de ser mãe!’ Elas não compreendem que eu também preciso disto, que quero aprender, aumentar o meu conhecimento. A minha família trata-me de forma diferente agora. Eu estava diante deles antes, mas na verdade eles não me viam.»

Segundo o Dr. Haykel, à medida que os membros desta primeira geração de emigrantes árabes solteiras no Golfo começam a regressar a casa, muitas vezes a dinâmica familiar muda drasticamente, sobretudo quando estas jovens dão por si a ganhar mais do que os pais e irmãos. As mulheres criadas numa cultura que tradicionalmente valoriza muito a comunidade aprendem a ver-se como indivíduos, com direitos e liberdades individuais, e isto pode causar fricção numa família.

Mas Rania Abou Youssef, assistente de bordo de 26 anos na Emirates, uma companhia aérea sediada no Dubai, disse-me que, quando vai a casa, em Alexandria, no Egito, as primas a tratam como uma heroína. «Estão sempre a perguntar: ‘Onde é que foste e como foi e onde estão as fotografias?’», conta ela. Muitas das jovens árabes a trabalhar no Golfo tiram um prazer evidente do seu estatuto de pioneiras, de modelos para as suas amigas e parentes mais novas. E com o seu orgulho nas suas novas posições e nova mobilidade, parecem por vezes exprimir um sentimento hesitante de consciência de classe, um sentimento do seu poder de, enquanto grupo, mudar a sociedade dos seus países.

As assistentes de bordo, como Randa e Abou Youssef, tornaram-se a face pública desta nova mobilidade, tal como foram a face de novas liberdades para as mulheres nos Estados Unidos nos anos 50 e 60. As companhias aéreas sediadas no Golfo organizam sessões de recrutamento nas capitais de outros países árabes, e os salários altos, as viagens internacionais e os uniformes de corte elegante que oferecem normalmente tornam as sessões um tema de conversa local. Conscientes desta visibilidade, as companhias aéreas tentam garantir que estes empregos são vistos como uma profissão segura para jovens bem-educadas.

O dormitório das assistentes de bordo da Etihad no bairro de Medinat Zayed, em Abu Dhabi, é muito parecido com os muitos prédios de escritórios dos anos 70 da cidade, com janelas iridescentes como gasolina numa poça. No átrio, um homem com uma esfregona de algodão azul dedica-se, a tempo inteiro, à ingrata tarefa sisífica de varrer o pó que entra pelas portas automáticas. Também há um trio de seguranças paquistaneses, um livro para registar as entradas e regras de visita rigorosas. As assistentes de bordo são regularmente admoestadas para não se esquecerem da reputação da Etihad. Quem tentar levar um homem para um dos modestos apartamentos de dois quartos que as mulheres partilham pode ser despedida e deportada, e até acusada de prostituição.

A quase todas as horas do dia ou da noite há uma dezena ou mais de raparigas com malas de rodas idênticas à espera no átrio do seu dormitório para serem levadas para trabalhar num voo da Etihad. Quando me juntei a Randa no *minibus* numa destas viagens até ao aeroporto, fiquei maravilhada com a rapidez com que estas mulheres, embora claramente exaustas, aplicavam maquilhagem e prendiam o cabelo com ganchos. Conversavam enquanto o faziam e mal olhavam para os espelhos; fizeram-me lembrar jovens bailarinas. As colegas de Randa com a mão mais firme tinham aperfeiçoado uma *toilette* ao fundo do autocarro que correspondia precisamente à duração da habitual viagem até ao Aeroporto Internacional de Abu Dhabi. As companhias aéreas do Golfo são reconhecidamente exigentes em relação ao aspeto das suas funcionárias, e era óbvio que todas as mulheres tinham passado a ferro os uniformes e penteado o cabelo com o secador. Quem tinha o cabelo abaixo do

queixo prendia-o num coque meticulosamente envolvido por uma rede e seguro por um elástico preto. Usavam broches em forma de asas no bolso esquerdo dos seus uniformes cinzentos e pequenas boinas alegres com lenços leves que faziam lembrar o *hijab*. Como estudantes universitárias durante o período de exames, todas se queixavam de forma afável do pouco que tinham dormido.

Havia pequenas exclamações de congratulação e comisseração à medida que as mulheres sabiam quais eram os voos das amigas. As rotas longas como Toronto e Sidney – onde as escalas podem durar muitos dias, os hotéis são confortáveis e as ajudas de custo diárias distribuídas pelas companhias aéreas para pagar a comida e as despesas imprevistas são generosas – são cobiçadas. Voos curtos como Cartum são temidos: mais de quatro horas de trabalho seguidas de reabastecimento, uma nova carga de passageiros, um cansativo voo noturno de regresso a Abu Dhabi e finalmente o *shuttle* de regresso à torre do dormitório com os seus guardas vigilantes.

Lá em cima, despojadas da sua espessa maquilhagem profissional, a maioria das mulheres parecia uma década mais nova. Pareciam viver de *snacks*: torradas feitas, ao estilo árabe, agitando fatias de pão pita sobre uma chama descoberta; lascas de queijo búlgaro barato e demasiado salgado; os biscoitos libaneses com recheio de tâmaras chamados *ajweh*; pães macios de uma loja local da Cinnabon em que Randa se declarou «viciada» (a Cinnabon tornou-se de tal modo um símbolo da cultura contemporânea do Golfo, que aparece no vídeo viral do YouTube «Saudis in Audis», e a jovem síria mencionava-a com um prazer deliberado, como se fosse um emblema de uma nova sofisticação). Viam DVD pirateados uns atrás dos outros – *Donas de Casa Desesperadas* e *O Sexo e a Cidade* eram especialmente populares – comprados por tostões em escalas em Daka e Banguecoque. Andavam pelo chão de tijoleira entre os seus quartos em calças de fato de treino de terciopelo de algodão e chinelos felpudos e falavam baixo: havia sempre alguém a tentar dormir uma sesta rápida antes do seu voo.

Esta existência encoberta, bastante solitária e iluminada por lâmpadas fluorescentes parecia ser atenuada sobretudo por saídas noturnas para dançar. Apesar do número crescente de mulheres que se mudam para os países do Golfo, os padrões de emigração de mão de obra dos últimos 20 anos deixaram os Emirados com uma proporção de homens para mulheres que é a mais assimétrica do mundo – há mais de 2,7 homens para cada mulher em Abu Dhabi. As assistentes de bordo da Etihad são uma novidade tão popular no modesto circuito de bares de hotel de Abu Dhabi (em Abu Dhabi, apenas os hotéis podem vender álcool), que a presença delas é encorajada à força de «Noites da Mulher» frequentes e descontos em bebidas para assistentes de bordo. É impossível uma mulher sem véu com menos de 40 anos ir a um centro comercial ou a um supermercado em Abu Dhabi sem que desconhecidos sorridentes lhe perguntem, regularmente, se trabalha como hospedeira.

Certa noite, durante uma das minhas estadias em Abu Dhabi, saí com Sherene, uma assistente de bordo egípcia na Etihad. Sherene usava um *top*, maquilhagem com purpurina e sapatos de plataforma com saltos de dez centímetros e estava a orientar uma recém-chegada, uma tunisina de 23 anos, com saltos igualmente altos e um cinto branco reluzente, que dizia que tinha vindo para os Emirados na esperança de arranjar trabalho como costureira. Eu caminhava lentamente ao lado delas numa saia de algodão e sapatos rasos gastos, a sentir-me desinteressante e deslocada. Sherene organizara a noite para nos dar a ambas uma introdução à vida noturna de Abu Dhabi, mas foi o braço da tunisina que ela enlaçou quando nos dirigimos à entrada da discoteca Sax, no Royal Meridien Hotel. Lá dentro, na área do bar, vários rapazes emiradenses com a tradicional *dishdasha* branca dançavam aos repelões uma canção que estava sempre a repetir, num volume ensurdecador: «Se queres ser rica/Tens de ser

uma cabra.»

Sherene indicou um dos seguranças. «Não é apetitoso?» guinchou. O segurança, que tinha claramente ouvido, ignorou-a, e nós passámos por ele em fila. Apesar das aparências, disse Sherene, o sexo e o namoro são questões muito delicadas para a maioria das jovens árabes que vêm trabalhar para os Emirados. «No mundo árabe, na maioria das comunidades, não é muito aceitável que uma jovem que não seja casada durma na sua própria casa, fora da proteção dos pais», explicou. «Por isso, no que toca às raparigas árabes que vêm trabalhar para aqui, há dois tipos. Ou são muito fechadas e temerosas e não fazem nada, ou então na verdade não estão a pensar em voar – só estão aqui para ter liberdade. São muito atrevidas e doidas e há muitos desgostos amorosos.»

Seja como for, «torna-se muito difícil voltar para casa», continuou Sherene. Falava com o ar de alguém que estava habituada a ser invejada, e também a ter de explicar porque é que a sua vida não era tão glamorosa e incrível como as pessoas pensavam. Dirigiu-se a mim, durante todas as nossas conversas, como se eu fosse alguém que provavelmente desejava ser assistente de bordo, mas não teria perfil para isso e portanto precisava que lhe dissessem que aquilo não era como eu sonhava. A mãe e a irmã usavam o *hijab*, disse Sherene, e também ela esperava fazê-lo um dia, «mas para já não». O salário da Etihad sustentava a mãe viúva, que, todavia, se estava sempre a queixar do facto de a filha ainda ser solteira, aos 30 e poucos anos. Tanto a mãe como a filha tinham ficado amargamente desiludidas com uma série de pretendentes que, acreditavam elas, tinham inicialmente sido atraídos pela perspetiva de uma noiva cujo emprego lhe permitira acumular poupanças substanciais, mas no fim de contas não conseguiram suportar a ideia de ter uma mulher que toda a gente sabia ter vivido sozinha no estrangeiro – o que poderia mais tarde tornar-se uma maneira fácil de vizinhos maliciosos questionarem a honra do marido.

Bem mais do que outros empregos que poderiam arranjar no Golfo, notou a assistente de bordo egípcia, voar faz com que seja difícil para uma mulher muçulmana cumprir deveres religiosos como rezar cinco vezes por dia e jejuar durante o Ramadão. A sensação de afastamento da sua religião – e os sentimentos de culpa que daí advêm – pode associar-se a sentimentos de alienação das comunidades muçulmanas conservadoras no país delas. Não é raro uma jovem cujo trabalho no Golfo a tornou o pilar económico da sua família alargada descobrir, para sua surpresa e desgosto, que esse trabalho também a tornou imprópria para viver no seio da mesma, explicou-me ela. «Uma grande amiga minha síria decidiu demitir-se da companhia aérea e voltar para casa. Mas já não tolera viver numa casa familiar. Os pais adoram o irmão e dão-lhe prioridade e ela nunca pode sair sozinha, mesmo que seja só para ir tomar um café.»

Problemas como estes, dizem raparigas árabes que tentaram regressar a casa depois de estarem no Golfo, são muito diferentes dos problemas de adaptação sentidos pelos seus congéneres masculinos. Estereotipicamente, os homens que passam vários anos a trabalhar no Golfo regressam a casa com valores sociais e religiosos mais conservadores, notou Saoub, num tom um pouco sombrio.

«Tradicionalmente, os homens são enviados para o estrangeiro para ganharem dinheiro e se tornarem homens sozinhos. Sentem-se muito sós no Golfo e passam por coisas terríveis psicologicamente. Depois de todo esse sofrimento, acabam por tornar-se severos e fechados, e quando voltam querem casar com uma *muhajiba*», disse ela, usando a palavra árabe para «mulher velada».

«Os trabalhadores no Golfo têm de facto tendência a interiorizar alguns dos valores que observam no Golfo», disse-me o professor Haykel. «E na Arábia Saudita e noutros países do Golfo, a honra e o

prestígio de uma família são muito afetados pelo grau de acesso que os desconhecidos têm às mulheres da família. Imagino que muitos rapazes acabem realmente por interiorizar estas medidas de honra e estatuto.»

Se, ao que parece, se verifica o contrário para as primeiras raparigas árabes que regressam do trabalho no Golfo, isso não é muito surpreendente, disse-me o professor Haykel. «Estes são alguns dos efeitos contraditórios e até paradoxais que resultam da entrada na economia global.»

Para esta primeira geração de raparigas árabes que deixaram os seus países em busca de melhores oportunidades no Golfo Pérsico, lidar com estes paradoxos é uma luta quotidiana. A maioria diz que quer regressar aos seus países e casar. E, no entanto, o novo ambiente em que trabalham oferece uma confusa diversidade de possibilidades românticas e profissionais.

A única solução é agir com muita cautela, explicou Randa. Temendo pela sua reputação, contou-me que recusara um convite para sair à noite com um homem que conhecera recentemente, um engenheiro do Brasil. Em vez disso, sugeriu que ele a fosse buscar antes de um voo noturno, um pouco mais cedo, para terem tempo de beber um sumo juntos antes de ele a levar ao aeroporto internacional de Abu Dhabi para se encontrar com o resto da tripulação do avião.

«Eu não quero beber com ele – não me sinto confortável», disse Randa. Fez um súbito sorriso matreiro, de esguelha. «Mas, assim, ele vê-me de uniforme. Ouvi dizer que há quem tenha fantasias com uniformes.»



Mulheres visitam um centro comercial em Riade.

CONDUZIR LEVARÁ AS MULHERES A SAÍREM DE CASA, PRECISEM ou NÃO

ABRIL DE 2010 – DAMMAM

O voo de Dammam para Riade parecia estar atrasado, por algum motivo. Eu fora uma das primeiras a embarcar e, grávida de quatro meses e cansada de um serão de trabalho, adormecera pouco depois de me instalar no meu lugar à janela perto da frente do avião. Passado algum tempo, apercebi-me nebulosamente de alguma agitação no corredor: passageiros infelizes, protestos ruidosos. Eu estava agarrada aos meus telemóveis – o meu *iPhone* americano, no qual lia mensagens, embora tivesse ficado demasiada assustada ao ver as tarifas de *roaming* de dados internacionais para fazer muito mais, e o *Nokia* usado com um cartão saudita que tinha comprado ao chegar a Riade dez dias antes –, quando adormeci, e eles ainda estavam no meu colo. Carreguei no botão do *iPhone* para ver as horas; o voo estava quase meia hora atrasado. Bem, pensei, pelo menos seria um voo rápido assim que descolássemos. Abri a mala para guardar os telemóveis e estava prestes a tentar retomar a sesta quando vi uma das assistentes de bordo a olhar para mim com uma expressão que não consegui bem decifrar. Parecia estar chateada comigo, embora eu não percebesse bem como é que isso era possível. Mas, depois, um dos passageiros que tinham estado a gritar, um homem corpulento com cerca de 60 anos que parecia ser o centro da agitação no corredor, também começou a olhar na minha direção.

Eu começava a adivinhar o que se passava quando a assistente de bordo, uma jovem das Filipinas, se aproximou e confirmou as minhas suspeitas. Infelizmente, sim, disse ela, pedindo desculpa, a minha presença era de facto a origem do atraso. O cavalheiro que estava no corredor tinha o lugar ao lado do meu, explicou ela, mas não queria sentar-se ao lado de uma mulher. O voo estava cheio, por isso eles não tinham podido oferecer-lhe outro lugar, como normalmente faziam nestas circunstâncias. Tinham feito um anúncio pelo intercomunicador do avião a perguntar se alguém estaria disposto a dar o seu lugar ao homem entroncado e sentar-se ao meu lado, mas até agora ninguém se oferecera.

E outra mulher?, pensei. Virei a cabeça rapidamente para procurar outra mulher, mas não vi nenhuma de imediato e foi desconcertante perceber que metade das pessoas na cabine parecia olhar diretamente para mim. Toquei com os dedos nas bordas dobradas do meu *hijab*, assegurando-me de

que o tecido preto cobria completamente o meu cabelo e de que a ponta do meu rabo de cavalo não se tinha soltado do elástico e começado a aparecer atrás, como acontecia muitas vezes. Da última vez que fora obrigada a usar um *hijab* regularmente, quando trabalhava no escritório do *New York Times* em Bagdade, a minha amiga Anwar, uma das jornalistas iraquianas que lá trabalhavam, tinha-me sempre ajudado a prendê-lo bem com alfinetes (as mulheres que trabalhavam para o *Times* no Iraque normalmente usavam *hijabs* sempre que saíam do nosso complexo fortificado em frente à Zona Verde, do outro lado do rio Tigre, embora isto acontecesse por conselho dos antigos oficiais das forças especiais britânicas que cuidavam das operações de segurança na delegação, e não devido a quaisquer regras locais). Mas as jovens sauditas elegantes que eu observara pareciam nunca usar alfinetes. Tal como pareciam não gostar dos pequenos capuzes elásticos de algodão para usar sob o *hijab* que eram sempre tão úteis – o tecido adere mais facilmente a tecido do que a cabelo –, para manter um lenço escorregadio no lugar. Por consequência, a maioria das mulheres sauditas parecia estar sempre, quase inconscientemente, a mexer no seu lenço preto, ajustando e voltando a prendê-lo dúzias de vezes por dia. Num espírito de «em Roma, sê romano», eu própria dispensara os alfinetes, mas agora sentia falta da forma característica, justa às sobancelhas, como a Anwar me amarrava o *hijab*, e de uma das rodinhas de plástico perfuradas com alfinetes de *hijab* de ponta nacarada que ela tinha sempre na mala em caso de emergência com o *hijab*.

Inutilmente, voltei a tirar o meu *iPhone* da mala e liguei-o, grata por aquela proteção extra contra o constrangimento (para mim, a espantosa aceitabilidade social, quase universal, de nos ocuparmos em público com um *smartphone* está entre os melhores motivos para termos um). Deveria cobrir o rosto também? Não sabia se isso ajudaria e, em todo o caso, não tinha um segundo lenço comigo. Comecei a perguntar-me se me devia oferecer para sair do avião. Certamente que não seria um rasgo para o feminismo global, pensei, mas eu estava ali como jornalista, não ativista. E em circunstâncias como aquelas, um conceito muito próprio do Midwest americano, de boas maneiras, um conceito baseado, sobretudo, em tentar não importunar ninguém, assumia sempre preponderância. A assistente de bordo que explicara o atraso pareceu adivinhar o que eu estava a pensar. Voltou a aproximar-se e deu-me uma palmadinha no braço, fazendo má cara ao homem suado e frustrado que estava no corredor. «Não se preocupe», disse-me. «Mesmo que não consigamos encontrar ninguém que esteja disposto a sentar-se ao seu lado, é ele que terá de sair do avião, e não a senhora.»

Eu estava a pensar nisto quando outra assistente de bordo apareceu, trazendo consigo um homem magro de *jeans* e óculos com armação escura. O homem, encolhido e apressado, segurava atabalhoadamente um portátil meio aberto e um monte de papéis. Parecia muito chateado, até ao momento em que me viu. Então, sorriu de repente e, para alívio de todo o avião, sentou-se. Ouvira os anúncios a pedir um voluntário para ocupar o lugar ao lado do meu, contou-me enquanto o avião começava a deslizar sobre a pista, mas estava absorto no trabalho e não queria sair do seu lugar ao fundo do avião. Mas, depois, uma assistente de bordo diligente lembrou-se de verificar as nacionalidades na lista de passageiros e fora procurá-lo.

«Ela viu que eu sou do Líbano, sabe?», explicou ele. «E sabia que um libanês provavelmente não se ia importar de se sentar ao lado de uma mulher.

»Claro que, se eu soubesse que era uma americana, ter-me-ia oferecido logo que ouvi o anúncio», disse o libanês, tentando ser simpático. Mais tarde, pensei muito no facto de nenhum dos outros passageiros ter questionado o direito do homem corpulento de exigir não ficar ao lado de uma mulher, e de atrasar um voo inteiro para fazer valer esse direito. Embora as pessoas tivessem

claramente ficado chateadas com o atraso, ninguém parecera achar que o homem estivesse a ser pouco razoável. Não me senti magoada nem ofendida com isto, como o libanês pareceu presumir; estava no país dos Sauditas, e eram as regras deles, e eu sempre achara impossível levar este tipo de coisa a peito. Mas, agora, o pobre libanês parecia estar a esforçar-se por pedir desculpa em nome do homem do corredor, talvez em nome de toda a região. Sussurrou que o meu legítimo companheiro de lugar devia estar especialmente preocupado com a ideia de se sentar ao meu lado por ser tão obeso, e logo mais suscetível de roçar em mim inadvertidamente. Suspirou quando finalmente se virou de novo para o seu portátil. «Este tipo de coisa deve parecer-lhe muito estranha. Detesto este país.»

*

As pessoas tinham tendência a presumir que eu também devia detestar a Arábia Saudita. Surpreendia-me a universalidade deste sentimento. Noutras partes do Médio Oriente, os Sauditas são muitas vezes desconsiderados pela sua riqueza e suposta arrogância – os turistas sauditas são alvo de piadas por toda a região e regularmente culpados por males sociais como os chamados casamentos de verão e a prostituição, bem como problemas mais pequenos como a subida das rendas –, pelo que eu já estava um pouco à espera disto da parte de outros árabes. Mas até os Sauditas pareciam presumir que eu devia detestar o país deles. Eu explicava que queria realmente fazer os trabalhos jornalísticos que me tinham levado ao reino, e que me esforçara muito por que fossem precisos, porque achava o país deles muito interessante. Trabalhar no reino tinha as suas frustrações, claro. Mas eram frustrações *especificamente sauditas* e, como tal, também me interessavam. Em todo o caso, como dava por mim a realçar constantemente, eu não tinha de viver no reino a tempo inteiro.

Era difícil para mim usar a *abaya*?, insistiam, por vezes, em perguntar os Sauditas (embora, por costume, as mulheres de todos os países do Golfo usem a *abaya* preta até ao chão, apenas na Arábia Saudita ela é obrigatória também para as estrangeiras). Presumi que as perguntas fossem uma espécie de projeção, talvez porque às vezes fosse difícil para as raparigas sauditas adotarem a *abaya*. Mas eu, não sendo muçulmana, não sentiria, como essas raparigas sentiam, estar, com isso, a abandonar a infância para sempre. Eu tinha ido fazer provas para a minha primeira *abaya*, com a divertida assistência de Randa, numa loja de roupa bastante cara no centro comercial da Corniche, em Abu Dhabi. Era verdade que me sentira um pouco estranha ao tirá-la da capa de plástico pela primeira vez, quando o avião onde estava começou a fazer a sua descida para Riade. Porém, durante os meus primeiros dias na cidade, houvera uma certa emoção ao vesti-la, como se fosse uma ocasião especial. Embora não conseguisse caminhar normalmente – o tecido encapelado da *abaya* obrigava-me a dar passos baixos, desajeitados, não fossem as minhas pernas ficar presas –, o *rayon* com textura, de alta qualidade, roçagava agradavelmente à volta dos meus tornozelos. O costureiro indiano no centro comercial Marina Mall, em Abu Dhabi, fizera as suas alterações com tanta precisão que eu tinha de me manter muito direita para evitar que a bainha se arrastasse pelo chão. Este esforço fazia-me sentir um pouco mais digna do que era costume, e supus que isto também fizesse parte da função da *abaya*.

Também me perguntaram, muitas vezes, de diferentes formas: «Não é difícil para ti, *como mulher estrangeira*, estar aqui?» Isto era um pouco mais complicado do que a pergunta do vestuário, porque, normalmente, o que o meu interlocutor realmente queria dizer era uma combinação de «Tens sido muito assediada pelos homens aqui?» e «O que achas do nosso sistema de segregação de género?»

A resposta à primeira pergunta era: «Não, nem por isso.» Não sei porque é que toda a gente fica

sempre surpreendida com isto – e muito provavelmente a minha experiência teria sido muito diferente se tivesse ido para a Arábia Saudita como, por exemplo, jovem criada do Sri Lanka em vez de jornalista americana –, mas podia arrumar todas as coisas desagradáveis que me aconteceram nesse aspeto num único parágrafo. A vida de rua na Arábia Saudita é quase inexistente: toda a gente, ricos e pobres, homens e mulheres, se desloca de carro, e os ubíquos centros comerciais são patrulhados por membros da polícia religiosa do país. Homens que gostem de olhar ou apalpar, como os que muitas vezes atormentam as mulheres noutras capitais árabes, simplesmente têm muito pouco espaço público em que trabalhar. Um jovem que entrevistei para um artigo enviou-me uma vez um par de mensagens explícitas, sucedidas, horas mais tarde, por um elaborado pedido de desculpa a afirmar que «um demónio qualquer» o obrigara a escrevê-las. Um desconhecido no elevador do meu hotel em Riade uma vez sussurrou-me o número do quarto dele, aparentemente para que eu fosse lá visitá-lo mais tarde. Mas era bem mais comum o grupo de homens sauditas que tinham estado pacientemente à espera do elevador recuarem e deixarem-me ocupá-lo sozinha, sem nunca, aparentemente, reconhecerem a minha presença a ponto de eu poder sequer levantar uma objeção.

No que dizia respeito ao sistema saudita de segregação de género, vi centenas de exemplos deste tipo de cavalheirismo antiquado e estranho, de homens a recuar acanhadamente, com os olhos desviados e desculpas murmuradas: «Ah, minha senhora, não reparei que havia uma mulher...» Observei muitas das curiosidades do sistema – a forma, por exemplo, como um rapaz que estivesse a pensar em propor casamento a uma rapariga era encorajado a «olhar bem para o irmão dela», de modo a adivinhar qual seria a aparência dela –, mas, embora tivesse ouvido e lido regularmente sobre os castigos severos que os Sauditas sofriam se fossem declarados culpados dos crimes de *ikhtilat* (mistura de sexos em público), ou, bem mais grave, de *khilwa* (definido na xaria como o estado em que um homem e uma mulher sem parentesco estão sozinhos juntos, por qualquer motivo), não observei diretamente quase nenhuma das crueldades do sistema. A certa altura durante a minha segunda estadia na Arábia Saudita, isto começou a parecer-me um problema grave. Dessa vez, tinha vindo a mando do *International Herald Tribune*, para escrever sobre uma série de campanhas na Internet em nome dos direitos das mulheres sauditas. No entanto, sempre que falava com mulheres sauditas que não estivessem envolvidas nessas campanhas, normalmente elas eram depreciativas: os estrangeiros achavam sempre que as vidas delas estavam mal porque não compreendiam a cultura saudita; já *elas* achavam que as suas vidas não tinham nada de errado. O sistema de tutela que os estrangeiros tanto criticavam servia para as proteger, diziam elas. Algumas expressavam irritação com o facto de, na sua opinião, o interesse ocidental nas mulheres sauditas se concentrar em histórias sensacionalistas de abuso, histórias que validavam uma atitude de dó piegas. E os homens sauditas com quem eu falava sobre as campanhas de direitos das mulheres pareciam muitas vezes genuinamente ofendidos. Claro que havia alguns homens que eram violentos e algumas famílias que eram disfuncionais, diziam eles, tal como em qualquer outro sítio. Mas *eles* adoravam as filhas e tinham muito orgulho nos seus sucessos na escola e na universidade; se eu soubesse quantas vezes eles e os filhos sacrificavam o seu próprio trabalho e lazer para levar aquelas raparigas inteligentes a aulas extra! *Eles* tinham o mais profundo respeito pelas suas mães e mulheres; na verdade, porque é que eu não ia a casa deles, um dia, e via qual era o sexo que realmente mandava na Arábia Saudita?

Quando mencionei este tipo de conversas a Wajeha al-Huwaider, ativista veterana dos direitos das mulheres, ela riu-se amargamente. «Ah, sim, todos os homens sauditas se orgulham do seu cavalheirismo», disse ela. Mas era um cavalheirismo desdenhoso, segundo ela, que era muito

diferente da consideração demonstrada a um par. «É o mesmo tipo de sentimento que têm por pessoas deficientes ou animais. A bondade vem da pena, da falta de respeito.»

As mulheres sauditas, de igual modo, normalmente defendiam a maneira saudita de fazer as coisas porque era a única que conheciam, explicou-me Wajeha. «Eu tenho pena tanto dos homens como das mulheres deste país, muita pena», disse. Wajeha é uma ativista prolífica num país onde o ativismo ainda é sistematicamente suprimido e emprega de modo criativo os vídeos do YouTube e as petições na Internet, para além de fazer os simples e tradicionais cartazes. Quando fui a casa dela no complexo bem vigiado da Aramco, a companhia petrolífera saudita, em Dharan, num bairro de vivendas de estuque que me fez lembrar o centro da Florida (Wajeha disse-me que se mudou para ali, a um custo considerável, depois de a sua campanha pelo direito a conduzir ter provocado ameaças de morte frequentes), ela tinha várias campanhas a decorrer em simultâneo. Para além da sua famosa campanha pelo direito a conduzir, começara uma campanha a que chamava Fitas Pretas, distribuindo «fitas» elásticas pretas feitas em casa para serem usadas no pulso por quem apoiasse a ideia de tratar as mulheres sauditas como maiores de idade (as fitas de Wajeha eram, em todo o caso, praticamente idênticas aos elásticos pretos para o cabelo que eu normalmente uso nos pulsos em caso de ter de fazer um rabo de cavalo com emergência), bem como uma campanha um pouco peculiar, «Só com a minha autorização», para o governo saudita seguir o exemplo de Marrocos na exigência de que homens que quisessem desposar uma segunda, terceira e quarta mulher obtivessem primeiro autorização das atuais mulheres. Em todas as suas campanhas pelos direitos das mulheres, disse-me Wajeha, concentra-se em chegar às sauditas mais jovens: «Desisti das velhas. Desisti há muito tempo. Algumas levaram grandes lavagens ao cérebro e eu não consigo relacionar-me nem comunicar com elas muito bem.»

Ainda assim, não fiquei convencida. Quando ouço falar em lavagem ao cérebro, especialmente em lavagem ao cérebro de adultos instruídos, por norma fico um pouco desconfiada. Além disso, como a maioria das pessoas, geralmente estou inclinada a gostar de pessoas que são amáveis comigo, e achava difícil ver todos os homens sauditas como opressores quando, na maioria dos casos, aqueles que observei tratavam as mulheres com imenso cuidado e bondade. Fora da Arábia Saudita, ao ouvir histórias como a da rapariga de Qatif, era fácil sentirmo-nos indignados. No entanto, uma vez lá dentro, era difícil sentirmo-nos indignados em nome de mulheres que afirmavam estar tão contentes e que, além disso, viviam vidas que pareciam mais confortáveis, em termos materiais, e mais estáveis do que as vidas da maioria das pessoas que eu conhecia nos Estados Unidos.

Durante a minha primeira estadia na Arábia Saudita, dois anos antes, eu adquirira o hábito de ver muito o programa *Oprah*. As mulheres sauditas que conhecera pareciam adorar a Oprah Winfrey com um fervor e uma unanimidade que eu nunca encontrara noutro sítio; o programa dela, que na altura era transmitido duas vezes por dia na Arábia Saudita, no MBC4, um canal de satélite sediado no Dubai, era avidamente visto e debatido por quase todas as mulheres sauditas com que eu me cruzava, desde as princesas que conheci num desfile de moda particular em Riade a uma jovem dona de casa, de classe baixa, em Dammam, que só conheci porque estivera a entrevistar o seu infeliz cunhado ex-jiadista depois de ele ser libertado da prisão da baía de Guantánamo. As garantias de Oprah às suas espectadoras – de que, por muito restritas ou até abusivas que as suas circunstâncias fossem, elas podiam assumir o controlo das suas vidas de pequenas maneiras, e criar vidas com valor – eram

muito atraentes para as sauditas. «A Oprah veste-se de forma conservadora», contou-me a princesa Reema bint Bandar al-Saud, na altura coproprietária de um *spa* feminino em Riade chamado Yibreen, e filha do príncipe Bandar bin Sultan, antigo embaixador saudita nos Estados Unidos. «Ela tem problemas com o peso dela. Venceu a depressão. Veio da pobreza e sofreu maus-tratos. Em todos estes aspetos, ela interessa a uma mulher saudita. As pessoas idolatram-na aqui.» Depois da décima vez, mais ou menos, que Oprah foi mencionada numa conversa (Oprah era americana e eu também era americana e, por isso, ouvia falar sobre esta heroína do meu país da mesma forma que uma pessoa inglesa no estrangeiro poderá, depois de se perceber a sua origem, dar por si a tentar responder a perguntas sinceras sobre David Beckham), também eu comecei a ver o programa, acompanhada de uma sopa de lentilhas e uma *Coca-Cola* do serviço de quartos, no meu quarto de hotel, todas as noites.

Eu gostava do *Oprah*, um programa que por algum motivo raramente tinha visto até então. Mas depressa fiquei bem mais interessada nos anúncios, claramente dirigidos às mulheres sauditas, que passavam antes e durante o programa. Havia um anúncio do queijo-creme *Philadelphia* que passava tantas vezes no horário do *Oprah* no MBC4, que eu ainda me lembro dele quase todo. *Philadelphia* é a palavra árabe coloquial para queijo-creme da mesma maneira que *Kleenex* é árabe coloquial para «lenços de papel», e o produto tornou-se uma parte essencial do pequeno-

-almoço saudita (um ex-instrutor da Al Qaeda que combateu com Osama bin Laden em Tora Bora contou-me uma vez uma história carinhosa sobre a devoção de bin Laden ao produto: bin Laden gostava de manter o seu *bunker* pessoal bem abastecido de *Philadelphia*, e o seu guarda ficou muito preocupado com ele, numa ocasião em que as suas últimas caixas de *Philadelphia* foram comidas por uns combatentes que pensaram que elas pertenciam aos mantimentos comuns). Este anúncio de queijo-creme *Philadelphia* em particular retratava um encontro de mulheres sauditas em pleno decurso: uma festa noturna na casa de uma jovem. No anúncio, um pequeno grupo de amigas, com uma luz suave a cintilar-lhes no cabelo preto brilhante, ri e conversa enquanto a anfitriã faz circular pratos de um *cheesecake* que fez. Há exclamações de prazer quando as mulheres levam as primeiras garfadas de *cheesecake* aos lábios. «*Hadha cheesecake qussa tani!*», guincha uma mulher. «Este *cheesecake* é outra história!» Mas, quando as jovens começam a comer o *cheesecake*, os seus telemóveis começam a tocar. Os maridos já chegaram para as vir buscar! As mulheres atendem as chamadas, discutindo em tom sedutor com os homens, para conseguir mais tempo: só mais uns minutos, elas ainda não estão prontas para deixar a festa. «*Khalas! Asher daka'ik*», diz uma mulher, desligando o telefone na cara do homem. «Basta! Mais dez minutos.» Depois, vemos algumas imagens dos homens com as suas túnicas brancas, a adormecer nos carros enquanto esperam, ressonando ruidosamente. Um momento mais tarde, ouvimos música de dança pulsante enquanto nos mostram uma vista exterior da casa. Ali, através de um estore, vemos claramente as silhuetas negras das mulheres, a dançar juntas.

Durante a minha segunda visita à Arábia Saudita, dois anos depois daquela em que eu começara a ver o programa *Oprah*, pensei muito nesta festa improvisada, à volta do *cheesecake*, e na vaga fantasia de empoderamento feminino que representava. O anúncio parecia vender às sauditas abastadas uma das suas ideias preferidas sobre si mesmas, a ideia de que, apesar de tudo indicar o contrário, eram *elas* que mandavam. E, ao falar com Wajeha al-Huwaider, ocorreu-me que, pelo menos até certo ponto, também eu fora seduzida pela visão da vida das mulheres sauditas que o anúncio apresentava.

Segundo os padrões ocidentais, as mulheres sauditas vivem vidas que são quase inimaginavelmente circunscritas. As mulheres adultas não podem trabalhar nem estudar sem a autorização expressa dos seus tutores masculinos. Uma mulher tem de obter permissão do seu tutor antes de fazer qualquer tipo de viagem doméstica ou internacional, embora, nos últimos anos, se tenha tornado possível o tutor de uma mulher assinar uma licença, que é depois afixada ao passaporte dela, dando-lhe permissão geral para viajar para o estrangeiro até esse passaporte expirar; em 2012, o Departamento de Passaportes do reino lançou um sistema de alerta automático que envia mensagens de texto aos tutores sempre que as mulheres a seu cargo deixem o país. O testemunho de uma mulher saudita em tribunal vale oficialmente metade do de um homem, e as mulheres com experiência no sistema jurídico do reino dizem que os juízes podem descontá-lo ainda mais. Os seus casamentos são quase sempre combinados e, embora os maridos se possam divorciar delas no tempo que demora a dizer «eu divorcio-me de ti» três vezes – ou a escrever a chamada «fórmula de divórcio triplo» numa mensagem de texto ou num *e-mail*, e depois carregar em «enviar» –, pode ser muito difícil às mulheres obterem divórcios, mesmo existindo provas de maus-tratos. No entanto, apesar de toda a discussão fora do reino sobre o ritmo da mudança no país, especialmente no que toca aos direitos das mulheres, o que mais impressiona quem visita o país pela primeira vez não é a ansiedade ou a discussão em relação à mudança, mas antes a sua ausência. E tirando aquelas que se autoidentificavam como ativistas, conheci relativamente poucas mulheres sauditas que me dissessem que desejavam conduzir, por exemplo, ou que exprimissem insatisfação com as leis de tutela do reino, que dão às sauditas a personalidade jurídica de menores de idade.

As ativistas dos direitos humanos como Wajeha ainda são figuras isoladas e bastante peculiares na sociedade saudita convencional. Embora nos últimos três anos, influenciada pela Primavera Árabe, a Arábia Saudita tenha assistido a manifestações dispersas – especialmente pelos direitos dos trabalhadores e a discriminação que os membros da minoria xiita do reino ainda enfrentam –, não passou por nada que se pareça sequer com os princípios das revoluções que abalaram outros países árabes desde dezembro de 2010. No entanto, existe uma perceção, mesmo entre homens e mulheres que não concordam com os seus objetivos, de que há mais ativistas hoje em dia. Fóruns como o Twitter e o Facebook derrubaram barreiras sociais, e mesmo sauditas que deploram estas mudanças concordam que a discussão aberta de novas liberdades, especialmente liberdades das mulheres, se está a tornar socialmente mais aceitável. E talvez a pouca esperança que há de verdadeira mudança para as mulheres sauditas possa ser encontrada aqui.

Qualquer discussão do movimento contemporâneo de direitos das mulheres na Arábia Saudita, por muito pequeno que ele seja, começa normalmente pelo dia 6 de novembro de 1990, a data em que quase quatro dúzias de mulheres sauditas organizaram um passeio de carro histórico por Riade. Depois da invasão iraquiana do Kuwait, três meses antes, os refugiados kuwaitianos tinham inundado o país. Foram seguidos, pouco depois, por tropas americanas, convidadas pelo rei Fahd para impedir as forças de Saddam Hussein de invadir também a Arábia Saudita. As kuwaitianas, que podiam conduzir no seu país, continuaram a conduzir como refugiadas no reino. As combatentes americanas, naturalmente, também conduziam. Inspiradas pela imagem de mulheres estrangeiras a conduzir dentro das suas fronteiras, um grupo de mulheres sauditas, sobretudo profissionais com formação, a conduzir com o apoio das famílias, desfilaram num comboio de 14 carros pela capital saudita durante cerca de meia hora.

As «condutoras», como o grupo de mulheres ainda é conhecido, foram detidas por muito pouco

tempo, até os seus parentes serem chamados para as virem buscar. Porém, officiosamente, as mulheres e as famílias foram castigadas durante anos. A maioria foi despedida dos seus empregos e proibida de viajar para fora do reino. Os seus nomes foram divulgados e elas e as suas famílias foram publicamente ridicularizadas nos púlpitos de mesquitas por todo o país. Quando, mais tarde, as mulheres puderam voltar a trabalhar, muitas viram-se impedidas de alcançar promoções e posições de responsabilidade.

Hessah al-Sheikh, uma das mulheres que participaram na manifestação de 1990, vem de uma família de sábios religiosos de renome, incluindo, há muitas gerações, Muhammad ibn Abd al-Wahhab, que fundou o movimento fundamentalista saudita conhecido agora como vaabismo. A mãe de al-Sheikh morreu quando ela tinha quatro anos, disse-me ela, e ela cresceu muito próxima do seu devoto pai, que adorava a filha brilhante e encorajou os seus estudos de todas as maneiras possíveis.

«Ele era muito duro com os meus irmãos, mas foi sempre muito bondoso comigo», disse-me al-Sheikh acerca do pai. Ele era, lembrou ela, de uma geração que atingiu a maioridade antes do infame ataque de Juhayman al-Otaibi à Grande Mesquita, em 1979, prenunciar uma nova vaga de conservadorismo saudita. Os homens da geração do pai de al-Sheikh, contou-me ela, «relacionavam-se com mulheres na mesquita, em casa, na rua». Embora as mulheres daquela geração não fossem exatamente iguais aos homens perante a lei, «tinham uma vida a sério». O pai tinha-a encorajado a ser franca e empenhada em questões sociais. Ficou radiante quando ela terminou a universidade com apenas 20 anos e assegurou-se de que o homem que se tornaria seu marido fosse alguém que, como ele, apoiasse inabalavelmente as ambições dela. Todavia, a participação de al-Sheikh na manifestação foi um episódio muito doloroso para o pai, explicou ela, como foi para o resto da família.

«As minhas amigas perguntaram-me se eu queria conduzir com elas e eu achei que conduzir não era contra a minha religião nem a minha cultura, por isso juntei-me a elas», disse al-Sheikh. «Mas a manifestação afetou mesmo a minha família. Afetou muito o meu pai. Ele disse-me: ‘Eu queria que conduzisses e tivesses esse direito, mas não queria que fosses a primeira.’»

Foi muito perturbante para al-Sheikh ver a ansiedade que a reação contra a sua participação na manifestação provocou ao pai. E embora tenha podido regressar ao trabalho dois anos mais tarde, demorou muito mais tempo a livrar-se da mancha de ter participado na manifestação. Agora, al-Sheikh é uma figura respeitada. Quando falei com ela pela primeira vez, era diretora da secção feminina da Universidade Al Yamamah em Riade. Nos corredores de ladrilhos brancos no exterior do seu gabinete na faculdade, as alunas da Al Yamamah, com as *abayas* abertas para revelar os fatos de treino de terciopelo de algodão da *Juicy Couture* cor de rebuçado, que são praticamente um uniforme para um certo tipo de jovem saudita endinheirada, recuam para a deixar passar a dirigem-se a ela em voz baixa. Mas durante muitos anos, disse-me al-Sheikh, o seu progresso profissional foi paralisado pela reputação que ela adquirira em 1990. «Toda a gente dizia: ‘Oh, ela é uma das condutoras.’ As pessoas tinham medo de mim.»

Norah al-Sowayan trabalhava como professora do primeiro ano em 1990 quando ela e três amigas começaram a encontrar-se para discutir a possibilidade de organizar um passeio de carro por Riade. Tiveram várias reuniões para discutir a ideia, disse-me ela, mas, começando a temer que o governo descobrisse o plano e o travasse de alguma forma, decidiram avançar. Encontraram-se ao fim da tarde no parque de estacionamento de um supermercado, trocaram de lugar com os motoristas e familiares que as tinham levado e partiram para um passeio por algumas das zonas comerciais mais

movimentadas de Riade, incluindo as ruas Olaya e Tahlia, onde os passeios de carro noturnos são uma tradição local. *Tahlia* é a palavra árabe para central de dessalinização, um ponto de referência importante em qualquer cidade saudita; existe uma rua Tahlia, igualmente famosa e popular, em Jeddah. A polícia religiosa acabou por as cercar e levar para o seu quartel-general. «Perguntaram-nos repetidamente se fazíamos parte de alguma organização. Achavam que tinha de haver alguém por trás de nós. Mas, na verdade, éramos apenas um grupo de amigas», contou-me al-Sowayan.

O marido dela – Humoud al-Rabiah, cujo inglês era ligeiramente mais forte – interrompeu-a para se assegurar de que eu tinha percebido. Al-Rabiah, engenheiro químico, estava sentado perto da mulher, no sofá, e os dois pareciam muito carinhosos e solidários um com o outro. Quando eu chegara a casa deles, fora al-Rabiah quem se assegurara de que a mulher e eu tínhamos chá, pratos de tâmaras cristalizadas na sua própria calda e lenços de papel (eu estava com uma grande constipação no dia da minha visita). Al-Rabiah estava claramente ansioso por que a mulher contasse a sua história, e a indignação dele com a forma como ela fora tratada ainda era evidente. Perguntei-lhe se soubera antes do passeio de carro por Riade e ele pareceu sobressaltado.

«Sim, claro que sabia!», exclamou. «Fui eu quem a ensinou a conduzir!»

Al-Sowayan e as amigas ficaram detidas durante cerca de oito horas no dia 6 de novembro, recordou ela, desde as sete da noite até às três da manhã, mais ou menos. Dois dias mais tarde, no entanto, os patrões das mulheres receberam todos telefonemas e as mulheres que tinham participado na manifestação foram despedidas dos seus empregos. De início, al-Sowayan conseguiu arranjar outro emprego como assistente social, mas a *hai'a* continuou a assediar e perseguir a família, aparentemente à espera de qualquer infração dos rigorosos códigos públicos de comportamento islâmico que vigoram na Arábia Saudita.

Uma noite, quando al-Rabiah estava fora numa viagem de trabalho, al-Sowayan decidiu ir a um jantar em casa de uns amigos (os ajuntamentos mistos são oficialmente proibidos na Arábia Saudita, mas algumas famílias, especialmente famílias instruídas, urbanas, organizam-nos discretamente). Havia vários casais presentes e al-Sowayan era a única mulher que tinha ido sem o marido. O jantar acabou por volta da uma da manhã e al-Sowayan entrou no carro onde o seu motorista a aguardava. Tinham acabado de arrancar quando al-Sowayan percebeu que estavam a ser seguidos. A *hai'a* cercou o carro e obrigou-a a ir ao quartel-general deles. O motivo da detenção de al-Sowayan foi a sua presença num ajuntamento misto, mas, disse ela, «na realidade foi porque eu era uma das condutoras».

No quartel-general da *hai'a*, às primeiras horas da manhã, o que começou como um interrogatório rapidamente se tornou ofensivo. Al-Sowayan viu-se encurralada, cercada por membros da força miliciana semioficial, que a atormentavam e insultavam. Na sua confortável sala de estar em Riade, sentada entre o marido e eu, al-Sowayan começou a chorar, silenciosamente, enquanto falava. Fez uma pausa para se recompor e o marido assumiu a narrativa. «Insultaram-na, usaram palavras muito feias», disse al-Rabiah. «Muito feias, muito sujas. Foram muito desagradáveis com ela, a praguejar tanto.»

A *hai'a* enfiou al-Sowayan no que parecia ser uma arrecadação. Depois de terminar o interrogatório, a polícia religiosa começou a tentar obrigar al-Sowayan a assinar um papel que declarava que estivera presente num ajuntamento misto. «Eu disse: ‘Mesmo que me matem, não assino’», recordou ela. «Foi aí que eles começaram a bater-me. Açoitaram-me com um pau. Atingiram-me na cara e na cabeça com os sapatos.» Enquanto contava a sua história, al-Sowayan

sucumbiu às lágrimas e tapou o rosto por instantes. O marido prosseguiu a narrativa, explicando que o espancamento se tornou tão severo que al-Sowayan sofreu lesões internas. Ficou detida por mais dois dias – e foi espancada de novo – antes de ser libertada.

Al-Sowayan foi demitida do seu novo emprego de assistente social e, desta vez, com a história da sua detenção pelo crime de *ikhtilat*, ou «mistura», somado à sua reputação como uma das «condutoras», não conseguiu arranjar outro emprego. Por fim, percebendo que nenhuma organização na Arábia Saudita estaria disposta a dar-lhe trabalho, decidiu voltar a estudar. Obteve um mestrado em Sociologia, e depois começou a estudar para o seu doutoramento. Anos mais tarde, al-Sowayan arranjou emprego como conselheira matrimonial e familiar, uma posição que mantém.

Temendo, aparentemente, que o tom suave e o choro de al-Sowayan me tivessem dado a ideia errada, al-Rabiah voltou a interromper. «Sabe, Katherine, o que lhe aconteceu tornou-a muito mais forte. Foi um desafio para toda a gente. Ela tirou o mestrado. Criou a família. Nós temos cinco filhos. Ela cuida da nossa família e trabalha. É muito forte.» Al-Rabiah orgulhava-se especialmente, disse ele, do exemplo que al-Sowayan dera às suas quatro filhas. A filha mais velha tinha-se tornado médica, a segunda era uma nutricionista clínica que se estava a candidatar a um doutoramento e as duas mais novas estavam a estudar Direito e Gestão de Empresas, respetivamente. Não tinham um filho, também?, perguntei. Al-Rabiah soltou uma risada abafada, divertido por, enquanto me descrevia as mulheres sauditas fortes da sua família, o rapaz ter sido inadvertidamente omitido. O filho estava a estudar no Canadá, disse ele.

Perguntei a al-Sowayan o que achava da vaga recente de campanhas pelo direito das mulheres sauditas a conduzir. Nos dois anos precedentes à Primavera Árabe, a Arábia Saudita, como outros países árabes, assistiu a um aumento do ativismo na Internet, à medida que os cidadãos, especialmente os jovens, começavam a usar blogues e *sites* como o Facebook e o Twitter para comunicar ideias e organizar-se sem a interferência das autoridades governamentais e religiosas. Muitas dessas campanhas não passavam de petições enviadas por *e-mail* ou novas páginas do Facebook a exigir algum género de mudança. Porém, embora a Arábia Saudita nunca passasse por nada como as revoluções vistas na Tunísia, na Líbia, no Egito e na Síria, no início de 2010 os ativistas sauditas já falavam acerca de um espírito de nova abertura, uma tolerância crescente por parte do governo para debater a mudança. Surpreendeu-me a percentagem de campanhas que se concentravam nas mulheres e, especialmente, na proibição de conduzir. As medidas repressivas sobre as «condutoras» de 1990 tinham sido eficazes, abafando novas exigências de direitos das mulheres durante uma geração. Agora, segundo várias ativistas, as batalhas entre os liberais (*liberaliyeen* – a palavra «liberal» é muitas vezes usada como insulto em árabe) e os conservadores sobre o futuro do reino eram cada vez mais travadas no campo dos direitos das mulheres.

Mas a resposta de al-Sowayan surpreendeu-me. Embora as últimas duas décadas da sua própria vida tivessem sido substancialmente moldadas pela sua participação na famosa manifestação de 1990, al-Sowayan disse que já não achava que a proibição de conduzir fosse o foco mais produtivo das energias das ativistas. A proibição de conduzir era, disse ela, uma coisa que distinguia muito visivelmente a Arábia Saudita do resto do mundo e, portanto, era natural que chamasse a atenção, mas, depois de anos a aconselhar raparigas e mulheres sauditas com problemas familiares, ela achava agora que as ativistas fariam melhor em concentrar-se em direitos civis básicos para as mulheres e igualdade com os homens perante a lei. Perguntei-lhe se se referia à tutela, o sistema em que as mulheres sauditas de qualquer idade precisam de pedir autorização a um tutor masculino para

trabalhar, estudar ou viajar, entre muitas outras coisas. Al-Sowayan disse que a tutela era uma parte do problema que ela estava a descrever. As mulheres sauditas não podem testemunhar nem representar-se a si próprias em tribunal, disse ela, e isto levava a todo o tipo de abusos. Entre o sistema de tutela e o facto de as vozes das mulheres não serem reconhecidas em tribunal, as instituições sauditas tinham pouco poder para ajudar as mulheres, mesmo quando elas eram vítimas de violência. Al-Sowayan explicou que, agora, acreditava que o direito a conduzir era quase irrelevante, enquanto fossem negados às mulheres sauditas direitos bem mais básicos, enquanto elas não fossem tratadas como cidadãs com direitos a proteger. O problema era tão grave, acrescentou, que muitas sauditas achavam que não queriam nem precisavam desses direitos.

«Elas têm baixa autoestima, mesmo que sejam muito instruídas», contou-me al-Sowayan. Disse que tinha visto mulheres instruídas, viajadas, sofisticadas e profissionais que toleravam maus-tratos sem se queixar. E a maioria das mulheres que conhecia achavam natural que devessem pedir autorização e conselho aos pais, maridos, irmãos ou filhos em decisões de menor ou maior importância. «Uma mulher pode ser instruída, e pode ser ela quem toma conta das crianças e de todas as finanças da família. Ainda assim, tem uma autoestima muito baixa e acredita que precisa de um tutor. Isto deve-se à forma como ela é criada na sociedade saudita.»

«Na nossa sociedade, os homens não veem a mulher como um ser humano», continuou al-Sowayan. «Mas eu não quero dizer que os homens aqui são maus. Os homens simplesmente pertencem a esta sociedade. É muito importante mostrar isto. Os homens crescem e as suas famílias são assim, as suas escolas ensinam-nos assim e a sociedade adulta é assim. Quando se casam, na verdade, têm muitos problemas, porque não estão de todo habituados a lidar com mulheres.»

Comecei a sentir-me frustrada com o facto de quase todas as defensoras dos direitos das mulheres sauditas com que falava parecerem ter uma ideia diferente da questão em que as ativistas deviam concentrar-se, e também por, muitas vezes, criticarem as áreas de interesse das outras ativistas. Até conhecera ativistas focadas na mesma questão, a proibição de conduzir, que criticavam as abordagens das outras (havia quem preferisse os argumentos baseados nos direitos e quem preferisse uma abordagem que considerava mais sensível à cultura saudita, argumentando que as mulheres sauditas deviam conduzir porque precisavam de ser protegidas do risco de violência sexual por parte de motoristas estrangeiros, por exemplo). As ativistas dos direitos das mulheres já eram tão escassas no terreno do país que a falta de uma verdadeira coordenação entre elas parecia um pouco trágica.

Mas a sociedade saudita é invulgarmente fragmentada, portanto talvez as barreiras estruturais à coordenação fossem maiores do que na maior parte do mundo desenvolvido. As cidades sauditas têm pouco espaço público, e mesmo as casas sauditas mais modestas estão separadas por muros dos seus vizinhos. Mesmo nos restaurantes sauditas, as mesas (tirando as das secções para homens solteiros) estão muitas vezes rodeadas de cortinas ou divisórias. Os Sauditas não têm liberdade de imprensa nem liberdade de reunião, e a maioria deles raramente socializa com alguém fora das suas próprias famílias. Em consequência de todas estas coisas, os Sauditas vivem muitas vezes isolados até dos seus vizinhos mais próximos e, normalmente, sabem menos do que as pessoas de outros países sobre as opiniões e os gostos dos seus compatriotas. O advento das redes sociais começou a mudar isto. Mesmo assim, os Sauditas, parecia-me, eram muitas vezes narradores estranhamente duvidosos de como era a vida saudita; muitos tinham pouca consciência do carácter da sua sociedade fora dos

confinos estreitos dos seus próprios círculos.

Considerado neste contexto, qualquer florescimento de ativismo, especialmente em nome dos direitos das mulheres, parecia um milagre. E, ao longo dos últimos anos, houve manifestações e campanhas de mulheres a pedir liberdades tão diversas como o direito a conduzir, o direito a viajar sem a permissão de um tutor masculino, o direito a escolher usar ou não véu, o direito a praticar desporto em escolas femininas geridas pelo governo (muitas escolas femininas particulares têm ginásios, aulas de educação física e equipas desportivas), o direito a aceitar um emprego sem a autorização de um tutor e o direito a abrir um negócio sem fiador, entre muitos outros. Uma campanha para travar a prática do casamento infantil obteve a atenção internacional.

Hatoon Ajwad al-Fassi, professora auxiliar de História das Mulheres na Universidade Rei Saud em Riade, disse-me que, embora nenhuma tivesse conseguido mudar quaisquer leis ou costumes sauditas, essas campanhas a deixavam «muito otimista».

«As campanhas são um novo meio de expressão num país onde a expressão é altamente regulamentada», disse-me a professora al-Fassi, enquanto tomávamos chá e comíamos um sortido de aperitivos com especiarias indianas na sua sala de estar em Riade. A lista de temas que os escritores sauditas poderiam abordar sem ser censurados aumentara muito rapidamente, disse ela, numa questão de meses. «Os *media* não são assim tão livres, ainda, mas estão muito melhores do que há alguns anos. Hoje em dia, podemos falar abertamente sobre os casamentos de menores, sobre a violação e o incesto, sobre queixas apresentadas contra a polícia religiosa.»

Quando cheguei à Arábia Saudita para escrever sobre o aumento das campanhas em nome dos direitos das mulheres, a nova abertura começara a suscitar reações, não só das autoridades religiosas, mas também das mulheres sauditas, algumas das quais começavam a enfrentar as ativistas com as suas próprias armas.

Rowdha Yousef, uma mulher alta, franca, de 39 anos, da cidade portuária de Jeddah, junto ao mar Vermelho, contou-me que seguira as novas campanhas por maiores liberdades pessoais para as mulheres sauditas com um sentimento de indignação crescente. A última gota foi ler um relato de que Wajeha al-Huwaider tinha ido à fronteira saudita com o Barém, exigindo atravessar usando apenas o seu passaporte, sem acompanhante nem autorização por escrito de um tutor. Al-Huwaider tinha sido travada, claro, e repreendida pelas autoridades, notou Yousef com satisfação. Porém, Yousef achava que o ato mostrava desrespeito pelos costumes sauditas – mesmo pelo próprio rei saudita – e decidira que tinha de se fazer alguma coisa. Reunindo 15 amigas e conhecidas, Yousef começou a sua própria campanha: «O meu tutor sabe o que é melhor para mim.» No espaço de dois meses, tinham recolhido mais de 5400 assinaturas numa petição ao rei saudita, a «rejeitar os pedidos ignorantes daqueles que incitam à liberdade» e a exigir «castigos para aqueles que pedem igualdade entre homens e mulheres, o convívio entre homens e mulheres em ambientes mistos e outros comportamentos inaceitáveis».

Yousef não era de todo o que eu esperava quando encontrei pela primeira vez uma descrição da sua campanha feita por uma jovem bloguista saudita e a tentei contactar através da sua página do Facebook. Era, afinal, uma mãe divorciada, com três filhos, que trabalhava como mediadora em casos de violência doméstica, uma mulher calorosa e confiante que não cobria o rosto em público e usava sandálias de salto-agulha cintilantes que lhe davam uma altura de mais de 1,80 metro. Enquanto bebíamos *lattes* do Starbucks num centro comercial de Jeddah, a sua conversa foi do racismo no reino (Yousef é de ascendência somali e autointitula-se uma saudita negra) à sua

admiração por Hillary Rodham Clinton e às ofensas que diz ter sofrido às mãos de liberais sauditas. A maioria dos sauditas, insistiu ela, partilha os seus valores conservadores. As reformistas sauditas, disse-me, tinham sido influenciadas por ocidentais que não compreendem verdadeiramente as necessidades das mulheres sauditas.

«Estes grupos de direitos humanos chegam e só ouvem um lado, o daqueles que exigem liberdade para as mulheres», disse Yousef. Ativistas como al-Huwaider, explicou-me, eram por vezes suscetíveis às influências ocidentais devido a problemas pessoais com os homens nas suas vidas. Lamentavelmente, alguns homens abusavam de facto do seu poder sobre as mulheres das suas famílias, disse Yousef, mas alguns casos dispersos de abuso não justificavam apelos para mudar o sistema inteiro. «Se ela anda a sofrer devido ao seu tutor, pode ir a um tribunal da xaria e este pode remover a responsabilidade desse homem por ela e transferi-la para alguém que seja mais fiável», disse-me Yousef de al-Huwaider.

Embora conservadores como Yousef atribuam muitas vezes a recente volubilidade dos ativistas à interferência ocidental, os liberais dizem que a própria sociedade saudita está a mudar e que algumas novas liberdades para as mulheres sauditas eram até cautelosamente apoiadas pelo falecido rei Abdullah. Embora as opiniões do rei nunca fossem explicitamente descritas em público, ele apareceu em fotografias de jornal ao lado de mulheres sauditas com o rosto descoberto, uma situação que teria sido inimaginável ainda uns anos antes. Em 2009, o rei Abdullah nomeou uma mulher para o cargo de ministra-adjunta e celebrou a inauguração de uma universidade mista de estudos pós-graduados especializada em investigação, a Universidade de Ciência e Tecnologia Rei Abdullah. Um clérigo superior que criticou a mistura de géneros na KAUST, como a nova universidade é conhecida, foi despedido.

Os liberais sauditas reconhecem que a mera sugestão de quebrar o tabu da mistura de géneros tinha sido traumática para muitos sauditas. «As pessoas tinham vivido todas as suas vidas a fazer uma coisa e a acreditar numa coisa, e de repente o rei e os clérigos mais importantes diziam que nos podíamos misturar», disse-me a professora al-Fassi. «Não imagina o impacto que a proibição de nos misturarmos tem nas nossas vidas e o que levantar esta proibição significaria.»

Noura Abdulrahman, uma funcionária do Ministério da Educação que fundou recentemente um curso extracurricular de Estudos Islâmicos dirigido a raparigas adolescentes em Riade, contou-me que tenta ser generosa na sua avaliação dos *liberaliyeen*.

«Os motivos dos liberais podem ser bons – podem querer tornar a Arábia Saudita competitiva com as sociedades ocidentais –, mas eles não compreendem a singularidade da sociedade saudita», disse-me Abdulrahman. «Na cultura saudita, as mulheres têm a sua integridade e uma vida especial que é separada dos homens. Enquanto mulher saudita, eu exijo ter um tutor. O meu trabalho exige que vá a diferentes regiões da Arábia Saudita e, durante as minhas viagens de negócios, levo sempre o meu marido ou o meu irmão. Eles não pedem nada em troca – só querem estar comigo.»

Enquanto Abdulrahman e eu estávamos a discutir o sistema de tutela, a vizinha dela, Umm Muhammad, apareceu para uma chávena de chá matinal. Umm Muhammad acrescentou orgulhosamente que, embora o seu próprio tutor, o marido, estivesse fora, eles estavam em contacto constante pelo telefone – na verdade, ela acabara de lhe ligar para obter autorização para ir a casa de Abdulrahman tomar um chá e conversar. Tal como Abdulrahman, ela disse que a maioria das mulheres sauditas que conhecia tinha tutores atenciosos e que onde os liberais viam controlo, a infantilização das mulheres e a possibilidade de abuso no sistema de tutela, ela via sobretudo

cuidado e proteção.

«A imagem no Ocidente é que nós somos dominadas pelos homens, mas esquecem-se sempre da questão do amor», disse Umm Muhammad. «Pessoas que não conhecem a xaria têm muitas vezes a ideia errada. Se queres estabilidade e segurança na tua vida, se queres um marido que tome conta de ti, não vais encontrar isso em mais lado nenhum a não ser no islão.»



Mulheres egípcias viajam para o trabalho e para a escola.

AS RAPARIGAS QUE FORAM DETIDAS NÃO ERAM COMO A SUA FILHA OU A MINHA

SETEMBRO DE 2011 – CAIRO

No final dos anos 90, quando era uma adolescente estudiosa em Sohag, uma cidade pequena no Alto Egito a cerca de meio caminho entre o Cairo e Assuão, Samira Ibrahim Mohamed desenvolveu uma paixão por história, especialmente história antiga egípcia. Tornar-se egiptóloga parecia fora de questão para uma rapariga de uma família pobre, mas Samira lia tudo o que conseguia encontrar sobre os tempos faraónicos do Egito, e o «sonho da sua vida», disse-me ela, era um dia visitar a coleção de múmias reais e outras antiguidades no famoso Museu Egípcio do Cairo.

Mas, da primeira vez que Samira pôs os pés no recinto do histórico edifício de pedra rosa, mais de uma década depois, aquele tinha sido transformado num centro de tortura improvisado. Foi a meio da tarde do dia 9 de março de 2011, menos de quatro semanas depois de o governo do presidente egípcio Hosni Mubarak ter sido derrubado pelas históricas manifestações de rua na vizinha Praça Tahrir. O Museu Egípcio em si estava por aquela altura fechado e sob proteção militar, para prevenir o saque, mas o recinto, semelhante a um parque, estava a ser usado pelo exército egípcio como ponto de recolha de prisioneiros. Samira, que se manifestara na rua Qasr al-Ayni, perto da Praça Tahrir, com um par de amigos, estava entre os detidos.

«Eu sempre quis ir ao museu e, assim que entro, é para ser torturada», contou-me Samira, recordando o momento em que foi arrastada pelos portões do museu. Lá dentro, viu cerca de 500 prisioneiros, a maioria acorrentada em grupos. «Não sei como sabiam o meu nome. Mas, quando me levaram lá para dentro, o oficial disse: ‘Bem-vinda, Samira. Estava à tua espera. Vem dizer-me olá.’ Depois, agrediu-me com eletricidade.»

Samira foi acorrentada pelas mãos à vedação em redor do museu e, com um *taser*, deram-lhe choques elétricos que, disse ela, fizeram o seu corpo contorcer-se espasmodicamente durante dias. A certa altura, implorou água, mas, em vez disso, os soldados que a guardavam despejaram um jerricã de água por cima dela e deram-lhe outro choque elétrico. Atormentaram-na, chamando-lhe prostituta e perguntando se trabalhava à hora ou ao dia. Mas o pior aconteceu no dia seguinte, disse Samira, quando foi transferida para um centro de detenção militar e sujeita a um teste de virgindade forçado tão humilhante que ela lhe chamou uma forma de tortura e me disse: «Quis morrer 600 vezes.»

Quando conheci a Samira, cerca de seis meses depois do seu tormento, ela tinha o aspeto pálido, ligeiramente atordoado, de alguém que dormira muito menos do que devia, e com a roupa vestida. Foi ao início de uma manhã de domingo em fins de setembro, no Cairo, e a rua do escritório do advogado da Samira, onde ela combinara encontrar-se comigo e com uma tradutora egípcia, Mandi Fahmy, ainda estava silenciosa e relativamente fresca, o ar ainda não estava cheio com o pó do trânsito do dia. Samira viajara para norte, até ao Cairo, cerca de oito horas de estrada a partir da sua casa em Sohag, num autocarro noturno. Começámos os três a falar, com algum constrangimento, à porta do escritório do advogado da Samira, embora ela parasse de falar sempre que alguém passava por nós no passeio. Nunca falara com um jornalista estrangeiro, explicou-me, rindo do seu próprio nervosismo. Acabara de decidir, depois de muita deliberação com os seus advogados, começar a falar publicamente sobre o seu tormento, e começar a usar o seu nome completo; até ao dia anterior ao nosso encontro, eu conhecera-a apenas como «a rapariga de Sohag», como era conhecida na altura nos *media* egípcios. Passados cerca de 15 minutos, o advogado da Samira chegou para nos abrir a porta e continuámos a entrevista no escritório do advogado, no terceiro andar.

Lá em cima, a Samira pareceu descontraír um pouco. Estava a fechar os olhos de exaustão, e bebeu algum sumo de uva enquanto o advogado dela fervia água para misturar com *Nescafé*. Parecia mais jovem do que eu esperara, com um rosto amável emoldurado por um lenço azul-claro. Numa voz suave, continuou a sua história. Disse ter sido arrastada para um autocarro amarelo do exército e levada do recinto do museu para o infame centro de detenção de Hike-Step, a leste do Cairo, que é governado pelos serviços secretos egípcios. Ouviu um jovem soldado perguntar ao seu superior se não podiam simplesmente libertar as mulheres que tinham sido detidas, e depois a recusa risonha do oficial superior: «Acabo de ir buscar estas raparigas a um bordel!»

Samira passou vários minutos a descrever, num tom de espanto, as cancelas automáticas à entrada do centro de detenção. «Havia barras a bloquear a estrada, umas coisas de metal. Quando o autocarro chegou, subiram sozinhas! Não havia ninguém para as levantar.» Samira confirmou com Mandi para ter a certeza de que esta informação me tinha sido transmitida; parecia ser importante para ela que eu percebesse. Para a Samira e os outros detidos que observavam do autocarro, as cancelas automáticas pareciam uma coisa saída dos filmes. Tais coisas eram desconhecidas no Egito onde tinham sido criados, onde guardas sonolentos se apressavam para abrir cancelas à mão. Para os presos, as cancelas eram mais um sinal do poder do Estado, e a Samira abanou a cabeça, recordando o seu terror perante aquela visão.

No centro de detenção, Samira e as outras detidas foram recebidas por guardas do sexo feminino, vestidas de preto, que bateram nas mulheres com os sapatos e lhes cuspiram. As mulheres foram despidas e revistadas, deram-lhes pequenas porções de pão e feijão para comer, e finalmente, depois de 24 horas de detenção, foram autorizadas a usar um quarto de banho. Depois de comerem alguma coisa, e de irem à vez ao quarto de banho imundo, Samira disse que se sentia tão dominada pela exaustão que mal conseguia manter os olhos abertos. Percebeu que as outras mulheres que estavam com ela sentiam o mesmo. Samira mal dormira nas últimas 48 horas, mas a sensação de cansaço surgiu tão subitamente, disse, que ela e muitas das outras detidas se interrogaram em voz alta se o feijão que lhes fora dado não teria drogas. Mas, antes de conseguirem adormecer, um oficial entrou e pediu às guardas para dividirem as prisioneiras em dois grupos, as mulheres casadas e as raparigas solteiras.

«Só que ele não disse ‘as raparigas’», explicou Mandi, cuidadosamente, usando a palavra árabe

educada para mulheres que nunca tiveram relações sexuais. «Ele usou uma palavra obscena. Disse ‘as raparigas que não tinham sido fodidas’. Era uma palavra muito obscena. O oficial quis humilhá-las.»

Uma a uma, o oficial começou a levar mulheres do grupo das solteiras da sala onde estavam detidas. Samira foi a quarta a ser levada. Foi conduzida a uma sala aberta, com uma marquesa no centro, e uma guarda especialmente entroncada à cabeceira da marquesa. Também estavam sete ou oito soldados na sala, disse Samira, um dos quais tinha o telemóvel erguido, filmando-a enquanto a traziam para dentro da sala. O teste de virgindade a mulheres sob custódia policial, muitas vezes com o pretexto de determinar se são ou não prostitutas – o que significa que qualquer mulher solteira que, segundo o exame, não seja virgem corre o risco de ser acusada de prostituição –, não é invulgar no mundo árabe. Era mais raro no Egito de Mubarak do que noutros países, disseram-me vários defensores dos direitos humanos, mas, ao ver a marquesa, Samira disse-me que adivinhou por que fora levada para ali alguns momentos antes de lho dizerem.

«A mulher disse-me: ‘Deita-te e levanta os pés.’ Naquele segundo, senti que preferia morrer, simplesmente ter um ataque cardíaco e morrer. A mulher prendeu-me na mesa pelos ombros. Disse-me: ‘Este tipo aqui vai verificar se és rapariga ou se já foste fodida.’ Eu pedi-lhe: ‘Por favor, pode arranjar-me uma mulher, uma médica? Estou a cooperar. Não vou a lado nenhum.’ Só por isso, deram-me outro choque elétrico.»

O homem que fora indicado a Samira como «médico» começou o exame. «Se fosse um médico a sério, saberia de imediato que eu era virgem», disse-me Samira. Em vez disso, o homem «fez as coisas com calma», tateando-a durante vários minutos, enquanto a guarda a segurava na marquesa. O «médico» parecia estar a fazer do exame um espetáculo lento para divertimento dos soldados presentes, que escarneciam e filmavam o procedimento com os telemóveis. Finalmente, o homem declarou em voz alta que Samira era virgem e disse que lhe seria pedido que assinasse um papel a confirmar esta conclusão, e a guarda voltou a pô-la de pé bruscamente.

Cheguei ao Egito em meados de setembro de 2011, nove meses depois de a vaga de revoltas populares conhecida como Primavera Árabe começar na Tunísia, e mais de sete meses depois de 18 dias de manifestações centradas na Praça Tahrir, no Cairo, lograrem depor Hosni Mubarak, o governante autoritário do Egito durante quase 30 anos. O Cairo é a maior cidade no mundo árabe e, embora eu a tivesse visitado uma série de vezes, sempre ficara estranhamente comovida com a forma como o seu tamanho imenso e os seus milhares e milhares de pequenos negócios – cada lojinha um ecossistema humano independente com os seus próprios padrões e fanfarrões e rivalidades e os seus empregados com as suas ambições concorrentes – nos davam uma súbita sensação da vastidão do mundo e dos seus trabalhos. Embora a sociedade árabe dê tradicionalmente muito valor à privacidade e, noutras partes da região, eu por vezes me sentisse frustrada com a forma como grande parte da vida quotidiana decorria longe da vista, atrás de muros altos e grossos, sem janelas, no Cairo a mera densidade populacional empurrava as pessoas para as ruas. À noite, ao longo das margens do Nilo, casais conversavam e namoravam, criando, pela intensidade da sua concentração um no outro, uma espécie de privacidade, embora muitas vezes estivessem a meros centímetros dos casais que os flanqueavam. Gostava especialmente dos velhos sentados em cadeiras de plástico que se viam espalhados pelos passeios em todos os bairros exceto os mais caros, escapando a

apartamentos familiares acanhados e não fazendo nada senão ficar sentados a ver a vida de rua do Cairo; parecia uma forma invejável de passar um dia.

Depois de viver na Síria, sempre achara o autoritarismo ao estilo egípcio um pouco difícil de levar a sério. Na minha primeira visita ao Egito, em 2005, tinha ido com uma amiga egípcia a uma reunião do Kefaya, o movimento político popular que se formara para protestar contra a presidência de Mubarak. Enquanto várias centenas de pessoas se apinhavam num salão no prédio do Sindicato dos Jornalistas na baixa do Cairo, a minha amiga descreveu a vigilância e o assédio de que os membros dos grupos de oposição a Mubarak, tais como o Kefaya e a Irmandade Muçulmana – que no Egito, por aquela altura, só era tecnicamente ilegal –, eram alvo. Eu franzia o sobrolho e acenava com a cabeça enquanto a minha amiga falava, mas, depois de quase um ano na Síria, a reunião do Kefaya parecia uma espantosa e quase imprudente demonstração de confiança e arrojo. Na Síria, em contraste, a filiação na Irmandade Muçulmana ainda era um crime capital, e era francamente impossível imaginar centenas de damascenos a reunirem-se por qualquer motivo que não um encontro organizado pelo governo ou pelo partido Baath. A demasia do Egito – tantos milhões de egípcios, tão irrepreensivelmente cheios de ideias e humor e conversa – e mesmo a sua desorganização sempre me tinham parecido condizer com a relativa liberdade do país.

Naquele mês de setembro, eu estava a viajar com a minha filha, Alice, que acabara de celebrar o seu primeiro aniversário. Os Egípcios têm fama de ser efusivos, mas eu nunca vira nada como o calor dirigido ao bebé. Se, com a Alice no marsúpio, eu parava na rua em Zamalek, um bairro arborizado na ilha de Gezira, no Nilo, cheio de embaixadas estrangeiras e muito apreciado por imigrantes ocidentais, onde a minha amiga Wendy nos emprestara amavelmente o seu apartamento, desconhecidos paravam para lhe acariciar o fino cabelo castanho-claro ou para apertar a mão rechonchuda dela. Ao jantar, no restaurante Abou El Sid no bairro da Wendy, na nossa segunda noite no Cairo, as famílias de duas mesas vizinhas pegaram no bebé e passaram-no entre si – a Alice ainda não andava bem, e eles, rindo, encorajaram-na a tentar alguns passos, agarrando-se às beiras das mesas deles, e ofereceram-lhe os seus relógios e telemóveis caros para brincar –, para eu poder comer.

A energia normal do Cairo pareceu intensificar-se naquele mês de setembro, também. Perguntei-me, de início, se estava a imaginar isto, mas toda a gente que encontrava parecia querer falar sobre o assunto. A revolta mudara-os, diziam. Muitos egípcios temiam que o Conselho Supremo das Forças Armadas, que então governava o Egito até se poderem realizar eleições, se recusasse a entregar o poder a um governo democraticamente eleito, e ainda havia manifestações quase diárias na Praça Tahrir. Mas os Egípcios nunca temeriam o seu governo da forma como em tempos haviam temido, disseram-me dezenas deles, e já não estavam dispostos a ficar calados acerca da sua humilhação pelas autoridades.

Entre os adolescentes e os jovens na casa dos 20, toda a gente parecia ter uma história de Tahrir, uma história sobre o momento em que também eles foram finalmente arrebatados pela revolução. Havia ativistas, claro, que tinham estado na Praça Tahrir desde os primeiros dias da revolta, mas quem me impressionou mais foram os jovens comuns – aqueles que diziam que nunca tinham sido «políticos» – e o seu sentimento de que tinham reivindicado o seu momento na história do país. Como na Tunísia, as mulheres e as raparigas tinham feito parte da revolução desde o início. (Durante os primeiros meses da revolta na Síria, em contraste, a participação feminina nas manifestações era mais rara. Houve manifestações femininas dispersas, sobretudo esposas e mães e filhas a protestar

contra a detenção de homens da sua família, e alguns relatos de «manifestações dentro de portas» organizadas por mulheres em mesquitas e casas particulares. Mas a resposta do governo de Bashar al-Assad à revolta na Síria, mesmo nos tempos em que ainda era designada como revolta e não guerra civil, foi tão imediatamente violenta que a participação das mulheres, pelo menos publicamente, era menos frequente.) A participação das mulheres egípcias era, por si só, um desafio à ideia tradicional de que as mulheres não são bem uma parte da sociedade, mas sim apoios a uma sociedade composta por homens. Várias jovens com quem falei disseram que viram o mar de manifestantes surgir por baixo das suas janelas, ouviram o rugido das multidões, discutiram com as famílias e então finalmente desceram a correr para se juntarem aos manifestantes. Houve relatos no Twitter de adolescentes que convenceram as mães a juntarem-se a elas nas manifestações.

Muitas das jovens egípcias com quem falei ainda pareciam admiradas com a sua própria ousadia, e com o facto de, durante os 18 dias de manifestações que levaram à queda de Mubarak, ter havido muito pouco assédio sexual às manifestantes. Hadir Ahmedali, de 20 anos, descreveu as suas experiências nas manifestações da Praça Tahrir, apesar das objeções da família, como a sua primeira sensação do que a igualdade de género poderia ser. «Durante 18 dias, ninguém olhou para nós de maneira errada», contou-me Hadir. Na verdade, Hadir assistira às manifestações da sua janela, em frustração, durante os primeiros dias, até que no dia 28 de janeiro não conseguiu aguentar mais. «Disse aos meus pais que ia sair, senão saltava da janela!» Ambas rimos de surpresa perante a súbita ferocidade de Hadir. Filha de um engenheiro, Hadir tivera uma educação de classe média profundamente protegida e fora educada a acreditar que as raparigas que se misturavam livremente com homens e não tapavam o cabelo eram inevitavelmente assediadas e desrespeitadas. Mas os homens da manifestação tinham-na tratado de igual para igual, sentia, e o choque daquilo – de experimentar um sentimento de igualdade que lhe tinham ensinado não ser possível – mudara profundamente a ideia que tinha do seu lugar na sociedade egípcia. Quando, certa manhã, Hadir saía do seu bairro para as manifestações «houve um rapaz que me disse ‘Não saias à rua, porque nós não queremos que as nossas mulheres sejam humilhadas’, e eu simplesmente olhei para ele e respondi: ‘Tal como tu, sou uma cidadã’». Embora a sua família seja salafita – seguidora de uma corrente fundamentalista do islão – e a mãe dela use o *niqab*, as experiências de Hadir na revolta inspiraram-na a tirar o seu próprio lenço, em março daquele ano.

«Eu era salafita e costumava usar o véu, mas comecei a ler sobre direitos humanos», disse-me a Hadir. A reação da família dela fora dolorosa, admitia. De início, o irmão tinha «aterrorizado» a mãe dela, dizendo-lhe, sempre que Hadir saía do apartamento da família para ir para as manifestações: «Aposto contigo que ela nunca mais volta.» Os pais tinham começado a restringir-lhe os movimentos e as comunicações mais severamente do que nunca. «Não posso telefonar aos meus amigos. Tiraram-me o portátil e o telemóvel, e só me deixam sair de casa para ir trabalhar. Achem que vou deixar o islão.» Hadir andava a tentar convencê-los de que tal não era o caso, e de que os direitos das mulheres não eram incompatíveis com a sua fé muçulmana. «Percebi que acredito na igualdade completa com os homens», disse-me ela, enquanto tomávamos café nos escritórios atulhados da Aliança pelas Mulheres Árabes, onde ela começara recentemente a fazer voluntariado, depois de terminar uma licenciatura em Comércio. «Antes, pensava que podia casar-me e ficar em casa e agora penso que pertenço a esta sociedade e que quero contribuir para ela. Algumas amigas minhas decidiram, depois da revolução, que queriam sair de casa, ser independentes das famílias. A revolução deu-nos energia e poder.»

A revolta do Egito, como Hadir a descrevia, tinha de um só golpe dado às raparigas egípcias uma sensação de empoderamento, não só como mulheres mas também como cidadãs. Mas para uma jovem chamada Mouna Hafez, também com 20 anos, aquela experiência de poder foi demasiado breve, embora a sua própria história de manifestação começasse no dia 28 de janeiro, como a de Hadir, e ela a contasse com a mesma emoção. Mouna era vendedora numa pequena loja que vendia sapatos e malas atrás do Hotel Ramses Hilton, perto da Ponte 6 de Outubro. Havia dias que os manifestantes passavam pela loja, contou-me Mouna, mas no dia 28 de janeiro ela viu a polícia atacar e bater nos manifestantes mesmo à sua porta. Depois de um grupo de manifestantes procurar abrigo dentro da loja, Mouna aventurou-se a sair. Não foi longe. A escassos metros da porta da loja, viu um jovem com sangue a sair-lhe dos ouvidos, e uma rapariga a ser espancada por um polícia. O polícia estava a dizer «uma coisa humilhante» à rapariga, explicou-me Mouna. Mouna não quis repetir o que polícia dissera, talvez não querendo reproduzir uma obscenidade em frente à mãe, que se juntara a nós para a conversa, enquanto bebíamos copos de sumo de manga enlatado num café sombrio do Cairo.

Enquanto o polícia continuava a bater na rapariga, segurando-a pelo cabelo, «a injustiça encheu-me de coragem», disse Mouna. Aproximou-se do polícia e perguntou-lhe porque não tinha piedade. Ele virou-se para ela e disse uma coisa «nojenta e humilhante», disse Mouna. Ela ficou horrorizada e, sem parar para pensar, deu um estalo no polícia. O que aconteceu a seguir foi tão rápido que Mouna teve de reconstituir a história mais tarde, com base nos relatos dos transeuntes que a ajudaram. De repente, estava com tantas dores que não sabia bem de onde tinham vindo, e desmaiou no chão. Quando voltou a si, percebeu que mal podia ver. Mais tarde, soube que fora rodeada por polícias e espancada com uma tábua, explicou em tom prosaico. Um prego na tábua tinha-lhe vazado o olho.

A mãe de Mouna, Karima, começou a chorar silenciosamente enquanto a filha descrevia o rescaldo do ataque, limpando os olhos com um lenço de papel e, finalmente, depois de o lenço ensopado começar a desfazer-se em pedaços, com a ponta do seu *hijab* negro. Mouna, do outro lado da mesa, com um *hijab* cinzento rendado, batom rosa e óculos de sol escuros, levantou os óculos para limpar um olho, também, mas a sua voz manteve-se firme e disse-me com bastante ênfase que não estava a chorar. O seu olho mau tinha sido injetado com óleo por um médico, para o impedir de se fechar, e o óleo escorria constantemente, como lágrimas gordurosas. Mouna começara a ter ataques em resultado da sua lesão na cabeça e teria de ir ao hospital fazer um exame ao cérebro logo a seguir à nossa conversa. Todavia, disse-me ela, tinha orgulho no seu tempo de manifestante. Embora só tivesse estado na rua durante alguns minutos, Mouna poderia sempre dizer às pessoas que fizera parte da revolta no Egito.

«Se eles fizerem outra revolução, serei a primeira a sair», disse-me Mouna. «Eu sigo as notícias na televisão. Já não posso ler, porque me dói o olho. Antes da revolução, não tinha interesse em seguir as notícias, porque era tudo mentira.» Mouna fora despedida do seu emprego, por deixar a loja durante a manifestação, mas esperava encontrar trabalho de novo, em breve. «Vou precisar de um certo tipo de trabalho – quando saio à rua tenho de virar completamente a cabeça para ver para onde vou –, mas quero ser independente. Não vou abdicar dos meus direitos. Esta foi a primeira vez que tive coragem. Antigamente, quando via polícias, tinha medo. Mas, agora, já ninguém tem medo.»

Como ferramenta de intimidação oficial, o teste de virgindade forçado é duplamente útil, explicou Shereen El Feki, a imunologista e autora, egípcio-canadiana, do livro de 2013 *Sex and the Citadel*:

Intimate Life in a Changing Arab World. Na cultura árabe tradicional, o conceito de honra masculina está diretamente ligado à virtude das mulheres da família, pelo que o teste de virgindade e outras formas de humilhação sexual que envolvem mulheres são uma forma de intimidar tanto os seus alvos femininos imediatos como os homens que lhes são próximos. «O sexo é uma fonte de vergonha, o que o torna uma poderosa ferramenta de subjugação – seja a humilhação dos homens detidos na prisão de Abu Ghraib ou a violência contra as mulheres que participam em revoltas por toda a região árabe, com o duplo efeito de desgraçar as mulheres e, por extensão, os homens das suas famílias», escreveu El Feki.

Esta forma de intimidação é especialmente eficaz quando se lida com mulheres de famílias mais rurais e conservadoras, segundo Ahmed Hossam, advogado de direitos humanos no Centro de Apoio Jurídico Hisham Mubarak. Samira Ibrahim Mohamed foi uma de 17 mulheres detidas no dia 9 de março de 2011, sete das quais foram submetidas a testes de virgindade, disse-me Hossam. Todas as mulheres eram de famílias pobres, explicou ele, acrescentando que acreditava que elas tinham sido selecionadas entre as manifestantes porque eram consideradas fáceis de intimidar. Mas, com a ajuda de advogados do Centro de Apoio Jurídico Hisham Mubarak, bem como do Centro Nadeem, uma ONG sediada no Cairo que apoia vítimas de tortura e violência política, Samira intentou uma ação contra o conselho militar que governava o Egito depois da queda de Mubarak, incluindo uma queixa-crime, pela tortura que sofreu e uma contestação à decisão do conselho de fazer os testes de virgindade. Foi a única das raparigas testadas a reivindicar os seus direitos legais. «O exército pensava que ia vergar a vontade delas», disse-me Hossam. «Eles pensam que uma rapariga egípcia pobre não vai anunciar ao mundo ‘fui obrigada a despir-me e eles fizeram-me um teste de virgindade’, porque vai ser muitíssimo humilhada.» Mas Samira tinha desafiado as expectativas, disse Hossam. «Ficou desiludida. Trata-se de uma rapariga que deixou a sua aldeia no Alto Egito para vir para aqui e participar na revolução, e estava convencida do seu sonho.»

Samira vinha de uma família com antecedentes de ativismo político. O pai fora membro do Gamaat Islamiya, um grupo islamista banido que começou nos recintos universitários egípcios nos anos 70 e chocou com o governo de Mubarak durante grande parte dos anos 90. Quando Samira ainda era criança, viu cadáveres de membros do grupo mortos pelas forças de segurança do Egito que tinham sido deixados num pomar ao lado de casa dela, e um dos seus tios maternos, também ele membro do Gamaat Islamiya, esteve detido por mais de uma década. Na verdade, a própria Samira já fora detida uma vez antes da tarde do dia 9 de março de 2011. Ainda no tempo de estudante de liceu, com 15 anos, respondeu a uma pergunta de exame sobre a história palestina com uma descrição da «inutilidade dos exércitos árabes», e a sua corrupção e disfunção. «Eu simplesmente escrevi tudo», disse-me a Samira, rindo. Logo no dia seguinte, as forças de segurança egípcias recolheram-na da rua quando ela ia a pé para a escola, para fazer outro exame. Segundo Samira, a sua experiência no gabinete de segurança local foi mais cómica do que assustadora. Os agentes tentaram determinar se Samira tinha escrito a sua resposta de exame inflamatória seguindo ordens do pai ou do tio, mas de maneira geral pareceram envergonhados por terem sido incumbidos de deter uma rapariga tão nova. A certa altura, puseram Samira numa sala escura e disseram-lhe, meio a brincar, que iam arranjar um rato para pôr na sala com ela.

«Foi tudo um bocado parvo, tentarem assustar-me como se assustaria uma criança», disse Samira. «Naquela altura, já via filmes de terror estrangeiros há anos. Por isso, aquela conversa de me porem numa sala com um rato e depois apagarem as luzes não me assustou nada. O que é que um ratinho me

podia fazer?»

A história familiar da Samira distinguia-a um pouco das outras manifestantes que foram submetidas a testes de virgindade, disse-me Ahmed Hossam, o advogado. «Mesmo durante a investigação, quando estávamos a falar pela primeira vez com ela sobre o episódio, percebi logo que a Samira tinha a força de vontade para fazer valer os seus direitos», disse ele. Samira também tinha motivos para acreditar, devido ao passado da sua família e talvez mais do que qualquer das outras jovens que foram detidas com ela, que a família acabaria por apoiá-la, se ela contestasse a prática de testes de virgindade em tribunal. Na altura em que conheci a Samira, ela ainda não contara ao pai nenhum detalhe sobre o que lhe acontecera em Hike-Step – sabia que seria muito perturbador para ele e portanto andara a adiar, explicou-me –, mas o pai apoiara-a inabalavelmente desde que era criança e, embora ela temesse contar-lhe, estava confiante de que, desta vez, não seria diferente.

A Amnistia Internacional condenou os testes de virgindade a manifestantes, chamando-lhes uma forma de tortura. «Obrigar mulheres a fazer ‘testes de virgindade’ é completamente inaceitável. O objetivo desta prática é rebaixar as mulheres por serem mulheres», disse o grupo de direitos humanos numa declaração emitida no final de março de 2011. «As mulheres e as raparigas devem poder expressar as suas opiniões sobre o futuro do Egito e protestar contra o governo sem serem detidas, torturadas ou sujeitadas a tratamento aviltante e discriminatório.»

Em resposta às acusações da Amnistia, um general egípcio disse à CNN que o exército tinha feito os testes para se proteger de possíveis alegações de violação. «As raparigas que foram detidas não eram como a sua filha ou a minha», terá dito o general anónimo à CNN. «Não queríamos que elas dissessem que as tínhamos violado ou agredido sexualmente, por isso queríamos provar à partida que não eram virgens.»

Os testes de virgindade forçados não são invulgares em muitos países, segundo grupos de defesa dos direitos humanos, e a presunção de que uma não-virgem não pode fazer uma acusação de violação também não. A primeira vez que deparei com a ideia de testes de virgindade oficiais foi enquanto escrevia sobre crimes de honra na Síria, muitos anos antes, e ouvira falar neles muitas vezes por amigos e colegas sírios, jordanos e iraquianos desde então. Mas os ativistas dos direitos humanos egípcios e ocidentais disseram-me que os testes de virgindade sempre tinham sido raros no Egito, pelo menos por parte das autoridades.

Widney Brown, da Amnistia Internacional, chamou aos testes de virgindade parte de uma tentativa de silenciar as vozes políticas das mulheres egípcias. «Isto tem a ver com as mulheres enquanto propriedade e a sua desejabilidade e valor sexual», disse-me Brown, numa entrevista por telefone. «Tem a ver com a forma como demarcamos mulheres boas de mulheres más e raparigas boas de raparigas más. O aspeto altamente político é que eles queriam marcá-las como raparigas más para poderem desprezá-las. Queriam dizer ao povo egípcio: ‘São mulheres más, raparigas más, portanto as suas exigências são inválidas.’»

Embora jovens egípcias corajosas como Esraa Abdel Fattah e Asmaa Mahfouz tenham sido, inicialmente, dos rostos mais públicos da revolta egípcia da Primavera Árabe, conhecida em árabe como a Revolução de 25 de Janeiro, houve uma reação imediata contra a participação política feminina por parte da junta militar que então governava o Egito, bem como por parte de alguns dos grupos islamistas cujo poder tem estado em ascensão desde a queda de Mubarak. Em junho de 2011,

numa reunião com a Amnistia Internacional, o chefe dos serviços secretos do Egito, o major-general Abdel Fattah al-Sisi, prometeu acabar com os testes de virgindade forçados a reclusas. Mas jovens como a Samira tornaram-se símbolos não só de quanto o Egito evoluiu em termos de respeito pelo direito das mulheres a terem voz política e um papel na vida pública, mas também de quanto o país ainda tem de evoluir. Agora, dois anos depois dos tempos vertiginosos que provocaram a queda de Mubarak, o papel das mulheres egípcias na vida pública – bem como alguns dos seus direitos mais básicos – é tema de muita discussão, a um ponto que talvez não se verificasse há anos.

Nawal El Saadawi, preeminente feminista, médica e romancista egípcia, disse-me que acreditava que as ações repressivas direcionadas contra a participação política das mulheres foram uma tentativa inicial e deliberada de abortar a revolta popular. «Não são os homens revolucionários que estão contra as mulheres», disse-me Saadawi, quando a contactei por telefone no hotel de Baltimore onde ela estava a assistir a uma conferência. «Nós estávamos juntos na Praça Tahrir. Estávamos a viver juntos, homens e mulheres, debaixo da mesma tenda. Ninguém assediava as mulheres e todos concordavam que devemos ter um governo secular, um parlamento secular, que homens e mulheres devem ser iguais.» No entanto, a reação contra a participação política das mulheres foi imediata, disse ela. «Se as mulheres se revoltam, é o fim. E é fácil controlar as mulheres pela religião.»

Saadawi e outras feministas locais reorganizaram a União das Mulheres Egípcias, que foi fundada nos anos 20 pela feminista egípcia pioneira Huda Shaarawi e acabou por ser banida nos anos 80, quando Suzanne Mubarak, ex-primeira-dama do Egito, pôs os problemas das mulheres e das crianças sob seu controlo pessoal. Embora ficassem ressentidas com o controlo quase total da Sra. Mubarak sobre os termos do debate dos direitos das mulheres, as feministas egípcias admitem que ela conseguiu alguns direitos e liberdades para as mulheres e dizem que agora temem que parte do progresso que foi feito em décadas recentes esteja a ser apagado por tentativas de varrer o legado da era Mubarak. Omar Ahmed, membro, juntamente com Saadawi, do comité coordenador da União das Mulheres Egípcias, disse que, durante décadas, todas as leis relativas aos direitos das mulheres foram implementadas em nome de Suzanne Mubarak. «Houve as leis do divórcio Suzanne Mubarak, a lei para as crianças Suzanne Mubarak, as leis para tudo e mais alguma coisa Suzanne Mubarak», disse Ahmed. «Depois da revolução, as pessoas andam a tentar remover o nome da família Mubarak de tudo. Portanto, os movimentos islâmicos têm tentado impedir as leis das mulheres de estarem ativas, criar uma lei nova em que uma mulher não pode ter o direito de se divorciar, por exemplo, criar uma lei em que os filhos ilegítimos não têm o direito de andar na escola.» Os direitos das mulheres, no Egito, podem continuar durante anos a ser associados a Suzanne Mubarak e ao regime corrupto de que ela fazia parte, explicou-me Ahmed. «Agora, as pessoas andam a dizer que eles contrariam a xaria.»

Isobel Coleman, diretora do Programa Mulheres e Política Externa no Conselho de Relações Externas e autora de *Paradise Beneath Her Feet: How Women Are Transforming the Middle East*, disse-me que, mais do que quase qualquer outra consequência da Primavera Árabe no Egito, ela preocupava-se com «a conversa depreciativa, derogatória e agressiva sobre as ‘leis de Suzanne’». O que deixa as pessoas tão zangadas é que as mulheres conseguiam melhores acordos de divórcio e custódia através das leis de Suzanne, e nós vemos muita gente a querer descartar o bom juntamente com o mau. Querem-nos fazer crer que, como Suzanne Mubarak se apropriou do programa das mulheres, tudo o que tenha a ver com mulheres e os direitos das mulheres é mau, ou não é culturalmente legítimo, politicamente legítimo».

Ainda assim, para minha surpresa, durante a minha visita de setembro de 2011, muitas das jovens ativistas femininas mais preeminentes do Egito disseram-me que não estavam especialmente preocupadas com os direitos das mulheres. Várias disseram-me que não gostavam do rótulo feminista, preferindo concentrar energias em organizar o movimento operário do Egito, por exemplo. Ola Shahba, de 33 anos, socialista declarada e membro da Coligação de Juventude Revolucionária, fez uma pausa na organização de uma manifestação dos sindicatos nacionais de professores em frente ao edifício do governo para descrever as suas frustrações com o feminismo. «Acho que sou demasiado socialista para ser feminista», disse-me. Embora Shahba acredite no empoderamento das mulheres, achava que, no Egito atual, um foco explícito nos direitos das mulheres só serve para isolar mais as mulheres. O movimento operário egípcio, realçou, tem há muito tempo líderes poderosas. E de facto, na manhã seguinte, na manifestação do sindicato dos professores, Shahba andava por ali com uma blusa amarelo-viva, a distribuir folhetos revolucionários e a reunir homens décadas mais velhos do que ela em semicírculos, à sua volta, enquanto explicava, em linguagem convincente, a necessidade de os sindicatos dos professores dirigirem as suas exigências ao próprio conselho militar dirigente.

Asmaa Mahfouz, a ativista de 26 anos cujo vídeo viral no YouTube a chamar os Egípcios às ruas no dia 25 de janeiro de 2011 foi amplamente reconhecido como tendo ajudado a lançar a revolta no Egito, também me disse que preferia concentrar-se em mobilizar o movimento operário do Egito a discutir os direitos das mulheres. Alegre e confiante, com uma blusa rosa-clara e um *hijab* preto, Asmaa contou-me que por vezes pensava que o seu interesse em política tinha começado com o seu fascínio de infância por cinema de animação americano. Os seus filmes favoritos incluíam personagens com passados humildes a triunfar sobre a adversidade, a fazer frente a estruturas de poder cruéis ou corruptas. «Eu adorava *O Rei Leão*, o *À Procura de Nemo* e o *Formiga Z*», disse ela. «Estava sempre a perguntar-me porque é que não fazíamos aquilo no Egito.» («Devíamos chamar a isto a Revolução Pixar», gracejou Mandi, traduzindo. Fiquei comovida, e um pouco sobressaltada, com a ideia de Asmaa de as histórias de triunfo dos humildes e bons serem enredos caracteristicamente americanos. Não eram enredos universais?) A própria família conservadora de Asmaa – um irmão é polícia e outro é oficial do exército – ficou inicialmente consternada com o interesse dela por política. «Eles desligavam a Internet, por isso eu ia para a rua. Proibiram-me de ir para a rua, por isso eu usava o telefone. No Egito, as mulheres têm mais ânimo para perseverar. São mais masculinas do que os homens. As pessoas perguntam-me sempre: ‘Porque é que não trabalhas nos direitos das mulheres?’ Eu respondo: ‘Os homens é que deviam estar preocupados em proteger os seus direitos, porque nós estamos a sair-nos melhor do que eles agora.’»

Na verdade, essa ideia acabou por revelar-se uma miragem. Quase de um dia para o outro, dizem agora os ativistas egípcios, a atmosfera de respeito que tantas manifestantes disseram sentir na Praça Tahrir, durante os primeiros tempos da revolução de 2011, desapareceu. Desde então, o assédio sexual e as agressões sexuais a mulheres egípcias aumentaram, em grande parte porque as muito temidas forças de segurança de Mubarak já não são uma presença constante nas ruas. Vários legisladores islamistas culpam publicamente as mulheres pelo aumento, sugerindo que, em alguns casos, as mulheres provocaram os ataques ao participar em manifestações políticas. A percentagem de mulheres no Parlamento caiu desde a era de Mubarak e, em nome da legitimidade cultural, o Parlamento do Egito, dominado pela Irmandade Muçulmana desde as eleições parlamentares que decorreram ao longo de um período de seis semanas que terminou em janeiro de 2012, debateu

propostas para baixar a idade legal de casamento para as mulheres e para descriminalizar a circuncisão feminina. Uma amiga checa que trabalha no Banco Mundial, a monitorizar programas de saúde feminina no mundo árabe, diz-me que ouviu relatos credíveis de clínicas geridas pela Irmandade Muçulmana que oferecem dias de circuncisão feminina gratuita, para encorajar as famílias egípcias a circuncidar as suas filhas.

Nos meses posteriores à minha partida do Egito, em outubro de 2011, o processo da Samira contra o Conselho Supremo das Forças Armadas por causa do seu teste de virgindade tornou-a nacionalmente famosa. Uma página do Facebook, «Somos todas Samira Ibrahim», atraiu milhares de membros, e o rosto de Samira começou a aparecer em *graffiti* em paredes por todo o Cairo. Em dezembro de 2011, um tribunal civil pôs fim à prática de testes de virgindade oficiais no Egito. Samira, triunfante, marchou pelo Cairo com os seus apoiantes, e fotografias dela a fazer o «V» de vitória foram divulgadas por todo o mundo. Em março de 2012, no entanto, Ahmed Adel el-Mogy, o médico que fez os testes a Samira e às outras reclusas, foi finalmente absolvido, e Samira foi fotografada em lágrimas. Mais tarde, *online*, ela publicou uma mensagem para os seus apoiantes, jurando continuar a lutar.

«Foi a honra do Egito que foi violada», escreveu Samira. «E eu vou lutar até ao fim pela conquista dos seus direitos.»



Uma vendedora saudita exhibe lingerie para venda.

EPÍLOGO

Poucas profissões são mais compensadoras para um cínico natural do que o jornalismo no Médio Oriente. Na maioria das vezes, as coisas acabam por ser bem menos promissoras do que pareciam à primeira vista. Mas por vezes, muito ocasionalmente, verifica-se o contrário. Por vezes, uma reforma aparentemente pequena acaba por ser mais transformadora do que até os seus proponentes mais devotos poderiam ter previsto. Na Arábia Saudita, de longe a maior e mais poderosa da meia dúzia de monarquias absolutas que restam no mundo, acho que há um ciclo especialmente marcado de expansão e contração no que toca a escrever sobre os direitos das mulheres. Nos últimos anos, os anúncios de que as mulheres sauditas poderão andar de bicicleta, por exemplo, ou fazer parte do Conselho da Shoura, foram recebidos com grande interesse pelos *media* internacionais mas geralmente depreciados pelos defensores dos direitos das mulheres sauditas e pelas organizações de direitos humanos ocidentais como pura fachada ou política de demagogia.

Na primavera de 2010, fui à Arábia Saudita para escrever sobre um súbito florescimento de campanhas de direitos das mulheres. Inspiradas e incentivadas pelas redes sociais, as mulheres sauditas tinham começado a inter-relacionar-se de novas maneiras, escrevendo e assinando petições na Internet, e fazendo campanha por maiores liberdades pessoais. A discussão dos direitos das mulheres ainda estava longe de ser pública, mas os defensores dos direitos das mulheres sauditas falavam mais abertamente do que nunca, exigindo liberdades novas, como o direito a conduzir e o direito a viajar sem pedir autorização a tutores masculinos. Pareceu-me natural e importante que as mulheres quisessem estas coisas, mas achei algumas das outras campanhas novas bem mais intrigantes. Uma das recentes ativistas que conheci naquela viagem foi uma jovem professora de Finanças na Dar al-Hekma, uma universidade feminina em Jeddah. Chamava-se Reem Asaad e a sua campanha exigia que as lojas de *lingerie* do reino comesçassem a substituir o seu pessoal inteiramente masculino por mulheres. Asaad não originou a ideia, mas popularizou-a, e a campanha dela pelo direito das mulheres sauditas a venderem *lingerie* pareceu-me, inicialmente, tão bizarra que pensei em cancelar a nossa primeira entrevista.

A ideia de que as mulheres da Arábia Saudita deveriam poder comprar a sua roupa interior a outras mulheres sauditas tornou-se pela primeira vez um assunto de debate nacional em 2005, depois de o falecido Ghazi al-Gosaibi, um tecnocrata saudita reconhecidamente reformista (Gosaibi também é conhecido no mundo árabe como romancista e poeta) que na altura exercia o cargo de ministro do

Trabalho, emitir uma diretiva que dava às lojas de *lingerie* do reino um ano para substituírem o seu pessoal inteiramente masculino por mulheres. Gosaibi esperava melhorar a percentagem de participação feminina no mercado de trabalho da Arábia Saudita, que continua a ser uma das mais baixas do mundo. Naquela altura, segundo o Banco Mundial, era 18 por cento. Então, tal como agora, a vasta maioria das mulheres sauditas ativas tinha empregos em escolas, onde os homens não podiam dar aulas a raparigas, ou em hospitais, porque as famílias conservadoras preferem que as mulheres, irmãs e filhas sejam tratadas por médicas e enfermeiras (embora seja raro agora, os jornais sauditas ainda relatam, ocasionalmente, casos de mulheres em áreas rurais que morrem de doenças tratáveis devido à falta de uma mulher especialista nas proximidades). Poucos outros campos lhes estão abertos, tradicionalmente. Gosaibi queria expandir as oportunidades de emprego das mulheres, e esperava que as lojas de *lingerie*, que podiam facilmente ser transformadas em ambientes de trabalho inteiramente femininos, fossem um sítio relativamente incontestado para começar. Depois de a ordem de Gosaibi ser anunciada em 2005, três lojas de *lingerie* em Jeddah, a cidade mais liberal da Arábia Saudita, contrataram de facto mulheres, mas foram rapidamente fechadas pela polícia religiosa. A ideia de haver mulheres sauditas a trabalhar em público, em lojas, em centros comerciais onde também havia homens a trabalhar e a fazer compras, chocou a opinião pública. Os conservadores argumentaram que, mesmo que as lojas se especialisassem em produtos femininos, a presença de mulheres encorajaria o *ikhtilat*, a mistura de sexos em público. A política de Gosaibi não foi implementada.

No final de 2008, Reem Asaad criou uma página do Facebook dedicada à recuperação da causa de Gosaibi em relação às lojas de *lingerie*. Depois de uma experiência especialmente embaraçosa a comprar cuecas – um empregado repreendeu-a em voz alta por as examinar ela própria, sem lhe pedir ajuda, e insistiu em pegar em diferentes tamanhos para ela ver –, Asaad decidiu organizar um boicote às lojas de *lingerie* do reino até elas começarem a contratar mulheres. Embora Asaad, mãe trabalhadora com três filhas jovens, se considere feminista – quando visitei o gabinete dela na Dar al-Hekma, em 2010, ela tinha as conclusões mais recentes do Relatório Global de Diferenças de Género do Fórum Económico Mundial sobre a Arábia Saudita afixadas num *placard* mesmo ao lado da porta, onde poderiam provocar conversas entre os seus alunos –, minimiza deliberadamente o destaque aos direitos das mulheres na sua campanha. Na Arábia Saudita, disse-me ela, «não usamos a palavra ‘direitos’». Em vez disso, Asaad apelava aos valores sociais sauditas tradicionais. Os conservadores sauditas tinham combatido a ordem de Gosaibi com base no argumento de que encorajaria o vergonhoso *ikhtilat*, a mistura de géneros em público, em centros comerciais, pelo que a campanha de Asaad também se concentrava no *ikhtilat*.

De início, fiquei incomodada com o tom da campanha de Asaad, achando o seu foco na vergonha um pouco dececionante. Ficava mais imediatamente impressionada com os defensores dos direitos das mulheres sauditas que pareciam combater a injustiça frontalmente, com os ativistas que falavam na linguagem familiar do feminismo ocidental, que exigiam uma mudança radical e sistémica. A campanha de Asaad pelo direito das mulheres locais a ocuparem empregos de vendas nuns poucos milhares de lojas de *lingerie* sauditas pareceu-me, em contraste, marginal e vã. Afinal, ao ver as coisas reflexivamente pelo prisma da cultura ocidental, eu quase não via a importância daquela ação.

Asaad percebera que, paradoxalmente, a ideia de vergonha, que é muito poderosa na cultura saudita, também podia ser usada para lutar por maiores liberdades para as mulheres. Nenhuma

senhora saudita decente, argumentava ela com destreza, mas não sem sinceridade, na sua página do Facebook e em panfletos distribuídos à mão, deveria ter de falar sobre a sua roupa interior com um homem. A ideia começou a ganhar ímpeto e, no espaço de meses, Asaad tinha milhares de apoiantes. «Outras mulheres disseram ‘estamos contigo, isto é vergonhoso’», contou-me Asaad. «Recebi o apoio de muitos homens. Diziam: ‘Não gostamos que as nossas mulheres falem dos seus pormenores íntimos com desconhecidos.’»

Em junho de 2011, o rei Abdullah emitiu um decreto a proibir os homens de trabalharem em lojas de *lingerie*, ordenando que os empregos fossem dados antes a mulheres sauditas. O decreto foi seguido de diretivas do Ministério do Trabalho ordenando que as lojas especializadas em cosméticos, *abayas*, vestidos de casamento e outros tipos de roupa de mulher, e as secções dos grandes armazéns que vendiam esses produtos iniciassem a transição para equipas de vendas inteiramente femininas. Para além de instituir pessoal inteiramente feminino em certos tipos de lojas, um passo que criou dezenas de milhares de novos empregos para as mulheres sauditas, o Ministério do Trabalho emitiu diretivas para outros negócios de venda a retalho que pudessem querer começar a contratar mulheres – regras para manter padrões morais em sítios com funcionários de ambos os sexos. Por conseguinte, em 2013, várias grandes cadeias de supermercados começaram a contratar mulheres para o lugar de caixa pela primeira vez.

Tendo começado no pico da Primavera Árabe, estas ações para expandir as oportunidades de trabalho para as mulheres foram geralmente interpretadas como uma tentativa de prevenir manifestações pró-democracia na Arábia Saudita. Mas os conservadores ficaram escandalizados. Em dezembro de 2011, a mais alta autoridade religiosa da Arábia Saudita, o grande mufti Abdulaziz al-Sheikh, chamou ao emprego de mulheres em lojas de *lingerie* um «crime». Num episódio muito noticiado em dezembro de 2012, um grupo de clérigos a quem foi concedido um encontro com o ministro do Trabalho, Adel Fakeih, disse a Fakeih que iam rezar para que ele ficasse com cancro, a menos que a decisão de permitir que as mulheres trabalhassem no comércio fosse revogada (o predecessor de Fakeih, Ghazi al-Gosaibi, tinha morrido de cancro). Em maio de 2013, o popular escritor Abdullah Muhammad al-Dawood aconselhou os seus quase 100 000 seguidores no Twitter a assediar sexualmente as mulheres sauditas que trabalhavam como caixas de supermercado, argumentando que o assédio ia desencorajar as mulheres desse comportamento impróprio. Usando a mesma lógica, os conservadores no Conselho da Shoura, o corpo consultivo que aconselha o rei Abdullah, rejeitaram repetidamente a proposta de uma lei contra o assédio sexual. Argumentam que criminalizar tal comportamento acabaria com uma forma de dissuasão do *ikhtilat*.

Em casa, em Nova Iorque, eu seguia estes dramas no Twitter com um espanto crescente. A percentagem de mulheres sauditas a trabalharem no comércio continuava a ser minúscula, mas a escala da retaliação sugeria que a sociedade saudita fora profundamente abalada por ver essas poucas mulheres a trabalhar em locais públicos.

Em 2012, houve tantos confrontos entre os homens da *hai'a*, a força policial religiosa da Arábia Saudita, e clientes e funcionários em lojas com mulheres a trabalhar, que o ministro do Trabalho e a liderança da *hai'a* se encontraram para negociar novos termos. Em janeiro de 2013, o ministério anunciou a decisão de instalar divisórias, com pelo menos um metro e meio de altura, em todas as lojas com funcionários de ambos os sexos. Quando regresssei a Riade no outono de 2013, as lojas com empregadas tinham começado a fazer os seus próprios ajustes incómodos com membros locais da *hai'a*.

A Harvey Nichols de Riade, a única loja saudita da cadeia de luxo britânica, tem regras rígidas relativas às interações dos funcionários com a polícia religiosa. Quando membros da Comissão para a Promoção da Virtude e Prevenção do Vícios fazem uma das suas frequentes visitas à loja, num esforço de prevenir a interação fortuita entre os sexos, são recebidos por membros do departamento de relações governamentais da Harvey Nichols. Funcionários deste departamento, juntamente com membros do serviço de segurança da loja, acompanham os homens da *hai'a* por toda a loja. O departamento de relações governamentais da loja pode pedir educadamente orientação aos homens da *hai'a*, disse-me a princesa Reema Bint Bandar, diretora executiva da Harvey Nichols. «Açam que as nossas raparigas da maquilhagem estão a usar demasiada maquilhagem? Ótimo, vamos tratar disso. Muito obrigado pela vossa opinião. ‘Meninas, por favor, talvez não seja a melhor altura para usar a sombra *shimmer and shine* da *M.A.C.* em verde-vivo.’»

Mas muitas das vendedoras da loja também desenvolveram as suas próprias estratégias. Dizer sistematicamente aos homens da *hai'a* que começámos a trabalhar há pouco tempo é uma abordagem popular, disseram-me várias vendedoras; os homens da *hai'a* não são tão duros com as novas funcionárias, e o ardil é fácil de manter porque quase todas as vendedoras tapam a cara no trabalho. As vendedoras que são rápidas por vezes tentam uma visita apressada à sala de descanso – onde as mulheres passam a hora de almoço e a de oração –, mal veem homens da *hai'a*. No entanto, todas as vendedoras, sem exceção, se esforçaram por me assegurar que respeitavam as ações dos homens da *hai'a*.

Reema Mohamed, divorciada de 42 anos que trabalha como caixa na secção de acessórios da Harvey Nichols, disse-me que cada vez se sente mais angustiada com os confrontos com a polícia religiosa. É conservadora, disse ela, e acredita que a polícia religiosa tem um papel importante a desempenhar na sociedade. «Mas eu gostava de lhes passar uma mensagem se pudesse, gostava de dizer-lhes que há mulheres conservadoras, que são religiosas, que deixam as suas casas apenas para trabalhar, e não para fazer mais nada», disse-me Reema Mohamed. «Eu temo muito a Deus, tal como muitas outras mulheres nesta área. Nós estamos numa profissão decente, a ganhar dinheiro decente, para sustentar famílias decentes.»

Agora que começara a trabalhar e andava a ouvir as experiências de tantas outras mulheres, disse-me Mohamed, começara a interessar-se pelos direitos das mulheres pela primeira vez. De momento, o tutor dela é o seu irmão, mas Reema Mohamed está ansiosa por que o mais velho dos seus dois filhos pequenos, que vivem com ela, faça 12 anos e possa ser nomeado seu tutor em vez do irmão dela. Está a educar os filhos para terem compaixão pelas mulheres. «Os meus filhos vão ser diferentes», disse-me. «Têm de ser diferentes. Têm de tratar as mulheres com respeito.»

Agradecimentos

Estou em dívida, acima de tudo, para com as centenas de mulheres árabes que partilharam as suas histórias comigo. Também estou grata às seguintes pessoas e organizações: Nuha Adlan, Jasmine Bager Cruz, Nada Bakri, Shawn Baldwin, Anne Evans Barnes, Zuzana Boehmová, Kate Brooks, Ethan Bronner, Georgia Brown, Natasha Burley, Flip Brophy, Andrew Butters, Susan Chira, Steve Coll, Christian Crouch, Brook Crowley, Matt Dellinger, Mandi Fahmy, Sameen Gauhar, Casey Greenfield, Obaida Hamad, Bernard Haykel, Tom Hundley e toda a gente no Centro Pulitzer, Bill Keller, Katie Kitamura, Eric Konigsberg, Robert Lacey, Joshua e Manar Landis, Ariel Levy, Nawara Mahfoud, Karen Mayer, Malika e Andrew McCosh, Julia Meltzer, Vanessa Mobley, Bénédicte de Montlaur, Liza Mundy, Mona el-Naggar, Ahmed al-Omran, Ian Parker, Tamara al-Rifai, Victoria Rowan, Alissa Rubin, Stephanie Saldana, Liesl Schillinger, o falecido Anthony Shadid, Lina Sinjab, Michael Slackman, Anne-Marie Slaughter e toda a gente na New America, Ginny Smith, Laura Smith, Alex Star, Wendell Steavenson, Andrew Tabler, Newsha Tavakolian, Alex Travelli, Sarah Van Boven, Dorothy Wickenden, Bobby Worth, e Fred, Janice, Irma, e Stephen Zoepf.

Notas sobre as fontes

O meu conhecimento dos países árabes foi baseado nos escritos de inúmeros eruditos e outros jornalistas. Embora o que se segue não seja de modo algum uma bibliografia exaustiva, fiz uma lista de algumas dessas obras não só para reconhecer a minha grande dívida para com elas, mas também na esperança de que os leitores as achem tão úteis e interessantes como eu achei.

Tradicionalmente, os muçulmanos não aceitam traduções do Alcorão; apenas o texto original em árabe é considerado o livro sagrado. Todavia, a tradução clássica de George Sale, de 1734, ajudou-me a perceber melhor a poesia do Alcorão, e a tradução de 2004 do professor da SOAS (Universidade de Londres) M.A.S. Abdel Haleem melhorou a minha compreensão das palavras e do significado do Alcorão (a edição em inglês e árabe da Oxford University Press foi especialmente útil). As citações do Alcorão que fiz neste livro foram extraídas da tradução de Sale.

Para me informar sobre a posição das mulheres no islão, recorri à obra da socióloga marroquina Fatima Mernissi, especialmente os livros *Beyond the Veil* (Cambridge, MA: Schenkman, 1975) e *The Veil and the Male Elite* (Nova Iorque: Perseus Books, 1991). Também me apoiei muito na obra de Leila Ahmed, professora egípcio-americana da Faculdade de Teologia de Harvard, em particular os seus livros *A Quiet Revolution* (New Haven: Yale University Press, 2011) e *Women and Gender in Islam* (New Haven: Yale University Press, 1992). Ahmed é a primeira professora de Estudos Femininos e Religião na Faculdade de Teologia de Harvard, e para leitores interessados em feminismo islâmico, recomendo vivamente a obra dela.

Para obter informação sobre a educação islâmica tradicional e o desenvolvimento da xaria, consultei o livro *The Calligraphic State* (Berkeley: University of California Press, 1993), de Brinkley Messick, e o elegante e evocativo relato do funcionário governamental e intelectual Taha Hussein da sua educação em *The Days* (Cairo: American University in Cairo Press, 1997).

No Capítulo 2, sirvo-me das descrições de Thomas Friedman da Hama e da Síria de Hafez al-Assad no seu livro *From Beirut to Jerusalem* (Nova Iorque: Farrar, Straus e Giroux, 1991).

No Capítulo 4, cito o artigo de Frank H. Stewart «What Is Honor?», *Ata Histriae* 8 (1): 13-28 (2000). Também cito o artigo «Crimes of Honor and the Construction of Gender in Arab Societies», *Comparative Law Review* 2:1 (2011).

No Capítulo 8, cito a obra *Sex and the Citadel: Intimate Life in a Changing Arab World* (Nova Iorque: Pantheon Books, 2013).

